

SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALGARVE 2007



**SISTEMA
DE INDICADORES
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
DO ALGARVE 2007**



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

Contactos

CCDR Algarve

Praça da Liberdade, n.º 2
8000-164 Faro - Portugal
Tel.: +351 289 895 200/99
Fax: +351 289 803 591
E-mail: geral@ccdr-alg.pt
www.ccdr-alg.pt

Ficha técnica

Coordenação geral

Comissão de Coordenação
e Desenvolvimento Regional
do Algarve (CCDR Algarve)
João Varejão Faria
Joaquim Brandão Pires
Valentina Coelho Calixto
Anabela Dores

Coordenação científica

Tomás Ramos
(Universidade Nova de Lisboa - FCT/UNL¹)

Coordenação técnica

Paula Vaz
(CCDR Algarve)

Equipa técnica

André Mascarenhas (assessoria externa), Eduarda Subtil
(UALG), Isabel Beja (CCDR Algarve), Pedro Coelho (UALG)

Colaboração técnica

Andreia Franco, Alexandre Domingues, Alice Pisco, Anabela
Rebello, António Ramos, Ávila Gomes, Carla Coles, Carla
Sacramento, Carlos Barros, Carlos Silva, Celso Pinto, Cláudio
Freitas, Conceição Calado, Conceição Gago, Cristina Dias, Edite
Reis, Fernando Macedo, Filomena Coelho, Filomena Moreira,
Francisco Mendonça Pinto, Gonçalo Ferreira, Helena Santos,
Helga Cabrita, Isabel Pires, João Dantas, João Duarte, José
Dantas, José Vaz, Josiane Martins, Luís Tavares, Margarida Iria,
Mária José Nunes, Patrícia Martins, Paula Gaspar, Rosalina
Venâncio, Sebastião Teixeira, Sofia Delgado, Susana Dentinho,
Teresa Martinho, Zélia Martins.

Cartografia

Ana Isabel Rodrigues

Título

Sistema de Indicadores de Desenvolvimento
Sustentável do Algarve

Edição

CCDR Algarve

Apoio à Edição

Águas do Algarve, S.A.
ALGAR

Design e Produção

Logicamente

Tiragem

5000 exemplares

ISSN

1647-0389

Local e data de edição

Faro, Maio de 2008

¹ Trabalho desenvolvido ao abrigo do contrato n.º 17/2005/CCDR, celebrado entre CCDR Algarve e a Universidade do Algarve

Agradecimentos

Adelaide Henriques (DRA), Álvaro Teixeira (DRAAlg), Alveirinho Dias (UALG), Amélia Ribeiro (CM São Brás de Alportel), Ana Ilhéu (IRS), Ana Paula Luz (ALGAR), Ana Quadros (CM Tavira), Ana Sofia Nunes (CRSP Algarve), Ana Felgueiras (CM Vila do Bispo), Anabela Trindade (ICN), António Carvalho (PNRF), António Henrique da Silva (GOLFE), António Nunes (CM FARO), António Pedro Ferreira (Casa Agrícola Ferreira), António Pina (Amal), António Santos (GOLFE), Artur Filipe Gregório (IN LOCO), Carla Alexandre (Cimpor), Carla Alfarrobinha (RR), Carla Ramos (DECO), Carlos Albano (VICENTINA), Carlos Pinto Gomes (UE), Carlos Uva Jacinto (AIEC), Celestino Soares (DREA), Célia Torrado (DGRF-NFAlg), Clara Landeiro (IST-CESUR), Cláudia Ruivinho (RTA), Coelho Sousa (DGAM), Corina Chaves (IPIMAR), Cristiana Almeida (DGS), Cristina Costa (CM Vila do Bispo); Cristina Santos (DGF), Cristina Silva (IPIMAR), Dina Peres (ALMARGEM); Domitília Marques (INUAF), Domitília Matias (IPIMAR); Dulce Nascimento (CM Lagos), Dulce Patrício (CM Aljezur), Edgar Correia (DRPAS), Eduardo Palma (AIEC); Eduardo Viegas (ALGAR), Élio Vicente (ZooMarine), Ernesto Jardim (IPIMAR) Fátima Andrade (Aguas do Algarve S. A), Fátima Cardador (IPIMAR), Fátima Coelho (IM), Fátima Marques (CM Castro Marim), Felisbela Guerreiro (ANJE) Fernanda Oliveira (DREA) Fernanda Rocha (INAG) Filipa Duarte (IPTM), Filipa Fonseca (CM Aljezur), Francisco de Sousa Neto (AEA) Francisco José Mateus Mendonça (ARS), Francisco Morato (Alcance), Glória Araújo (ICN), Graça Pestana (IPIMAR), Graciana Vieira (CIDER), Helena Inácio (Salgados Golfe), Helena Lucas (Aguas do Algarve), Homero Costa (CALS), Inês Alves (UALG), Inês Duarte (GTL Montenegro e Gambelas), Isabel Gago (AIHSA), João Alveirinho Dias (UALG), João Costa (DREAA), João Eduardo Pinto (CENA), João Martins (EMARP), João Pereira (IPIMAR), João Queirós (voluntário SIDS Algarve), João Tiago (JB), João Varela (DGRF-NFAlg), João Vargues (AMBIFARO), Joaquim Catarino (CM Portimão), Jorge Esteves (DREA), Jorge Moedas (LUSOTUR), Jorge Palma (CM Alcoutim), José Baptista (PNSACV); José Correia (ARBSLP), José Vilarinho (ARBSLP), Júlio Carrajola (QUERCUS), Lúcio do Rosário (DGRF), Luís Brás (ALMARGEM); Luís Ferreira (PNSACV), Luís Miguel Nunes (ALGAR), Luís Palma (UALG) Madalena Feu (CEP), Manuel Augusto da Paz (CVRF), Manuel J. Pinto (JB-UL), Manuela Azevedo (IPIMAR), Manuela Gaspar (CILPAN), Manuela Rosa (EST-UALG), Marcial Felgueiras (A ROCHA), Marco Painho (ISEGI), Marco Trovó (Alcance), Maria de Deus Domingos (CM Lagos), Maria de Jesus (POLIS), Maria Emília Marques (IFADAP/INGA), Maria Fernanda Oliveira (DRE), Maria Manuela Duarte (CM Tavira), Maria Rosário Cunha (IFADAP/INGA), Maria Vicente (CVRF), Mário Fernandes Lousã (ISA), Mário Silva (ICN), Natacha Aragão (ARCA), Nuno Correia (VILA VITA PARC), Nuno Grade (PNRF), Nuno Marques (GTL Faro), Patrícia Laginha (Algar), Paula Caldeira (CM Vila Real Santo António), Paulo Alentejano (RTA), Paulo Cerol (voluntário SIDS Algarve), Paulo Martins (AREAL), Pedro (VICENTINA), Pedro Delgado (INR), Peter Barrote (INE), Porfírio Maia, Raul Valente (DGAM), Rita Newton (CALS), Rosa Pinto (Almargem), Rosário Cunha (IFADAP) Ruben Heleno (A ROCHA), Rui Agostinho (CM Portimão), Rui Cachola (IPIMAR), Rui João (SEPNA), Sérgio Matos (C Escuteiros Marítimos), Sérgio Sousa (GTL Montenegro e Gambelas), Silva Coelho (CM Portimão), Susana Ferreira (CALS), Teresa Costa Pereira (IA), Teresa Fonseca (Globalgarve), Teresa Quirino (CALS), Valentina Tavares de Sousa (ARS), Vera Lúcia Rosado (CM Lagos), Vítor Peres (Almargem), Will Simonson (A ROCHA), Zenóbio Cavaco (Marina de Albufeira).

Participantes nas sessões de Participação Pública à escala local

Albufeira

Ana Sabino (Associação de Apoio à Pessoa Excepcional do Algarve), Anabela Cabrita (CM de Albufeira), Antonieta Guerreiro (Notícias de Albufeira), António Gonçalves (Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários), António Macedo (Associação Amigos de Albufeira), Aquiles Marreiros (CM de Albufeira), Arménio Aleluia (Jornal A Avezinha), Carlos Lopes (Delegação de Saúde), Esmeralda Ruivinho Brazão (Associação de Estudo da Pesquisa e da Oralidade), Hélder Sousa (Junta de Freguesia de Albufeira), Helena Serra (Santa Casa da Misericórdia de Albufeira), Isabel Machado (Associação "Os Guizos" – Atividades Culturais), José Ruivinho Brazão (Associação de Estudo da Pesquisa e da Oralidade), Luís Francisco (APAL – Agência de Promoção de Albufeira), Margarida Feiteira (Centro de Saúde de Albufeira), Maria Alzira (Associação Amigos de Albufeira), Martine Braun (Delegação de Saúde de Albufeira), Paula Custódio (CM de Albufeira), Paulo Almeida (Nucleogarve – Núcleo dos Motoristas do Algarve), Sofia Tello (CM de Albufeira), Vítor Vieira (ACRAL – Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve).

Alcoutim

Abílio Pires (Escola Básica Integrada de Alcoutim), Ana Cristina Ginja (ADEC-MAR – Associação de Desenvolvimento Etnográfico e Cultural de Martinlongo), Ana Teixeira (Junta de Freguesia de Pereiro), Aníbal Lardeira (Junta de Freguesia de Martinlongo), António Martins (Guarda Nacional Republicana – Alcoutim), Bruno Joaquim (Agrupamento de Escutas 1107 de Alcoutim), Carlos do Carmo (Pousada da Juventude / Movijovem), Catarina Roxas (Grupo Desportivo de Alcoutim), Cliff Issler (Guadiana Park), Daniel Neves (Junta de Freguesia de Vaqueiros), Inês Costa (Caetano Costa & Costa, Lda.), Jorge Palma (CM de Alcoutim), José Alves Pereira (Santa Casa da Misericórdia), Margarida Minta (Associação "Alcance"), Maria Manuela Mota (Coordenação concelhia de ensino recorrente e educação extra-escolar), Nélson Gonçalves (CM de Alcoutim), Ricardo Bernardino (Associação "Terras do Baixo Guadiana"), Sofia Matilde (CM de Alcoutim), Vitória Dias (Associação "Alcance").

Aljezur

Ana Pinela (Segurança Social), Conceição Gonçalves (Projecto Oriente Casa da criança do Rogil), Dionísio Silva (AMOVATE - Associação de Moradores do Vale da Telha), Dulce Patrício (AEZA – Associação Ecológica e Zoófila de Aljezur), Eliezer Candeias (Junta de Freguesia do Rogil), Fátima Neto (Vereação da Câmara Municipal de Aljezur), Filipa Fonseca (CM de Aljezur), João Marreiros (AFLOSUL - Associação dos Produtores Florestais do Sudoeste Algarvio), Johannes Schydlo (Assembleia Municipal de Aljezur), José Marreiros (Associação de Defesa do Património), Maria da Nazaré da Luz (Conferência S. Vicente Paulo), Pedro Dornelas (Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste), Rui Nuno (Tertúlia - Associação Socio-Cultural de Aljezur).

Castro Marim

Ana Catarina Horta (ARCA – Associação Recreativa e Cultural do Azinhal), Anabela Resende (Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António), António Canário (Almada D'Ouro), António Sebastião Dias (Cooperativa da Corte Pequena), Carla Gonçalves (CM Castro Marim), Carlos Relego Gomes (Ecomarché), David Pedro (ARCA – Associação Recreativa e Cultural do Azinhal), Eglantine Monteiro (Universidade do Algarve), Fátima Marques (CM Castro Marim), Fausto Aquilino (Câmara Municipal de Castro Marim), Francisco Palma Gamito (Cidadão-chave médico veterinário), Ildefonso Anacleto (Clube Desportivo de Caça e Pesca do Azinhal), Jorge Neves (Câmara Municipal de Castro Marim), Luís Fialho (Algarve Lux), Marcelino Teixeira de Freitas (Paróquias de Castro Marim e Altura), Maria José Pedro (Associação dos Amigos e Naturais do Azinhal), Nuno Emídio (Câmara Municipal de Castro Marim), Nuno Pereira (CM Castro Marim), Paulo Pedro (Associação dos Amigos e Naturais do Azinhal), Sílvia Paulino (Caixa Geral de Depósitos de Castro Marim), Teresa Soares (CM Castro Marim), Vera Teixeira (ODIANA - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana), Victor Alonso Rodriguez (Quinta do Vau).

Faro

Abel Gomes (Centro Distrital de Operações de Socorro de Faro), Abel Nunes (CM de Faro), António Laboia (VIVMAR – Associação de Viveiristas e Mariscadores da Ria Formosa), Carla Apolo (CM de Faro), Carlos Osório Gomes (EVA Transportes), Filipe Cunha (CM de Faro), Geleate Canau (Universidade da 3ª idade), Inês Alves (Universidade do Algarve), João Carlos Santos Entrudo (A.J.A.F. - Associação de Jovens Agricultores de Faro), João Cavaco Brito (Cidadão-chave), João Margarido (Associação de Desenvolvimento Comercial da Zona Histórica de Faro), João Vargues (CM de Faro), José da Silva (MSCar), José Ribeirinho (Centro de Formação de Professores de Faro), Libório Correia (Direção Regional de Educação), Luís Águas (Zona Marítima do Sul), Manuel Gonçalves (Junta de Freguesia de Montenegro), Marco Formozinho (Junta de Freguesia de São Pedro), Maria Pinto Coelho (Cidadão-chave), Ricardo Neto (Santa Casa da Misericórdia de Faro), Richard Marques (Bombeiros Voluntários de Faro), Teodomiro Neto (Cidadão-chave), Vítor Matias (Associação de Comércio da Baixa de Faro).

Lagoa

Ana Martins (E.B. 2,3 Rio Arade), Arlindo Boto (Corpo Nacional de Escutas, Agr. 715), Beatrice Voelcker (Viva a Praia), Bruno Conceição (Azul Imenso), Cesário Belém (Rancho Folclórico do Calvário), Cláudia Brito (CM de Lagoa), Fernando Soares (Aldeamento Turístico Vila Sr.ª da Rocha), Hélder Romão (Junta de Freguesia de Lagoa), Joana Cunha e Sá (Misericórdia de Estombar), João Costa (Hotel Apartamento Vale Del Rei), Joaquim Adão (Junta de Freguesia de Estombar), Jorge Tito (Sofitel Thalassa Vilalara), José Luís Marques (Junta de Freguesia de Porches), José Manuel Costa (Turiqintas), José Santos (E.B. 2,3 Jacinto Correia), José Vieira (CM de Lagoa), Luís Alberto (Junta de Freguesia de Ferragudo), Maria Luís ("O nosso ninho"), Maria Luísa Francisco (Lions Clube de Lagoa), Miguel Grosso (Carvoeiro Golfe, AS), Nelson Soares (Escola Secundária Padre Oliveira), Paulo Gonçalves (Clube Náutico do Arade), Vasco Malha (Centro Paroquial de Estombar), Zélia (Aldeamento Turístico Vila Sr.ª da Rocha).

Lagos

Adélia Figueiredo (Rotary Club), Ana Rita (CM de Lagos), António Oliveira (Cooperativa de Construção e Habitação São Gonçalves de Lagos, CRL), Délio Narciso (Clube de Caçadores de Lagos), Elsa Marques (Ministério Público da Comarca de Lagos), Filomena Faria (Agrupamento Escolar Horizontal n.º 1 de Lagos), Francisco Castelo (CEMAL - Centros de Estudos Marítimos e Arqueológicos de Lagos), João Luís Gomes (Junta de Freguesia de Bensafrim), Jorge Fidalgo (Jornal "Costa a Costa" / Rádio Maré Alta), José Bago D'Uva (Cidadão-chave) Carlos Pargana (Agrupamento de Escutas em Formação da Vila da Luz), José Campos (NECI - Núcleo de Educação para a Criança Inadaptada), Pedro Cruz (Junta de Freguesia de S. Sebastião), José Fonseca (Bombeiros Voluntários de Lagos), José Luís Vieira (Delegação da Alfândega de Lagos), Luís Abreu (Associação de Moradores do Centro Histórico de Lagos), Luís Victor (Sociedade de Geografia de Lisboa), José Calado (Clube de Caçadores), Manuel Borba (Junta de Freguesia de Luz), Manuel Godinho (Centro de Saúde de Lagos), Isabel Martins (Associação Espírita de Lagos), Maria José Pereira (Coop. Construção e Habitação São Gonçalves de Lagos, CRL), Maria Júlia Pereira (Ministério Público da Comarca de Lagos), Paulo Capelo (Junta de Freguesia de Barão de S. João), Paulo Oliveira (Adega Cooperativa de Lagos), Pedro Palma (IEFP - Centro de Emprego de Lagos), Rui Santos (Junta de Freguesia de S. Maria), Vitor Gaudêncio (Escola Secundária Gil Eanes), Vera Rosado (CM de Lagos).

Loulé

Alexandra Santos (CM de Loulé), Ana Costa (CM de Loulé), Aníbal Coelho (Escola Profissional Cândido Guerreiro), António Viegas (Cidadão-chave), Augusto César (Centro Comunitário da Serra do Caldeirão), Carlos Cunha (Inframoura), Carlos Grade (Junta de Freguesia da Tôr), Cristina Filipe (Escola E. B. 1 N.º 4 de Loulé), Diamantino Albano (Centro Comunitário da Tôr), Isidro Dinis (Associação Humanitária de Doentes de Parkinson e Alzheimer), Manuel Santos (Junta Freguesia Querença), Maria Antonieta Semedo (Escola EB1 Mãe Soberana), Maria da Conceição Silva (Quinta do Freixo), Maria de Jesus Casanova (Centro Social e Cultural Parragil), Maria João Portela (Cidadão-chave), Marília Lúcio (CM de Loulé), Rui Mogo (Junta de Freguesia de Boliqueime).

Monchique

Aldina Cruz (Casa Povo Marmeleite), António Costa (Vitivinicultor - Produtor de Medronho), António Manuel Silva (Santa Casa Misericórdia), Armanda Andrez (Clube Desportivo da Nave), Carlos Albano (Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste), Catarina Morgadinho (CM de Monchique), Eduardo Duarte (Câmara Municipal de Monchique), Elisabete Gonçalves (Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento de Monchique), Emílio Vidigal (ASPAGLOBAL - Associação dos Produtores Florestais do Barlavento Algarvio), Esmeraldo Páscoa (Associação de Produtores de Enchidos), Fernando Reis Luís (Presidente da Assembleia Municipal de Monchique), João Poucochinho (Produtor Florestal), José Manuel Furtado (Jornal Monchique), José Nunes (ASPAGLOBAL - Associação dos Produtores Florestais do Barlavento Algarvio), José Silva (Associação de Pais da Escola E.B. 2.3 de Monchique), Lúcio Feio (Alternativ Tour), Luís Bebian (Junta Freguesia Alferce), Luísa Barata (Coordenadora Ensino Recorrente), Paulo Rosa (Rádio Fóia), Reis Justino (Empresa Madeichique), Rui Nobre (Associação de Caça e Pesca "Os Monchiqueiros"), Sónia Martinho (CM de Monchique), Vânia Serrão (Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste).

Olhão

Álvaro Nogueira (BPI), António da Branca (Olhão Pesca), António Herculano (Ginásio Clube Olhanense), Artur Viegas (OCM - Obras, Construção e Manutenção Lda), Carlos Martins (Cooperativa Formosa), Célia Duarte (Associação Tempus), Célia Silvestre (ACRAL - Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve), Dário Dias Business (Innovation Centre Algarve-Huelva), Fátima Botelho (Ginásio Clube Olhanense), Filipa Duarte (Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos), Filomena Neto (Centro de Saúde de Olhão), Francisco Manjua (APAA - Associação de Produtores em Aquacultura do Algarve), Gabriel Fitas (Caixa de Crédito Agrícola de Olhão), Helena Gomes (CM de Olhão), João Navalho (Necton), João Nogueira (Bombeiros Municipais de Olhão), José Dias (Sociedade Recreativa Progresso Olhanense), José Florêncio (Cooperativa Formosa), Josué Marques (Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul), Manuela Abreu (Direcção Regional das Pescas e Aquicultura do Sul), Mara Calé (CM de Olhão), Marisa Cavaco (CM de Olhão), Olga Neves (Centro de Formação Dâmaso Encarnação), Paulo Gonçalves (CM de Olhão), Rita Pestana (CM de Olhão), Teresa Carvalho (Direcção Regional das Pescas e Aquicultura do Sul), Vânia Louro (Associação Tempus).

Portimão

Agostinho (Câmara Municipal de Portimão), Álvaro Bila (Corpo Nacional de Escutas), Amândio Boneca (Centro Médico), Ana Figueiredo (Junta de Freguesia de Portimão), Angela Margarida (Associação Comercial de Portimão e Cruz Vermelha), António Vitorino (CM de Portimão), Célia Grosso (CM de Portimão), Edite Tavares (Câmara Municipal de Portimão), Figueiredo Santos (Universidade do Algarve), Filipe Bally (Câmara Municipal de Portimão), Filomena da Luz (GEJUPCE - Portimão Gil Eanes Juventude), Gisela Lima (Rotary Clube da Praia da Rocha), Graça Lopes (Santa Casa da Misericórdia do Alvor), João Mendes Vítor (Agenda 21 Local - CM Portimão), João Vieira (Assembleia Municipal), Joaquim Manuel Palma (Regional Financial Controller - Portugal Le Meridien Penina Golf & Resort), José Lopes (Santa Casa da Misericórdia do Alvor), Laurentina Miguel (CM de Portimão), Margarida Miguel (Associação BAHAI), Novais (Sociedade Vencedora Portimonense), Nuno Bemposta (CM de Portimão), Padre Arsénio (Igreja Paroquial da Quinta do Amparo), Palma Cláudio (Associação Espírita), Paulo Quaresma (Associação "Jovens"), Simeão Guedes (Assembleia de Freguesia de Portimão), Válder (Bar "On the Rocks").

São Brás de Alportel

Alberto Pereira (Associação dos Produtores Florestais da Serra do Caldeirão), Amélia Ribeiro (CM de São Brás de Alportel), Anabella Vaz (Escola Secundária José Belchior Viegas), Andreia Galego (Delegação Sul da Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar), Angelo de Jesus Artur Gregório (Associação In Loco), Carla Ferreira (Associação de Industriais e Exportadores de Cortiça), Cidália Carvalho (Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel), David Gonçalves (Junta de Freguesia de São Brás de Alportel), Dora Eusébio (CM de São Brás de Alportel), Eduardo Palma (Associação de Industriais e Exportadores de Cortiça), Emanuel Sancho (Casa da Cultura António Bentes), Evelyn Strauss (Núcleo de Jovens Sem Fronteiras de São Brás de Alportel), Filipe Sádio (Núcleo de Jovens Sem Fronteiras de São Brás de Alportel), Filomena Correia (Centro de Saúde de São Brás), Gilberto Rodrigues (Guarda Nacional Republicana), Gonçalves Gomes (Associação Al-Portel), José Albuquerque (Associação dos Produtores Florestais da Serra do Caldeirão), José Duarte (Viladentro), José Serrano (CM de São Brás de Alportel), Maria Horta e Sousa (Coordenação Concelhia da Educação de Adultos), Maria Torres (Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB 2,3), Maria Viegas (Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária José Belchior Viegas), Paula Caetano (Associação de Industriais e Exportadores de Cortiça), Sandra Gago (Núcleo de Jovens Sem Fronteiras de São Brás de Alportel), Teresa Oliveira (Biblioteca Municipal de São Brás de Alportel), Violantina Hilário (Escola Básica 2,3 Poeta Bernardo de Passos).

Silves

Ana Raquel Leitão (CM de Silves), Anabela Benedito (CM de Silves), António Sequeira (Clínica ERA), António Simões (Lourenço Hotel Colina dos Mouros), Aventura Moreira (Associação "Dar de Vaia"), Belarmino Custódio (Associação Recreativa e Cultural da Amorosa), Camilo Vaz (Arquitecto), Fernando Sequeira Santo (Junta de Freguesia de S. Bartolomeu de Messines), Francisco Alberto (Associação de Pescadores de Armação de Pêra), Hermann Zabel (Quinta da Figueirinha), João José (Presidente da Junta de Freguesia de Alcantarilha), Jorge Parrado (Clínica ERA), José António Folgado (Presidente da Junta de Freguesia de S. Marcos da Serra), José Gonçalves (Santa Casa da Misericórdia de Silves), José Ventura (Associação Rotas e Desafios – Clube de Aventura), José Vilarinho (Associação de Regantes e Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão), José Vitor (Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu de Messines), Lizete Martins (Sociedade de Instrução e Recreio Messinense), Luísa Brázia (CM de Silves), Miguel Gonçalves (CM de Silves), Néelson Correia (CM de Silves), Paulo Duque (Lara- Laranjas do Algarve), Pedro Dias (Arquitecto), Ricardo Tomé (CM de Silves), Ruben Alberto (Associação de Pescadores de Armação de Pêra), Rui Algarve (AU Pêra), Rui Fernandes (Protecção Civil), Susana Ferreira (Associação Amigos dos Salgados), Teresa Quirino (Associação Amigos dos Salgados).

Tavira

Almeida Pires (Associação dos Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve), Carina Gonçalves (Associação Uma Porta Amiga), Carlos Baptista (Junta de Freguesia de Cabanas), Carlos Rodrigues (Junta de Freguesia de Santa Luzia), Chaves Ramos (Tavira Verde), Clive Jackson (Torre Obscura), Eldrico Silva (Construções Eldrico Silva), Elsa Santos (Cruz Vermelha Portuguesa), Elvira Pereira (Perfumaria "O Frasco"), Fernando Minhalma (Tavira Natação Club), Gilberto Ferro (Associação dos Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve), Gilda Horta (CM de Tavira), Glória Jackson (Cdepa - Casa da Cultura Ciência e Actividades Turísticas, Lda), Hélder Mártires (Associação Agro-Cinegética Estorninhos), Isabel Paes (Convento de Santo António – Turismo de Habitação), João Sabbo (Associação dos Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve), Margarida de Jesus (CM de Tavira), Maria Castel Braga (Fundação Irene Rolo), Oriana Silva (Estudante), Otilia Cardeira (Grupo de Cantares de Cachopo), Paula Bengala (CM de Tavira), Salomé Gonçalves (Junta de Freguesia de Cachopo).

Vila do Bispo

Carla Barão (CM de Vila do Bispo), Cristina Costa (CM de Vila do Bispo), João Amado (CM de Vila do Bispo), Liliana Frutuoso (CM de Vila do Bispo), Sofia Nunes (CM de Vila do Bispo), Afonso Nascimento (Assembleia Municipal), André Pinheiro (Clube Recreativo Infante de Sagres), Anita Barroca (Projecto Novas Descobertas), Firmino Correia (Junta de Freguesia de Budens), José Marreiros (Associação de Marisqueiros da Costa Vicentina e Sudoeste), Cristina Costa (Câmara Municipal de Vila do Bispo), João Amado (Câmara Municipal de Vila do Bispo), Liliana Frutuoso (Câmara Municipal de Vila do Bispo), Carla Barão (Câmara Municipal de Vila do Bispo), Sofia Nunes (Câmara Municipal de Vila do Bispo), Fernando Martins (Junta de Freguesia de Sagres), José Baptista (Associação Naval do Barlavento), Paulo Boto (Empresário agrícola), Rui Marreiros (Associação de Marisqueiros da Costa Vicentina e Sudoeste), Samuel Furtado (Funride – Surfcamp).

Vila Real de Santo António

Ana Baioa (Conservatório Regional de VRSA), António Cabrita Mendes (Repartição de Finanças VRSA), António Carvalho (CM de Vila Real de Santo António), António Espanadeiro (Conservatório Regional de VRSA), Carlos André (Autoridade Concelhia de Saúde), Carlos Nascimento (Doca Pesca), David Vasques (ODIANA – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana), Eduardo Bonança (Bombeiros de VRSA), Fernanda Romão (Centro de Emprego – IEFP), Fernando Matias (Nautiber – Estaleiros Navais do Guadiana, Lda.), Gabriel Carvalho (CM de Vila Real de Santo António), Henrique Tomé (Marina Guadiana - Manutenção de embarcações Lda), Ignácio Gortázar (Manta Rota Inversiones Imobiliárias, S.L.), José Ferreira (Esquadra P.S.P. VRSA), Lídia Machado (Associação Mão Amiga), Liliana Gonçalves (Inovinter), Liliana Nogueira (ACRAL – Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve), Margarida Gomes (Conselho Local Acção Social de VRSA), Maria Prieto (Núcleo Concelhio Cruz Vermelha Portuguesa), Patrícia Rodrigues (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco), Paula Caldeira (CM de Vila Real de Santo António), Pompílio Cruz (Guadireal), Romano Justo (Associação "A Manta"), Rui Hilário (Centro Regional Segurança Social), Rui Roque (Nautiber – Estaleiros Navais do Guadiana, Lda), Susana Araújo (CM de Vila Real de Santo António), Tenente Palma (Brigada Fiscal).

Índice

9	Resumo
10	Abstract
11	Siglas e Abreviaturas
12	Prefácio
13	1. Introdução
14	2. Indicadores Regionais de Desenvolvimento Sustentável
15	2.1. Objectivos e Público-Alvo
15	2.2. Modelo de Gestão
16	2.3. Análises de Sistemas de Indicadores Internacionais e Nacionais
18	2.4. Delimitação do Âmbito Temático e da Estrutura dos Indicadores
18	2.4.1. Processo participativo para identificação de temas relevantes
18	2.4.2. Estrutura conceptual dos indicadores
20	2.5. Selecção e desenvolvimento dos indicadores-base e dos indicadores-chave
21	2.6. Processo participativo para selecção e validação de indicadores
23	2.7. Lista de Indicadores do SIDS Algarve
27	2.8. Divulgação
28	2.9. Revisão
29	3. Os Planos Estratégicos de Desenvolvimento e o SIDS Algarve
29	3.1. Relação do SIDS Algarve com os principais instrumentos de monitorização e de desenvolvimento regional
30	3.2. Instrumentos Estratégicos de Desenvolvimento
30	3.2.1. Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve
34	3.2.2. Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013
40	4. Considerações Finais
41	5. Referências Bibliográficas

45	Fichas de caracterização dos Indicadores-chave
46	Produto interno bruto regional
50	Produtividade do trabalho
53	Investimento público e privado
58	Estrutura empresarial
63	Poder de compra concelhio
66	Despesa e rendimento das famílias
71	Emprego
75	Desemprego
79	Abandono escolar
81	Nível de escolaridade da população activa
85	Evolução da população
90	Risco de pobreza
92	Mortalidade segundo a causa
98	Acesso aos cuidados de saúde
102	Criminalidade
105	Participação eleitoral
108	Governo electrónico
111	Instrumentos de gestão da sustentabilidade
115	Intensidade turística
118	Transporte de passageiros
122	Consumo de energia final
126	Produção de energia a partir de fontes renováveis
128	Qualidade do ar
131	Consumo de água
133	Reutilização de água residual tratada
136	Área ardida
138	Qualidade da água em zonas balneares
140	Espécies de fauna e flora ameaçadas e protegidas
143	Uso do solo
146	Espaços verdes de utilização pública
148	Valorização e destino final de resíduos

Resumo

O Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve (SIDS Algarve) foi concebido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, com o apoio e a coordenação científica da Universidade do Algarve e o contributo de um conjunto alargado de instituições da administração pública local e central, agentes económicos, organizações não governamentais e público em geral.

O SIDS Algarve tem como finalidade avaliar e comunicar a sustentabilidade regional, com vista à melhoria dos padrões de qualidade ambiental, equidade social e eficiência económica, bem como ao aumento da consciência pública e participação dos cidadãos.

De forma sumária, a metodologia adoptada, suportada por um modelo participativo, contemplou as seguintes fases: i) revisão bibliográfica de um amplo conjunto de sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável e sistemas de indicadores ambientais; ii) identificação dos principais temas a monitorizar na região; iii) selecção, desenvolvimento e estruturação dos indicadores; iv) comunicação e v) revisão, que será efectuada periodicamente e de forma participada, de modo a reiterar a objectividade, a credibilidade e a eficácia dos indicadores desenvolvidos.

O processo participativo materializou-se a dois níveis: i) escala local – 16 sessões de participação pública (uma por concelho), que possibilitaram a divulgação do conceito de desenvolvimento sustentável e um expressivo envolvimento dos actores locais na definição dos principais temas para monitorizar a sustentabilidade; ii) escala regional – 2 sessões de participação pública com actores chave da região e várias reuniões temáticas com organizações públicas e privadas, que visaram a selecção dos indicadores através do critério relevância, bem como a discussão dos aspectos mais relevantes para o seu desenvolvimento.

A selecção final pela equipa técnica ponderou os critérios relevância e qualidade da informação disponível. Deste processo resultou um conjunto de 130 indicadores, que constitui o SIDS Algarve e que contempla as componentes ambiental, económica, social (incluindo os aspectos culturais) e institucional. O sistema está estruturado em 22 áreas temáticas: desenvolvimento económico; emprego; educação; população e migração; pobreza e exclusão social; saúde; segurança; cultura e lazer; governança e cidadania; investigação, desenvolvimento e tecnologia; mobilidade e transportes; energia; turismo; agricultura; florestas; pescas; ar e clima; água; natureza e biodiversidade; solos e ordenamento do território; ambientes marinhos e costeiros e resíduos.

À semelhança de experiências internacionais, a estrutura adoptada na monitorização da sustentabilidade contempla dois conjuntos distintos de indicadores: um mais detalhado e extenso – indicadores-base – e um sub-conjunto, especialmente utilizado para facilitar a comunicação com o público em geral e com decisores de topo – indicadores-chave. Este sub-conjunto de 31 indicadores-chave, foi igualmente seleccionado pelos actores regionais, que aplicaram os mesmos critérios utilizados na selecção do conjunto dos indicadores-base.

A presente edição define o conjunto de 130 indicadores-base e integra as fichas de caracterização dos 31 indicadores-chave. As fichas de caracterização dos restantes indicadores e todos os materiais de divulgação, bem como outros documentos associados ao SIDS Algarve, serão disponibilizados no sítio da Internet www.ccdr-alg.pt/sids.

Para além da melhoria do acesso à informação sobre a sustentabilidade do Algarve, os indicadores estabelecidos poderão constituir uma ferramenta de avaliação e análise da implementação dos objectivos estratégicos definidos na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e nos instrumentos estratégicos regionais que visam o desenvolvimento sustentável da região, nomeadamente a Estratégia de Desenvolvimento do Algarve (2007-2013) e o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve. Para além destas potencialidades, o SIDS Algarve apresenta sub-conjuntos de indicadores que permitirão articular a monitorização: da escala local (e.g. no âmbito de Agenda 21 Locais) com a escala regional, da escala nacional com a regional, bem como, entre regiões nacionais e transfronteiriças (e.g. articulação da monitorização da sustentabilidade entre o Algarve e Andaluzia).

Abstract

The Algarve's Sustainable Development Indicators System (SIDS Algarve) was conceived by the Regional Development and Coordination Commission for the Algarve with the support and scientific coordination of the University of Algarve and the contribution of a wide group of stakeholders, namely local and central public administration institutions, economic agents, non-governmental organizations and the general public.

The main goal of SIDS Algarve is to assess and report regional sustainability with a view to improving environmental quality standards, social equity and economic efficiency, as well as raising public awareness and citizen participation.

Briefly, the adopted methodology, supported by a participatory framework, comprised the following stages: i) bibliographic review of a wide set of sustainable development indicator systems and environmental indicator systems; ii) identification of the main themes to be monitored in the region; iii) selection, development and structuring of the indicators; iv) communication; v) review, that will be periodical and participative to ensure objectivity, credibility and efficacy of the indicators that have been developed.

The participative process took place at two levels: i) local scale – 16 public participation workshops (one for each municipality) that enabled the dissemination of the concept of sustainable development and an expressive engagement of the local stakeholders in the definition of the main issues to monitor sustainability; ii) regional scale – 2 public participation workshops with key regional stakeholders and several thematic meetings with public and private organizations, to select indicators through relevance criteria, as well as to discuss the most relevant aspects for its development.

The final selection by the technical team pondered the relevance and quality of available information criteria. This process resulted in a set of 130 indicators that make up SIDS Algarve and which encompass the environmental, economic, social (including cultural aspects) and institutional components. The indicator set is structured in 22 thematic areas: economic development; tourism; mobility and transport; energy; agriculture; forests; fisheries; employment; education; population and migration; poverty and social exclusion; health; security; culture and leisure; governance and citizenship; research, development and technology; air and climate, water, nature and biodiversity, soils and land use planning, marine and coastal environment and waste.

Similarly to international experiences, the adopted framework for sustainability monitoring has two distinctive sets of indicators: a broader and more detailed group – baseline indicators – and a subset specially focused on facilitating communication with the general public and top decision makers – headline indicators. This subset of 31 headline indicators was equally selected by regional stakeholders, who applied the same criteria used in the selection of the baseline indicator set.

This publication defines the set of 130 base indicators and presents the characterization sheets of 31 headline indicators. The characterization sheets of the remaining indicators and all the dissemination materials, as well as other documents associated with SIDS Algarve, will be available on the Internet at www.ccdr-alg.pt/sids.

Besides improving access to information about sustainability in the Algarve, the established indicators can provide a tool for the assessment and analysis of the implementation of the strategic goals set out in the National Sustainable Development Strategy and in the regional strategic tools aimed at sustainable development, namely the Algarve's Development Strategy (2007-2013) and the Algarve's Regional Land Use Plan. In addition to these potentialities, SIDS Algarve presents subsets of indicators that will enable interlinking the monitoring of local scale (e.g. Local Agenda 21) and regional scale, national scale and regional scale, as well as national and transboundary regions (e.g. interlinked monitoring of sustainability between the Algarve and Andalusia).

Siglas e Abreviaturas

CCDR Algarve - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

DPSIR - Actividades / Forças Motrizes - Pressão - Estado - Impacte - Resposta

DS - Desenvolvimento Sustentável

ED Algarve - Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007 - 2013

ENDS - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

I&D - Investigação e Desenvolvimento

IDS - Indicador de Desenvolvimento Sustentável

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

ONG - Organização Não - Governamental

PROT Algarve - Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve

PSR - Pressão - Estado - Resposta

SIDS - Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

UALG - Universidade do Algarve

Prefácio

As preocupações ambientais começaram a dar origem à política de ambiente no início dos anos 70, numa época em que se entendia que o crescimento económico só era possível à custa da degradação dos recursos naturais, mas o conceito de desenvolvimento sustentável só viria a emergir em 1987, através da publicação do Relatório Brundtland, encarado como um modo de desenvolvimento que garante simultaneamente as necessidades da geração presente e das gerações futuras e assegura o equilíbrio de 3 pilares fundamentais: sociedade, ambiente e economia.

Neste contexto, a política europeia e, em particular, a nacional, têm vindo a promover um conjunto de instrumentos (tratados e directivas EU, instrumentos de planeamento e ordenamento, instrumentos integrados, regulamentação sectorial) assentes nestes princípios e que procuram fomentar a defesa dos direitos humanos, a equidade e o bem-estar social, a salvaguarda do ambiente e dos recursos naturais e a competitividade económica baseada em recursos renováveis.

Também no Algarve estas preocupações se têm reflectido, nomeadamente na recente Estratégia de Desenvolvimento Regional, definida no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, bem como noutros instrumentos de planeamento e gestão territorial, como é o caso do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve.

No sentido de avaliar e monitorizar permanentemente o estado da região algarvia e os efeitos da aplicação destas e de outras políticas de âmbito

regional, os indicadores de desenvolvimento sustentável assumem um papel importante de apoio à decisão, pois permitem verificar a existência de tendências, estabelecer comparações com determinadas metas, identificar as variáveis chave do sistema e apoiar a definição de prioridades para o futuro, bem como de divulgação de informação de forma simplificada junto da população em geral.

A presente publicação resulta de um trabalho que tem vindo a ser promovido, desde 2002, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, em parceria com várias entidades públicas e privadas da região algarvia e com uma forte componente de participação pública. As tendências apontadas pelos indicadores revelam que o caminho para a sustentabilidade está iniciado, mas que ainda há muitos obstáculos a contornar, sendo, neste sentido, determinante dar continuidade à prática de políticas adequadas, mas também contribuir para a interiorização de princípios de ética ambiental na consciência de cada um de nós.

Deixo, finalmente, uma palavra de apreço a todos os que, de alguma forma, contribuíram para a construção do SIDS Algarve e, em particular, às empresas Águas do Algarve e ALGAR que apoiaram, e tornaram possível a edição desta publicação e a partilha com todos os cidadãos algarvios de informação que caracteriza a realidade da região onde vivem.

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
Faro, 28 de Maio de 2008

1. Introdução

O objectivo fundamental da monitorização do estado do ambiente e da sustentabilidade é a melhoria da qualidade das decisões em gestão da sustentabilidade. Para concretizar este propósito é necessário encontrar uma ferramenta que possibilite estreitar as relações entre os resultados da monitorização da sustentabilidade e as respostas políticas dos decisores das organizações públicas. É neste contexto, de avaliação e comunicação da sustentabilidade, que se têm verificado a nível internacional um crescimento significativo de iniciativas de monitorização, baseadas em indicadores de sustentabilidade. A maioria destas iniciativas são de âmbito nacional, contudo recentes trabalhos científicos têm demonstrado o crescimento de iniciativas à escala regional.

Esta proliferação de iniciativas, desenvolvidas essencialmente num passado recente, ainda não proporcionou uma estabilização da terminologia, conduzindo muitas vezes a interpretações desajustadas devido a utilizações de conceitos incorrectos. No presente trabalho tiveram-se em conta as definições apresentadas em Ott (1978), Jackson *et al.* (2000), OECD (1993) e OECD (2001c). Indicador de Desenvolvimento Sustentável (IDS) é um sinal que pode ser relatado numa forma simples e útil, contendo uma mensagem complexa, potencialmente resultante de numerosos factores. Um indicador de desenvolvimento sustentável é desenvolvido a partir de uma determinada variável ou conjunto de variáveis (relatado nas unidades originais ou transformado) para reflectir um ou mais atributos da sustentabilidade. Os Indicador de Desenvolvimento Sustentável (IDS) desempenham três funções principais (Hametner & Steurer, 2007):

- i) Síntese de informação, possibilita descrição de uma situação com menos variáveis, permitindo a comparação com metas estabelecidas e avaliação da eficácia das políticas;
- ii) Simplificação da comunicação, dos aspectos positivos e negativos, para políticos, gestores e público em geral;
- iii) Fornecer directrizes relevantes para os processos de tomada de decisão, em particular, para uma melhor integração horizontal de políticas pelos sectores, e verticais entre níveis diferentes de governação.

Estes sistemas de IDS têm como principais objectivos (DETR, 1999): i) descrever o progresso do DS; ii) destacar as iniciativas de política-chave relevantes para o DS; iii) educar o público para o significado de DS; iv) aumentar a consciência do público para a necessidade de desenvolver determinadas acções para se atingir um DS; v) alertar a tempo de prevenir danos económicos, sociais e ambientais; e vi) relatar o progresso no sentido do DS para as diversas audiências.

Na monitorização da sustentabilidade através de IDS existem várias abordagens metodológicas, das quais se destacam: (i) elaboração de listagens de IDS, geralmente apoiadas em modelos conceptuais para a categorização dos indicadores; (ii) elaboração de medidas agregadas ou índices de sustentabilidade.

No Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve (SIDS Algarve) foi adoptada a abordagem das listagens de IDS. Este sistema concebido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, com o apoio e a coordenação científica da Universidade do Algarve e o contributo de um conjunto alargado de partes interessadas, tem como finalidade avaliar e comunicar a sustentabilidade regional, com vista à melhoria dos padrões de qualidade ambiental, equidade social e eficiência económica, bem como ao aumento da consciência pública e participação dos cidadãos.

2. Indicadores regionais de Desenvolvimento Sustentável

O Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve (SIDS Algarve) foi desenvolvido em duas fases, tendo a primeira abordado a componente ambiental e a segunda as restantes componentes da sustentabilidade – económica, social (incluindo os aspectos culturais) e institucional.

A concepção e desenvolvimento do SIDS Algarve decorreu em duas fases por razões de operacionalidade e de optimização de recursos. No entanto, a metodologia global do sistema de indicadores foi aplicada de forma integrada, traduzindo-se de forma semelhante em ambas as fases de desenvolvimento do SIDS (Figura 1).

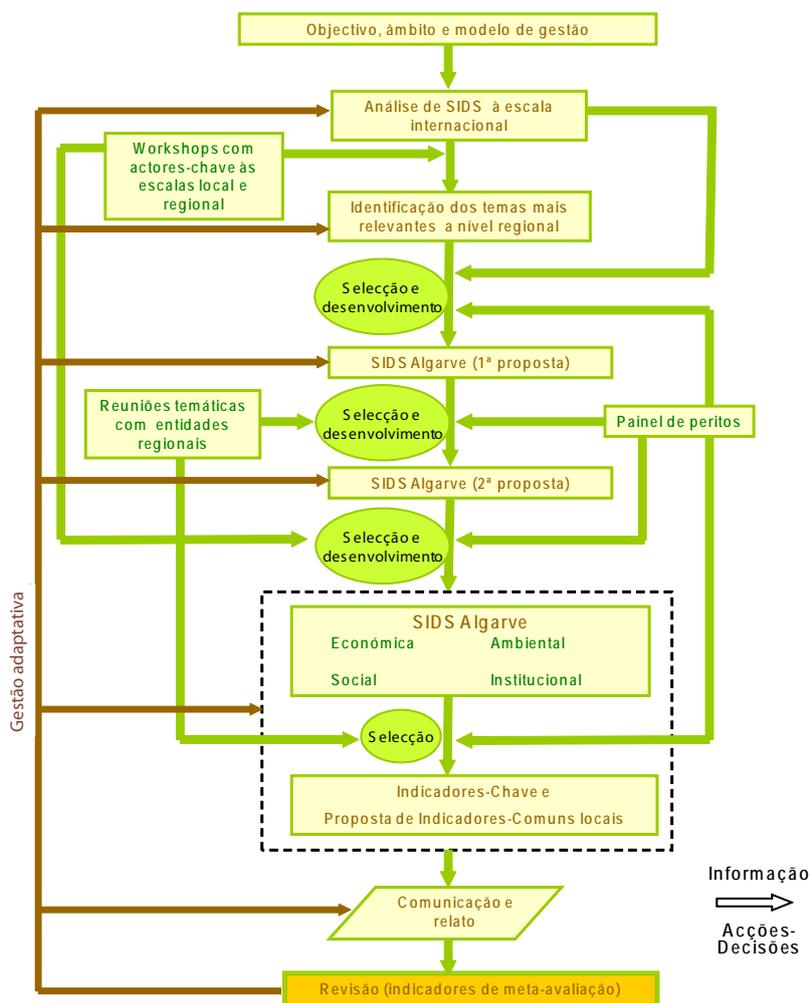


Figura 1 - Metodologia adoptada no SIDS Algarve

2.1. Objectivos e Público-Alvo

O SIDS Algarve é um instrumento que tem como finalidade avaliar e comunicar a sustentabilidade da região, com vista à melhoria dos padrões de qualidade ambiental, equidade social e eficiência económica, bem como ao aumento da consciência pública e participação dos cidadãos.

Constituem objectivos específicos, um conjunto diversificado de aspectos, dos quais se destacam:

- Constituir uma base alargada de indicadores de desenvolvimento sustentável, incluindo aspectos ambientais, económicos, sociais e institucionais;
- Apoiar a monitorização dos principais instrumentos estratégicos regionais que visam o desenvolvimento sustentável da região (*e.g.* Estratégia de Desenvolvimento do Algarve (2007-2013) e Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve), contribuindo para avaliar o cumprimento de objectivos e metas;
- Fornecer um instrumento de apoio à decisão;
- Aproximar a sociedade civil da Administração Pública;
- Promover a cooperação entre organismos públicos e privados;
- Dar resposta às solicitações de informação sobre ambiente e desenvolvimento sustentável, provenientes de organismos nacionais e internacionais;
- Transmitir informação técnica de forma mais sintética e inteligível, preservando o significado original dos dados;
- Avaliar a integração ambiental e da sustentabilidade nos diferentes sectores de actividade económica (*e.g.* turismo);
- Avaliar a sustentabilidade regional do território, enquanto destino turístico;
- Articular a monitorização da sustentabilidade de âmbito regional, com os instrumentos promotores de sustentabilidade à escala local (*e.g.* Agenda 21 Local, ECO XXI da Associação Bandeira Azul da Europa);
- Envolver activamente as diferentes partes interessadas na avaliação e relato da sustentabilidade;
- Promover a educação e respectivas acções para a sustentabilidade.

O público-alvo do SIDS Algarve inclui todas as partes interessadas na avaliação e comunicação da sustentabilidade, nomeadamente técnicos, gestores e decisores de organizações públicas e privadas, organizações não-governamentais, associações empresariais, profissionais e sindicais e público em geral. Apesar do sistema de indicadores procurar atingir um público alvo alargado e diversificado, pretende, em particular, apoiar a comunicação com uma audiência não técnica, designadamente decisores, turistas e comunidades locais.

2.2. Modelo de Gestão

A CCDR Algarve é o serviço periférico da administração directa do Estado, no âmbito do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, com funções de administração desconcentrada, ao nível do Algarve - circunscrição territorial de nível II da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS). A promoção, avaliação e comunicação da sustentabilidade enquadra-se nas atribuições e competências da CCDR, pois tem por missão executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional, ao nível das respectivas áreas geográficas de actuação, promover a actuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações. Esta missão traduz-se num conjunto de atribuições, entre as quais, coordenar

os serviços desconcentrados de âmbito regional, no domínio do planeamento, do ordenamento do território, da coordenação estratégica e do desenvolvimento económico, social e ambiental.

Neste contexto, a CCDR Algarve será a instituição com missão, atribuições e competências mais adequadas para gerir o SIDS Algarve. O modelo de gestão a instituir deverá ser participativo, articulando as estruturas já existentes na Administração Pública Central, Central Desconcentrada a nível regional e Local, para a execução de objectivos conexos (*e.g.* estruturas de monitorização de políticas, planos e programas) e para a gestão dos fluxos de informação. Assim, deverão ser definidos os mecanismos institucionais que permitam concretizar a optimização destas ligações, aproveitando os meios já existentes e de forma a identificar e potenciar sinergias e mitigar eventuais conflitos.

Com o objectivo de assegurar a capacidade de monitorização estratégica e intervenção do SIDS Algarve recomenda-se a dinamização de um Fórum de Avaliação e Acompanhamento da Sustentabilidade Regional, funcionando maioritariamente à distância, numa base não presencial, e que constituirá um importante instrumento para a revisão e revalidação do sistema de indicadores. Esta estrutura permitirá garantir a adopção de um modelo aberto, participativo e validado para o SIDS Algarve.

O Fórum, assumirá funções de consulta e de suporte à avaliação da sustentabilidade, nomeadamente enquanto rede regional de troca de informação sobre ambiente e desenvolvimento sustentável. Poderá intervir em todas as fases do processo de desenvolvimento, avaliação, comunicação e revisão dos indicadores e da respectiva informação associada. Esta estrutura deverá ser representativa da diversidade de actores-chave envolvidos nos processos de ambiente e desenvolvimento sustentável, de forma a garantir que todas as valências temáticas ou sectoriais do SIDS ficam totalmente cobertas, incluindo especialistas por indicador ou por grupos semelhantes de indicadores.

No âmbito do processo participativo de concepção e desenvolvimento do SIDS Algarve, em particular nas reuniões com entidades regionais, foram criadas as bases de um Fórum de Avaliação e Acompanhamento, envolvendo representantes das Autarquias Locais, de organismos da Administração Central e Central Desconcentrada de âmbito regional, organizações não-governamentais, empresas e associações empresariais, profissionais e sindicais. Deste modo, dever-se-à proceder à sua formalização, de forma célere, para que as suas atribuições sejam concretizadas num reduzido período de tempo, entre as quais se destaca a comunicação e revisão dos indicadores.

2.3. Análise de sistemas de indicadores internacionais e nacionais

A concepção do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve alicerçou-se num processo de revisão e análise dos principais sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável existentes no panorama internacional. Das múltiplas iniciativas existentes, a análise centrou-se nos sistemas de indicadores para a escala regional, mas procurou também reflectir a diversidade de iniciativas existentes no contexto mundial. Assim, este processo de revisão e análise contemplou as seguintes componentes:

(i) indicadores de desenvolvimento sustentável desenvolvidos por organizações multinacionais consideradas de referência (e.g. Organização das Nações Unidas - ONU, Gabinete de Estatística da Comissão Europeia - EUROSTAT e a Agência Europeia do Ambiente - AEA);

(ii) indicadores de desenvolvimento sustentável, desenvolvidos por países, especialmente aqueles que constituem exemplos de boa prática e/ou que apresentam características semelhantes a Portugal, designadamente a influência mediterrânica e a dimensão territorial;

(iii) indicadores de desenvolvimento sustentável desenvolvidos para a escala regional.

Os 66 sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável analisados (Tabela 1) foram processados numa base de dados, que incluiu vários campos, designadamente: nome do sistema; objectivo; modelo conceptual; número de indicadores-base e de indicadores-chave; dimensões e temas da sustentabilidade; escala; periodicidade; abordagem participativa; número e tipologia de actores sociais; e interacção entre escalas de governação.

Tabela 1 – Sistemas de Indicadores analisados.

ÂMBITO		FONTES
ORGANIZAÇÕES MULTINACIONAIS	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico; Nações Unidas	UNCSD (2001); UN SD (2005); OECD (1993); OECD (2002); OECD (2005)
	União Europeia; Europa	EUROSTAT (2005); CE (2005); EUROSTAT (2001); AIRI (2003); COMM (2005); AEA (2004); EEA (2005); EA (2004); LANDSIS g.e.i.e. <i>et al.</i> (s.d.)
	Outros	World Bank (2005); PBRAC (2002); PBRAC (2005); nrg4SD (s.d.)
EUROPA	Reino Unido	DEFRA (2005); DEFRA (2004a, 2004b); Audit Comission <i>et al.</i> (2005); Lingayah & Sommer (2001)
	Inglaterra	GONW <i>et al.</i> (2004); NEA (2004a, 2004b); YHA (2003); EERA & EESDRT (2001); EMRA (2005); SEERA <i>et al.</i> (2004); SWRA (2002); SWRA (s.d.); SWO (2005);
	Escócia	SEEG (2002)
	País de Gales	SDNAW (2005)
	Suécia	SS & SEPA (2001)
	Finlândia	FEA (2004)
	Dinamarca	DEPA (2003)
	Bélgica	DGRNE (2003)
	Suíça	Montmollin <i>et al.</i> (2004)
	França	IFEN (s.d.)
	Luxemburgo	ME (2002)
	República Checa	MECR (2002)
	Espanha	AJA (2003); Gobierno Vasco & IHOBE (2003)
	Itália	RT-DGPTA (2005); Berrini <i>et al.</i> (1999)
	Portugal	DGA (2000) ; RCM n.º 180/2004
AMÉRICA DO NORTE	Canadá	NRTEE (2003); NIROEC (2003); BCMWLAP (2002); Anielski <i>et al.</i> (2001)
	Estados Unidos	US SDI (2001); Sustainable Seattle (1998); Minnesota Planning (2002); Oregon Progress Board (2005); MEGC & MDF (2005); NJSSI (2000); NCPB (2005)
AMÉRICA CENTRAL E DO SUL	América do Sul e Caribe	CEPAL (s.d.)
	Costa Rica	MIDEPLAN (s.d.)
	Brasil	IBGE (s.d.)
	Argentina	SADS <i>et al.</i> (2005)
OCEÂNIA	Nova Zelândia	SNZ (2002)
ÁSIA	Japão	JFS (s.d.)

As últimas Conferências Mundiais de Ambiente e Desenvolvimento organizadas pelas Nações Unidas (Rio de Janeiro, 1992 e Joanesburgo, 2002) e outros fóruns internacionais, colocaram como prioridade de topo a avaliação da sustentabilidade à escala nacional. Na análise efectuada verificou-se que no contexto internacional existe uma maioria de sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável à escala nacional, contudo os sistemas de âmbito regional têm apresentado uma tendência crescente. Actualmente, muitos dos sistemas de indicadores encontram-se organizados por temas ou categorias. A não adopção dos modelos conceptuais de referência (e.g. DPSIR - Actividades/Forças Motrizes-Pressão-Estado-Impacto-Resposta e PSR - Pressão-Estado-Resposta) deve-se à dificuldade de aplicação destes modelos num referencial de sustentabilidade. Outro argumento para colocar em segundo plano os modelos conceptuais, é a necessidade de monitorizar a sustentabilidade através de uma forte interligação e interdependência das estratégias de desenvolvimento sustentável adoptadas. Assim, muitos dos sistemas de indicadores analisados estão

organizados em função dos objectivos, linhas estratégicas ou temáticas das respectivas estratégias.

Os sistemas regionais analisados apresentam um número de indicadores-base que varia entre 15 e 130, sendo frequente a componente social reunir o maior número de indicadores. A assinalável amplitude do intervalo de indicadores reflecte os diferentes objectivos, abordagens e metodologias adoptadas.

Para efeitos de uma análise mais detalhada, seleccionaram-se 37 sistemas de indicadores a partir dos 66 sistemas analisados na revisão inicial (Tabela 2). Para a obtenção deste subconjunto utilizaram-se os critérios de selecção estabelecidos na revisão bibliográfica inicial bem como a existência de informação relativa à fundamentação metodológica de cada indicador.

Tabela 2 – Sub-conjunto de sistemas da amostra

CRITÉRIO DE SELECÇÃO	FONTE
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE ORGANIZAÇÕES MULTINACIONAIS CONSIDERADAS DE REFERÊNCIA	UNCSD (2001)
	UN SD (2005)
	WORLD BANK (2005)
	EUROSTAT (2005)
	EUROSTAT (2001)
	COMM (2005)
	AEA (2004)
	EEA (2005)
	OECD (2002)
	OECD (2005)
	PBRAC (2002)
	PBRAC (2005)
	CE (2005)
	CEPAL (s/d)
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE ESCALA NACIONAL	DEFRA (2004a)
	DEFRA (2005)
	EA (2004)
	Montmollin <i>et al.</i> (2004)
	SS & SEPA (2001)
	SNZ (2002)
	US SDI (2001)
	DEPA (2003)
	DGA (2000)
	RCM n.º 180/2004
	IBGE (s.d.)
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE ESCALA REGIONAL	nrg4SD (s.d.)
	DEFRA (2004b)
	GONW <i>et al.</i> (2004)
	EMRA (2005)
	YHA (2003)
	EERA & EESDRT (2001)
	SEERA <i>et al.</i> (2004)
	SWO (2005)
	SWRA (s.d.)
	Manitoba Conservation (2005)
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE ESCALA LOCAL	AUDIT COMMISSION <i>et al.</i> (2005)
	SUSTAINABLE SEATTLE (1998)

2.4. Delimitação do âmbito temático e da estrutura dos indicadores

Na prossecução dos principais objectivos definidos, o SIDS Algarve apresenta como principal referencial temático o desenvolvimento sustentável e as respectivas dimensões, ambiental, económica, social (incluindo os aspectos culturais) e institucional.

2.4.1. Processo participativo para identificação de temas relevantes

Tendo por objectivo delimitar o âmbito temático específico do sistema de indicadores regional adoptou-se um processo baseado na participação pública. Apesar da participação pública ter sido transversal a toda a concepção e desenvolvimento do SIDS Algarve, onde desempenhou um papel determinante na credibilidade, transparência e robustez do sistema, ocorreu com maior significância em determinadas fases da metodologia, nomeadamente na delimitação do âmbito temático.

O processo participativo foi conduzido a dois níveis espaciais: *i)* escala local - visou essencialmente o envolvimento dos actores locais na definição dos principais temas para monitorizar a sustentabilidade; *ii)* escala regional - envolvimento dos actores regionais na selecção e desenvolvimento dos indicadores (Cap.2.5 e 2.6).

À escala local foi promovido um *workshop* participativo em cada município da região do Algarve, envolvendo assim os vários actores locais. As 16 sessões de participação pública tiveram como principal objectivo identificar os temas relevantes para a sustentabilidade do Algarve, através da identificação dos principais problemas e desafios colocados ao desenvolvimento sustentável da região.

No conjunto dos 16 *workshops* foram convidados cerca de 3000 actores locais, espelhando variadas sensibilidades sociais, culturais e profissionais, dos quais 311 participaram efectivamente. As partes interessadas com maior representatividade foram: as empresas, em especial do sector do turismo; a administração central com representação local, destacando-se as instituições do sector da educação (ensino básico e secundário) e as do sector da saúde; a administração local, com especial peso das Juntas de Freguesia; e as associações recreativas, culturais e desportivas (Figura 2).

Cada *workshop* participativo foi composto por uma sessão de abertura, sessões paralelas com pequenos grupos de trabalho (pré-determinados) de composição heterogénea, pela sessão plenária que reuniu todos os participantes e pela avaliação da sessão de participação pública.

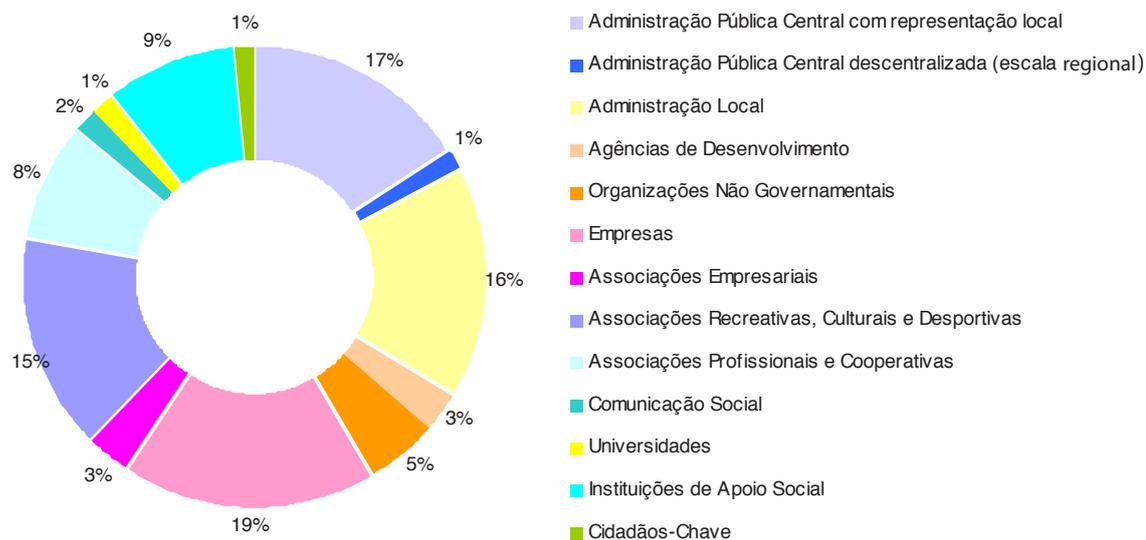


Figura 2 – Entidades presentes nos workshops participativos a nível local

Nas sessões paralelas cada grupo de trabalho contou com a presença de um facilitador, que propôs aos participantes que respondessem às seguintes questões: i) quais os problemas mais importantes do Algarve nos domínios social, económico e ambiental; ii) quais os aspectos positivos e as potencialidades do Algarve nos domínios social, económico e ambiental; e iii) que Algarve gostaria de deixar às futuras gerações. As questões foram trabalhadas em momentos distintos, contemplando a seguinte metodologia:

- identificação e listagem dos aspectos de sustentabilidade considerados mais relevantes;
- atribuição de prioridades aos itens listados.

Na sessão plenária foi efectuada uma avaliação final de prioridades, por questão, tendo por base os itens listados nos diversos grupos de trabalho.

A análise das 3 questões permitiu estabelecer de forma preliminar, os principais temas da sustentabilidade a monitorizar na região. A Tabela 3 identifica os seis aspectos considerados mais relevantes pelos 311 participantes, em cada pergunta.

Tabela 3 – Principais problemas, aspectos positivos e desafios para sustentabilidade do Algarve

<p>Questão 1</p> <p>Problemas mais importantes do Algarve</p>	1. Desertificação humana da serra e do interior
	2. Fraca diversidade económica/economia excessivamente dependente do turismo e serviços
	3. Emprego sazonal/precariedade do emprego
	4. Assimetrias intra-regionais (litoral/barrocal e serra)
	5. Falta de equipamentos sociais (lares; jardins de infância, centros de dia)
	6. Falta de recursos humanos qualificados
<p>Questão 2</p> <p>Aspectos positivos do Algarve</p>	1. Condições para potenciar as energias renováveis (e.g. solar, eólica; ondas; biomassa)
	2. Qualidade dos produtos regionais (e.g. artesanato, mel, trabalhos em cortiça, cestaria, olaria, batata doce Aljezur, amendoim, alfarroba, gastronomia)
	3. Segurança
	4. Bom clima
	5. Gastronomia e doçaria regional e tradicional
	6. Qualidade das praias
<p>Questão 3</p> <p>O Algarve do futuro</p>	1. Pleno emprego
	2. Utilização das energias renováveis como fonte de energia
	3. Boa rede de infra-estruturas de apoio social
	4. Preservação da identidade cultural (valores culturais, tradicionais, históricos, gastronómicos)
	5. Comunidade de cidadãos responsáveis e participativos/cidadania activa
	6. Regionalização

No final da sessão plenária os participantes foram inquiridos de forma a proceder à avaliação da sessão de participação pública, através de 8 critérios: adequação da **dinâmica/metodologia utilizada**; desempenho da **organização da sessão**; **tempo adequado**; interesse dos **temas abordados**; qualidade da **prestação dos facilitadores**; qualidade da **prestação dos participantes**; qualidade dos **resultados alcançados**; **interesse geral da sessão**. Esta avaliação foi efectuada através de um “Alvo”, que permitiu pontuar cada critério numa escala qualitativa que varia entre “Elevada” (pontuação máxima – centro do alvo) e “Reduzida” (pontuação mínima - zona mais afastada do centro do alvo).

A avaliação das 16 sessões de participação pública revela que a maioria dos participantes atribuiu uma boa classificação à maioria dos critérios, tendo-se verificado no entanto, que para os critérios “Tempo adequado” e “Resultados alcançados” as expectativas dos participantes não foram

positivas, como se pode ver na tabela 4. Na realidade, o controle do tempo foi um dos aspectos relevantes da metodologia. Foi essa contenção temporal que permitiu aos grupos de trabalho discutir temáticas associadas ao desenvolvimento sustentável, temáticas abrangentes e complexas, de uma forma sintética e priorizada, conduzindo a resultados concretos e associados à atribuição da sua relevância a nível local. Quanto ao critério “Resultados alcançados” a pontuação transmite alguma insatisfação face aos resultados alcançados na sessão, possivelmente associada ao tempo disponível para realizar as tarefas e também à percepção da dificuldade em transpor esses resultados para o SIDS Algarve. Na realidade, os resultados da participação foram cruciais, conforme já referido, na definição dos Indicadores-chave do sistema e na maior robustez do SIDS Algarve.

Tabela 4 – Resultados da avaliação das sessões de participação pública à escala local

CRITÉRIO	CLASSIFICAÇÃO (%)		
	BOA	MÉDIA	MÁ
DINÂMICA / METODOLOGIA UTILIZADA	70.5	26.5	2.9
ORGANIZAÇÃO DA SESSÃO	63.1	34.5	2.4
TEMPO ADEQUADO	31.3	49.4	19.2
TEMAS ABORDADOS	79.9	18.5	1.6
PRESTAÇÃO DOS FACILITADORES	69.9	28.5	1.6
PRESTAÇÃO DOS PARTICIPANTES	74.9	23.2	1.9
RESULTADOS ALCANÇADOS	42.6	51.3	6.1
INTERESSE GERAL DA SESSÃO	75.4	22.3	2.3

2.4.2. Estrutura conceptual dos indicadores

Acompanhando as tendências internacionais, o SIDS Algarve foi estruturado segundo um modelo de categorização multi-temático. Os temas adoptados procuraram reflectir domínios que combinam os seguintes critérios: (i) relevância estratégica (e.g. presença em instrumentos estratégicos, tais como políticas e planos); (ii) importância atribuída nos processos participativos (os aspectos identificados como mais significativos nas sessões de participação pública); (iii) evidência na estrutura dos sistemas de indicadores de organizações de referência (e.g. Comissão Europeia).

A estrutura de categorização multi-temática é constituída por 22 áreas temáticas: desenvolvimento económico, emprego, educação, população e migração, pobreza e exclusão social, saúde, segurança, cultura e lazer, governança e cidadania, investigação, desenvolvimento e tecnologia, mobilidade e transportes, energia, turismo, agricultura, florestas, pescas, ar e clima, água, natureza e biodiversidade, solos e ordenamento do território, ambientes marinhos e costeiros e resíduos.

Complementarmente, os indicadores são também estruturados de acordo com o modelo conceptual Actividades/Forças Motrizes-Pressão-Estado-Impacto-Resposta (DPSIR), adaptado para um contexto de sustentabilidade regional. Apesar das limitações do modelo DPSIR quando aplicado num referencial de sustentabilidade, este permite relacionar as causas dos problemas da sustentabilidade com as consequências, através das relações entre as variáveis, podendo reforçar o papel dos indicadores enquanto importante ferramenta de apoio à decisão. Este tipo de modelos permite organizar conteúdos, identificar uma plataforma de vocabulário comum e assegurar uma cobertura equilibrada das diferentes vertentes da sustentabilidade, numa perspectiva sistémica. Os modelos do tipo DPSIR permitem também focar os processos de recolha de dados, melhorar a comunicação e a síntese da informação-chave, e apoiar a avaliação integrada da sustentabilidade.

- Para além da estruturação por diferentes temas de sustentabilidade e por categorias do modelo DPSIR o SIDS Algarve encontra-se organizado segundo um conjunto de indicadores-base – Grupo I – e três sub-conjuntos de indicadores – Grupos II, III e IV –, apresentando as seguintes características:
- Grupo I “indicadores-base” – corresponde ao conjunto completo e mais extenso do sistema;
- Grupo II “indicadores-chave” – corresponde a um subconjunto do Grupo I que apresenta maior capacidade de comunicação e redução da complexidade, apresentando como principal objectivo facilitar a disseminação e divulgação de informação junto de decisores e do público em geral.
- Grupo III “indicadores-comuns locais” – corresponde a um subconjunto

do Grupo I (coincidindo, em muitos casos, com os indicadores do Grupo II), que deverá constituir o *mínimo comum* a utilizar em SIDS locais. Desta forma, este grupo de indicadores permitirá assegurar a realização de estudos comparativos entre concelhos, contribuindo para a avaliação de assimetrias intra-regionais. Estes indicadores poderão também permitir a realização de *benchmarking* concelhio, a aquisição de informação de base com maior detalhe e o envolvimento da comunidade local na monitorização da sustentabilidade.

- Grupo IV “indicadores-comuns sectoriais”² – corresponde a um subconjunto do Grupo I (podendo coincidir com indicadores dos Grupos II ou III) que deverá constituir o mínimo comum a utilizar em SIDS sectoriais ou temáticos (e.g. energia, indústria, turismo, agricultura e pescas, transportes) de âmbito regional. Desta forma, este grupo de indicadores permitirá assegurar a realização de estudos que confrontem sectores comparáveis, contribuindo para a avaliação de assimetrias inter-sectoriais na região. Estes indicadores poderão também constituir um suporte à possibilidade de efectuar *benchmarking* sectorial.

2.5 Selecção e desenvolvimento dos indicadores-base e dos indicadores-chave

A primeira proposta de indicadores foi formulada pela equipa do projecto SIDS Algarve em conjunto com um painel multidisciplinar de técnicos da CCDR Algarve. No processo de selecção, que decorreu durante as reuniões de trabalho, foram utilizados de forma combinada os seguintes procedimentos:

- Desenvolvimento e análise de uma matriz de frequências que associou a identificação dos 37 sistemas com os respectivos indicadores, de modo a permitir quantificar os indicadores mais utilizados;
- Avaliação do grau de convergência entre os indicadores desenvolvidos e seleccionados a partir da matriz de frequências, *versus* os temas de desenvolvimento sustentável identificados no processo participativo
- Aplicação do critério relevância.

A atribuição da relevância cobriu os seguintes aspectos: associação com as principais questões estratégicas e factores de sustentabilidade; capacidade de resposta às solicitações de informação provenientes de organizações públicas nacionais; relação com metas ou valores de referência técnico/científicos ou políticos; importância técnica e científica; capacidade de síntese; facilidade de comunicação da informação e adequação à escala regional.

2. Iniciativa a desenvolver

2.6. Processo participativo para selecção e validação de indicadores

Com a formulação da primeira proposta de sistema de indicadores en-cetou-se mais uma importante etapa do processo participativo, que en-volveu diversas entidades regionais, nomeadamente organizações da administração pública central, central descentralizada e local, organizações não-governamentais, empresas e associações empresariais, profissionais e sindicais, contabilizando um total de 135 participantes (Figura 3). Este processo participativo foi estruturado através de reuniões temáticas, onde se conjugavam as entidades regionais de acordo com as suas áreas de competência e interesse. As 12 reuniões temáticas decorreram num formato bipartido:

- (i) selecção/validação dos indicadores mais relevantes para cada tema ou grupo de temas em face da proposta apresentada pela equipa do SIDS Algarve; este procedimento foi efectuado com base numa escala quantitativa de relevância
- (ii) foram apresentados os principais resultados das sessões de participação pública a nível local e analisada a relevância atribuída à temática da reunião *versus* os indicadores mais relevantes; foram ainda discutidos alguns dos principais aspectos metodológicos dos indicadores.

Terminado este momento participativo, foi concluída a segunda proposta de sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável do Algarve. A proposta foi avaliada pela equipa técnica do SIDS Algarve e por peritos sectoriais, segundo os seguintes critérios: relevância; exequibilidade; qualidade da informação disponível. De salientar, que o critério exequibilidade compreende os seguintes aspectos: sensibilidade; robustez; custo; operacionalidade dos métodos de obtenção, processamento e análise; não confidencialidade da informação. A qualidade da informação é aferida em função dos aspectos: robustez dos dados; comparabilidade temporal e espacial; grau de resolução espacial (adequação da escala). A combinação destes critérios permitiu otimizar a dimensão e a diversidade do sistema de indicadores, reduzindo o número de indicadores e proporcionando robustez e coerência metodológica ao SIDS Algarve. Para sistematizar a informação associada aos indicadores seleccionados foi desenvolvida uma base de dados com uma ficha de caracterização por indicador (Tabela 5).

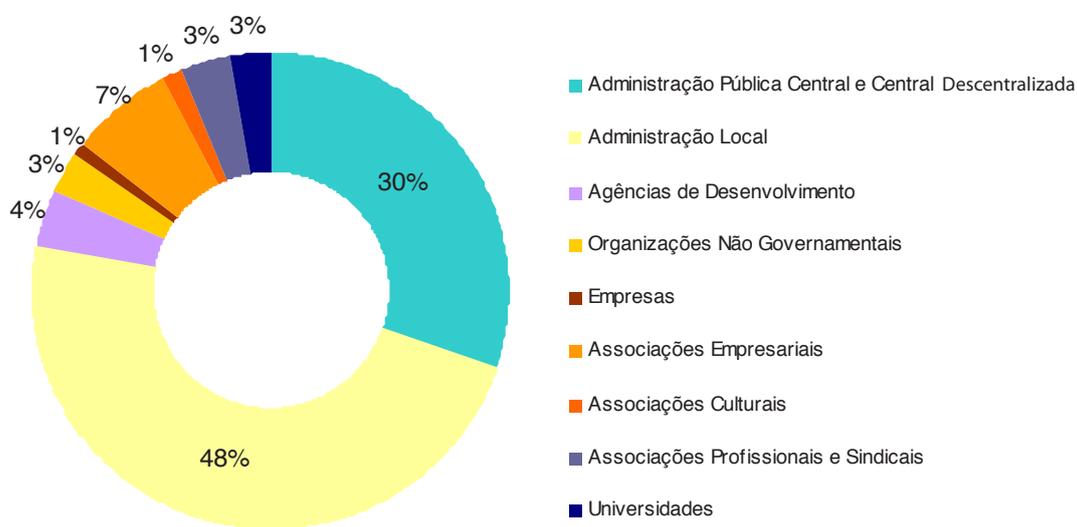


Figura 3 – Participantes nas reuniões com entidades regionais

Tabela 5 - Modelo de ficha de caracterização dos indicadores SIDS Algarve

		CÓDIGO	Número do IDS
TEMA	Uma das 22 áreas temáticas em que estão distribuídos os indicadores do desenvolvimento sustentável.	DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Nome do indicador	INDICADOR-CHAVE	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	Descrição do indicador e da importância da sua monitorização enquanto indicador de desenvolvimento sustentável para a região.		
METAS	Metas políticas, limiares legais ou outros valores de referência que permitam medir a distância entre os resultados dos indicadores e esses patamares.		
METODOLOGIA	Descrição sumária da metodologia para a determinação do indicador.		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	Unidade(s) de medição preferencial do indicador, em valores absolutos, relativos ou normalizados.		
UNIDADE ESPACIAL	Escala preferencial à qual deverá ser efectuada a análise do indicador: <input type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Intervalo de tempo previsto entre as medições do indicador (e.g. anual)		
DISPONIBILIDADE	<input type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	Identifica a instituição que disponibiliza ou poderá disponibilizar os dados de base.		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	1º Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento" 2º Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética 3º Melhor ambiente e valorização do património 4º Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social 5º Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território 6º Um papel activo de Portugal na construção Europeia e na cooperação internacional 7º Uma administração pública mais eficiente e modernizada		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	I. Diversificar e qualificar o cluster turismo/lazer II. Robustecer e modernizar a economia regional III. Reestruturar os modelos organizativos do tecido empresarial IV. Desenvolver um nicho de serviços intensivo em conhecimento V. Melhorar as condições de empregabilidade para absorver novas qualificações VI. Melhorar as qualificações dos jovens e dos adultos, valorizando as competências básicas e tecnológicas VII. Fomentar iniciativas de desenvolvimento sócio-económico de apoio à integração de grupos vulneráveis VIII. Modernizar e qualificar a Administração Pública da região IX. Promover um modelo territorial articulado e potenciador dos seus diversos espaços X. Melhorar as acessibilidades e a mobilidade XI. Completar as redes regionais de equipamentos XII. Qualificar o espaço público e a paisagem XIII. Completar e garantir infra-estruturas ambientais de qualidade XIV. Criar níveis elevados de protecção ambiental XV. Promover a participação, as boas práticas e políticas de informação e de educação ambiental XVI. Implementar uma política de prevenção de riscos		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	1. Sustentabilidade ambiental 2. Reequilíbrio territorial 3. Estruturação urbana 4. Qualificação e diversificação do turismo 5. Salvaguarda e valorização do património cultural histórico-arqueológico 6. Estruturação das redes de equipamentos colectivos 7. Estruturação das redes de transporte e logística		
DOCUMENTOS RELEVANTES	Identificação de documentos relevantes que incidam sobre a matéria em análise.		
ANÁLISE SUMÁRIA	Análise sumárias das representações gráficas.		

2.7. Lista de Indicadores do SIDS Algarve

Na sequência da definição dos 130 indicadores-base que constituem o SIDS Algarve (Grupo I), iniciou-se o processo iterativo de selecção multi-critério, do subconjunto de indicadores-chave (Grupo II) e do subconjunto de indicadores-comuns locais (Grupo III), tendo-se obtido 31 indicadores-chave e 16 indicadores-comuns locais que se apresentam na Tabela 6. Durante o processo de desenvolvimento das fichas de indicadores foram novamente consultados peritos sectoriais, de organizações públicas e privadas, para apoiar o desenvolvimento das metodologias e avaliação

dos resultados dos indicadores. A informação utilizada para a determinação dos indicadores teve como referencial geográfico preferencial a escala regional, mas sempre que possível efectuou-se a desagregação por concelho. As séries temporais foram suficientemente extensas e actuais de modo a ser representativas do(s) fenómeno(s) revelado(s) por cada indicador. Os indicadores-comuns sectoriais serão concretizados em futuros desenvolvimentos do SIDS Algarve, a par com outras iniciativas.

Tabela 6 – Indicadores-base e subconjuntos de indicadores do SIDS Algarve

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve			
CÓDIGO	Indicadores -Base	Indicadores-chave	Indicadores-comuns locais
Desenvolvimento Económico			
1	Produto Interno Bruto Regional (PIB regional)	X	
2	Produtividade do trabalho	X	
3	<i>Investimento Directo Estrangeiro (IDE)</i>		
4	Comércio Internacional		
5	<i>Grau de endividamento</i>		
6	Inflação		
7	Demografia empresarial		
8	Estrutura empresarial	X	X
9	Valor Acrescentado Bruto (VAB)		
10	Produtos regionais		
11	Investimento público e privado	X	
12	<i>Investimentos de capital de risco</i>		
13	Poder de compra concelho	X	X
14	Despesa e rendimento das famílias	X	
15	Custos com a habitação		
Emprego			
16	Desemprego	X	X
17	Emprego	X	
18	Acidentes de trabalho		
Educação			
19	Pré-escolarização		
20	Abandono escolar	X	
21	Nível de escolaridade da população activa	X	X
22	<i>Literacia</i>		
23	Aprendizagem ao longo da vida		
População e Migração			
24	Envelhecimento da População		
25	Dimensão média da família		
26	Evolução da População	X	X
Pobreza e Exclusão Social			
27	Risco de pobreza	X	
28	População abrangida por programas de combate à pobreza e à exclusão		X
29	Desigualdade na distribuição de rendimentos		
30	Grau de integração de deficientes		
31	Habitacões sem condições de habitabilidade		
32	Habitacões sociais		

Tabela 6 – Indicadores-base e subconjuntos de indicadores do SIDS Algarve (Continuação)

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve			
Código	Indicadores -Base	Indicadores-chave	Indicadores-comuns locais
Saúde			
33	Esperança de vida à nascença		
34	Mortalidade infantil		
35	Mortalidade segundo a causa	X	
36	Morbilidade segundo a causa		
37	Fecundidade		
38	Estado nutricional da população		
39	Acesso aos cuidados de saúde	X	X
40	Comportamentos de risco		
41	População exposta a ruído ambiente		
Segurança			
42	Criminalidade	X	X
43	Sinistralidade rodoviária		
44	Grau de presença das forças de segurança		
Cultura e Lazer			
45	Recursos e eventos culturais		
46	Participantes em actividades amadoras		
47	Confissões religiosas		
48	Gastronomia regional		
49	Consumo de publicações periódicas		
50	Edifícios e locais históricos classificados		
Governança e cidadania			
51	Eficiência das instituições públicas		
52	Participação eleitoral	X	
53	Participação em consultas públicas		
54	Voluntariado e participação em ONG's		
55	<i>Mulheres em nomeações públicas e em cargos de topo</i>		
56	Associativismo		
57	Governo electrónico	X	
58	<i>Empresas que realizam comércio electrónico</i>		
59	Cooperação regional		
60	Construção Sustentável		
61	Instrumentos de gestão da sustentabilidade	X	X
62	<i>Aquisição pública "verde"</i>		
63	Acções de sensibilização e educação para o Desenvolvimento Sustentável		
64	Percepção da qualidade ambiental		
65	Acções de vigilância e fiscalização		
Investigação, Desenvolvimento e Tecnologia			
66	<i>Publicações em revistas científicas internacionais</i>		
67	Recursos humanos em I&D		
68	Investimento em I&D		
69	Computadores e Internet		
70	Patentes		

Tabela 6 – Indicadores-base e subconjuntos de indicadores do SIDS Algarve (Continuação)

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve			
CÓDIGO	Indicadores -Base	Indicadores-chave	Indicadores-comuns locais
Turismo			
71	Capacidade de alojamento		
72	Intensidade turística	X	
73	<i>Gasto médio diário do turista</i>		
74	Sazonalidade turística		X
Mobilidade e transportes			
75	<i>Congestionamento de tráfego</i>		
76	Transporte de passageiros	X	X
77	Transporte de mercadorias		
78	Parque automóvel		
Energia			
79	Consumo de energia final	X	X
80	Intensidade energética		
81	Produção de energia a partir de fontes renováveis	X	
Agricultura			
82	<i>Consumo de fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos</i>		
83	Produtividade agrícola		
84	Área destinada à agricultura biológica		
85	Apoio ao desenvolvimento rural		
Florestas			
86	Coberto florestal		
87	Área florestal integrada em zonas de intervenção florestal - ZIF		
Pescas			
88	<i>Preços do produtor face a preços no consumidor</i>		
89	Descarga de pescado		
90	Produção aquícola		
91	Dimensão da frota de pesca		
92	Apoio à pesca		
Ar e Clima			
93	Temperatura do ar		
94	Precipitação		
95	Qualidade do ar	X	
96	<i>Emissão de gases com efeito de estufa</i>		
97	Emissão de poluentes atmosféricos		
Água			
98	Consumo de água	X	X
99	Qualidade das águas superficiais e subterrâneas		
100	Qualidade da água para consumo humano		
101	População servida por sistemas de abastecimento de água		
102	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais		
103	Eficiência dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais		
104	Reutilização de água residual tratada	X	
105	Disponibilidade hídrica		

Tabela 6 – Indicadores-base e subconjuntos de indicadores do SIDS Algarve (Continuação)

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve			
CÓDIGO	Indicadores -Base	Indicadores-chave	Indicadores-comuns locais
106	Eficiência da utilização da água		
Natureza e Biodiversidade			
107	Espécies de fauna e flora ameaçadas e protegidas	X	
108	Índice de aves comuns		
109	<i>Habitat-chave</i>		
110	Áreas sensíveis		
111	Área ardida	X	
112	Sistemas agro-florestais com elevado interesse ambiental		
113	Acções de gestão e conservação da natureza		X
Ambientes Marinhos e Costeiros			
114	Evolução da linha de costa		
115	Qualidade da água em zonas balneares	X	
116	Qualidade do sistema aquático em estuários e lagunas costeiras		
117	Qualidade da água em zonas de produção de bivalves		
118	Descargas de hidrocarbonetos		
119	Medidas de gestão no litoral		
120	<i>Stocks</i> pesqueiros abaixo dos limites biológicos de segurança		
Solos e Ordenamento do Território			
121	Uso do Solo	X	
122	Área de solo desafectada da Reserva Agrícola Nacional		
123	Evolução da área da Reserva Ecológica Nacional		
124	Espaços verdes de utilização pública	X	X
125	Edificação dispersa		
126	Parque habitacional		
127	Território susceptível e ou afectado pela desertificação		
128	Alterações na paisagem		
Resíduos			
129	Produção de resíduos		
130	Valorização e destino final de resíduos	X	X

Nota: Os indicadores em Itálico são os que , apesar das limitações metodológicas e ou indisponibilidade de dados a curto ou médio prazo, foram considerados relevantes para a monitorização da sustentabilidade da região, devendo ser alvo de particular atenção em futuros desenvolvimentos do SIDS Algarve.

2.8. Divulgação

A comunicação constitui um requisito essencial para a eficácia do SIDS Algarve. Através de mecanismos adequados de comunicação este sistema poderá apoiar os processos de tomada de decisão, contribuir para a educação e sensibilização para a sustentabilidade e assumir o papel central de instrumento de avaliação e comunicação da sustentabilidade regional junto de todas as partes interessadas.

A estratégia de comunicação do SIDS Algarve contemplou a apresentação pública do sistema de indicadores, nomeadamente a realização de dois seminários internacionais sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Ambos os eventos, o primeiro intitulado “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: da escala nacional à regional” e o segundo “Avaliação e comunicação da sustentabilidade” tiveram como objectivos a partilha de experiências entre investigadores, técnicos e decisores, e a divulgação junto das partes interessadas sobre a utilidade deste tipo de ferramenta e a necessidade do envolvimento participativo.

Suportado pelos princípios de acesso à informação e de participação do público nos processos de tomada de decisão, a estratégia de comunicação do SIDS Algarve assentou nos seguintes publicações :

- “Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve”, livro em suporte digital e disponibilizado em formato CD interactivo, editado em língua portuguesa;
- “Sinais de Sustentabilidade do Algarve”, em suporte papel e digital, editado em língua portuguesa e inglesa;
- “Indicadores-chave do Algarve”, folheto divulgação em suporte papel e digital, editado em língua portuguesa e inglesa;
- “indicadores-comuns locais do Algarve”, folheto de divulgação em suporte papel e digital, editado em língua portuguesa.

De salientar também, a importância dada ao sítio da Internet da CCDR Algarve, que dedica um espaço autónomo ao SIDS Algarve, disponibilizando interactivamente toda a informação relevante, incluindo todos os materiais de relato e divulgação produzidos no âmbito do SIDS Algarve. Para facilitar a comunicação com todas as partes interessadas a informação é veiculada, sempre que possível, através de elementos gráficos ou linguagem não-técnica.

De forma a garantir uma comunicação socialmente justa, o material de grande divulgação (e.g. brochura com alguns indicadores seleccionados pela sua especial importância) irá também ser desenvolvido numa versão em Braille e numa versão áudio. Estes objectivos irão apenas ser concretizados nas fases subseqüentes de implementação do SIDS Algarve.

Está ainda previsto o desenvolvimento dos seguintes instrumentos de comunicação:

- › Desenvolvimento do material de grande divulgação também em versões Braille e áudio;
- › Evolução do actual sítio na Internet do SIDS Algarve para um Portal interactivo na Internet sobre a “Avaliação da Sustentabilidade do Algarve” ou “Estado da Sustentabilidade no Algarve”, podendo incluir um conjunto de diferentes valências, tais como:
 - Análise sumária dos indicadores, complementada com gráficos, fotografias, vídeos e informação em tempo real (e.g. qualidade do ar);
 - Acesso aos dados de base (quantitativos ou qualitativos);
 - Jogos e simuladores sobre desempenho ambiental e da sustentabilidade (e.g. do tipo “Pegada Ecológica”);
 - Listagens de auto-avaliação (preenchidas pelo utilizador) sobre o estado do ambiente e da sustentabilidade da região e dos concelhos do Algarve
 - “Espaço Público da Sustentabilidade”: zona para up-load de informação proveniente de estudos sobre monitorização do estado do ambiente e da sustentabilidade, fornecida por cidadãos individuais, universidades, empresas, organizações da administração pública ou ONG. Seria um espaço público da responsabilidade dos autores mas seleccionado e gerido pela instituição responsável pelo Portal;
 - Barómetro da Sustentabilidade para divulgar periodicamente um conjunto restrito de indicadores, junto dos órgãos de comunicação social.

2.9. Revisão

Os resultados do acompanhamento colaborativo/participativo do Fórum de Avaliação e Acompanhamento da Sustentabilidade Regional constituirá um elemento central na revisão do sistema de indicadores. No âmbito da revisão do sistema deverão ser considerados alguns aspectos fundamentais, tais como se os indicadores estão a responder aos temas considerados relevantes pelas partes interessadas ou se os indicadores estão a ser periodicamente actualizados com novos dados de monitorização. Para apoiar a revisão, poderão ser utilizados indicadores de meta-avaliação que terão por objectivo analisar a eficácia dos indicadores que compõem o SIDS Algarve, tal como sugerido por Ramos *et al* (2006). Os indicadores de meta-avaliação permitem essencialmente o seguinte:

(i) quão apropriado são os indicadores de desenvolvimento sustentável, podendo conduzir a revisões e melhorias;

(ii) avaliação das actividades de monitorização da sustentabilidade e respectivos resultados. Algumas das etapas no processo de revisão podem incluir critérios semelhante aos apresentados pela ISO (1999), isto é: o âmbito de monitorização apropriado e os objectivos; a efectividade do custo e os benefícios alcançados; o progresso em direcção ao critério de desempenho de sustentabilidade; a adequação dos critérios de avaliação da sustentabilidade; a adequação dos indicadores; as fontes de dados, métodos de aquisição de dados e qualidade de dados.

Condições de revisão / meta-avaliação

Actualização de dados de base associados aos indicadores (com disponibilização em formato electrónico dos resultados da actualização): anual ou superior, sempre que aplicável;

Periodicidade do SIDS Algarve:

Quadrienal; anual no caso dos indicadores-chave.

Revisão do SIDS Algarve:

A revisão integral deve ocorrer decorridos oito anos sobre a publicação desta versão final do SIDS, salvo situações excepcionais de necessidade de introduzir alterações metodológicas significativas. O processo de revisão deverá ser implementado numa base de gestão adaptativa. Assim, o SIDS deverá ser alvo de revisões periódicas, pelo que, para consubstanciar esta etapa, deverá ser obtida informação que permita objectivar as eventuais modificações e melhorias a implementar. Tal como definido por Ramos *et al*. (2007), os indicadores de meta-avaliação têm o objectivo de avaliar a eficácia dos próprios indicadores de desenvolvimento sustentável. A este nível, os indicadores de meta-avaliação procurarão avaliar a eficácia e o esforço associado à implementação e operação do SIDS, permitindo essencialmente: (i) avaliação de quão apropriado são os IDS, podendo conduzir a revisões e melhorias; (ii) avaliação das actividades de monitorização do desempenho e respectivos resultados; (iii) avaliação da eficácia do sistema de medida da sustentabilidade.

3. Os Planos Estratégicos de Desenvolvimento e o SIDS Algarve

3.1. Relação do SIDS Algarve com os principais instrumentos de monitorização e de desenvolvimento regional

Neste capítulo pretende-se descrever a relação que o SIDS Algarve deverá estabelecer com os diversos instrumentos de monitorização da sustentabilidade de âmbito local, regional e nacional, como também, o contributo do SIDS Algarve no acompanhamento dos principais instrumentos estratégicos de desenvolvimento da região (Figura 4).

O SIDS Algarve apresenta um conjunto de indicadores base (Grupo I) e três sub-conjuntos de indicadores, os indicadores-chave (Grupo II), os indicadores-comuns locais (Grupo III) e os indicadores-comuns sectoriais (Grupo IV).

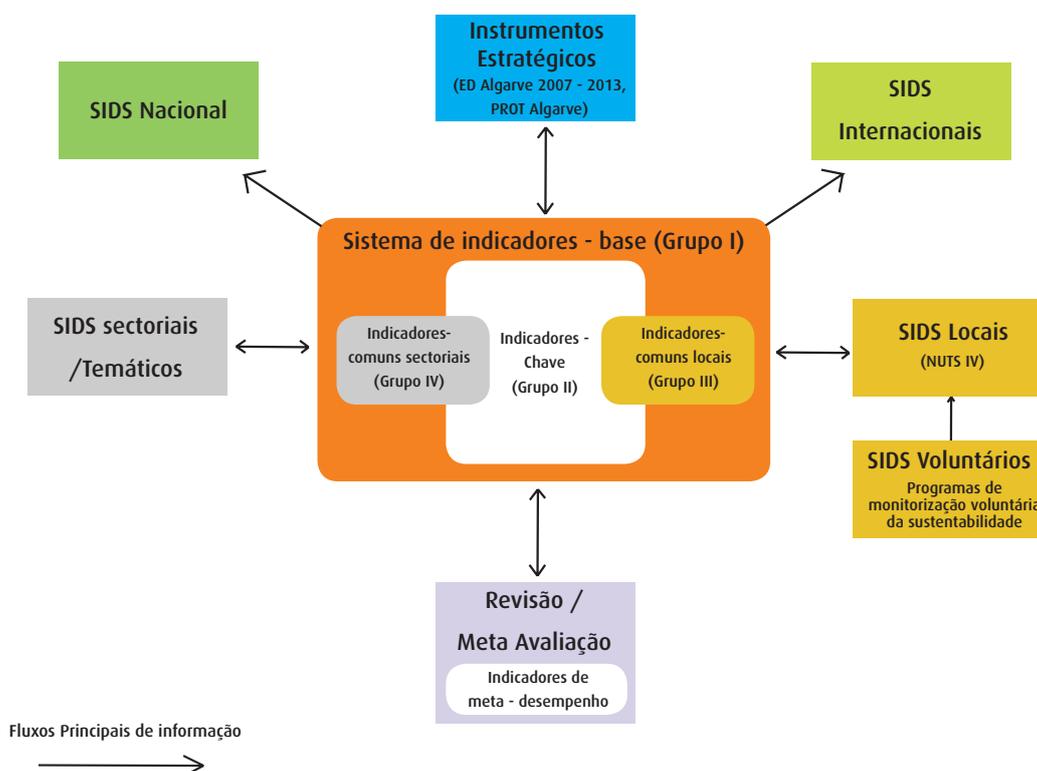


Figura 4 – Articulação do SIDS Algarve com outros SIDS e instrumentos estratégicos - Adaptado de Ramos *et al.* (2007)

Destes sub-conjuntos, os Grupos III e IV têm como características, respectivamente, possibilitar a articulação com instrumentos de monitorização da sustentabilidade local e sectorial.

Os SIDS Locais existentes ou a desenvolver na região (e.g. indicadores de Agenda 21 Locais) deverão utilizar o SIDS Algarve como um instrumento de referência na monitorização da sustentabilidade regional. Desta forma, devem estabelecer-se fluxos de informação que permitam uma efectiva cooperação na monitorização da sustentabilidade e o envolvimento das comunidades locais no concretizar dos objectivos regionais. Não obstante, os sistemas de indicadores de sustentabilidade local monitorizarem a realidade e especificidades locais, deverão contemplar o conjunto mínimo de indicadores comuns a todos os municípios do Algarve – indicadores-*comuns locais* (Grupo III), de forma a possibilitar a realização de *benchmarking* entre concelhos e a avaliação das assimetrias intra-regionais.

Os indicadores-*comuns sectoriais* (Grupo IV) permitirão articular a monitorização da sustentabilidade de sectores de actividade importantes na região, tais como, o turismo, a energia, a agricultura e pescas e os transportes, com o SIDS Algarve, através de um conjunto mínimo comum de indicadores sectoriais ou temáticos.

O SIDS Algarve irá também procurar estabelecer fluxos de informação com a escala nacional e internacional, nomeadamente o SIDS Nacional e o Observatório de Sustentabilidade Portugal-Espanha, de forma a avaliar, respectivamente, o contributo da região para o desenvolvimento sustentável do país e a sustentabilidade transfronteiriça regional.

3.2. Instrumentos Estratégicos de Desenvolvimento

Em relação à monitorização dos principais instrumentos estratégicos de desenvolvimento da região, o SIDS Algarve poderá também desempenhar um papel relevante no âmbito do acompanhamento e avaliação da implementação do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve) e da Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013 (ED Algarve).

Com o objectivo de apresentar algumas das principais relações dos indicadores do SIDS Algarve com as opções estratégicas do PROT Algarve e com os eixos de desenvolvimento da Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013 foram elaboradas 2 matrizes (Tabela 7 e Tabela 8). Para relacionar os indicadores com opções estratégicas ou eixos de desenvolvimento foram adoptados os seguintes critérios:

- i) O objectivo do indicador é idêntico ao expresso pela opção estratégica ou eixo de desenvolvimento;
- ii) O objectivo do indicador apenas coincide parcialmente com a opção estratégica ou eixo de desenvolvimento, sendo contudo a fracção comum significativa. Nestes casos, o indicador foi assinalado quando se revelava como um dos principais instrumentos de medida de determinada opção estratégica ou eixo de desenvolvimento.

Os indicadores do SIDS Algarve não estabelecem uma relação única e directa com os objectivos definidos nos dois instrumentos estratégicos, e qualquer associação deste género não permite monitorizar toda a complexidade das interacções decorrentes da implementação de acções estratégicas. Todavia, o sistema de indicadores foi delineado para monitorizar o desenvolvimento sustentável da região, pelo que avalia, de modo indissociável, os resultados das medidas estabelecidas nos instrumentos estratégicos de desenvolvimento regional. Sublinhe-se ainda que, o SIDS Algarve não

efectua uma avaliação de desempenho operacional dos próprios instrumentos estratégicos, uma vez que não foi estabelecido com esse propósito.

Apesar do contributo directo do SIDS Algarve para monitorização destes instrumentos estratégicos, deverão ser concebidas estruturas próprias de gestão e monitorização estratégica para cada tipo de política, plano ou programa regional, nomeadamente para o PROT Algarve e para a ED Algarve, rentabilizando a articulação com o SIDS Algarve e com outras estruturas análogas, de forma a responder às especificidades de avaliação de desempenho de cada instrumento.

3.2.1. Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve

O Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT Algarve) define as opções estratégicas, o modelo territorial e as normas orientadoras, fundamentais para as diversas intervenções políticas sectoriais com incidência no ordenamento do território da região do Algarve.

A ambição do PROT Algarve traduz-se, sinteticamente, na afirmação do Algarve como: “Uma Região Dinâmica, Competitiva e Solidária no Contexto da Sociedade do Conhecimento”. Desta forma, o Algarve deverá afirmar-se como uma das regiões mais desenvolvidas do País e da Europa:

- i) Dotada de recursos humanos altamente qualificados e com uma economia dinâmica, diversificada e competitiva, impulsionada pelo *cluster* do turismo, recreio e lazer e robustecida pelo surgimento de novos sectores complementares de especialização;
- ii) Qualificada pelo desenvolvimento sustentável de novas actividades e serviços avançados;
- iii) Inserida no contexto da Sociedade do Conhecimento e Inovação, assegurando em simultâneo níveis elevados de emprego, coesão, protecção social e conservação dos recursos ambientais.

A concretização desta ambição significa prosseguir quatro grandes objectivos estratégicos, definidos em torno da consolidação dos conceitos fundamentais do desenvolvimento - competitividade económica, coesão social e sustentabilidade ambiental que devem ser entendidos como um todo interdependente. Os quatro objectivos estratégicos são:

- I) Qualificar e diversificar o *cluster* Turismo/Lazer
- II) Robustecer e qualificar a economia, promover actividades intensivas em conhecimento
- III) Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo.
- IV) Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável

Tendo como pressupostos a visão, ambição e os objectivos estratégicos da região o PROT Algarve definiu prioridades de actuação, que se traduzem em sete opções estratégicas:

- 1-Sustentabilidade Ambiental
- 2-Reequilíbrio Territorial
- 3-Estruturação Urbana
- 4-Qualificação e Diversificação do Turismo
- 5-Salvaguarda e Valorização do Património Cultural Histórico-Arqueológico
- 6-Estruturação das Redes de Equipamentos Colectivos
- 7-Estruturação das Redes de Transportes e Logística.

Tendo como base este quadro estratégico, foi elaborada uma matriz que articula o SIDS Algarve com as opções estratégicas do PROT Algarve (Tabela 7).

Tabela 7 – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por opção estratégica do PROT Algarve

Código Indicador - Base SIDS Algarve	Designação do Indicador	Sustentabilidade ambiental	Reequilíbrio Territorial	Estruturação Urbana	Qualificação e diversificação do Turismo	Salvaguarda e valorização do Património Cultural	Estruturação das redes de Equipamento Colectivos	Estruturação das redes de Transportes e Logística
Desenvolvimento Económico								
1	Produto Interno Bruto Regional (PIB regional)							
2	Produtividade do trabalho				x			
3	<i>Investimento Directo Estrangeiro (IDE)</i>							
4	Comércio Internacional							
5	<i>Grau de endividamento</i>							
6	Inflação							
7	Demografia empresarial		x					
8	Estrutura empresarial		x					
9	Valor Acrescentado Bruto (VAB)				x			
10	Produtos regionais		x		x	x		
11	Investimento público e privado	x	x	x	x	x	x	x
12	<i>Investimentos de capital de risco</i>		x					
13	Poder de compra concelhio							
14	Despesa e rendimento das famílias							
15	Custos com a habitação							
Emprego								
16	Desemprego							
17	Emprego		x					
18	Acidentes de trabalho							
Educação								
19	Pré-escolarização							
20	Abandono escolar							
21	Nível de escolaridade da população activa							
22	<i>Literacia</i>							
23	Aprendizagem ao longo da vida		x		x			
População e Migração								
24	Envelhecimento da População							
25	Dimensão média da família							
26	Evolução da População		x	x	x			
Pobreza e Exclusão Social								
27	Risco de pobreza							
28	População abrangida por programas de combate à pobreza e à exclusão							
29	Desigualdade na distribuição de rendimentos							
30	Grau de integração de deficientes							
31	Habitacões sem condições de habitabilidade		x					
32	Habitacões sociais							
Saúde								
33	Esperança de vida à nascença							
34	Mortalidade infantil							
35	Mortalidade segundo a causa							
36	Morbilidade segundo a causa							
37	Fecundidade							
38	Estado nutricional da população							
39	Acesso aos cuidados de saúde						x	
40	Comportamentos de risco							
41	População exposta a ruído ambiente							

Tabela 7 – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por opção estratégica do PROT Algarve (Continuação)

Código Indicador - Base SIDS Algarve	Designação do Indicador							
		Sustentabilidade ambiental	Reequilíbrio Territorial	Estruturação Urbana	Qualificação e diversificação do Turismo	Salvaguarda e valorização do Património Cultural	Estruturação das redes de Equipamento Colectivos	Estruturação das redes de Transportes e Logística
Segurança								
42	Criminalidade							
43	Sinistralidade rodoviária							x
44	Grau de presença das forças de segurança							
Cultura e Lazer								
45	Recursos e eventos culturais		x		x	x	x	
46	Participantes em actividades amadoras							
47	Confissões religiosas							
48	Gastronomia regional		x					
49	Consumo de publicações periódicas							
50	Edifícios e locais históricos classificados				x	x		
Governança e cidadania								
51	Eficiência das instituições públicas							
52	Participação eleitoral							
53	Participação em consultas públicas							
54	Voluntariado e Participação em ONG's		x					
55	<i>Mulheres em nomeações públicas e em cargos de topo</i>							
56	Associativismo							
57	Governo electrónico				x			
58	<i>Empresas que realizam comércio electrónico</i>				x			
59	Cooperação regional			x		x		
60	Construção Sustentável							
61	Instrumentos de gestão da sustentabilidade				x			
62	<i>Aquisição pública "verde"</i>							
63	Acções de sensibilização e educação para o Desenvolvimento Sustentável					x		
64	Percepção da qualidade ambiental							
65	Acções de vigilância e fiscalização							
Investigação, Desenvolvimento e Tecnologia								
66	<i>Publicações em revistas científicas internacionais</i>					x		
67	Recursos humanos em I&D					x		
68	Investimento em I&D							
69	Computadores e Internet				x			
70	Patentes							
Turismo								
71	Capacidade de alojamento		x	x	x			
72	Intensidade turística				x			
73	<i>Gasto médio diário do turista</i>							
74	Sazonalidade turística				x			x
Mobilidade e transportes								
75	<i>Congestionamento de tráfego</i>							x
76	Transporte de passageiros		x					x
77	Transporte de mercadorias							x
78	Parque automóvel							
Energia								
79	Consumo de energia final							
80	Intensidade energética							
81	Produção de energia a partir de fontes renováveis		x					

Tabela 7 – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por opção estratégica do PROT Algarve (Continuação)

Código Indicador - Base SIDS Algarve	Designação do Indicador	Sustentabilidade ambiental	Reequilíbrio Territorial	Estruturação Urbana	Qualificação e diversificação do Turismo	Salvaguarda e valorização do Património Cultural	Estruturação das redes de Equipamento Colectivos	Estruturação das redes de Transportes e Logística
Agricultura								
82	Consumo de fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos							
83	Produtividade agrícola		x					
84	Área destinada à agricultura biológica							
85	Apoio ao desenvolvimento rural	x	x			x		
Florestas								
86	Coberto florestal	x	x					
87	Área florestal integrada em zonas de intervenção florestal - ZIF	x	x					
Pescas								
88	Preços do produtor face a preços no consumidor							
89	Descarga de pescado							
90	Produção Aquícola							
91	Dimensão da frota de pesca							
92	Apoio à pesca							
Ar e Clima								
93	Temperatura do ar							
94	Precipitação							
95	Qualidade do ar							
96	Emissão de gases com efeito de estufa							
97	Emissão de poluentes atmosféricos							
Água								
98	Consumo de água	x						
99	Qualidade das águas superficiais e subterrâneas	x						
100	Qualidade da água para consumo humano	x						
101	População servida por sistemas de abastecimento de água	x	x					
102	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	x	x					
103	Eficiência dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	x						
104	Reutilização de água residual tratada	x						
105	Disponibilidade hídrica	x						
106	Eficiência da utilização da água	x						
Natureza e Biodiversidade								
107	Espécies de fauna e flora ameaçadas e protegidas							
108	Índice de aves comuns	x						
109	Habitat-chave	x						
110	Áreas sensíveis	x						
111	Área ardida	x	x					
112	Sistemas agro-florestais com elevado interesse ambiental	x				x		
113	Ações de gestão e conservação da natureza	x						
Ambientes Marinhos e Costeiros								
114								
115	Qualidade da água em zonas balneares	x						
116	Qualidade do sistema aquático em estuários e lagunas costeiras	x						
117	Qualidade da água em zonas de produção de bivalves	x						
118	Descargas de hidrocarbonetos							
119	Medidas de gestão no litoral			x	x			
120	Stocks pesqueiros abaixo dos limites biológicos de segurança							

Tabela 7 – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por opção estratégica do PROT Algarve (Continuação)

Código Indicador - Base SIDS Algarve	Designação do Indicador	Sustentabilidade ambiental	Reequilíbrio Territorial	Estruturação Urbana	Qualificação e diversificação do Turismo	Salvaguarda e valorização do Património Cultural	Estruturação das redes de Equipamento Colectivos	Estruturação das redes de Transportes e Logística
Solos e Ordenamento do Território								
121	Uso do Solo	x	x	x	x		x	
122	Área de solo desafectada da Reserva Agrícola Nacional			x				
123	Evolução da área da Reserva Ecológica Nacional			x				
124	Espaços verdes de utilização pública			x	x			
125	Edificação dispersa		x	x				
126	Parque habitacional		x	x	x	x		
127	Território susceptível e ou afectado pela desertificação	x	x					
128	Alterações na paisagem	x	x			x		
Resíduos								
129	Produção de resíduos							
130	Valorização e destino final de resíduos							

3.2.2. Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013

A Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013 é suportada pelo modelo de desenvolvimento definido no âmbito do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, tendo subjacente a mesma ambição, que se traduz de forma sintética como **“Uma Região Dinâmica, Competitiva e Solidária no Contexto da Sociedade do Conhecimento”**.

A Estratégia estabeleceu 4 objectivos estratégicos compostos por vários eixos de desenvolvimento. Estes eixos, de carácter transversal, orientarão as políticas públicas na região e desejavelmente influenciarão as actuações dos actores económicos e sociais regionais durante o período de programação.

Os objectivos estratégicos e respectivos eixos de desenvolvimento estabelecidos são os seguintes:

Qualificar, inovar e robustecer a economia

I - Diversificar e qualificar o *cluster* turismo/lazer

II - Robustecer e modernizar a economia regional

III - Reestruturar os modelos organizativos do tecido empresarial

IV - Desenvolver um nicho de serviços intensivo em conhecimento

Valorizar os recursos humanos e criar mais competências

V - Melhorar as condições de empregabilidade para absorver novas qualificações

VI - Melhorar as qualificações dos jovens e dos adultos, valorizando as competências básicas e tecnológicas

VII - Fomentar iniciativas de desenvolvimento sócio-económico de apoio à integração de grupos vulneráveis

VIII - Modernizar e qualificar a Administração Pública da região

Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo

IX - Promover um modelo territorial articulado e potenciador dos seus diversos espaços

X - Melhorar as acessibilidades e a mobilidade

XI - Completar as redes regionais de equipamentos

XII - Qualificar o espaço público e a paisagem

Consolidar um sistema ambiental sustentável

XIII - Completar e garantir infra-estruturas ambientais de qualidade

XIV - Criar níveis elevados de protecção ambiental

XV - Promover a participação, as boas práticas e políticas de informação e de educação ambiental

XVI - Implementar uma política de prevenção de riscos

Com o objectivo de articular o SIDS Algarve com a Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013 foi elaborada a matriz presente na Tabela 8.

Tabela 8 - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por eixo de desenvolvimento da Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013

Código Indicador - base SIDS Algarve	Designação do Indicador	Eixos de Desenvolvimento															
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI
Desenvolvimento Económico																	
1	Produto Interno Bruto Regional (PIB regional)																
2	Produtividade do trabalho		X			X	X										
3	<i>Investimento Directo Estrangeiro (IDE)</i>		X	X													
4	Comércio Internacional		X														
5	<i>Grau de endividamento</i>																
6	Inflação																
7	Demografia empresarial			X													
8	Estrutura empresarial	X	X		X												
9	Valor Acrescentado Bruto (VAB)	X	X														
10	Produtos regionais	X	X														
11	Investimento público e privado										X						
12	<i>Investimentos de capital de risco</i>			X													
13	Poder de compra concelhio																
14	Despesa e rendimento das famílias																
15	Custos com a habitação																
Emprego																	
16	Desemprego						X										
17	Emprego	X				X	X	X	X								
18	Acidentes de trabalho																
Educação																	
19	Pré-escolarização																
20	Abandono escolar						X	X									
21	Nível de escolaridade da população activa	X		X	X	X	X	X									
22	<i>Literacia</i>																
23	Aprendizagem ao longo da vida					X	X	X	X								
População e Migração																	
24	Envelhecimento da População																
25	Dimensão média da família																
26	Evolução da População									X							
Pobreza e Exclusão Social																	
27	Risco de pobreza							X									
28	População abrangida por programas de combate à pobreza e à exclusão							X									
29	Desigualdade na distribuição de rendimentos																
30	Grau de integração de deficientes							X									
31	Habitacões sem condições de habitabilidade																
32	Habitacões sociais																

Tabela 8 - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por eixo de desenvolvimento da Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013 (Continuação)

Código Indicador - base SIDS Algarve	Designação do Indicador	Eixos de Desenvolvimento															
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI
Saúde																	
33	Esperança de vida à nascença																
34	Mortalidade infantil																
35	Mortalidade segundo a causa																
36	Morbilidade segundo a causa																
37	Fecundidade																
38	Estado nutricional da população																
39	Acesso aos cuidados de saúde	X															
40	Comportamentos de risco																
41	População exposta a ruído ambiente																
Segurança																	
42	Criminalidade																
43	Sinistralidade rodoviária																
44	Grau de presença das forças de segurança																
Cultura e Lazer																	
45	Recursos e eventos culturais	X															
46	Participantes em actividades amadoras																
47	Confissões religiosas																
48	Gastronomia regional	X	X														
49	Consumo de publicações periódicas																
50	Edifícios e locais históricos classificados	X															
Governança e cidadania																	
51	Eficiência das instituições públicas					X	X										
52	Participação eleitoral																
53	Participação em consultas públicas															X	
54	Voluntariado e Participação em ONG's																
55	<i>Mulheres em nomeações públicas e em cargos de topo</i>																
56	Associativismo		X	X													
57	Governo electrónico							X									
58	<i>Empresas que realizam comércio electrónico</i>																
59	Cooperação regional							X									
60	Construção Sustentável																
61	Instrumentos de gestão da sustentabilidade																
62	<i>Aquisição pública "verde"</i>																
63	Acções de sensibilização e educação para o Desenvolvimento Sustentável															X	
64	Percepção da qualidade ambiental															X	
65	Acções de vigilância e fiscalização																X

Tabela 8 - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por eixo de desenvolvimento da Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013 (Continuação)

Código Indicador - base SIDS Algarve	Designação do Indicador	Eixos de Desenvolvimento															
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI
Investigação, Desenvolvimento e Tecnologia																	
66	<i>Publicações em revistas científicas internacionais</i>																
67	Recursos humanos em I&D		X	X													
68	Investimento em I&D		X	X													
69	Computadores e Internet							X	X								
70	Patentes		X	X													
Turismo																	
71	Capacidade de alojamento	X															
72	Intensidade turística																
73	<i>Gasto médio diário do turista</i>	X															
74	Sazonalidade turística	X															
Mobilidade e transportes																	
75	<i>Congestionamento de tráfego</i>									X							
76	Transporte de passageiros									X							
77	Transporte de mercadorias									X							
78	Parque automóvel																
Energia																	
79	Consumo de energia final		X														
80	Intensidade energética		X														
81	Produção de energia a partir de fontes renováveis		X							X						X	
Agricultura																	
82	<i>Consumo de fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos</i>																
83	Produtividade agrícola		X														
84	Área destinada à agricultura biológica																
85	Apoio ao desenvolvimento rural		X														
Florestas																	
86	Coberto florestal																
87	Área florestal integrada em zonas de intervenção florestal - ZIF															X	
Pescas																	
88	<i>Preços do produtor face a preços no consumidor</i>																
89	Descarga de pescado		X														
90	Produção Aquícola		X														
91	Dimensão da frota de pesca		X														
92	Apoio à pesca		X														

Tabela 8 - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por eixo de desenvolvimento da Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013 (Continuação)

Código Indicador - base SIDS Algarve	Designação do Indicador	Eixos de Desenvolvimento															
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI
Ar e Clima																	
93	Temperatura do ar																X
94	Precipitação																X
95	Qualidade do ar																
96	<i>Emissão de gases com efeito de estufa</i>																X
97	Emissão de poluentes atmosféricos																
Água																	
98	Consumo de água																
99	Qualidade das águas superficiais e subterrâneas												X	X			
100	Qualidade da água para consumo humano												X				
101	População servida por sistemas de abastecimento de água												X				
102	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais												X				
103	Eficiência dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais												X	X			
104	Reutilização de água residual tratada												X	X			
105	Disponibilidade hídrica												X	X			
106	Eficiência da utilização da água												X	X			
Natureza e Biodiversidade																	
107	Espécies de fauna e flora ameaçadas e protegidas																
108	Índice de aves comuns																
109	<i>Habitat-chave</i>														X		
110	Áreas sensíveis											X		X			
111	Área ardida														X	X	
112	Sistemas agro-florestais com elevado interesse ambiental														X		
113	Ações de gestão e conservação da natureza														X		
Ambientes Marinhos e Costeiros																	
114	Evolução da linha de costa																X
115	Qualidade da água em zonas balneares														X		
116	Qualidade do sistema aquático em estuários e lagunas costeiras														X		
117	Qualidade da água em zonas de produção de bivalves		X														
118	Descargas de hidrocarbonetos															X	X
119	Medidas de gestão no litoral											X		X			
120	<i>Stocks</i> pesqueiros abaixo dos limites biológicos de segurança		X														

Tabela 8 - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por eixo de desenvolvimento da Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013 (Continuação)

Código Indicador - base SIDS Algarve	Designação do Indicador	Eixos de Desenvolvimento															
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI
Solos e Ordenamento do Território																	
121	Uso do Solo									X	X	X					
122	Área de solo desafectada da Reserva Agrícola Nacional																
123	Evolução da área da Reserva Ecológica Nacional																
124	Espaços verdes de utilização pública											X					
125	Edificação dispersa																
126	Parque habitacional																
127	Território susceptível e ou afectado pela desertificação																
128	Alterações na paisagem									X		X					
Resíduos																	
129	Produção de resíduos													X		X	
130	Valorização e destino final de resíduos													X		X	

4. Considerações Finais

A promoção, avaliação e comunicação da sustentabilidade enquadra-se nas atribuições e competências das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, que têm por missão executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional, ao nível das respectivas áreas geográficas de actuação, promover a actuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações. Esta missão traduz-se num conjunto de atribuições, entre as quais, coordenar os serviços desconcentrados de âmbito regional, no domínio do planeamento, do ordenamento do território, da coordenação estratégica e do desenvolvimento económico, social e ambiental.

40

Neste contexto, a CCDR Algarve é a instituição com missão, atribuições e competências mais adequadas para gerir o SIDS Algarve. O modelo de gestão a instituir deverá ser participativo, articulando as estruturas já existentes na Administração Pública Central, Central Desconcentrada a nível regional e Local, para a execução de objectivos conexos (e.g. estruturas de monitorização de políticas, planos e programas) e para a gestão dos fluxos de informação. Assim, deverão ser definidos os mecanismos institucionais que permitam concretizar a optimização destas ligações, aproveitando os meios já existentes e de forma a identificar e potenciar sinergias e mitigar eventuais conflitos.

Por outro lado, para que o SIDS Algarve seja eficaz e útil, terá de se assegurar mecanismos adequados de comunicação, o que permitirá ao sistema apoiar os processos de tomada de decisão, contribuir para a educação e sensibilização para a sustentabilidade e assumir o papel central

de instrumento de avaliação e comunicação da sustentabilidade regional junto de todas as partes interessadas.

Nas fases subsequentes da implementação do SIDS Algarve, a estratégia de comunicação prevê o desenvolvimento de vários instrumentos de comunicação, dos quais se destacam:

- › Desenvolvimento do material de grande divulgação também em versões Braille e áudio;
- › Evolução do actual sítio na Internet do SIDS Algarve para um Portal interactivo na Internet sobre o “Estado da Sustentabilidade no Algarve”, podendo incluir diferentes valências, tais como:
 - Análise sumária dos indicadores, complementada com gráficos, fotografias, vídeos e informação em tempo real (e.g. qualidade do ar);
 - Acesso aos dados de base (quantitativos ou qualitativos);
 - Jogos e simuladores sobre desempenho ambiental e da sustentabilidade (e.g. do tipo “Pegada Ecológica”);
 - Barómetro da Sustentabilidade para divulgar periodicamente um conjunto restrito de indicadores, junto dos órgãos de comunicação social.

5. Referências Bibliográficas

AEA – Agência Europeia do Ambiente (2004). Sinais Ambientais 2004. Atualização da Agência Europeia do Ambiente sobre questões específicas. [Online]. Disponível em: «(http://reports.eea.eu.int/signals-2004/pt/PT_Signals_web.pdf)». Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. ISBN 92-9167-673-X. Acedido em 11/08/2005.

AIRI – Ambiente Italia Research Institute (2003). European Common Indicators. Towards a local sustainability profile. [Online]. Disponível em: «(http://europa.eu.int/comm/environment/urban/pdf/eci_final_report.pdf)». Ministero dell’Ambiente e della Tutela del Territorio; European Commission; Agenzia per la Protezione dell’ambiente e per i servizi tecnici, Maio. Acedido em 26/09/2005.

AJA, A. (2003). Informe sobre los indicadores locales de sostenibilidad utilizados por los municipios españoles firmantes de la Carta de Aalborg. Disponível em: «(<http://habitat.aq.upm.es/indloc/aindloc.html>)». Ciudades para un Futuro más Sostenible, Novembro. Acedido em 12/08/2005.

ANIELSKI, M.; GRIFFITHS, M.; POLLOCK, D.; TAYLOR, A.; WILSON, J.; WILSON, S. (2001). Alberta Sustainability Trends 2000. [Online]. Disponível em: «(http://collection.nlc-bnc.ca/100/200/300/pembina_institute/alberta_sustainability/gpi-ab2000-trends.pdf)». The Pembina Institute, Canada. PIAD – Pembina Institute for Appropriate Development. ISBN 0-921719-39-6. Acedido a 23/08/2005.

AUDIT COMMISSION; DEFRA – Department for Environment, Food and Rural Affairs; ODPM – Office of the Deputy Prime Minister (2005). Local Quality of Life Indicators – supporting local communities to become sustainable. [Online]. Disponível em: «(<http://www.audit-commission.gov.uk/Products/NATIONAL-REPORT/0D488A03-8C16-46fb-A454-7936FB5D5589/QofL2005.pdf>)». Audit Commission, Agosto. Acedido a 01/09/2005. ISBN 186240 510 7.

BCMWLAP – British Columbia Ministry of Water, Land and Air Protection (2002). Environmental indicators – British Columbia. [Página da Internet]. Disponível em: «(<http://wlapwww.gov.bc.ca/soerpt/soereporting.html>)». British Columbia Ministry of Water, Land and Air Protection. Acedido a 25/08/2005.

BERRINI, M.; BIANCHI, D.; BOLOGNANI, O.; MIGLIO, M.; SANTOS, T.; ZAMBRINI, M. (1999). Linne guida per lo sviluppo sostenibile e le Agende 21 in Toscana. [Online]. Disponível em: «(http://www.rete.toscana.it/sett/pta/svilstost/linee_guida.pdf)». Ambiente Italia, Julho. Acedido em 12/08/2005.

CE – Comissão Europeia (2005). Update of the Statistical Annex (annex 1) to the 2005 Report from the Commission to the Spring European Council – Structural indicators. [Online]. Disponível em: «(http://europa.eu.int/growthandjobs/pdf/statistical_annex_2005_en.pdf)». Bruxelas, Março. Acedido em 14/09/2005.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (s.d.). Evaluación de la Sostenibilidad en América Latina y el Caribe. [Página da Internet]. Disponível em: «(<http://www.eclac.cl/dmaah/proyectos/esalc/>)». Acedido a 27/09/2005.

COM (2005) 218 final – Communication from the Commission to the Council and the European Parliament. Draft Declaration on Guiding Principles for Sustainable Development. [Online]. Disponível em: «(http://europa.eu.int/comm/sustainable/docs/COM_2005_0218_F_EN_ACTE.pdf)». Acedido a 25/09/2005.

DEFRA – Department for Environment, Food and Rural Affairs (2005). Sustainable development indicators in your pocket 2005 – a baseline for the UK Government Strategy indicators. [Online]. Disponível em: «(http://www.sustainable-development.gov.uk/performance/documents/sdiyp2005_a4.pdf)». Department for Environment, Food and Rural Affairs, Junho. Acedido a 01/09/2005.

DEFRA – Department for Environment, Food and Rural Affairs (2004a). Quality of life counts – Indicators for a strategy for sustainable development for the United Kingdom. 2004 Update. [Online]. Disponível em: «(<http://www.sustainable-development.gov.uk/sustainable/quality04/maind/pdf/qolc2004.pdf>)». National Statistics.

DEFRA - Department for Environment, Food and Rural Affairs (2004b). Regional quality of life counts – 2003. Regional versions of the national Headline Indicators of sustainable development. [Online]. Disponível em: «(<http://www.sustainable-development.gov.uk/documents/publications/rqolc2003.pdf>)». 4 th ed. National Statistics. London, Junho. Acedido a 04/08/2005.

DEPA – Danish Environmental Protection Agency (2003). Indicators for sustainable development. [Página da Internet]. Disponível em: «(<http://www.mst.dk/indikator/bu/default.asp?sprogid=2>)». Actualizado a 31/05/2005. Acedido a 09/08/2005.

DETR – Department of the Environment, Transport and the Regions (1999). Quality of life counts. Indicators for a strategy for sustainable development for the United Kingdom: a baseline assessment. Government Statistical Service, DETR, United Kingdom.

DGA – Direcção Geral do Ambiente (2000). Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Direcção Geral do Ambiente, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. Lisboa. ISBN 972 - 8419 - 48 - 1.

DGRNE – Direction Générale des Ressources Naturelles et de l'Environnement (2004). Tableau de bord de l'environnement wallon 2004. [Página da Internet]. Disponível em: «(<http://environnement.wallonie.be/eew/>)». Acedido a 25/08/2005.

EA – Environment Agency (2004). Your Environment – Environmental Indicators. Environment Agency. [Página da Internet]. Disponível em: «(http://www.environment-agency.gov.uk/yourenv/432430/432434/?version=1&lang=_e_)». Acedido a 03/08/2005.

EEA – European Environment Agency (2005). EEA core set of indicators – guide. EEA Technical report No 1/2005. Office for Official Publications of the European Communities. Luxembourg. ISSN 1725-2237.

EERA – The East of England Regional Assembly & EESDRT – The East of England Sustainable Development Round Table (2001). A sustainable Development Framework for the East of England. [Online]. Disponível em: «(<http://www.sustainability-east.com/assets/East%20of%20Eng%20Final%20report.pdf>)». The Beacon Press: East Sussex, Outubro. Acedido a 17/10/2005.

EMRA – East Midlands Regional Assembly (2005). East Midlands Integrated Regional Strategy - our Sustainable Development Framework. [Online]. Disponível em: «(<http://www.emra.gov.uk/irs/index.asp>)». EMRA: Leicestershire, Janeiro. Acedido a 17/10/2005.

EUROSTAT – Statistical Office of the European Communities (2005). Structural Indicators. [Página da Internet]. Disponível em: «(http://epp.eurostat.cec.eu.int/portal/page?_pageid=1133,47800773,1133_47802558&_dad=portal&_schema=PORTAL)». Acedido a 02/08/2005.

EUROSTAT – Statistical Office of the European Communities (2001). Measuring progress towards a more sustainable Europe. Proposed indicators for sustainable development. Data 1980-99. [Online]. Disponível em: «(http://www.eu-datashop.de/download/EN/inhaltsv/thema8/inh_mea.pdf)». Commission of the European Communities and Eurostat. Office for Official Publications of the European Communities. Luxembourg. ISBN 92-894-1101-5. Acedido a 02/08/2005.

FEA – Finland's Environmental Administration (2004). Sustainable development indicators. [Página da Internet]. Disponível em : «(<http://www.environment.fi/default.asp?node=12282&lan=en>)». Actualizado a 17/01/2005. Acedido a 02/09/2005.

GOBIERNO VASCO – Departamento de Ordenación del Território y Médio Ambiente & IHOBE – Sociedad Pública de Gestión Ambiental (2003). Guia Metodológica para el Cálculo de Indicadores de Sostenibilidad Local en la Comunidad Autónoma del País Vasco. Série Programa Marco Ambiental. N.º 20, Maio.

GONW – Government Office for the North West; North West Regional Assembly; Northwest Regional Development Agency; Department of Health; Environment Agency; Sport England North West (2004). State of the Northwest Region – Vital signs. Final Report. [Online]. Disponível em: «(<http://www.nwriu.co.uk/articleimages/VitalSigns2004.pdf>)». Pion Economics: Salford, Dezembro. Acedido a 14/10/2005.

Hametner, M. & Steurer, R. (2007). Objectives and Indicators of Sustainable Development in Europe: A Comparative Analysis of European Coherence. ESDN Quarterly Report December 2007. Disponível em: «(http://www.sd-network.eu/?k=quarterly%20reports&report_id=7)»

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (s.d.). Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - Brasil 2004. [Online]. Disponível em: «(<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/defaulttab.shtm?c=1>)». Acedido a 27/09/2005.

IFEN – Institut Français de l'Environnement (s.d.). 45 indicators of sustainable development : a contribution from IFEN (Extracts from: 45 indicateurs de développement durable: une contribution de l'Ifen, realised by Cécile Durmoy). Ifen Etudes et Travaux. N.º 42, 24 pp. [Online]. Disponível em: «(http://www.ifen.fr/fileadmin/publications/les_dossiers/2003/et41anglais.pdf)».

ISO – International Organisation for Standardization (1999). International Standard ISO 14031: Environmental management: environmental performance evaluation: guidelines. Geneva, International Organisation for Standardization. ISSO 14031:1999(E).

Jackson, L.E.; Kurtz, J.C.; Fisher, W.S. (editors.) (2000). Evaluation guidelines for ecological indicators. EPA/620/R-99/005. U.S. Environmental Protection Agency, Office of Research and Development, Research Triangle Park, NC.

JFS – Japan for Sustainability (s.d.). JFS Indicators. [Página da Internet]. Disponível em: «(<http://www.japanfs.org/en/view/index/index.html>)». Acedido em 26/09/2005.

LANDSIS g.e.i.e.; Centre for Agricultural Landscape and Land Use Research; The Arkleton Centre for Rural Development Research; Scottish Agricultural College; University of Applied Science (s.d.) – Proposal on Agri-environmental indicators – Project Summary. [Online]. Disponível em: «(<http://www.landsis.lu/projects/download/PAIS%20Summary.pdf>)». Acedido a 18/08/2005.

Lingayah, S. & Sommer, F. (2001). Communities Count: The LITMUS Test – Reflecting Community Indicators in the London Borough of Southwark. [Online]. Disponível em: «(www.neweconomics.org/gen/uploads/Litmus%20booklet(1).pdf)». New Economics Foundation. Acedido a 03/08/2005.

ME – Ministère de l'Environnement (2002). Indicateurs de Développement Durable pour le Luxembourg. [Online]. Disponível em: «(http://www.environnement.public.lu/developpement_durable/publications/indicateurs_developpement_durable/IDD_publication_02_10_PDF.pdf)». Acedido a 28/09/2005.

MECR – MINISTRY OF ENVIRONMENT OF THE CZECH REPUBLIC (2002). Sustainable development Indicators. [Página da Internet]. Disponível em: «(http://indikatory.env.cz/?main_group=IUR)». Actualizado a 01/12/2005. Acedido a 03/10/2005.

MEGC – Maine Economic Growth Council & MDF – MAINE DEVELOPMENT FOUNDATION (2005). Measures of Growth in Focus 2005. Performance measures and benchmarks to achieve a vibrant and sustainable economy for Maine. [Online]. Disponível em: «(http://www.mdf.org/megc/measures/megc2005.pdf)». MEGC & MDF, Março. Acedido a 03/10/2005.

MIDEPLAN – Ministerio de Planificación Nacional y Política Económica (s.d.). Sistema de indicadores sobre desarrollo sostenible (SIDES). [Página da Internet]. Disponível em: «(http://www.mideplan.go.cr/sides/index.html)». Acedido a 26/09/2005.

MINNESOTA PLANNING (2002). Minnesota milestones 2002. [Página da Internet]. Disponível em: «(http://server.admin.state.mn.us/mm/goal.html)». Admin Minnesota – Department of Administration. Acedido a 30/09/2005.

MONTMOLLIN, A.; ALTEWGG, D.; MEIER, A.; ROTH, I.; SCHELER, A. (2004). Sustainable Development in Switzerland – Indicators and comments. [Online]. Disponível em: «(http://www.bfs.admin.ch/bfs/portal/en/index/infothek/erhebungen_quellen/blank/blank/monet/02.ContentPar.0003.DownloadFile.tmp/e_monet_rapport.pdf)». Swiss Federal Statistical Office, Swiss Agency for the Environment, Forests and Landscape, Swiss Federal Office for Spatial Development, Neuchâtel. Acedido a 28/08/2005.

NCPB – North Carolina Progress Board (2005). North Carolina 20/20 Update Report. [Online]. Disponível em: «(http://www.ncprogress.org/PDF/2020Report_093005_3.pdf)». NCPB: Raleigh, 30 Setembro. Acedido a 10/10/2005.

NEA – North East Assembly (2004a). The Integrated Regional Framework for the North East – Part 1. [Online]. Disponível em: «(http://www.goneweb.co.uk/sustaine/publications/irf/irf_part1_published.pdf)». NEA, Julho. Acedido em 23/09/2005.

NEA – North East Assembly (2004b). The Integrated Regional Framework for the North East – Part 2. [Online]. Disponível em: «(http://www.goneweb.co.uk/sustaine/publications/irf/irf_part2_published.pdf)». NEA, Julho. Acedido em 23/09/2005.

NIROEC – National Indicators and Reporting Office of Environment Canada (2003). Environmental signals: Canada's national environmental indicator series 2003. [Online]. Disponível em: «(http://www.ec.gc.ca/soer-ree/English/Indicator_series/esignals.pdf)». National Environmental Indicator Series, Canada. ISBN 0-662-33138-9. Acedido a 15/08/2005.

NJSSI – New Jersey Sustainable State Institute (2000). Living with the future in mind – goals and indicators for New Jersey's Quality of Life. [Online]. Disponível em «(http://www.njssi.org/uploaded_documents/LivingWiththeFutureInMind2.pdf)». State of New Jersey & New Jersey Future. Acedido a 03/10/2005.

nrg4SD – Network of Regional Governments for Sustainable Development (s.d.). Common Sustainability Indicators, new proposal on 10 indicators plus 2 optional. [Online]. Disponível em: «(http://www.nrg4sd.net/Download/Resources/IndPostSem_en.pdf)». Proposta de trabalho. Acedido a 12/08/2005.

NRTEE – National Round Table on the Environment and the Economy (2003). Environment and Sustainable Development Indicators for Canada. [Online]. Disponível em: «(http://www.nrtee-trnee.ca/Publications/PDF/Report_Indicators_E.pdf)». National Round Table on the Environment and the Economy, Canada. ISBN 1-894737-06-7. Acedido a 12/08/2005.

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development (1993). OECD Core Set of Indicators for Environmental Performance Reviews. A synthesis report by the Group on the State of the Environment – Environment Monographs n.º 83. Organisation for Economic Co-operation and Development. Paris. Disponível em: «(http://lead.virtualcenter.org/pt/dec/toolbox/Refer/gd93179.pdf)», acedido a 19/01/2004.

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development (2001). 10 Indicators for the Environment. OECD Working Group on Environmental Information and Outlooks (WGEIO). OECD, Paris.

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development (2002a). Indicators to measure decoupling of environmental pressure for economic growth (2002). [Online]. Disponível em: «(http://www.olis.oecd.org/olis/2002doc.nsf/43bb6130e5e86e5fc12569fa005d004c/a3de43ef2e765286c1256bbb005840b8/\$FILE/JT00126227.PDF)». General Secretariat. Organisation for Economic Co-operation and Development. Acedido em 21/01/04.

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development (2005). OECD Factbook 2005. Economic, Environmental and Social Statistics. [Página da Internet]. Disponível em: «(http://thesius.sourceoecd.org/vl=5285080/cl=56/nw=1/rpsv/factbook/)». Acedido em 11/08/2005.

OREGON PROGRESS BOARD (2005). Achieving the Oregon Shines Vision: the 2005 Benchmark Performance Report. [Online]. Disponível em: «(www.oregon.gov/DAS/OPB)». Oregon Progress Board, Abril. Acedido a 03/10/2005.

Ott, W.R. (1978). Environmental Indices – Theory and Practice. Michigan, Ann Arbor Science.

PBRAC – Plan Bleu Regional Activity Centre (2005). Follow-up of the Mediterranean Strategy on Sustainable Development: first proposal for indicators. Working document draft. Sophia Antipolis.

PBRAC – Plan Bleu Regional Activity Centre (2002). Indicators for Sustainable Development in the Mediterranean Coastal Regions - Final report 2002. [Online]. Disponível em: «(http://www.planbleu.org/pdf/idd_cotiers_a.pdf)». Plan Bleu pour l'environnement et le développement en Méditerranée Regional Activity Centre, Sophia Antipolis. Acedido a 15/08/2005.

Ramos, T.B.; Alves, I.; Subtil, R.; Melo, J.J. (2007a). Environmental performance policy indicators for the public sector: the case of the defence sector. *Journal of Environmental Management*. 82 (4). 410 – 432.

Ramos, T.B., Alves, I., Gervásio, I. Liberal, P. (2007). Revisão do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e Apoio na Elaboração, Revisão de Conteúdos e Divulgação do Relatório do Estado do Ambiente. Relatório Final do Projecto desenvolvido no âmbito do Protocolo de Cooperação Técnico-científica n.º 22/2005, estabelecido entre o Instituto do Ambiente e a Universidade do Algarve. Lisboa.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 180/2004. «D.R. I Série-B». 298 (2004-12-22) 7256.

RT-DGPTA – Regione Toscana - Direzione Generale delle Politiche Territoriali e Ambientali (2005). Segnali ambientali in Toscana. [Online]. Disponível em: «(http://www.rete.toscana.it/sett/pta/stato_ambiente/stato_ambiente.htm)». Regione Toscana - Department for Territorial and Environmental Policies. EDIFIR – Edizioni Firenze. Acedido a 11/08/2005.

SADS – Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sostenible; ARGENTINA SALUD; MINISTERIO DE SALUD Y AMBIENTE DE LA NACIÓN (2005). Sistema de indicadores de desarrollo sostenible Republica Argentina. [Online]. Disponível em: «(http://www.medioambiente.gov.ar/archivos/web/Indicadores/File/sidsa_completo.pdf)». Acedido a 29/09/2005.

SDNAW – Statistical Directorate National Assembly for Wales (2005). Sustainable Development Indicators for Wales, 2005. [Online]. Disponível em: «(<http://www.wales.gov.uk/keypubstatisticsforwales/content/publication/sustainable/2005/sb11-2005/sb11-2005.pdf>)». National Statistics: Cardiff, Março. Acedido a 13/10/2005.

SEEG – Scottish Executive Environment Group (2002). Meeting the needs... Priorities, actions and targets for sustainable development in Scotland. [Online]. Disponível em: «(<http://www.scotland.gov.uk/library5/rural/mtnsd.pdf>)». SEEG: Abril. Acedido a 13/10/2005.

SEERA – South East England Regional Assembly; GOSE – Government Office for the South East; SEEDA – South East England Development Agency; EA – Environment Agency; NHS – National Health Service; SEFS – South East Forum for Sustainability; RAISE – Regional Action and Involvement South East (2004). Executive Summary Part of the Integrated Regional Framework 2004: a Better Quality of Life in the South East. [Online]. Disponível em: «(http://www.southeast-ra.gov.uk/our_work/planning/sus_dev/irf_2004/irf_summary_final.pdf)». South East England Regional Assembly. Guildford, Junho. Atualizado a 24/08/2005. Acedido a 08/09/2005.

SNZ – Statistics New Zealand (2002). Monitoring Progress Towards a Sustainable New Zealand – An experimental report and analysis. [Online]. Disponível em: «(<http://www.stats.govt.nz/NR/rdonlyres/2EA4C3CC-816B-4E5F-80CA-CFC4AF1A5530/0/MonitoringSusDevelopment.pdf>)». Wellington, Agosto. ISBN 0-478-26904-8. Acedido a 11/10/2005.

SS – Statistics Sweden & SEPA – Swedish Environmental Protection Agency (2001). Sustainable Development Indicators for Sweden – a first set 2001. [Online]. Disponível em: «(<http://www.scb.se/statistik/MI/MI1103/2003M00/Preface1to52.pdf>)». Swedish Environmental Protection Agency and Statistics Sweden, Sweden. ISBN 91-618-1100-9. Acedido a 6/01/2004.

SUSTAINABLE SEATTLE (1998). Indicators of sustainable community. [Online]. Disponível em: «(<http://www.sustainableseattle.org/Programs/Regionallndicators/1998IndicatorsRpt.pdf>)». Acedido a 28/09/2005.

SWO – South West Observatory (2005). South West Barometer. Issue Five. [Online]. Disponível em: «(<http://www.swo.org.uk/barometer/pdf/Barometer-5%20PDF.pdf>)». Acedido a 02/08/2005.

SWRA – South West Regional Assembly (2002). Moving in the right direction? Progress Report 2002 - a review of progress against the South West Regional Sustainable Development Framework. [Online]. Disponível em: «(http://www.southwest-ra.gov.uk/swra/downloads/ourwork/sustainabledevelopment/download_documents/Moving_in_the_Right_Direction.pdf)». Acedido a 4/02/04.

SWRA – South West Regional Assembly (s.d.). Our Environment: Our Future The Regional Strategy for the South West Environment 2004 – 2014. [Online]. Disponível em: «([http://www.swenvo.org.uk/publications/ENV%20strat%20main\[1\].pdf](http://www.swenvo.org.uk/publications/ENV%20strat%20main[1].pdf))». Acedido a 02/08/2005.

UN CSD – United Nations Commission on Sustainable Development (2001). Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies. [Online]. Disponível em: «(<http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/indisd/indisd-mg2001.pdf>)». Acedido a 17/11/03.

UN SD – United Nations Statistics Division (2005). Millenium Development Goal Indicators Database. [Página da Internet]. Disponível em: «(http://unstats.un.org/unsd/mi/mi_goals.asp)». Atualizado em 30/07/2005. Acedido em 16/08/2005.

US SDI – U.S. Interagency Working Group on Sustainable Development Indicators (2001). Sustainable Development in the United States: An Experimental Set of Indicators. [Página da Internet]. Disponível em: «(<http://www.sdi.gov/lpBin22/lpext.dll/Folder1/Infobase7/1?fn=main-j.htm&f=templates&2.0>)». Report Prepared by the U.S. Interagency Working Group on Sustainable Development Indicators. Washington, DC. Acedido a 17/08/2005.

WORLD BANK (2005). Focus on sustainability 2004. EUA. Working paper. [Online]. Disponível em «(http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDS-ContentServer/WDSP/IB/2005/02/07/000009486_20050207160411/Rendered/PDF/315170FocusOnSustainability200401public1.pdf)». Acedido em 16/08/2005.

YHA – Yorkshire and Humber Assembly (2003). Building the benefits – Yorkshire and Humber Regional Sustainable Development Framework – Update 2003-2005. [Online]. Disponível em: «(http://www.yhassembly.gov.uk/p_contentDocs/245_1.pdf)». YHA: Julho. Acedido a 14/10/2005.

Fichas de caracterização dos Indicadores-chave

46	Produto interno bruto regional	108	Governo electrónico
50	Produtividade do trabalho	111	Instrumentos de gestão da sustentabilidade
53	Investimento público e privado	115	Intensidade turística
58	Estrutura empresarial	118	Transporte de passageiros
63	Poder de compra concelhio	122	Consumo de energia final
66	Despesa e rendimento das famílias	126	Produção de energia a partir de fontes renováveis
71	Emprego	128	Qualidade do ar
75	Desemprego	131	Consumo de água
79	Abandono escolar	133	Reutilização de água residual tratada
81	Nível de escolaridade da população activa	136	Área ardida
85	Evolução da população	138	Qualidade da água em zonas balneares
90	Risco de pobreza	140	Espécies de fauna e flora ameaçadas e protegidas
92	Mortalidade segundo a causa	143	Uso do solo
98	Acesso aos cuidados de saúde	146	Espaços verdes de utilização pública
102	Criminalidade	148	Valorização e destino final de resíduos
105	Participação eleitoral		

Produto interno bruto regional

		CÓDIGO	1
TEMA	Desenvolvimento Económico	DIMENSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Produto interno bruto regional	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input checked="" type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>O desenvolvimento económico de uma região, é expresso, regra geral, através do seu Produto Interno Bruto (PIB). Um elevado nível do PIB <i>per capita</i> além de poder significar um maior desenvolvimento económico pode igualmente proporcionar os recursos necessários à coesão social e à protecção do ambiente. O PIB regional é o equivalente regional do PIB nacional.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas.</p>		
METODOLOGIA	<p>O PIB é uma medida de desempenho da actividade económica, definida como o valor de todos os bens e serviços produzidos subtraindo o valor de todos os bens ou serviços usados na sua produção, durante um determinado período (normalmente um ano). A metodologia foi definida de acordo com o Sistema Europeu de Contas (SEC 95). Os dados recolhidos para o cálculo do indicador referem-se ao período 1999-2004, mas uma vez que existe uma quebra de série em 1999, as séries no período entre 1995-1999 e 2000-2004 não são comparáveis entre si.</p> <p>O PIB regional é avaliado a preços de mercado (pm) adicionando-se os impostos regionalizados líquidos de subsídios, aos produtos e à importação, e aos valores acrescentados, por região, a preços de base. A soma do PIB pm por região, incluindo o PIB regional do território <i>extra-regional</i>, é igual ao PIB pm nacional.</p> <p>- PIB regional em % do total de Portugal: $(\text{PIB da região} / \text{PIB Portugal}) * 100$;</p> <p>O PIB per capita é usado frequentemente como termo de comparação real, entre economias de diferentes dimensões, para medir o desempenho económico atingido, dentro dos respectivos limites nacionais e regionais. Constitui uma importante medida de comparabilidade do rendimento, entre países, quando medido em paridades do poder de compra (PPC).</p> <p>- PIB per capita (em valor): $(\text{PIB da região} / \text{população média da região})$;</p> <p>Paridades Poder de Compra (PPC): taxa de conversão de moeda que possibilita a comparação internacional do volume do PIB. Esta unidade permite eliminar as diferenças dos níveis de preços entre os diferentes países e regiões no processo de conversão (Eurostat). Os conversores usados baseiam-se em comparações dos níveis de preços recolhidos nas capitais europeias e normalizados a uma média nacional, a qual é aplicada como conversor a todos os territórios regionais para assegurar a comparabilidade do PIB regional em termos de poder aquisitivo, de modo que uma unidade de PPC compra o mesmo volume de bens e serviços em todos os países.</p> <p>- Índice de disparidade do PIB per capita em Paridade do Poder de Compra</p> <p>$(\text{UE27}=100) = (\text{PIB per capita da região} / \text{PIB per capita médio da UE}) * 100$.</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	<p>€; € per capita; Paridade de Poder de Compra (PPC).</p>		
UNIDADE ESPACIAL	<input checked="" type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input type="checkbox"/> Relevante <input checked="" type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	<p>Anual</p>		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTES	<p>INE - Instituto Nacional de Estatística; Eurostat - Gabinete de Estatísticas da União Europeia.</p>		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	<p>2º Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética.</p>		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	<p>-</p>		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	<p>-</p>		
DOCUMENTOS RELEVANTES	<p>SEC 95 - Regulamento (CEE) n.º 2223/96 do Conselho de 25-06-96, relativo ao Sistema europeu de contas nacionais e regionais na Comunidade. JO L 310 de 30-11-1996.</p>		

ANÁLISE SUMÁRIA

Entre 1995-2004 verificou-se uma evolução crescente do PIB regional, a preços de mercado (pm), sendo as regiões de Lisboa, Norte e Centro as que mais se destacam na produção de riqueza, enquanto que a região do Algarve ocupava a quinta posição. O PIB do Algarve, registou, contudo, entre 2000-2004, uma taxa de variação média anual (5,7%) superior à nacional (4,2%).

No período de 1995 a 1999, o PIB da região do Algarve contribuiu, em média, para 3,5% do PIB nacional, aumentando essa proporção para 4,0% entre 2000 e 2004.

No que se refere ao PIB *per capita*, a região algarvia apresentava o terceiro melhor desempenho a nível nacional, depois das regiões de Lisboa e da Madeira. Em 2004, o PIB *per capita* do Algarve ascendeu a 14 300 €, valor superior à média nacional de 13 700 €.

A comparação do PIB *per capita*, calculado em paridades do poder de compra, com a média da União Europeia (UE27=100) revela que, no período entre 1995 e 2004, quer o país, quer as regiões portuguesas, com excepção de Lisboa, se situaram aquém daquele valor. A região do Algarve apesar de se encontrar abaixo daquele limiar (77,1 em 2004) apresentou valores superiores ao estabelecido para o objectivo de convergência (75%), situação decorrente do “efeito estatístico” originado pela entrada de novos países na União Europeia.

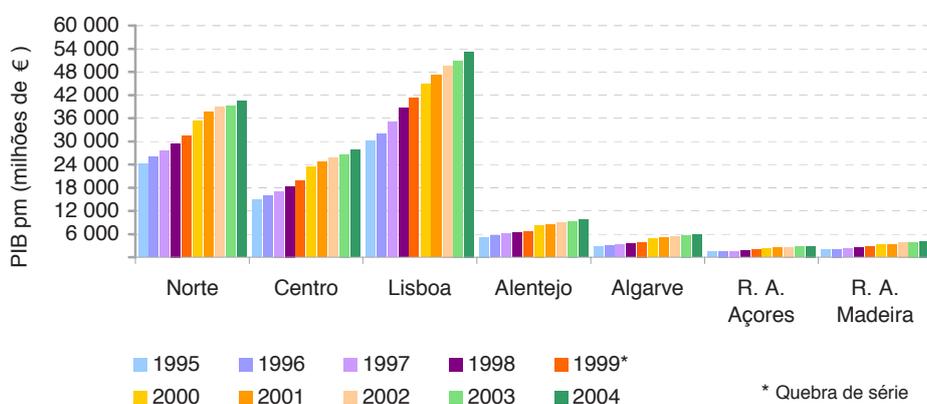


Figura 1 - PIB pm regional, por NUTS II (2002).

Fonte: INE, Contas Regionais.

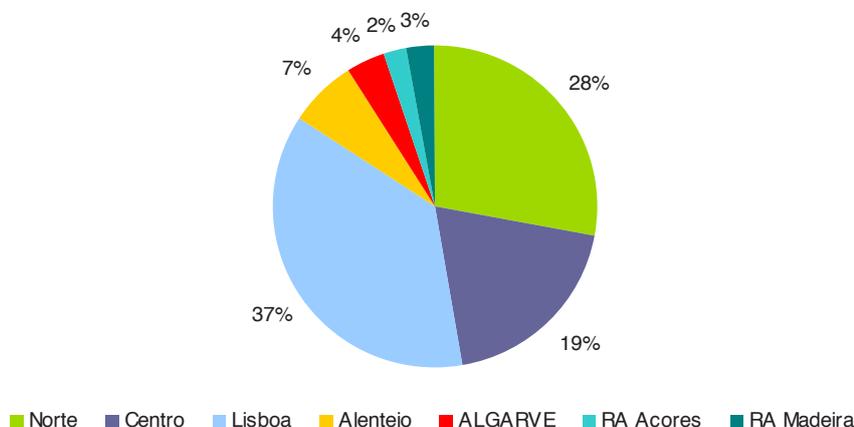


Figura 2 - Repartição do PIB pm por NUTS II (2002), em 2004.

Fonte: INE, Contas Regionais.

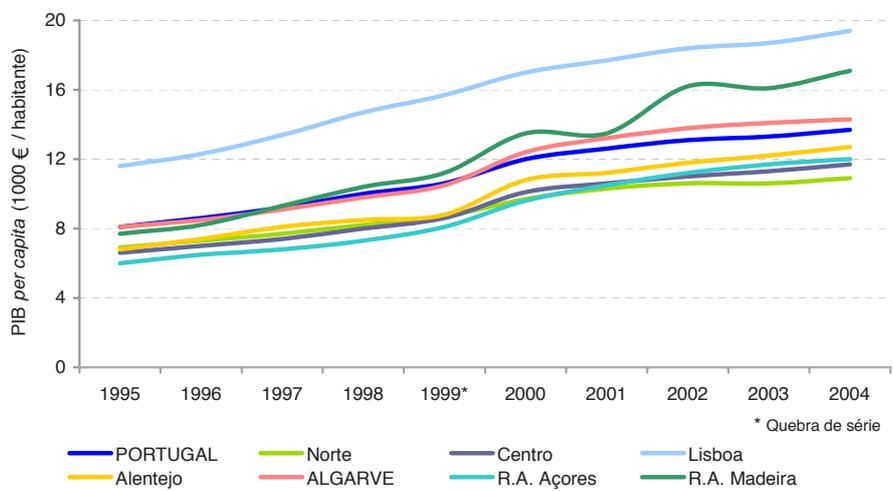


Figura 3 - Evolução do PIB *per capita*, por NUTS II (2002).

Fonte: INE, Contas Regionais.

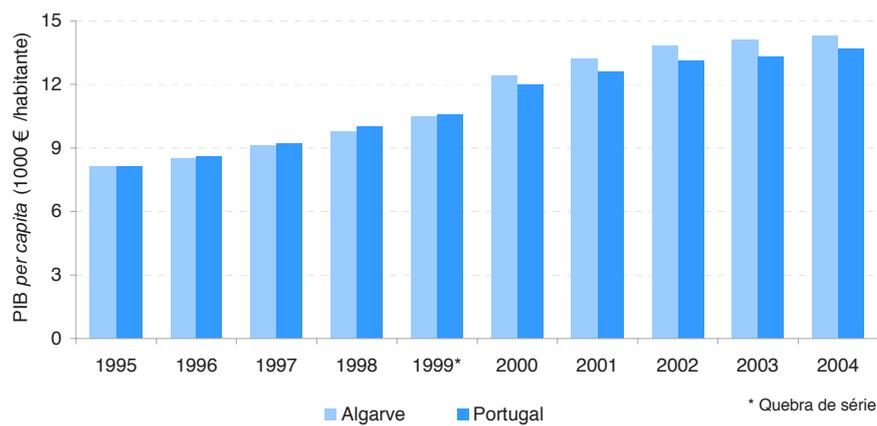


Figura 4 - Evolução do PIB *per capita*, entre Portugal e Algarve.

Fonte: INE, Contas Regionais.

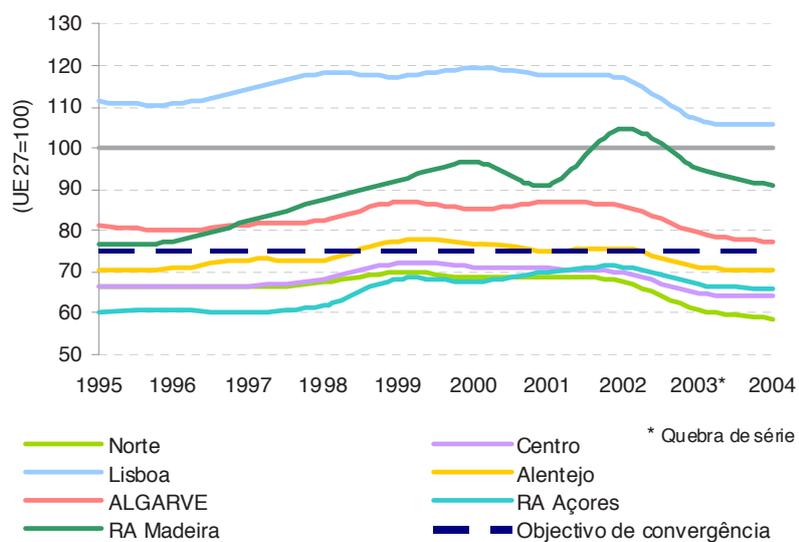


Figura 5 - Disparidade do PIB *per capita* em Paridade do Poder de Compra (PPC) das regiões portuguesas face à média europeia (EU27=100).
Fonte: Eurostat, Estatísticas Regionais.

Produtividade do trabalho

		CÓDIGO	2
TEMA	Desenvolvimento Económico	DIMENSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Produtividade do trabalho	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>A produtividade do trabalho, expressa pelo Produto Interno Bruto por pessoa empregada ou por hora trabalhada, para além de ser um indicador eficaz do desempenho económico do país, que permite medir a eficiência na utilização do factor trabalho para a obtenção do produto, é também um indicador que evidencia a competitividade das regiões.</p> <p>O crescimento da produtividade depende entre outros aspectos da melhoria das competências da mão-de-obra, dos progressos tecnológicos e de novas formas de organização, sendo a incorporação de conhecimento e inovação factores transversais de importância estratégica. Num contexto social em que o envelhecimento da população é uma realidade, o aumento da produtividade do trabalho constitui um factor determinante na obtenção de um crescimento sustentável.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas a nível regional. No entanto, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) apresenta como meta para 2010 atingir valores de produtividade correspondentes a 75% da média da UE.</p>		
METODOLOGIA	<p>Utilizaram-se os dados das Contas Regionais NUTS 2002 (Base 2000), disponibilizados pelo INE. O cálculo da produtividade resulta da divisão do PIB pelo emprego que lhe está subjacente. O emprego, neste contexto, corresponde ao total de indivíduos que exercem uma actividade produtiva, incluindo quer trabalhadores por conta de outrem, quer por conta própria.</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	%, €		
UNIDADE ESPACIAL	<input checked="" type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input type="checkbox"/> Relevante <input checked="" type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	INE- Instituto Nacional de Estatística.		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	2º Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	II. Robustecer e modernizar a economia regional V. Melhorar as condições de empregabilidade para absorver novas qualificações VI. Melhorar as qualificações dos jovens e dos adultos, valorizando as competências básicas e tecnológicas		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	4. Qualificação e diversificação do turismo		
DOCUMENTOS RELEVANTES	-		

ANÁLISE SUMÁRIA

No período entre 2000-2004 a produtividade nacional registou uma variação média anual de 3,7%, ascendendo a 28 200€ naquele último ano. O Algarve foi, no conjunto das regiões, a que apresentou uma evolução menos favorável, com um crescimento médio anual de 2%. A produtividade da região passou assim de 26 200€ em 2000, para 28 400€ em 2004, o que implicou uma descida de 107,8 para 100,7 na sua posição relativa face à média nacional.

A produtividade nacional apresenta ainda valores distantes da realidade europeia. Apesar da melhoria registada no período atrás referido, a divergência mantém-se, situando-se a produtividade nacional, no último ano, em 67% do valor médio da União Europeia (UE=100).

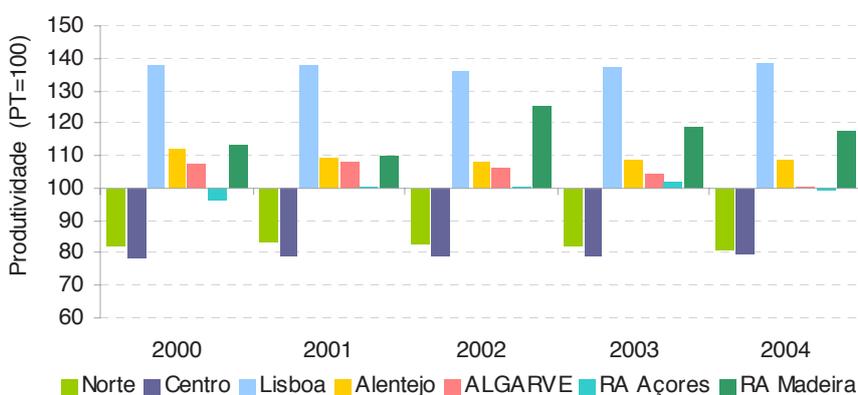


Figura 1 - Disparidade regional da produtividade do trabalho.

Fonte: INE, Contas Regionais.

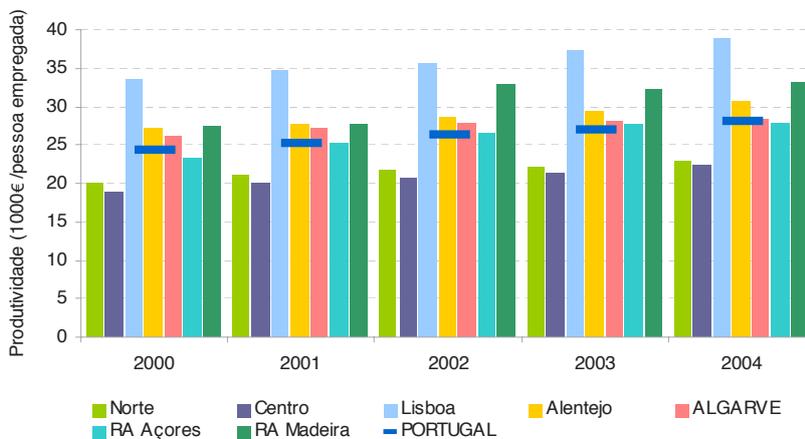


Figura 2 - Evolução da produtividade do trabalho, por regiões, entre 2000-2004.

Fonte: INE, Contas Regionais.

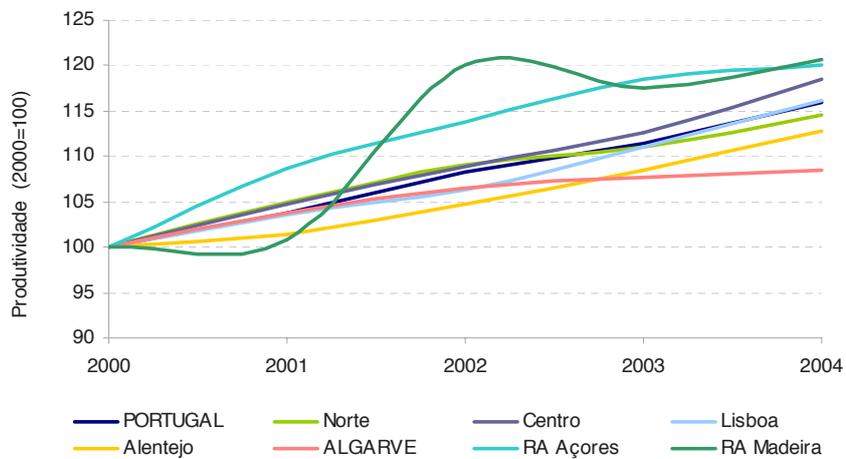


Figura 3 - Evolução da produtividade do trabalho (Base 2000), por regiões.

Fonte: INE, Contas Regionais.

Investimento público e privado

		CÓDIGO	11
TEMA	Desenvolvimento Económico	DIMENSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Investimento público e privado	INDICADOR-CHAVE	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input checked="" type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>O investimento em capital fixo é uma componente do PIB que representa um importante indicador do futuro do crescimento económico. O investimento público e privado pode ser medido através da formação bruta de capital fixo (FBCF), que é constituída pelos investimento produtivo das empresas residentes (máquinas, edifícios para produzir bens e serviços), investimento das administrações públicas (equipamentos colectivos) e investimento das famílias (principalmente em habitação).</p>		
METAS	Não foram identificadas metas		
METODOLOGIA	<p>Utilizaram-se os dados das Contas Regionais, calculados pelo INE conforme a metodologia estabelecida pelo Sistema Europeu de Contas (SEC 95). Os dados utilizados para o cálculo do indicador referem-se ao período 1999-2004, mas uma vez que existe uma quebra de série em 1999, as séries no período entre 1995-1999 e 2000-2004 não são comparáveis entre si. De referir que o investimento é medido através da Formação Bruta de Capital Fixo, em percentagem do PIB (FBCF em % PIB), e o investimento aparente através da FBCF, em percentagem do VAB (FBCF em % VAB). O PIB e a FBCF são calculados a preços de mercado.</p> <p>São ainda apresentados no presente indicador os dados relativos aos fundos comunitários aprovados no âmbito do Programa Operacional do Algarve (PROAlgarve), para o período 2000-2006. O programa Operacional engloba três fundos estruturais: i) FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; ii) FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola; iii) FSE - Fundo Social Europeu; e iv) IFOP - Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas. O PROALGARVE subdivide-se em três Eixos Prioritários, cada um deles com objectivos e tipologias bem específicas, designadamente: i) Eixo 1 – Apoio ao Investimento de Interesse Municipal e Intermunicipal; ii) Eixo 2 – Acções Integradas de Base Territorial; e iii) Eixo 3 – Intervenções da Administração Central e Regionalmente Desconcentradas. Cada eixo tem associadas medidas específicas.</p> <p>- BENS DE CAPITAL FIXO: Conjunto de bens (terrenos, edifícios, arranjos nos terrenos e outros trabalhos de construção, material de transporte, máquinas e outro material), com possibilidade de permanecerem na unidade estatística por prazos mais ou menos longos, servindo quer como meios de produção, quer como garante de rendimento ou condições de trabalho (INE).</p> <p>- FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL: a formação bruta de capital fixo engloba as aquisições líquidas de cessões, efectuadas por produtores residentes, de activos fixos durante um determinado período e determinadas mais valias dos activos não produzidos obtidas através da actividade produtiva de unidades produtivas ou institucionais. Os activos fixos são activos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano. (SEC 95; Anuário do Algarve, 2004). Podem distinguir-se os seguintes tipos de formação bruta de capital fixo: a) aquisições líquidas de activos fixos corpóreos – habitações e outros edifícios e estruturas, máquinas e equipamento, activos de cultura ou de criação (árvores e efectivos pecuários); b) aquisições líquidas de activos fixos incorpóreos – exploração mineira, programas informáticos, guiões de espectáculos e obras literárias ou artísticas e outros activos fixos incorpóreos; c) melhorias importantes em activos não produzidos corpóreos, nomeadamente nos ligados a terrenos (embora sem incluir a aquisição de activos não produzidos); e d) os custos associados à transferência de propriedade de activos não produzidos, como terrenos e activos patenteados (embora sem incluir a própria aquisição destes activos).</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	%; €		
UNIDADE ESPACIAL	<input checked="" type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		

PERIODICIDADE	Anual
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante
FONTE(S)	INE- Instituto Nacional de Estatística, CCDR Algarve
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	2º Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	XI. Completar as redes regionais de equipamentos
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sustentabilidade ambiental 2. Reequilíbrio territorial 3. Estruturação urbana 4. Qualificação e diversificação do turismo 5. Salvaguarda e valorização do património cultural histórico-arqueológico 6. Estruturação das redes de equipamentos colectivos 7. Estruturação das redes de transporte e logística
DOCUMENTOS RELEVANTES	INE, Contas Regionais. SEC 95 - Regulamento (CEE) nº 2223/96 do Conselho de 25-06-96, - JO L 310 de 30-11-1996
ANÁLISE SUMÁRIA	<p>Contrariando o crescimento contínuo registado entre 1995 e 1999, a FBCF do país registou, entre 2000 e 2004, uma evolução média negativa. Recuperando o crescimento em 2004, a FBCF nacional aumentou 2,7% face ao ano anterior, atingindo 32 581 milhões de euros, ao contrário da região do Algarve que não acompanhou este crescimento e contribuiu com menos 0,8% nesse ano, apresentando um investimento de 1604 milhões de euros, cerca de 4,9 % do total nacional.</p> <p>A análise da repartição do total de investimento, por ramo de actividade económica (AE17), permite uma melhor caracterização regional do investimento. Destacam-se as actividades com maior representatividade no investimento da região do Algarve, em 2004, e que são, por ordem decrescente: “K – Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas”; “I – Transportes, armazenagem e comunicações”; “L – Administração pública, defesa e segurança social obrigatória”; “O – Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais”. Em 2004, estas foram responsáveis por 65% do investimento realizado na região do Algarve, o que equivale a 1028 milhões de euros de investimento. As actividades com menor expressão no investimento são, por ordem crescente: “M – Educação”; “B – Pesca” e “C -Indústrias extractivas”.</p> <p>Para o investimento realizado na região é reconhecida a importância do financiamento através de fundos comunitários, dos quais se destacam os quatro fundos (FEDER, FEOGA, FSE e IFOP) do Programa Operacional do Algarve (PROAlgarve), que para o período 2000-2006, foi dotado com uma participação comunitária de 492,8 milhões de euros, que corresponde a um investimento total de 815,2 milhões de euros. Até Julho de 2007, 76% do investimento previsto tinha sido realizado financeiramente. Da distribuição das aprovações por sector do PROAlgarve, os sectores que mais beneficiaram com o investimento neste programa foram, por ordem decrescente, as relacionadas com: Transporte (18,6%), Ambiente (12,0%), Formação Profissional (9,9%), Desporto (9,3%); e Renovação Urbana (8,6%), representando mais de metade do investimento aprovado.</p> <p>No total de 1256 projectos aprovados, até Julho de 2007, pelo PROALGARVE, 25% é transversal a todos os concelhos, sendo classificados como não regionalizáveis. Dos restantes, os concelhos que registaram maior número de projectos aprovados foram, por ordem decrescente: Loulé, Silves, Alcoutim, Tavira e Faro. Contudo em termos de custos totais das aprovações, destacam-se os concelhos de Faro, Loulé, Silves, Albufeira e Olhão como os que mais beneficiaram com os fundos comunitários, num total de 400 milhões de euros de investimento.No que diz respeito às medidas associadas aos eixos prioritários do programa operacional, destacam-se as que apresentam maior expressão: Infra-estruturas de Requalificação Territorial; Acessibilidades e Transportes; Economia; Saneamento Básico do Algarve; Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao nível Local; Desporto; e Equipamentos Colectivos, e que englobam um total de 500 milhões de euros de investimento.</p>

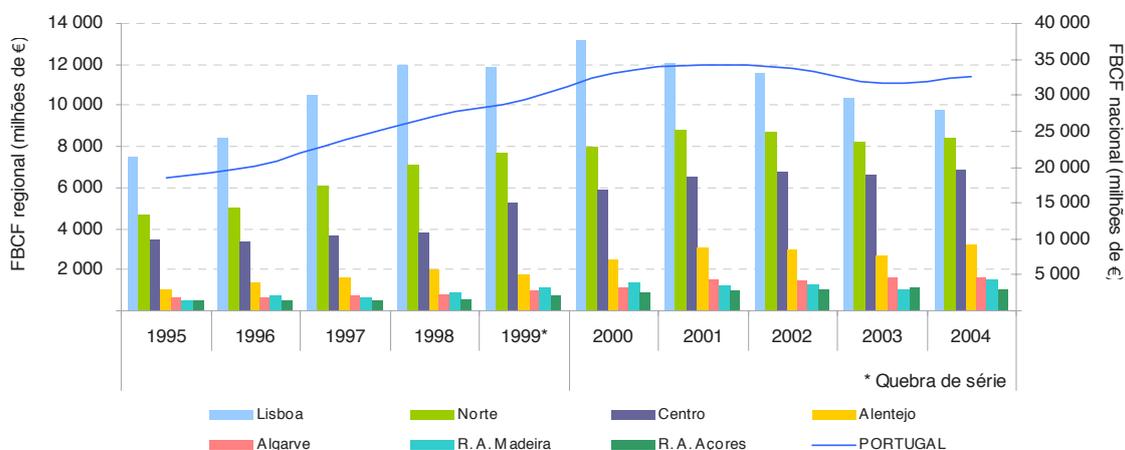


Figura 1- Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) nacional e regional.

Fonte: INE, 2007.

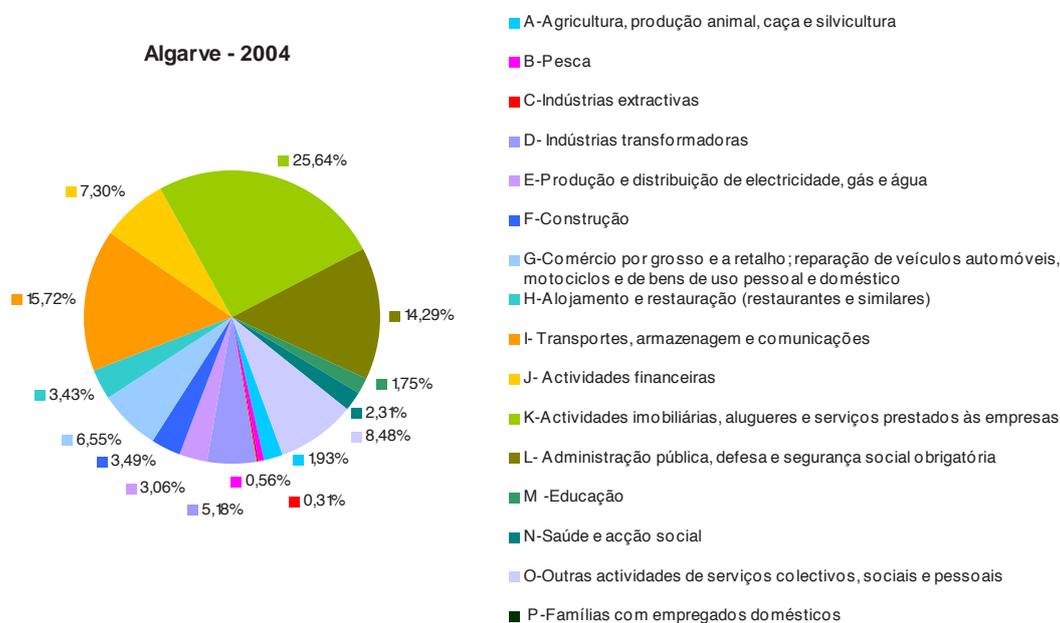


Figura 2- Repartição do total de investimento (FBCF), por ramo de actividade económica (A17), em 2004.

Fonte: INE, 2007.

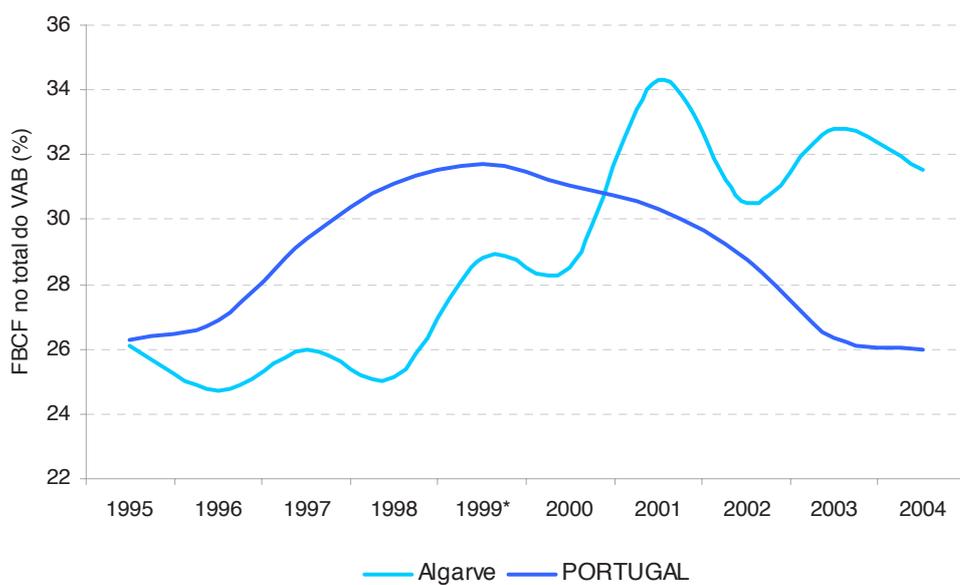


Figura 3 - Investimento aparente - Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em percentagem do VAB em Portugal e no Algarve.
Fonte: INE, 2007.

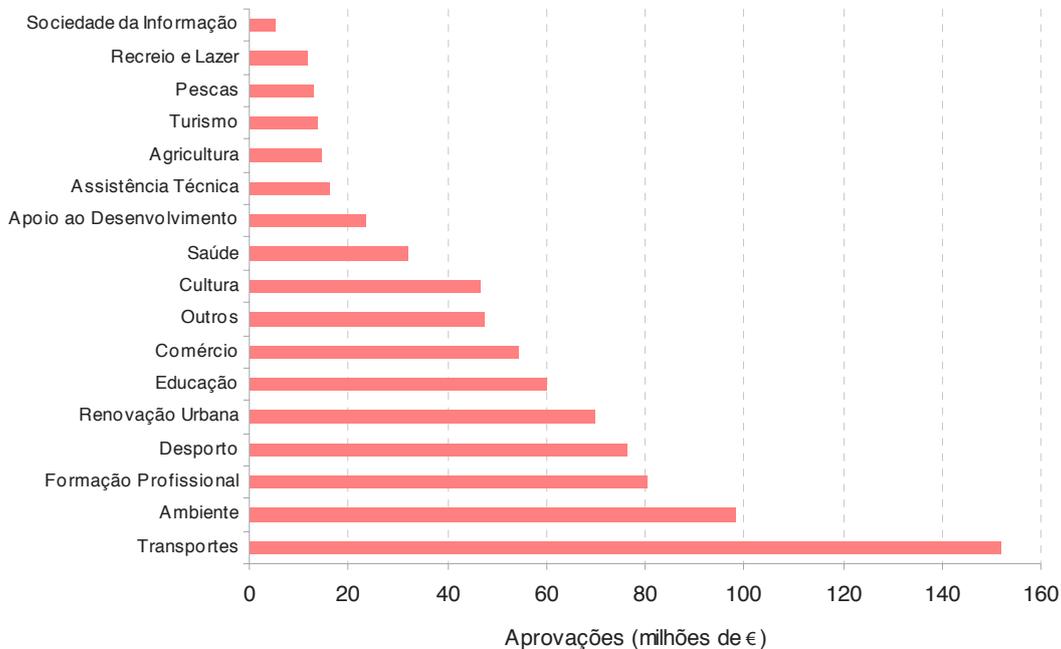


Figura 4 - Investimento elegível aprovado por sector no PROALGARVE.
Fonte: CCDR Algarve, 2007.

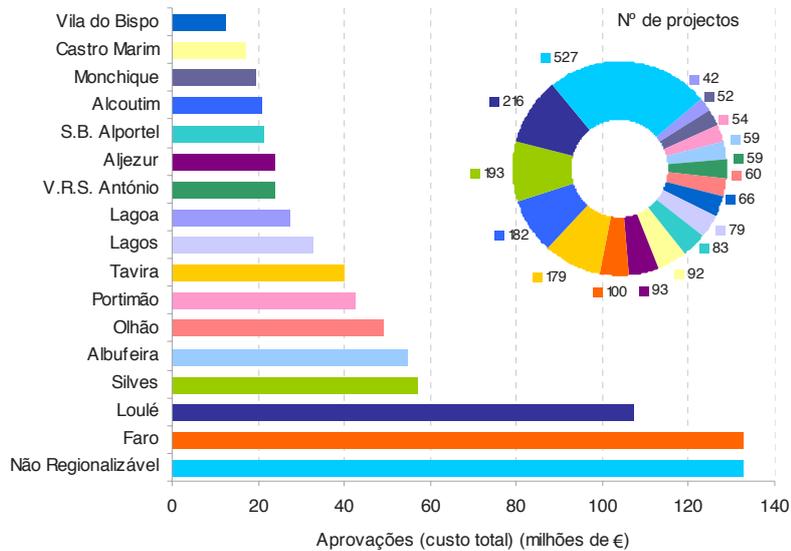


Figura 5 - Total de projectos aprovados no PROALGARVE e custo total das aprovações do PROALGARVE, por concelho.

Fonte: CCDR Algarve, 2007.

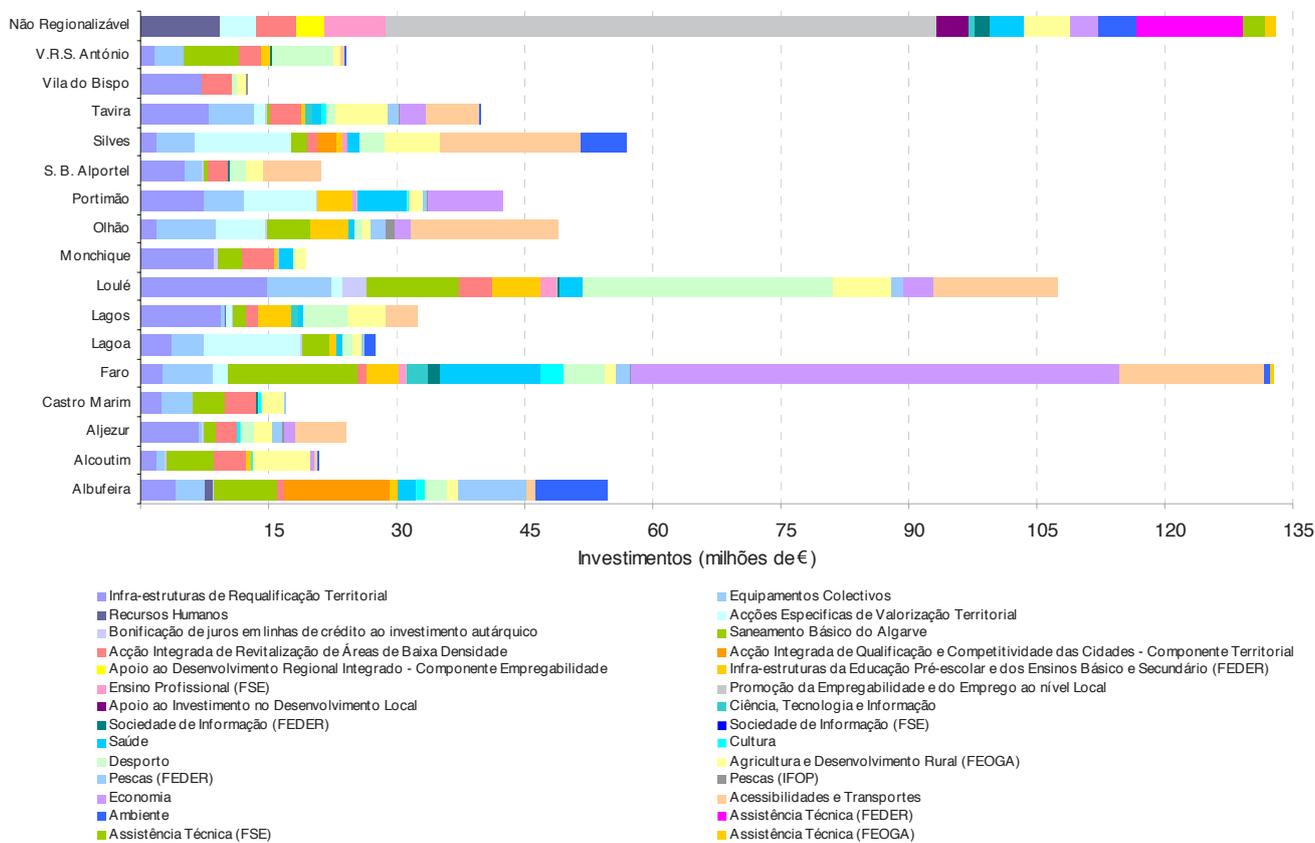


Figura 6 - Total do investimento aprovado pelo PROALGARVE, por concelho e segundo o tipo de medidas associadas.

Fonte: CCDR Algarve, 2007.

Estrutura empresarial

		CÓDIGO	8																
TEMA	Desenvolvimento Económico	DIMENSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional																
NOME	Estrutura empresarial	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não																
DPSIR	<input checked="" type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta																		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>As empresas desempenham um papel socio-económico significativo, sendo fundamentais na criação de emprego e riqueza. A estrutura empresarial de um país ou região reflecte a composição do tecido produtivo e permite aferir o grau de diversificação ou especialização económica. A capacidade de adaptação e de inovação constante das empresas, através da incorporação de saber e de novas tecnologias, o que pressupõe também a adopção de práticas ambientalmente sustentáveis, são aspectos chave para garantir a sua competitividade num mercado aberto.</p>																		
METAS	Não foram identificadas metas.																		
METODOLOGIA	<p>Utilizaram-se os dados tratados e publicados pelo INE, com base na informação estatística produzida através do Inquérito Anual às Empresas (IAE). As variáveis económicas de referência para caracterização da estrutura empresarial foram, por região NUTS II: i) número de empresas; ii) pessoal ao serviço; iii) volume de negócios; e iv) VABpm das empresas. Sempre que exequível, destacam-se destes elementos por tipo de actividade económica, segundo a classificação de actividade económica (CAE rev 2.1).</p> <p>Até ao ano de referência de 2004, a divulgação da informação é efectuada através das publicações: "Estatísticas das Empresas" e "Sistema de Contas Integradas das Empresas" (SCIE). A partir de 2005, em linha com a metodologia já desenvolvida e com recurso essencialmente à informação obtida através da "Informação Empresarial Simplificada" (IES), procedeu-se à fusão da informação estatística destas duas publicações e intensificou-se a utilização de dados administrativos de natureza fiscal, obtida por via de um protocolo celebrado entre o INE e a DGCI (Direcção-Geral de Impostos) e que permite integrar a informação relativa a empresários individuais. Estes resultados não são, por isso, directamente comparáveis com os das publicações anteriores e não incluem as empresas da Agricultura e do Sector Financeiro.</p> <p>Em resultado da política de segredo estatístico seguida pelo INE, os dados existentes por município referem-se apenas a sociedades.</p> <p>EMPRESA – Entidade jurídica (pessoa singular ou colectiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias actividades, em um ou em vários locais (INE).</p> <p>MICRO, PEQUENA E MÉDIA EMPRESA (PME) – classificadas segundo a Recomendação 2003/361/CE da Comissão, de 6 de Maio de 2003 [Jornal Oficial L 124 de 20.05.2003], as micro, pequenas e médias empresas são definidas em função dos efectivos de que dispõem e do seu volume de negócios ou do seu balanço total anual.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>N.º de trabalhadores</th> <th>Volume de negócios</th> <th>Balanço total anual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Média Empresa</td> <td>< 250</td> <td>≤ 50 Milhões €</td> <td>≤ 43 Milhões €</td> </tr> <tr> <td>Pequena Empresa</td> <td>< 50</td> <td>≤ 10 Milhões €</td> <td>≤ 10 Milhões €</td> </tr> <tr> <td>Microempresa</td> <td>< 10</td> <td>≤ 2 Milhões €</td> <td>≤ 2 Milhões €</td> </tr> </tbody> </table> <p>VOLUME DE NEGÓCIOS (VVN) – Valor líquido das vendas e prestações de serviços respeitantes às actividades normais da empresa, após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos directamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade. (INE) (Empresas em Portugal, 2005).</p>				N.º de trabalhadores	Volume de negócios	Balanço total anual	Média Empresa	< 250	≤ 50 Milhões €	≤ 43 Milhões €	Pequena Empresa	< 50	≤ 10 Milhões €	≤ 10 Milhões €	Microempresa	< 10	≤ 2 Milhões €	≤ 2 Milhões €
	N.º de trabalhadores	Volume de negócios	Balanço total anual																
Média Empresa	< 250	≤ 50 Milhões €	≤ 43 Milhões €																
Pequena Empresa	< 50	≤ 10 Milhões €	≤ 10 Milhões €																
Microempresa	< 10	≤ 2 Milhões €	≤ 2 Milhões €																

UNIDADE(S) DE MEDIDA	%; €, n.º
UNIDADE ESPACIAL	<input checked="" type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante
PERIODICIDADE	Anual
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante
FONTE(S)	INE -Instituto Nacional de Estatística; Estatística das empresas; GEE; IAPMEI
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	2º Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética 4º Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social.
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	I. Diversificar e qualificar o cluster turismo/lazer II. Robustecer e modernizar a economia regional IV. Desenvolver um nicho de serviços intensivo em conhecimento
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	2. Reequilíbrio territorial
DOCUMENTOS RELEVANTES	Recomendação da Comissão 2003/361/CE
ANÁLISE SUMÁRIA	<p>Em 2004, as regiões do Norte, Centro e Lisboa, concentravam 84,5% do total das empresas, 87,5% do emprego, 88,8% do volume de negócios e 89,1% do VAB. Nesse mesmo ano, as 32.179 empresas com sede na região do Algarve representavam 5,1% do total das empresas portuguesas, 3,8% do pessoal ao serviço (119 933 indivíduos), 2,5% do volume nacional de negócios (7357 milhões de euros) e 2,7% (1897 milhões de euros) do VAB empresarial do país.</p> <p>Ainda que as empresas algarvias tenham pouca expressão no contexto nacional, no período entre 2001-2004 a variação média anual do seu volume de negócios (5,1%) e do número de pessoas ao serviço (3,2%) foi superior ao observado no conjunto das empresas do país (3,1% e 1,3% respectivamente). Contudo, o número de empresas com sede na região teve um crescimento mais ténue (2,7%, face a um valor nacional de 3,6%).</p> <p>A análise do sector empresarial da região em 2004, segundo a classificação das actividades económicas, permite evidenciar a importância do comércio (29,9%), da construção (19,8%), do alojamento e restauração (16,9%) e das actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (10%), no que respeita ao número de empresas registadas.</p> <p>A quase totalidade (99,8%) das empresas que enformam o tecido produtivo da região é de pequena e média dimensão, muitas delas microempresas, e originam 89,1% do emprego do sector empresarial. Contudo, considerando a evolução no período 2000 a 2004, é de realçar que foi no caso das grandes empresas que se verificou o maior crescimento no pessoal ao serviço e no volume de negócios.</p> <p>Ao nível dos municípios, Faro, Loulé, Portimão e Albufeira, acolhem 59% das sociedades sediadas na região que, por sua vez, geram 67% do volume total de negócios. Nestes municípios as actividades económicas nucleares são as que se destacam também ao nível regional, excepto no caso de Faro em que os Transportes, armazenagens e comunicações são mais relevantes do que as actividades imobiliárias.</p>

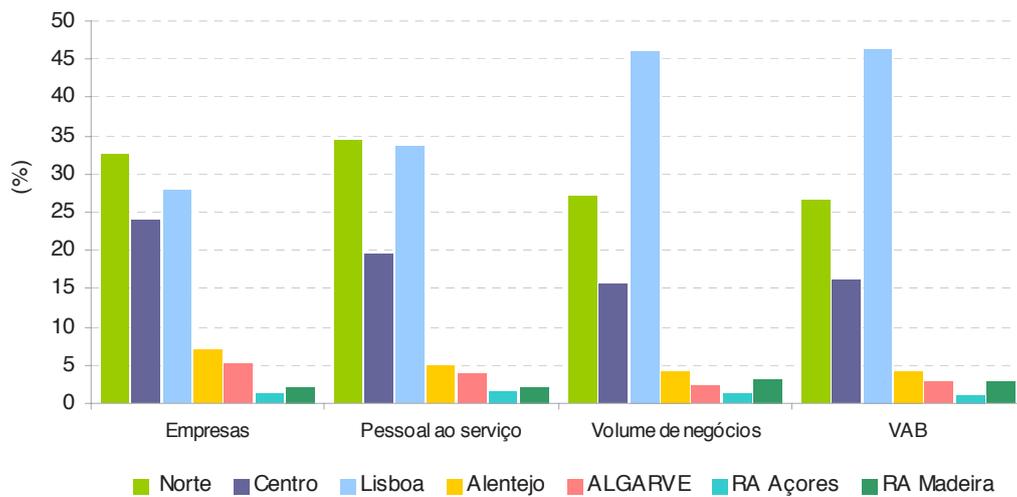


Figura 1 – Empresas, pessoal ao serviço, volume de negócios e valor acrescentado bruto das empresas, em 2004, por regiões NUTS II.

Fonte: INE.

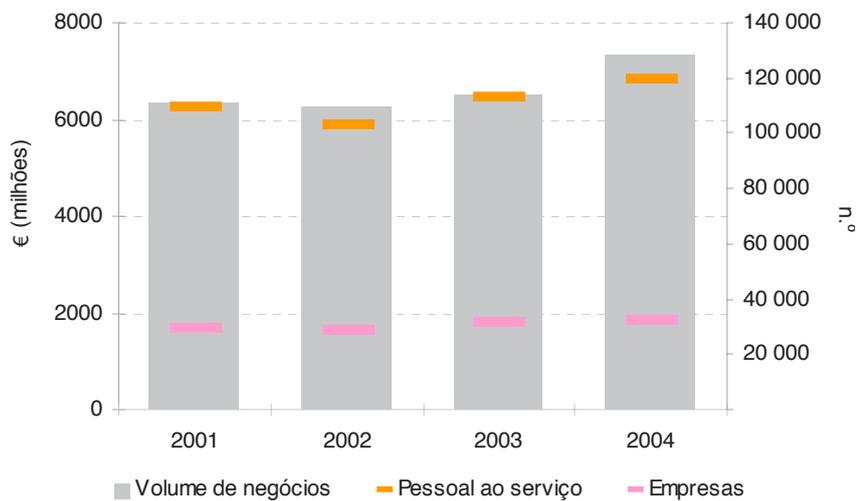


Figura 2 – Volume de negócios, número de pessoas ao serviço e de empresas sediadas na região Algarve.

Fonte: INE.

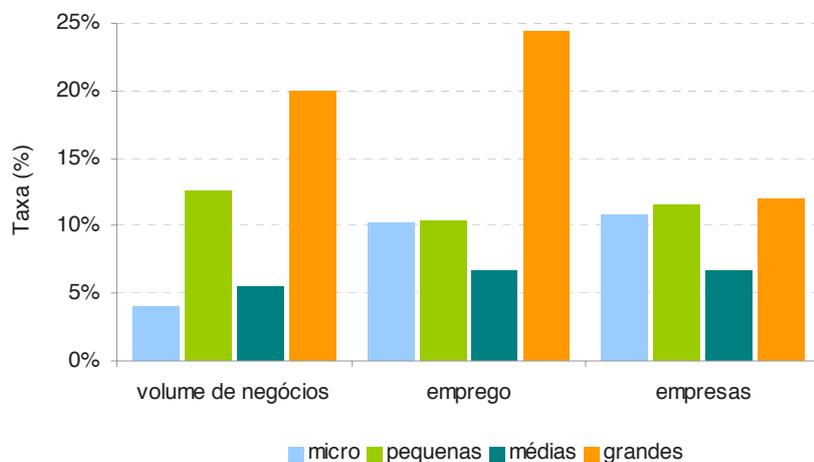


Figura 3 – Evolução do tecido empresarial na região do Algarve. Taxa de crescimento médio anual 2000/2004.

Fonte: IAPMEI

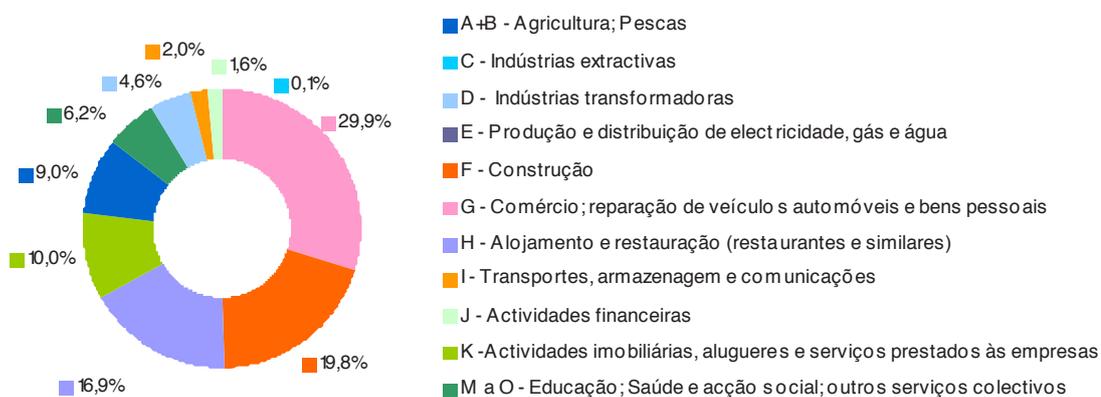
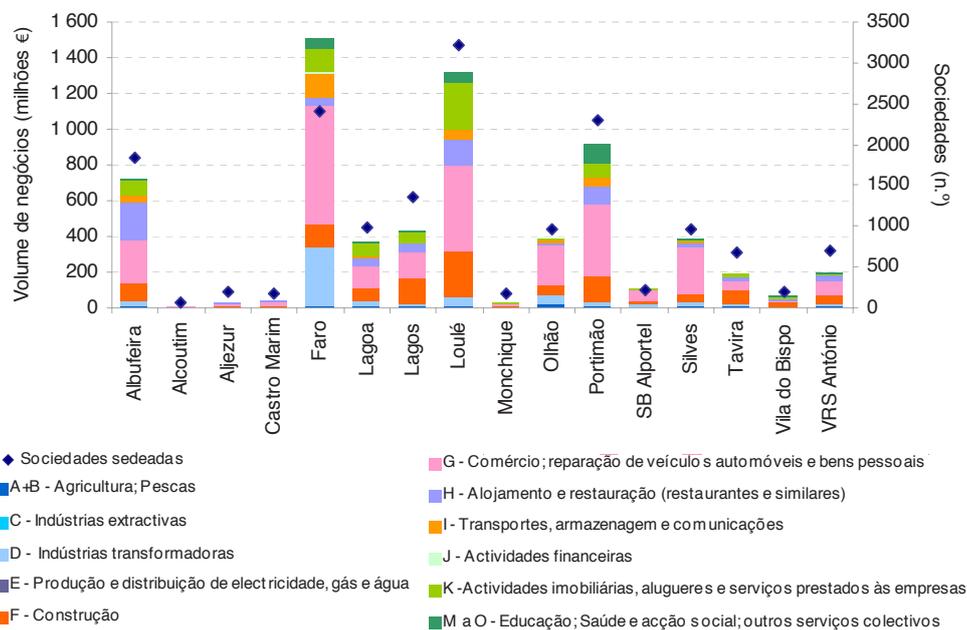


Figura 4 – Empresas sediadas no Algarve, por tipo de actividade económica (CAE rev 2.1), em 2004.

Fonte: INE, Estatísticas das empresas.



Poder de compra concelhio

		CÓDIGO	13
TEMA	Desenvolvimento Económico	DIMENSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Poder de compra concelhio	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>O poder de compra concelhio, avaliado através do indicador <i>per capita</i> (IpC), compara o poder de compra manifestado quotidianamente nos diferentes municípios e regiões com o valor médio de referência nacional, correspondente ao índice 100. A distribuição regional do poder de compra per capita coloca em evidência as assimetrias inter e intra-regionais. O IpC facilita também a percepção da relação entre o grau de urbanização e o nível de poder de compra dos municípios.</p>		
METAS	Não foram identificadas metas.		
METODOLOGIA	<p>Utilizaram-se os dados disponibilizados pelo INE, com base no Estudo do Poder de Compra Concelhio (EPCC). A metodologia permite estimar o poder de compra concelhio para cada um dos 308 concelhos portugueses, a partir de um conjunto de 70 variáveis, relativizadas pela população residente desses municípios.</p> <p>Estas variáveis incluem por exemplo informação relativa a impostos sobre imóveis e veículos contabilizados pelos municípios, IRS liquidado segundo o concelho, consumo doméstico de electricidade per capita, valor per capita dos levantamentos em caixas multibanco, número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, entre outras. As variáveis são posteriormente correlacionadas através do modelo de análise factorial originando o IpC.</p> <p>O IpC do poder de compra evidencia aproximações ou afastamentos à média nacional (ponderada no caso do IpC) não pretendendo demonstrar ganhos ou perdas absolutas de poder de compra.</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	-		
UNIDADE ESPACIAL	<input checked="" type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input checked="" type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	2 anos		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	INE- Instituto Nacional de Estatística.		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	2º Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética 4º Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	-		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	-		
DOCUMENTOS RELEVANTES	-		

ANÁLISE SUMÁRIA

Da análise à distribuição regional do poder de compra, avaliado pelo indicador per capita (IpC), entre 1995 e 2005, verifica-se que Lisboa e o Algarve (excepto em 2000) são as únicas regiões que apresentam um IpC acima da média do país.

Na geografia dos municípios algarvios com poder de compra per capita superior à média nacional destacam-se, em 2005, Faro (144,9), incluído nos dez municípios que abrangem cidades de dimensão significativa no contexto do sistema urbano nacional, e outros seis municípios do litoral algarvio: Albufeira (138,2), Portimão (124,4), Lagos (124,3), Loulé (122,9), Vila Real de Santo António (106,5) e Lagoa (100,33), embora estes dois últimos com valores inferiores à média da região do Algarve (112,9). Merece realce o facto dos quatro primeiros concelhos atrás referidos se posicionarem no grupo dos 15 municípios portugueses com maior poder de compra. Faro surge mesmo na quinta posição a nível nacional e Albufeira na sétima.

A comparação dos índices de poder de compra per capita a nível concelhio evidencia ainda a existência de assimetrias assinaláveis. Os municípios do interior, como são o caso de Alcoutim, cujo poder de compra (48,9) não atinge metade da média nacional, e os concelhos de Monchique (56,2) e Aljezur (69,35), caracterizados por um menor grau de urbanização e densidade populacional, são disso exemplo.

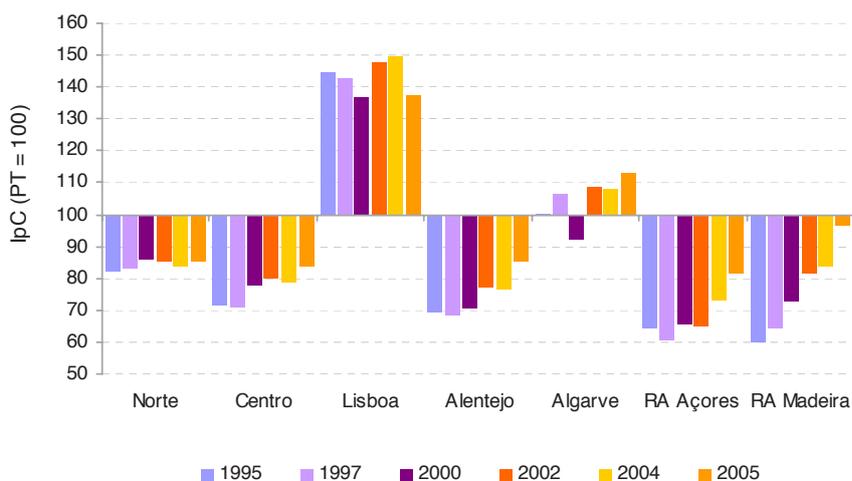


Figura 1 - Poder de compra *per capita* por NUTS II.

Fonte: INE

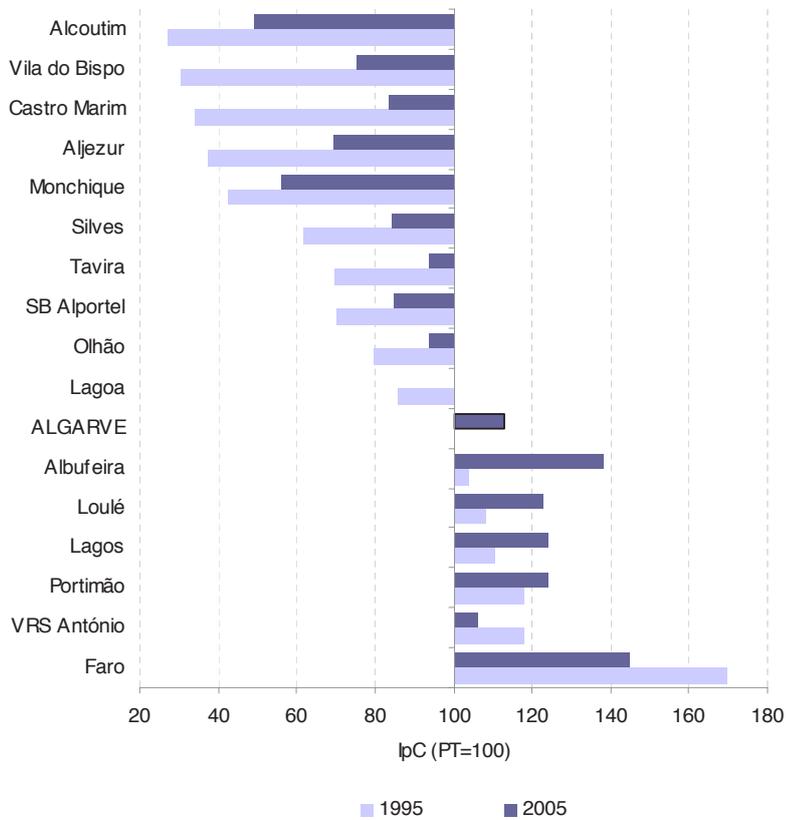


Figura 2 - Poder de compra per capita, por concelho .
Fonte: INE

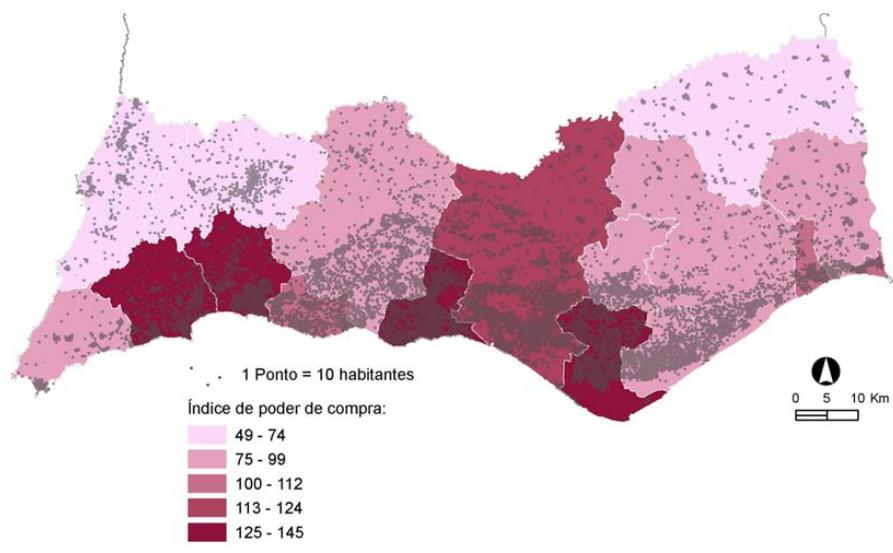


Figura 3 - Poder de compra concelhio *per capita* em 2005 e distribuição da população residente.
Fonte: INE

Despesa e rendimento das famílias

		CÓDIGO	14
TEMA	Desenvolvimento Económico	DIMENSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input checked="" type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Despesa e rendimento das famílias	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>O presente indicador permite analisar o nível de vida das famílias nas diversas regiões, sobretudo pela comparação através dos valores per capita, traduzindo, em certa medida, a qualidade de vida das mesmas. Para tal recorreu-se à informação relativa ao Rendimento Disponível (RD) das Famílias (Contas Regionais), que inclui a noção de despesa de consumo final, isto é, a despesa efectuada pelo sector “famílias” em bens de consumo ou serviços, utilizados para a satisfação directa de necessidades ou carências, mesmo que a sua aquisição seja financiada pelas administrações públicas ou pelas instituições sem fins lucrativo ao serviço das famílias.</p> <p>Recorreu-se ainda a informação recolhida a partir do Inquérito aos Orçamentos Familiares sobre as despesas de consumo médio dos agregados familiares, sendo de realçar que este tipo de informação não é comparável com a que deriva das Contas Regionais.</p>		
METAS	Não foram identificadas metas.		
METODOLOGIA	<p>Utilizaram-se os dados fornecidos pelo INE relativos às Contas Regionais Base 2000 (NUTS 2002), que têm como referência o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 1995 (SEC 95), estatuído pelo Regulamento CE n.º 2223/96, e que estabelece uma metodologia destinada a permitir a elaboração de contas e quadros em bases comparáveis, a nível comunitário. As contas económicas regionais das famílias consubstanciam-se na conta de afectação do rendimento primário e na conta de distribuição secundária do rendimento, por referência ao SEC 95. Os dados são apresentados a preços correntes.</p> <p>O sector das famílias compreende os indivíduos ou grupos de indivíduos, quer na sua função de consumidores, quer na sua eventual função de empresários que produzem bens e serviços financeiros ou não financeiros mercantis, desde que, neste último caso, as actividades correspondentes não sejam as de entidades distintas tratadas como quase-sociedades. Inclui igualmente os indivíduos ou grupos de indivíduos que produzem bens e serviços não financeiros exclusivamente para autoconsumo final.</p> <p>O rendimento disponível (RD) das famílias “integra o Rendimento Primário, resultante da participação directa ou indirecta na actividade de produção e as Transferências de Distribuição, resultante da acção distributiva dos rendimentos, sobretudo das Administrações Públicas”. (INE)</p> <p>Recorreu-se ainda aos dados obtidos através do Inquérito aos Orçamentos Familiares (NUTS 1989), realizado quinquenalmente pelo INE. A informação sobre as despesas de consumo das famílias, a preços constantes de 2000, permitem ter uma ideia mais clara sobre as diferenças regionais na estrutura das despesas dos agregados familiares, como uma primeira aproximação à análise da desigualdade e ao estudo das condições de vida das famílias. A partir dos orçamentos familiares é possível obter informações sobre a forma como, num dado período, cada família despende o seu rendimento, ou parte dele, na aquisição de bens e serviços.</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	€		
UNIDADE ESPACIAL	<input checked="" type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		

DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante
FONTE(S)	INE – Instituto Nacional de Estatística.
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	4º Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	-
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	-
DOCUMENTOS RELEVANTES	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 1995 (SEC95)
ANÁLISE SUMÁRIA	<p>No período de 2000 a 2004 a evolução do Rendimento Disponível (RD) per capita no Algarve apresentou, em termos nominais, um crescimento médio anual de 4,4%, valor este superior ao de qualquer outra região do Continente.</p> <p>Naquele último ano o RD por habitante ascendia a 10.200 euros na região algarvia, correspondendo a um índice de 108,5 (PT=100). Além do Algarve, apenas Lisboa (127,7) e a RA da Madeira (106,4) se posicionavam acima da média nacional. A comparação dos índices de disparidade, em 2004, demonstra ainda que as maiores assimetrias no nível de vida das famílias se verificavam entre as regiões de Lisboa e do Norte, condição que foi atenuada pela acção redistributiva de rendimentos por parte do estado e outras transferências correntes (ex: benefícios sociais, afectação dos impostos sobre o rendimento, remessas de emigrantes, entre outras). Pode ainda observar-se que as transferências de distribuição, maioritariamente da responsabilidade das administrações públicas, beneficiaram igualmente as condições de vida das famílias das regiões do Centro, Alentejo e RA da Madeira. Por outro lado, as regiões de Lisboa e do Algarve e a RA dos Açores foram as que menos beneficiaram com a acção redistributiva das transferências correntes.</p> <p>A informação referente às despesas médias dos agregados familiares, de cariz diferente da anteriormente apresentada, possibilita também uma avaliação do nível de vida das famílias.</p> <p>Da análise aos dados disponibilizados pelo Inquérito ao Orçamentos Familiares, realizado nos anos de 1989, 1995 e 2000, destaca-se o facto do Algarve ter sido a única região de Portugal onde se observou um decréscimo contínuo do montante das despesas médias dos agregados, a preços constantes de 2000. Em 1989, essas despesas atingiam cerca de 13.189 euros por agregado familiar, valor este superior à média portuguesa (11.989 euros). Em 2000, a despesa média anual das famílias algarvias diminuiu para 11.824 euros, face aos 13.828 euros registados no conjunto do país. O índice de disparidade regional que correspondia a 110 em 1989, passou a ser de 85,5 no último ano em análise.</p> <p>As despesas com maior peso no orçamento dos agregados familiares do Algarve, em 2000, foram, à semelhança do país, as relacionadas com a “habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis” (19,6%), seguidas dos “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (19%) e dos “transportes” (14,1%).</p>

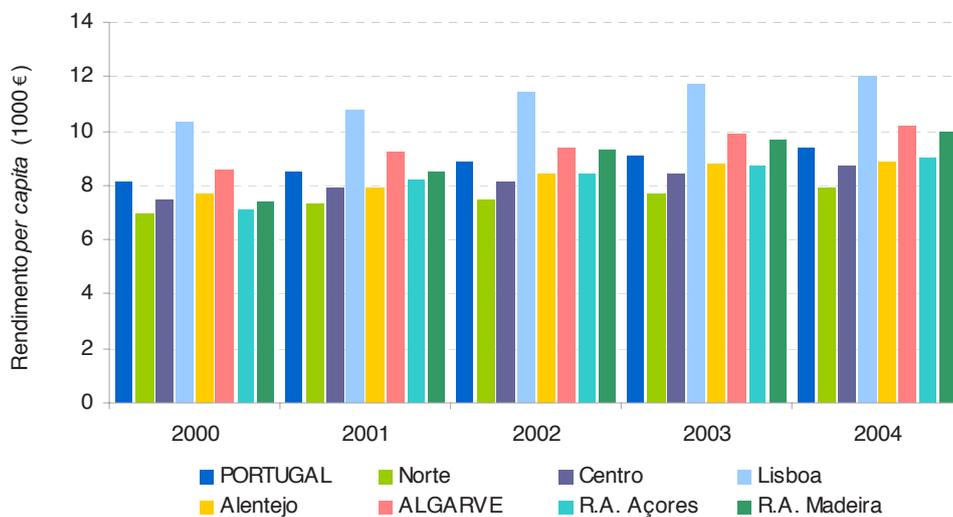


Figura 1- Rendimento Disponível *per capita*, por região (NUTS 2002).
Fonte: INE

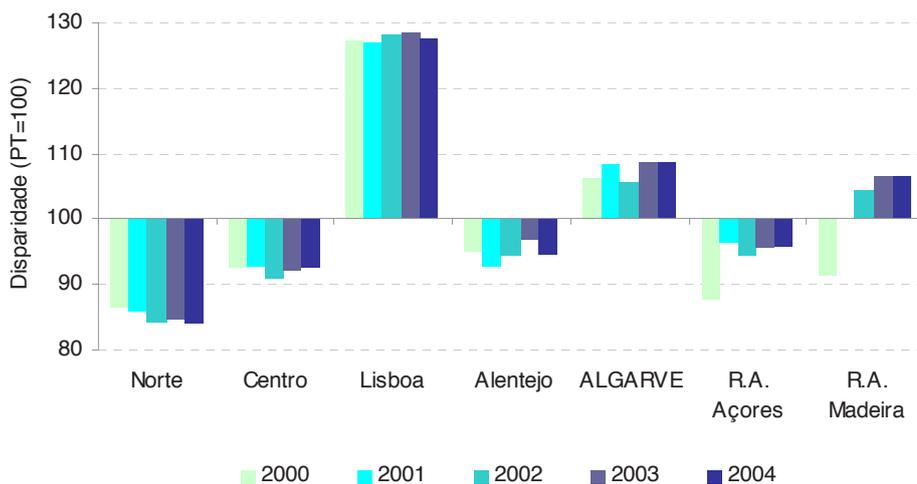


Figura 2 - Índice de disparidade do Rendimento Disponível *per capita*, por região (NUTS 2002).
Fonte: INE

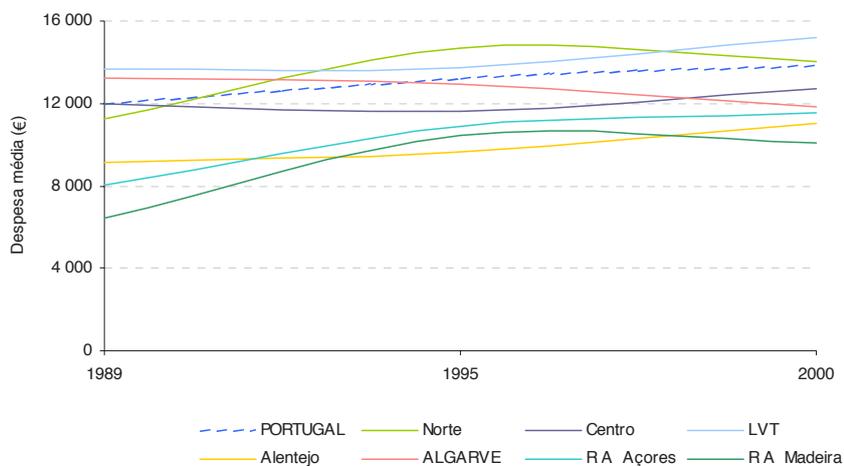


Figura 3 - Despesa média anual dos agregados familiares, a preços de 2000, por região (NUTS 1989).

Fonte: INE

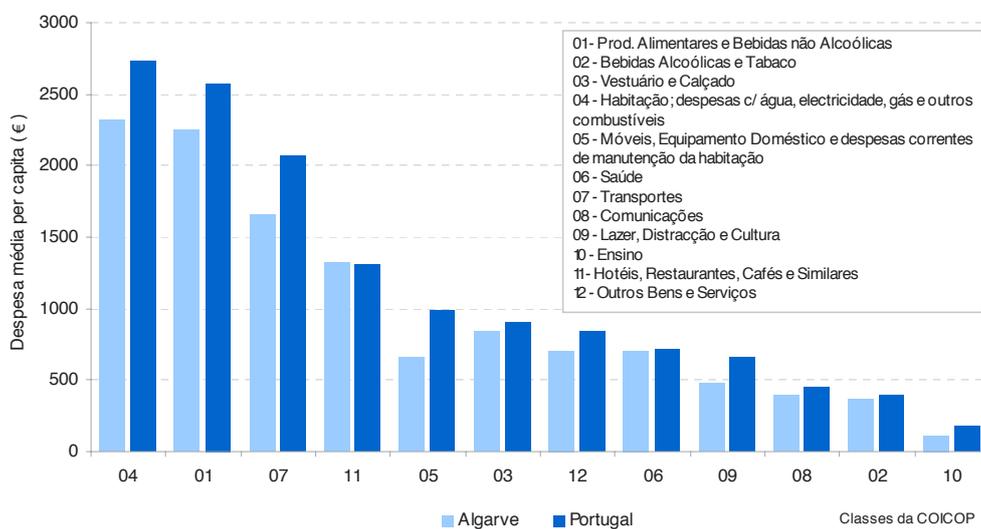


Figura 4 - Despesa média anual dos agregados familiares no Algarve e em Portugal, por classes de despesa, em 2000.

Fonte: INE

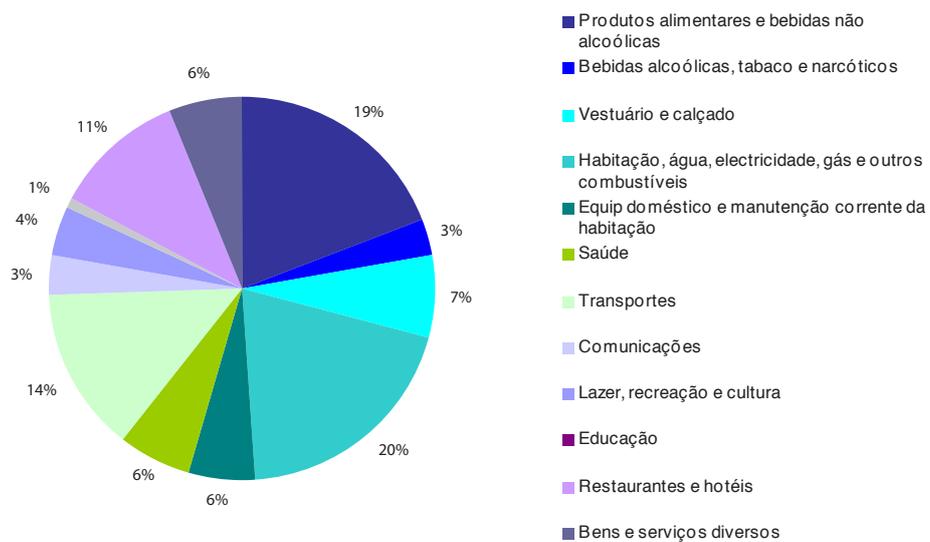


Figura 5 - Estrutura da despesa média anual dos agregados familiares da região do Algarve, em 2000.

Fonte: INE

Emprego

		CÓDIGO	17
TEMA	Emprego	DIMENSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input checked="" type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Emprego	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>O emprego, nas suas vertentes quantitativa e qualitativa, é uma componente fundamental na avaliação da situação económica e social de um país ou região. Se, por um lado, pode condicionar o equilíbrio social, por outro, a estrutura do emprego influencia decisivamente a capacidade de um país gerar riqueza e se desenvolver.</p> <p>A garantia de emprego para uma parte significativa da população em idade activa, a par de princípios como a segurança no emprego e no desemprego e a qualificação da mão-de-obra, são condições importantes para o crescimento sustentado e para a coesão social.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas a nível regional. No entanto, no Plano Nacional do Emprego (PNE) 2005-2008 foram definidas as seguintes metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - taxa de emprego global: 69% em 2008 e 70% em 2010; - taxa de emprego das mulheres: 63% em 2008; - taxa de emprego dos trabalhadores de 55 a 64 anos: > 50% em 2010; - 25.000 jovens qualificados anualmente em estágios profissionais até 2009; - número de empregos do sector das TIC: 3% do total do emprego até 2010 (44.000 novos empregos); - trabalhadores com computadores ligados à Internet no emprego: pelo menos 40% em 2010; - ... (restantes metas no PNE). 		
METODOLOGIA	<p>Os dados apresentados resultam de estimativas efectuadas pelo INE, a partir do Inquérito ao Emprego. Trata-se de um inquérito por amostragem, realizado trimestralmente.</p> <p>A população empregada compreende o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontravam numa das seguintes situações: a) tinham efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinham um emprego, não estavam ao serviço, mas tinham uma ligação formal com o seu emprego; c) tinham uma empresa, mas não estavam temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estavam em situação de pré-reforma, mas encontravam-se a trabalhar no período de referência (INE).</p> <p>Taxa de emprego 15 e + anos: (população empregada / população 15 e mais anos) x 100</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	%		
UNIDADE ESPACIAL	<input type="checkbox"/> NUTS II <input checked="" type="checkbox"/> Concelho <input checked="" type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	INE - Instituto Nacional de Estatística ; Delegação Regional do Algarve do IIEFP		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	4º Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social		

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	<p>I. Diversificar e qualificar o cluster turismo/lazer</p> <p>V. Melhorar as condições de empregabilidade para absorver novas qualificações</p> <p>VI. Melhorar as qualificações dos jovens e dos adultos, valorizando as competências básicas e tecnológicas</p> <p>VII. Fomentar iniciativas de desenvolvimento sócio-económico de apoio à integração de grupos vulneráveis</p> <p>VIII. Modernizar e qualificar a Administração Pública da região</p>
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	2. Reequilíbrio territorial
DOCUMENTOS RELEVANTES	<p>Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008</p> <p>Plano Nacional de Emprego 2005-2008</p> <p>Programa Operacional Temático Potencial Humano 2007-2013</p> <p>Plano Nacional de Acção para a Inclusão</p>
ANÁLISE SUMÁRIA	<p>O Algarve apresentava em 2006 uma taxa de emprego de 56,5%, sendo esse valor de 57,7% no caso do país. Embora entre 1998 e 2006 a região surja sempre abaixo da média nacional, a referida taxa apresentou uma evolução mais positiva no Algarve. A taxa de emprego masculina é substancialmente superior à feminina. Em 2006, 64,3% dos homens em idade activa estavam empregados, sendo essa proporção de 48,9% no caso das mulheres. O grupo etário dos 35 aos 44 anos é o que regista uma taxa de emprego mais elevada, cerca de 86%.</p> <p>O “comércio, reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico” era em 2006 a actividade económica que empregava um grupo mais significativo de indivíduos (20%), seguindo-se a “construção” e o “alojamento e restauração” com igual proporção (14%). O sector dos serviços acolhia, no seu conjunto, 71% da população empregada da região.</p> <p>Naquele mesmo ano, das cerca de 201.700 pessoas empregadas 75,2% trabalhavam por conta de outrem. Destes, 75,5% tinham uma relação contratual baseada no contrato sem termo (média nacional de 79,9%) e 21,4% no contrato a termo (16,3% no país).</p>

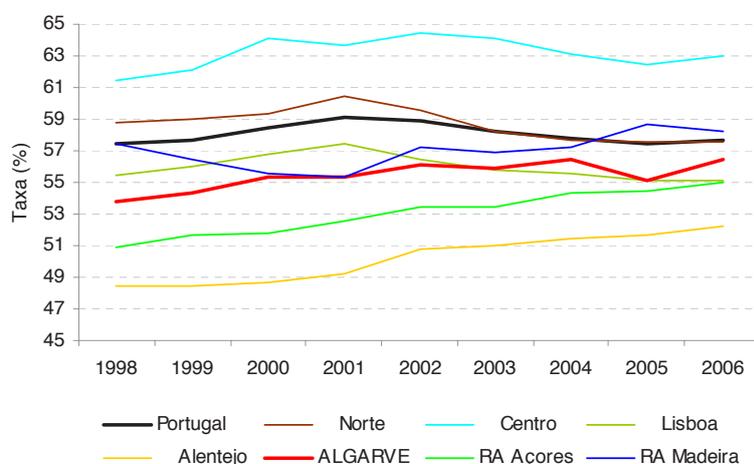


Figura 1 – Taxa de emprego (15 e + anos), por NUTS II (2002).

Fonte: INE

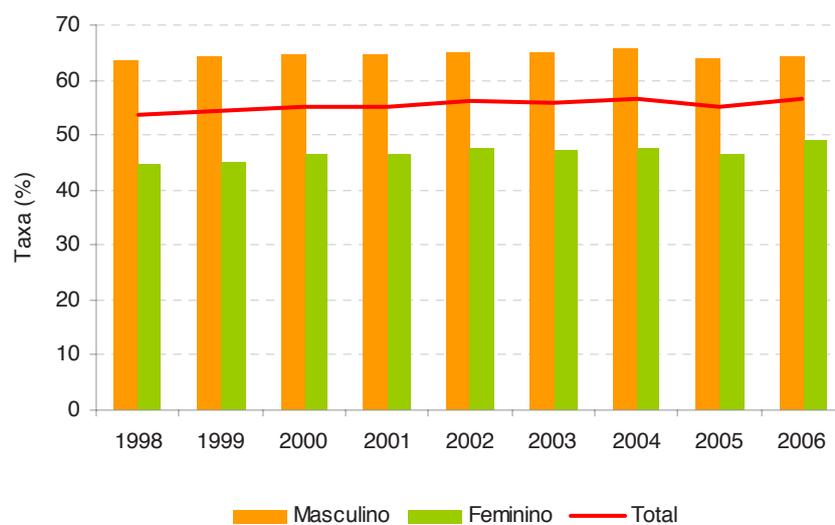


Figura 2 - Taxa de emprego (15 e mais anos) segundo o género, no Algarve.

Fonte: INE

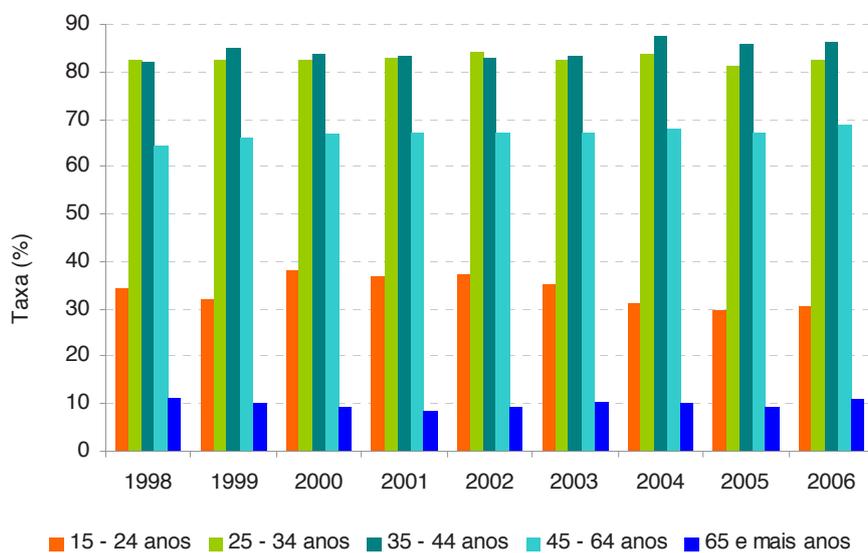


Figura 3 - Taxa de emprego segundo o grupo etário, no Algarve.

Fonte: INE

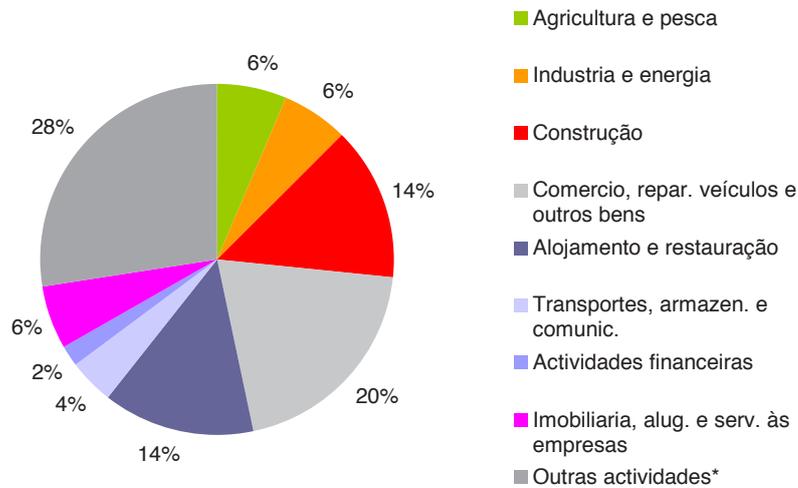


Figura 4 - Distribuição do emprego por actividade económica (2006), no Algarve.

Fonte: INE

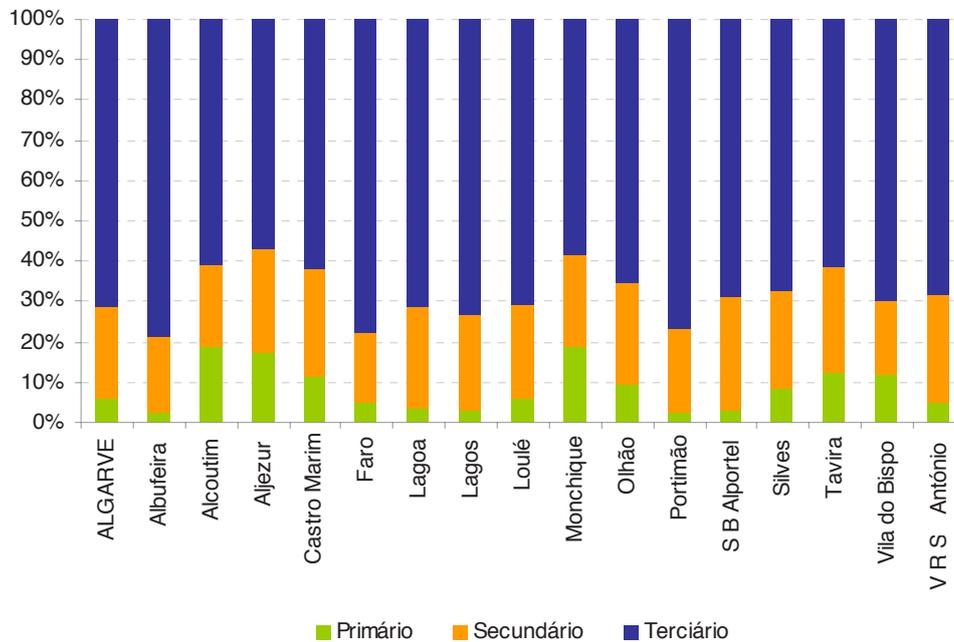


Figura 5 - Distribuição do emprego por sector nos concelhos do Algarve (2001).

Fonte: INE

Desemprego

		CÓDIGO	16
TEMA	Emprego	DIMENSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Desemprego	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>Pode definir-se o desemprego como o fenómeno que atinge o conjunto de indivíduos, com idade mínima especificada, que no período em referência se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; c) tinha procurado um trabalho, ou seja, tinha feito diligências ao longo de um período especificado para encontrar um emprego remunerado ou não (INE)</p> <p>A taxa de desemprego pode ser considerada como um barómetro da situação económica de um país ou região, sendo igualmente importante como indicador social. O desemprego pode derivar de mudanças estruturais da economia ou das normais oscilações conjunturais associadas aos períodos de expansão e recessão económica.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas a nível regional. No entanto, de acordo com o Programa Nacional para o Crescimento e Emprego 2005-2008:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir que até 2010, anualmente, pelos menos 25% dos DLD participem numa medida activa* - Assegurar que cada desempregado inscrito beneficie de uma nova oportunidade antes de completar 6 meses (jovens) ou 12 meses (adultos) de desemprego, através de uma medida activa*, passando esse prazo a 3 meses no caso de jovens com menos de 23 anos e sem o 12º ano de escolaridade - Assegurar a todos os desempregados inscritos com qualificações superiores uma resposta entre Outubro e Dezembro de cada ano, privilegiando a colocação imediata em posto de trabalho, a realização de estágio profissional, uma oferta formativa ou apoio à criação do próprio emprego - Combater o desemprego em grupos específicos, nomeadamente imigrantes, pessoas com deficiência, desempregados mais idosos e mulheres, promovendo a inclusão e a diminuição de situações de risco. <p>* sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, emprego ou outra medida que promova a empregabilidade</p>		
METODOLOGIA	<p>Utilizaram-se dados publicados pelo INE, derivados das estimativas efectuadas a partir dos resultados do Inquérito ao Emprego (inquérito por amostragem).</p> <p>Recorreu-se também a dados publicados pela Delegação Regional do Algarve do IEFP, referentes aos desempregados inscritos nos centros de emprego regionais, para avaliação de aspectos mais específicos como a sazonalidade, o desemprego de longa duração (DLD) ou as habilitações literárias dos desempregados.</p> <p>Taxa de desemprego: (população desempregada / população activa) x 100</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	Nº de desempregados, %		
UNIDADE ESPACIAL	<input type="checkbox"/> NUTS II <input checked="" type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input checked="" type="checkbox"/> Litoral <input checked="" type="checkbox"/> Barrocal <input checked="" type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	INE - Instituto Nacional de Estatística; Delegação Regional do Algarve do IEFP		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	4º Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	VI. Melhorar as qualificações dos jovens e dos adultos, valorizando as competências básicas e tecnológicas		

OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	-
DOCUMENTOS RELEVANTES	Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 Plano Nacional de Emprego 2005-2008 Programa Operacional Temático Potencial Humano 2007-2013 Plano Nacional de Acção para a Inclusão
ANÁLISE SUMÁRIA	<p>Desde 2000 (excepto em 2002) que o Algarve apresenta uma taxa de desemprego inferior à média nacional. O crescimento contínuo observado no País desde 2001 foi, no caso regional, intercalado com algumas descidas (2004 e 2006). Neste último ano a taxa de desemprego da região situou-se nos 5,5%, face a uma média nacional de 7,7%.</p> <p>O desemprego feminino continua a ser preponderante, mantendo-se ao longo dos anos, regra geral, níveis de divergência similares entre as taxas masculina e feminina.</p> <p>Da análise efectuada aos dados disponibilizados pelo IEFP, referentes aos desempregados inscritos no final de cada ano (valores acumulados) destaca-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - cerca de 60% dos 15.350 desempregados inscritos no final de 2006 eram mulheres - crescimento progressivo dos desempregados com 50 ou mais anos, cuja proporção passou de 16,2% em 1996 para 23,4% em 2006 - aumento da proporção de desempregados com habilitações superiores, de 2,9% em 1996 para 6,2% em 2006 - aumento do peso do DLD desde 2001 (18,3% do total de inscritos em 2006) - manutenção dos níveis de sazonalidade associados ao desemprego

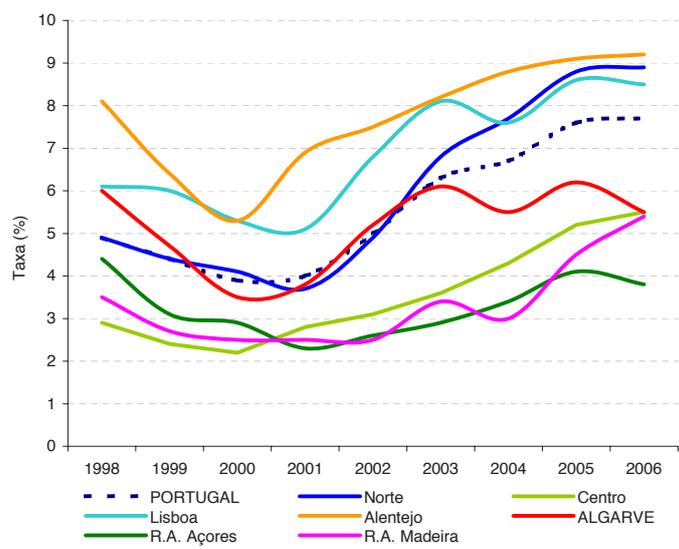


Figura 1 – Taxa de desemprego, por NUTS II.
Fonte: INE

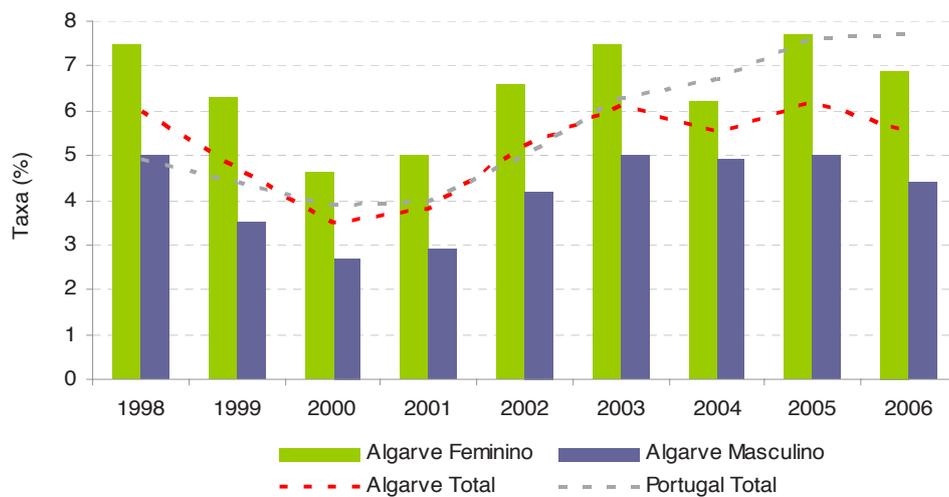


Figura 2 – Taxa de desemprego segundo o género, no Algarve e em Portugal.

Fonte: INE

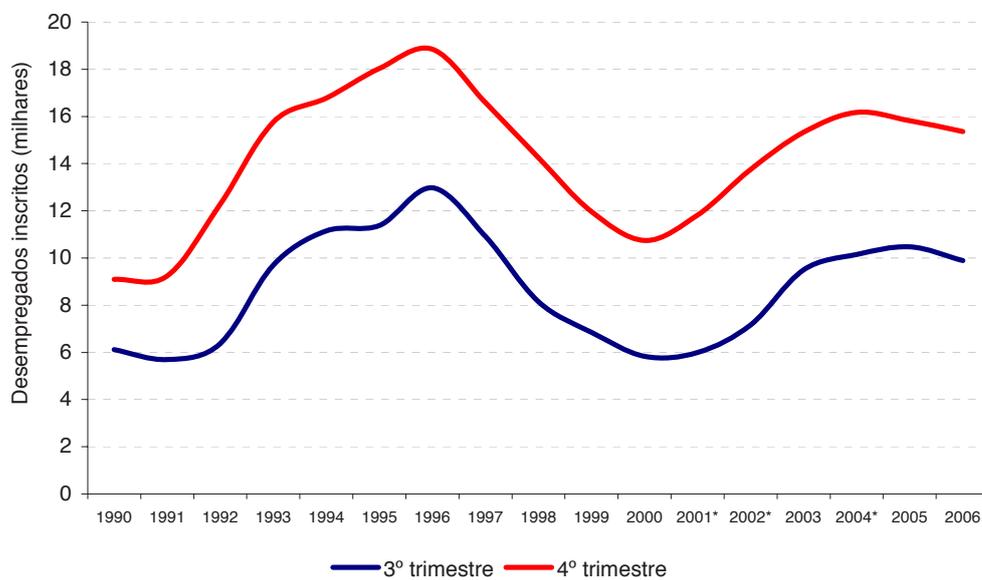


Figura 3 – Desempregados inscritos nos centros de emprego do Algarve, no 3º e 4º trimestre de cada ano

Fonte: Relatórios trimestrais do mercado de emprego. Delegação Regional do Algarve do IEFP

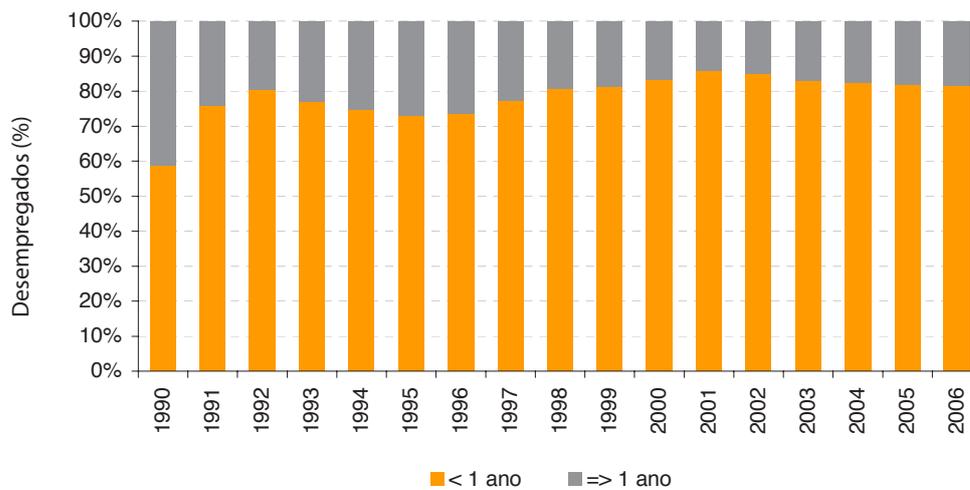


Figura 4 – Desempregados inscritos nos centros de emprego do Algarve, segundo o tempo de inscrição
Fonte: Relatórios trimestrais do mercado de emprego. Delegação Regional do Algarve do IEFP

Abandono escolar

		CÓDIGO	20
TEMA	Educação	DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input checked="" type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Abandono escolar	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input checked="" type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>O abandono escolar é responsável pela diminuição da disponibilidade de recursos humanos com um nível de formação básica, o que condiciona inevitavelmente a qualidade do capital humano, constituindo um obstáculo ao crescimento económico e ao aumento da produtividade e competitividade do tecido produtivo. O abandono escolar é entendido como a saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória (3.º ciclo do ensino básico), dentro dos limites etários previstos na lei.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas a nível regional. A nível nacional foi estabelecido como objectivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 2006 – 2% (Programa de Estabilidade e Crescimento - PEC 2005-2009) ▪ 2007 – inferior a 1,8% (PEC 2005-2009) ▪ 2010 – inferior a 1,35% (Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego -PNACE) 		
METODOLOGIA	<p>Utilizaram-se os cálculos efectuados pelo INE, que têm por base a informação recolhida durante os Recenseamentos da População. A taxa de abandono escolar representa o total de indivíduos com 10-15 anos que não concluíram o 3.º ciclo do ensino básico e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos residentes do mesmo grupo etário.</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	% de indivíduos		
UNIDADE ESPACIAL	<input type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input checked="" type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	INE - Instituto Nacional de Estatística.		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	1º Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento"		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	<p>VI. Melhorar as qualificações dos jovens e dos adultos, valorizando as competências básicas e tecnológicas</p> <p>VII. Fomentar iniciativas de desenvolvimento sócio-económico de apoio à integração de grupos vulneráveis</p>		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	-		
DOCUMENTOS RELEVANTES	<p>Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (PNAPAE)</p> <p>Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009 (PEC)</p> <p>Plano Nacional de Emprego 2005 – 2008 (PNE)</p> <p>Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 (PNACE)</p>		
ANÁLISE SUMÁRIA	<p>Em Portugal assistiu-se a uma redução da taxa de abandono escolar de 12,6% em 1991, para 2,8% em 2001. No Algarve verificou-se igualmente uma diminuição considerável, passando a referida taxa de 8,1% para 2,4%, em 2001.</p> <p>Ao nível dos municípios algarvios, em 2001, Vila do Bispo (3,8%), Lagoa (3,4%) e V.R.S. António (2,8%) eram os concelhos que apresentavam as maiores taxas de abandono escolar, (acima das médias nacional e regional) em oposição a Monchique (1,3%), Aljezur (1,8%) e Lagos (1,9%). Além destes existiam cinco outros municípios que se situavam abaixo da média regional: Alcoutim (1,9%), S.B. de Alportel (2,1%) e Faro, Tavira e Portimão com cerca de 2,3%.</p> <p>Aljezur, Vila Real de Stº António, Olhão e Loulé foram os concelhos que apresentaram reduções mais significativas no valor do indicador, no período em análise. Em qualquer um dos casos a redução foi superior a 7 pontos percentuais.</p>		

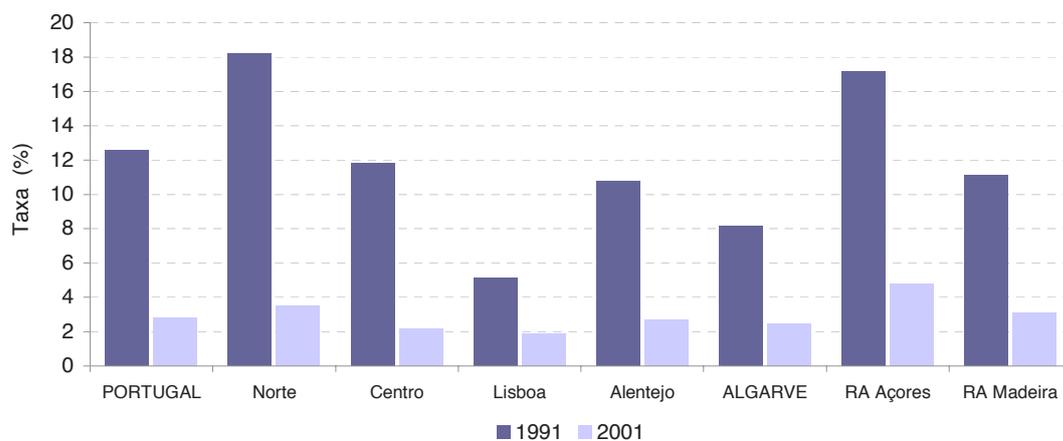


Figura 1 - Taxa de abandono escolar (NUTS II)

Fonte: INE

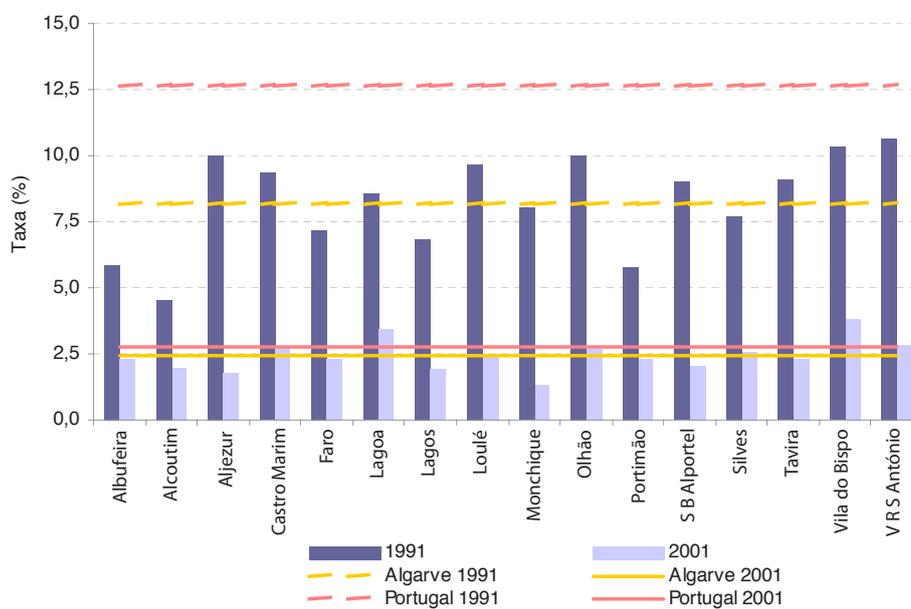


Figura 2 - Taxa de abandono escolar por município.

Fonte: INE

Nível de escolaridade da população activa

		CÓDIGO	21
TEMA	Educação	DIMENSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Nível de escolaridade da população activa	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>Pretende-se comunicar o nível de escolaridade completo mais elevado da população activa. A efectividade da escolaridade básica bem sucedida, quer nas vertentes académicas quer vocacionais, é um contributo primordial para se assegurar o objectivo da Estratégia de Lisboa, de tornar a UE na economia de conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de gerar um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas a nível regional. No entanto, o Plano Nacional de Emprego (PNE) aponta para o ano de 2010 o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - qualificar um milhão de activos, dos quais 435 mil até 2008 através de cursos de educação e formação ou do reconhecimento, validação e certificação de competências; - tornar obrigatória a frequência de ensino ou formação profissional para todos os jovens até aos 18 anos. 		
METODOLOGIA	<p>Utilizaram-se os dados elaborados pelo INE que têm como referência o Inquérito ao Emprego, nomeadamente o indicador - população média activa por local de residência (NUTS - 2002), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo.</p> <p>NÍVEL DE ESCOLARIDADE - Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respectivo certificado ou diploma (INE).</p> <p>ANO DE ESCOLARIDADE - ano de estudo completo legalmente instituído (GEPE, 2007).</p> <p>POPULAÇÃO ACTIVA - conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	n.º de indivíduos; %		
UNIDADE ESPACIAL	<input checked="" type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input type="checkbox"/> Relevante <input checked="" type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	INE - Instituto Nacional de Estatística		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	1º Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento"		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	<p>I. Diversificar e qualificar o turismo/lazer</p> <p>IV. Desenvolver um nicho de serviços intensivo em conhecimento</p> <p>V. Melhorar as condições de empregabilidade para absorver novas qualificações</p> <p>VI. Melhorar as qualificações dos jovens e dos adultos, valorizando as competências básicas e tecnológicas</p> <p>VII. Fomentar iniciativas de desenvolvimento sócio-económico de apoio à integração de grupos vulneráveis</p> <p>VIII. Modernizar e qualificar a Administração Pública da região</p>		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	-		
DOCUMENTOS RELEVANTES	<p>- Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego: 2005-2008 (PNACE)</p> <p>- Plano Nacional de Emprego 2005 - 2008 (PNE)</p> <p>- Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009 (PEC)</p>		

Entre 1998 e 2006, a população média activa aumentou cerca de 9,6% (491,6 milhares de indivíduos) no país e 20,3% (36,1 milhares de indivíduos) no Algarve. A entrada de gerações mais jovens com níveis de escolaridade mais elevados e saída dos mais idosos para situação de reforma tem, naturalmente, modificado a estrutura da população activa. Apesar dessa renovação natural, que tem conduzido progressivamente a uma diminuição da proporção dos activos com menores qualificações académicas, Portugal apresenta ainda uma situação de desvantagem face a outros países europeus. Efectivamente, a percentagem de população activa sem escolaridade ou com baixos níveis de escolaridade (1º ou 2º ciclo completos) era, em 2006, de 53%. A região algarvia, embora com um valor mais favorável, apresentava mesmo assim 46% de activos naquela situação.

Pela comparação dos valores de 1998 com os de 2006, observa-se que, no Algarve, os activos sem escolaridade diminuíram de 8,6% para 3,5%, e os que detinham como nível máximo o 1º ciclo passaram de 38% para 25,8%. No que se refere aos que apenas concluíram o 2º ciclo não se registou variação significativa. Por outro lado, aumentou a proporção de indivíduos que apresentavam como níveis máximo de escolaridade o ensino obrigatório (de 17,6% para 22,4%) ou o secundário (de 11,0% para 18,3%). O grupo dos que possuíam o ensino superior também ganhou preponderância, passando a representar 12,7% do total, face aos 7,2% em 1998). No conjunto de indivíduos que, em 2006, tinham um diploma do ensino superior, uma larga maioria (70%) tinha entre 25 e 44 anos.

A análise da população activa segundo o grupo etário permite concluir que as gerações mais jovens (15 aos 34 anos) representam 33,5% do total dos activos. Em 2006, quase 25% destes indivíduos tinham baixos níveis de escolaridade, 31% detinham como grau máximo o 3º ciclo do ensino básico e 27% haviam concluído apenas o secundário. Nesse mesmo ano, 17,5% do total dos indivíduos destes grupos etários tinham o ensino superior completo.

A distribuição dos activos segundo o género e o nível de escolaridade revela que, em 2006, 73,7% dos homens, 62,9% no caso das mulheres, apresenta níveis de escolaridade iguais ou inferiores ao 3º ciclo do ensino básico. Essa hierarquia inverte-se quando se trata do ensino secundário e superior, sendo de destacar que, no conjunto da população activa feminina, 16,3% concluíram o ensino superior, sendo a proporção de 9,9% no grupo masculino.

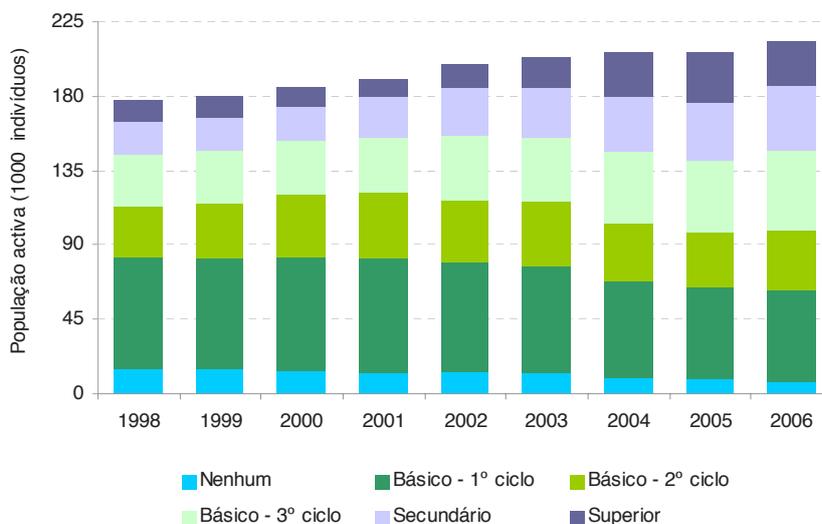


Figura 1 - Nível de escolaridade completo da população activa, no Algarve.

Fonte: INE

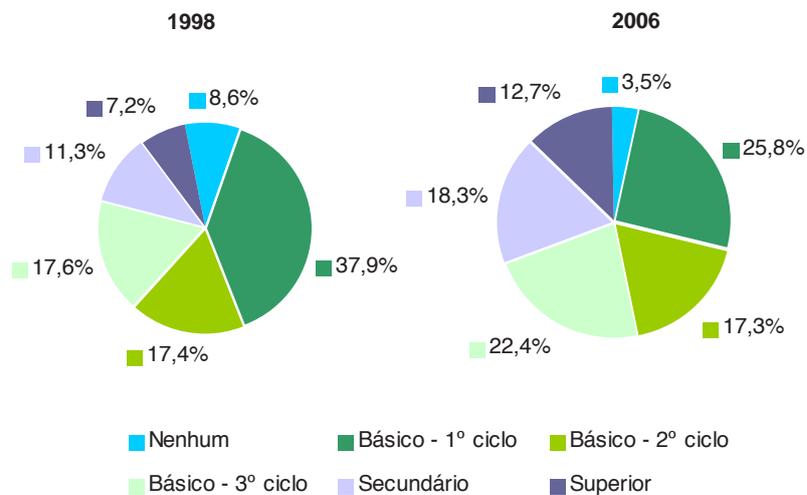


Figura 2 - Proporção da população activa por nível de escolaridade completo, entre 1998/2006, no Algarve.

Fonte: INE

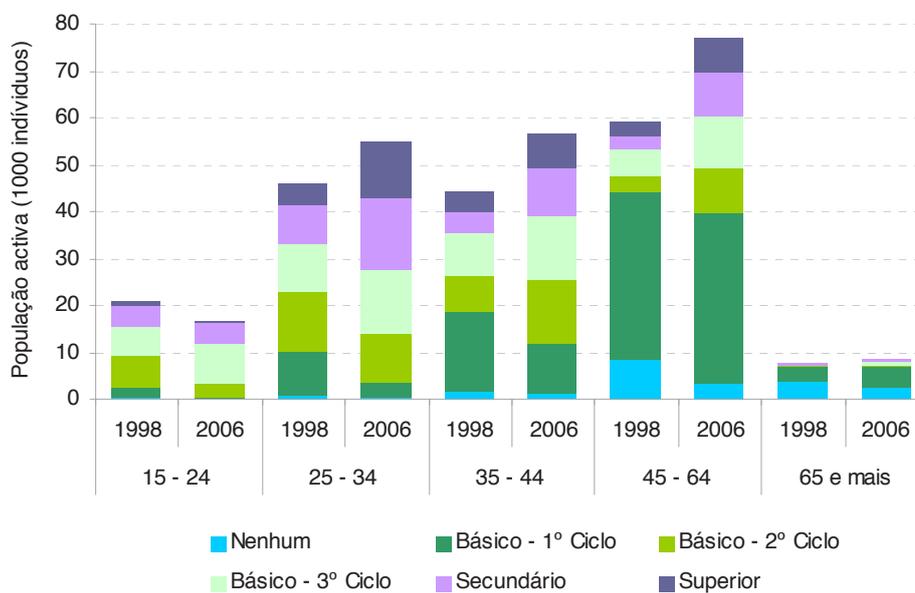


Figura 3 - População activa por escalão etário, segundo o nível de escolaridade completo, em 1998 e 2006, no Algarve.

Fonte: INE

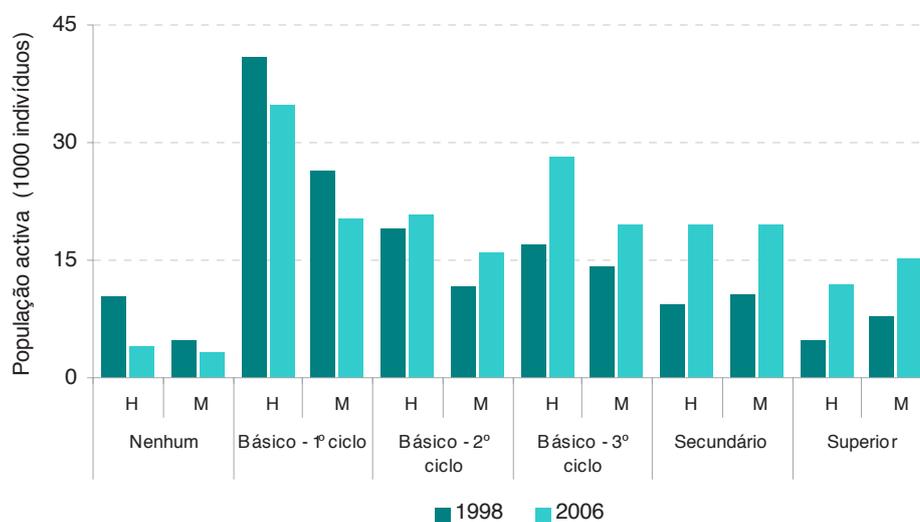


Figura 4 - População activa segundo o nível de escolaridade completo, por género, em 1998 e 2006, no Algarve.

Fonte: INE

Evolução da população

		CÓDIGO	26
TEMA	População e Migração	DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input checked="" type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Evolução da população	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>Evolução da população residente considerando a sua distribuição territorial. O indicador pretende monitorizar as dinâmicas demográficas da região, incluindo possíveis assimetrias de desenvolvimento. O abandono progressivo das zonas rurais e interiores e a migração populacional para as cidades é um fenómeno global, cujos impactos não são ainda completamente conhecidos, sendo que esta alteração dos padrões de ocupação do solo pode originar grandes pressões sobre os recursos e exceder a capacidade de carga de determinadas parcelas do território.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas a nível regional. No entanto, uma das opções estratégicas do PROT Algarve refere-se ao reequilíbrio territorial, na qual se incluem vários objectivos operacionais que visam contrariar a concentração populacional no litoral e promover o desenvolvimento do interior da região.</p>		
METODOLOGIA	<p>Segundo a definição do INE, contabilizam-se no cálculo da população residente as pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres. O indicador é construído com base nas estimativas anuais da população residente e nos dados dos Recenseamentos da População e Habitação, disponibilizados pelo INE. A taxa de crescimento efectivo corresponde à variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	n.º, %, pontos percentuais		
UNIDADE ESPACIAL	<input type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input checked="" type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	INE – Instituto Nacional de Estatística		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	5º Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	IX. Promover um modelo territorial articulado e potenciador dos seus diversos espaços		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	2. Reequilíbrio territorial 3. Estruturação urbana 4. Qualificação e diversificação do turismo		
DOCUMENTOS RELEVANTES	PROT Algarve – Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve ; Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território		
ANÁLISE SUMÁRIA	<p>A população do Algarve aumentou cerca de 24% entre 1990 e 2006, a uma média anual de crescimento de 1,36%. É a região do país com maior taxa de crescimento efectivo, significativamente acima da média nacional (em 2006 registou uma taxa de 1,12% face à média nacional de 0,28%). A zona litoral da região, que corresponde a cerca de 20% do território regional, concentra mais de 75% dos residentes. Os concelhos onde se verificou um maior aumento da densidade populacional foram Lagos, Lagoa, Albufeira e São Brás de Alportel. O crescimento populacional foi até recentemente justificado unicamente pelo saldo migratório, merecendo referência o afluxo de imigrantes estrangeiros: entre 1991 e 2001 a proporção de residentes de nacionalidade estrangeira passou de 2,5% para 6,1%. Entre 2001 e 2005 solicitaram estatuto de residente, em termos médios anuais, 2497 indivíduos.</p>		

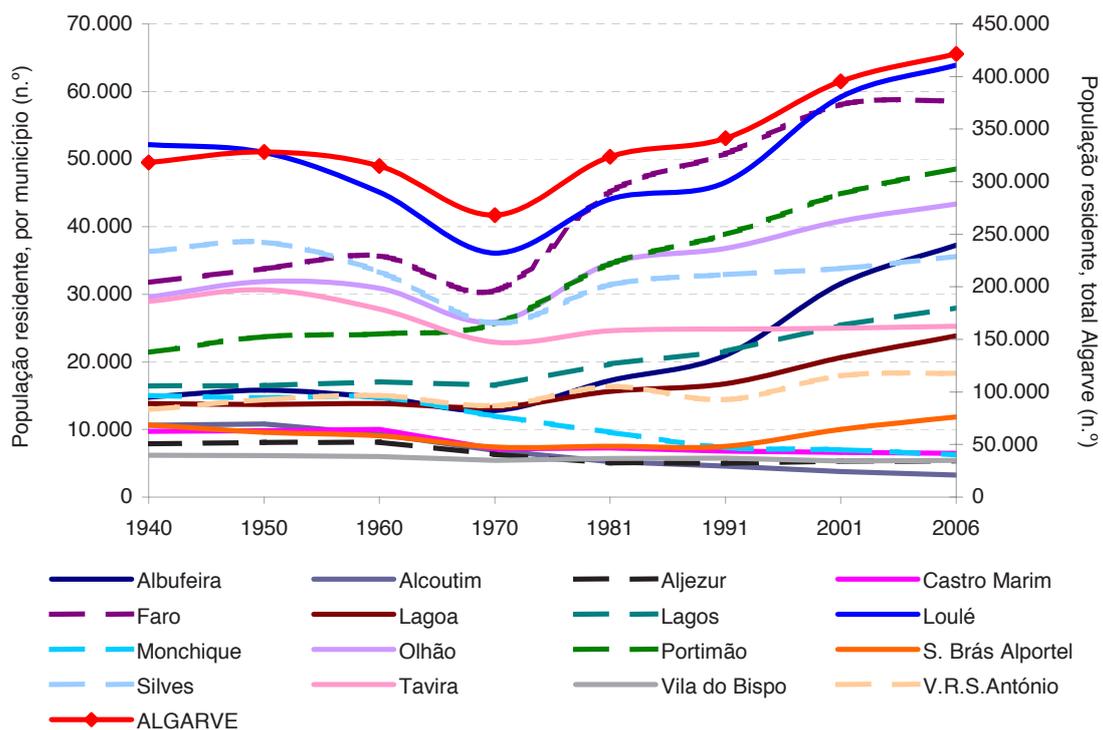


Figura 1 – População residente no Algarve, por município, de 1940 a 2006.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População.

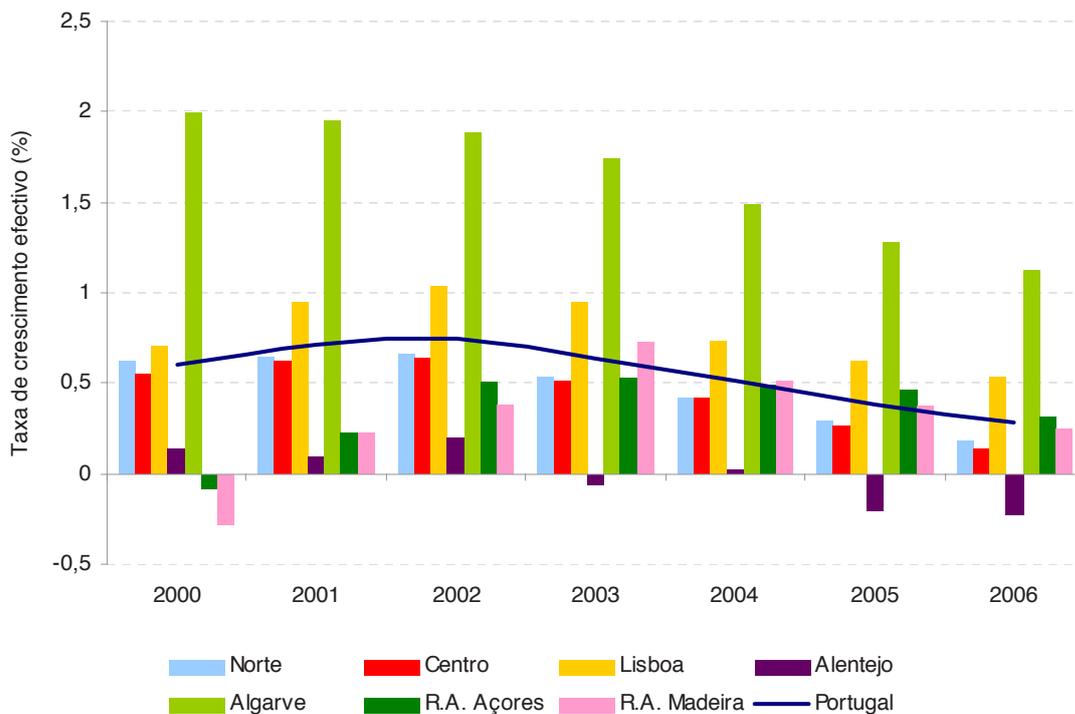


Figura 2 – Taxa de crescimento efectivo por NUTS II e em Portugal.

Fonte: INE, Indicadores Demográficos.

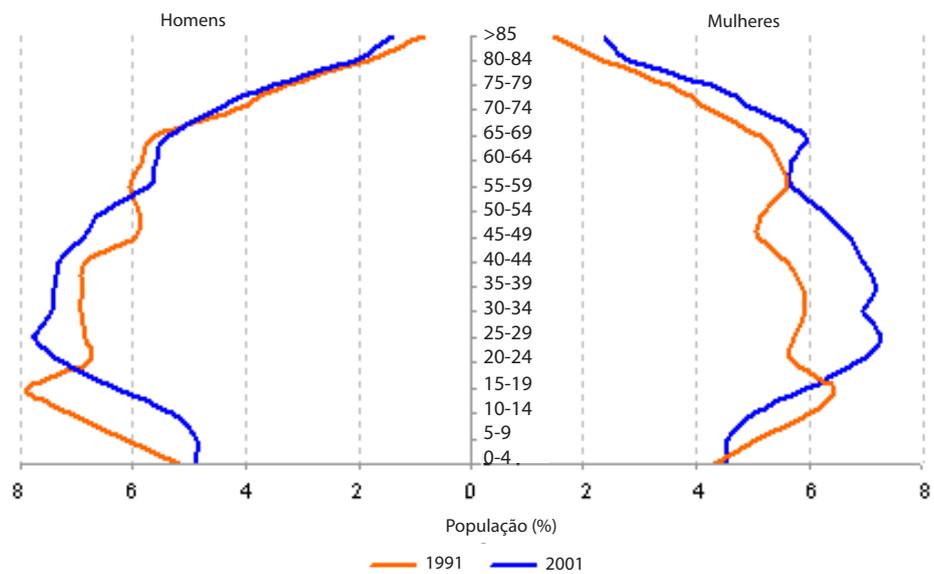


Figura 3 – Pirâmide etária da população residente no Algarve.

Fonte: INE

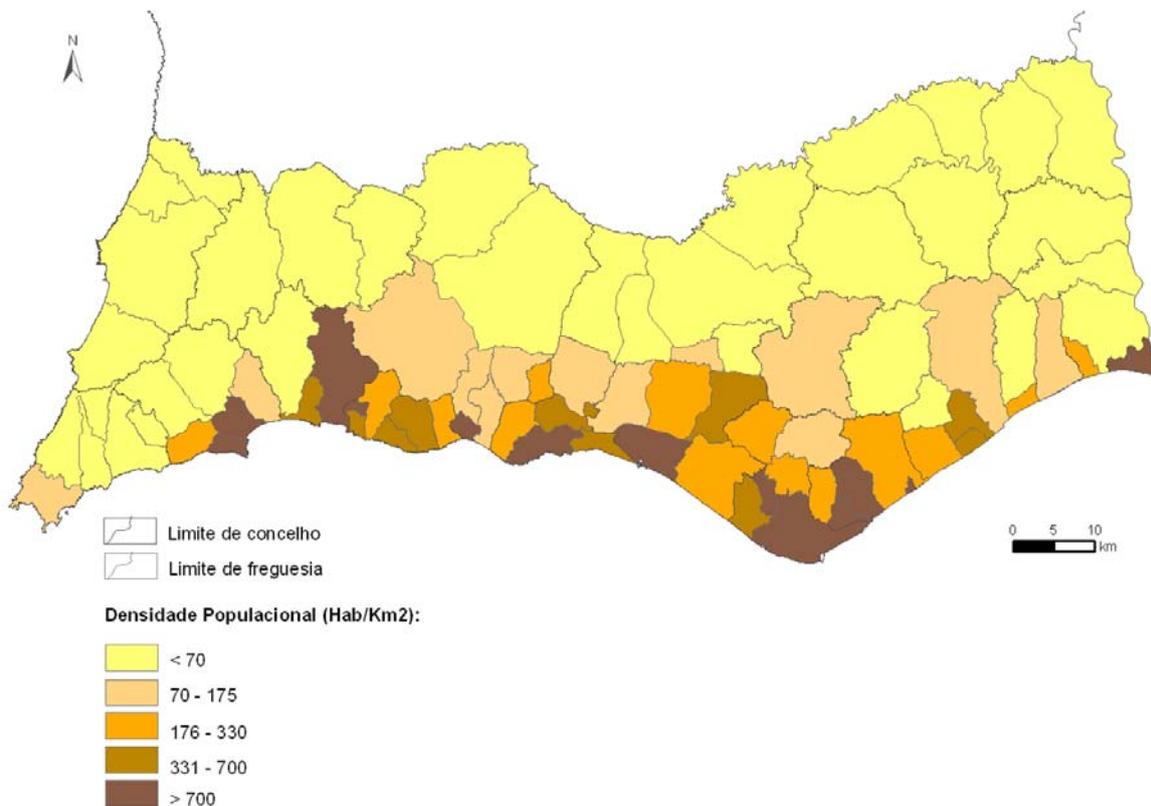


Figura 4 – Densidade populacional em 2001.

Fonte: INE, IGP- CAOP (2003).

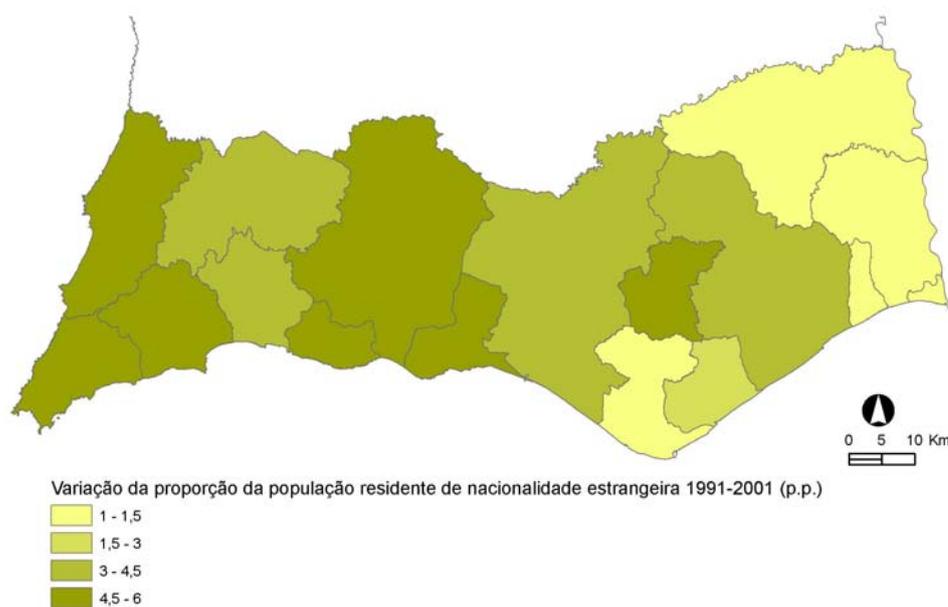


Figura 5 - Variação, em pontos percentuais, da proporção da população residente que é de nacionalidade estrangeira, entre 1991 e 2001.

Fonte: INE

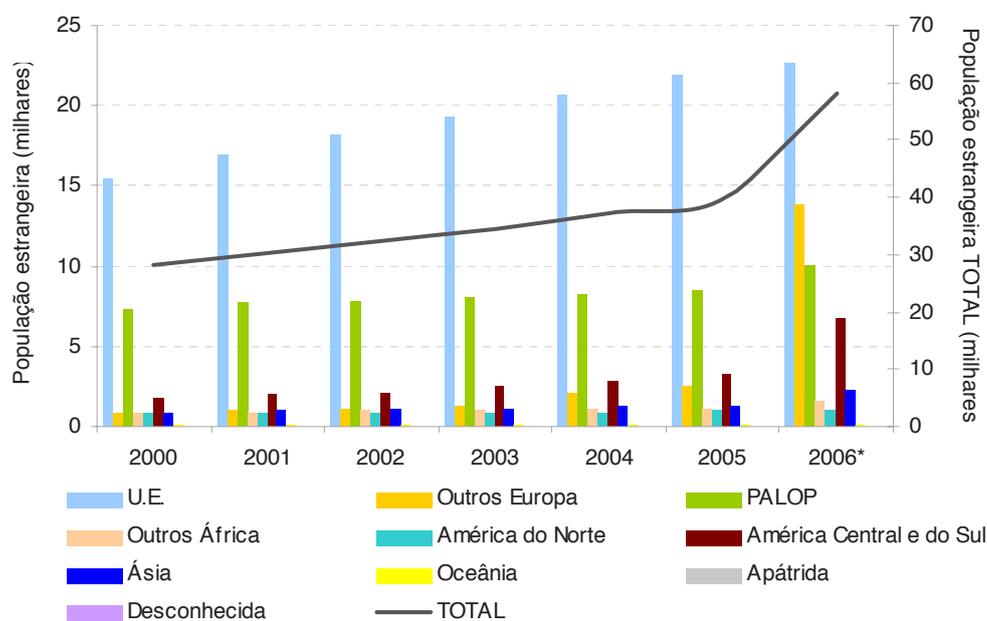


Figura 6 - População estrangeira residente no Algarve.

Fonte: SEF.

* Em 2006 o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras redefiniu o conceito de estrangeiro residente em Portugal. Neste universo foram englobados os estrangeiros detentores de título de residência, os detentores de prorrogação de autorização de permanência e os estrangeiros portadores de prorrogação de permanência de longa duração.

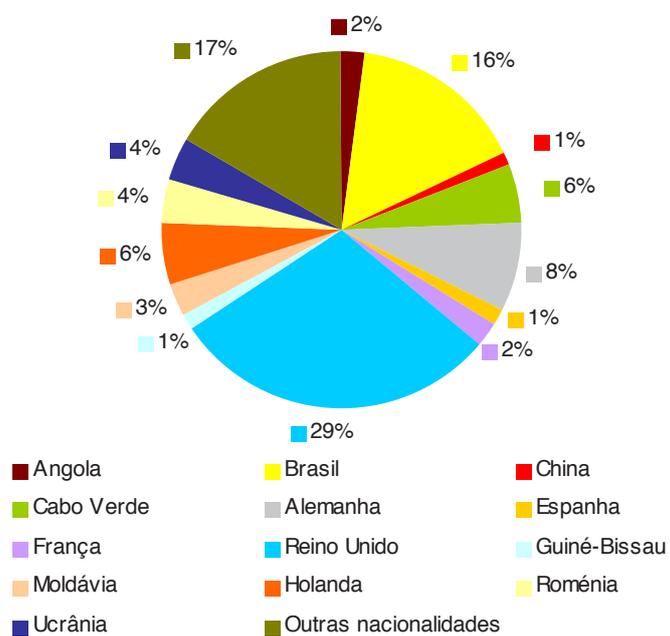


Figura 7 – População estrangeira que solicitou estatuto de residente em 2005.

Fonte: SEF.

Risco de pobreza

		CÓDIGO	27
TEMA	Pobreza e Exclusão Social	DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input checked="" type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Risco de Pobreza	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input checked="" type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>De acordo com o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) 2006-2008, a pobreza é entendida como um fenómeno resultante da escassez de recursos para fazer face às necessidades básicas e ao padrão de vida da sociedade actual. O indicador disponível para medir a pobreza em Portugal é dado pela percentagem de indivíduos com rendimento monetário equivalente, após transferências sociais, inferior à linha de pobreza – 60% do rendimento equivalente mediano, ou seja, a proporção da população que corre o risco de se encontrar em situação de pobreza.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas regionais. No entanto, uma das prioridades políticas do PNAI 2006-2008 consiste em “combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania”.</p>		
METODOLOGIA	<p>Percentagem de indivíduos com rendimento monetário equivalente (após transferências sociais) inferior à linha de pobreza (60% do rendimento equivalente mediano). Os dados apresentados referem-se aos cálculos efectuados pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (GEP/MTSS), com base nos micro-dados anonimizados do Inquérito aos Orçamentos Familiares 1994/95 e 2000 do Instituto Nacional de Estatística no âmbito do projecto “Medidas de Pobreza e Exclusão Social”. No cálculo deste indicador podem ser considerados os rendimentos totais, que incluem fontes de rendimento como o salário em géneros, o auto-consumo, o auto-abastecimento e a auto-alocação, ou os rendimentos monetários que excluem todas as outras formas de rendimento. Esta informação deverá ser desagregada por sexo, grupo etário e por tipo de habitação, quando os dados o permitirem.</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	%		
UNIDADE ESPACIAL	<input checked="" type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
PERIODICIDADE	5 anos		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	INE – Instituto Nacional de Estatística, GEP/MTSS – Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	4º Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	VII. Fomentar iniciativas de desenvolvimento sócio-económico de apoio à integração de grupos vulneráveis		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	-		
DOCUMENTOS RELEVANTES	Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008		

ANÁLISE SUMÁRIA

De 1995 para 2000 observa-se que o Algarve passou a ser a região do Continente com maior percentagem de população em risco de pobreza monetária, ultrapassando o Alentejo, apesar de se ter registado um aumento do PIB *per capita* na região. O aumento foi de apenas 0,1 p.p. considerando o rendimento monetário, sendo de 5,6 p.p. se se considerar o rendimento total. No Algarve, tal como acontece em Portugal e ao contrário de outros países da Europa, depende-se também da componente não monetária do rendimento. No ano 2000, 13,5% do rendimento total das famílias portuguesas era proveniente de rendimentos não monetários, o que se repercute no risco de pobreza. No Algarve, no ano 2000, 23,2% dos indivíduos encontravam-se em risco de pobreza caso se considere o rendimento total, subindo o valor para 25,2% caso se considere apenas o rendimento monetário. Apesar de não existirem dados à escala regional, o PNAI 2006-2008 realça a maior incidência de baixos rendimentos nas mulheres. Outros grupos particularmente vulneráveis identificados nesse plano incluem as crianças e os idosos.

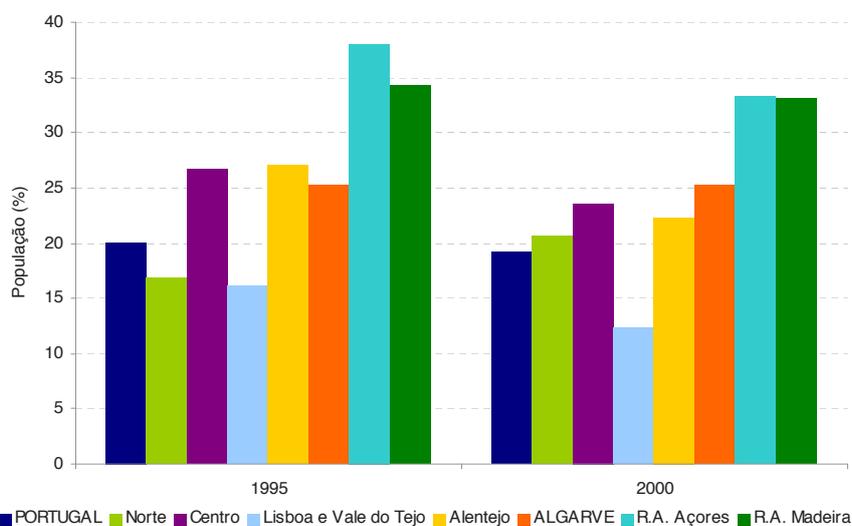


Figura 1 – Percentagem da população em risco de pobreza monetária (com base no rendimento monetário).

Fonte: GEP/MTSS.

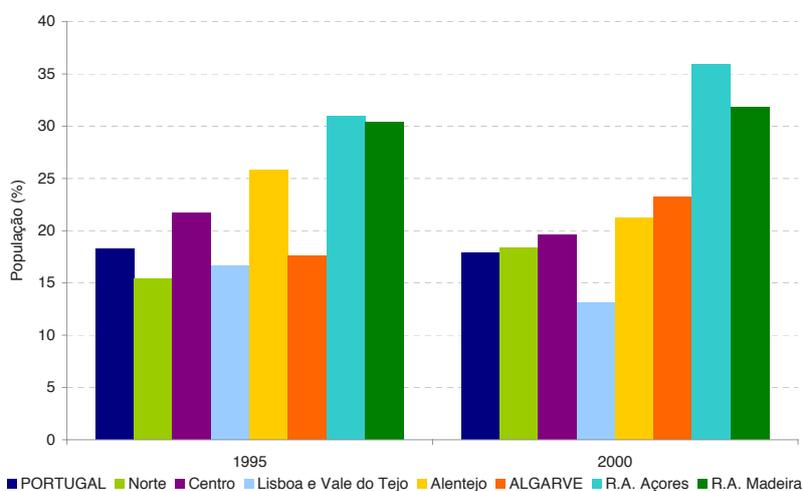


Figura 2 – Percentagem da população em risco de pobreza monetária (com base no rendimento total).

Fonte: GEP/MTSS.

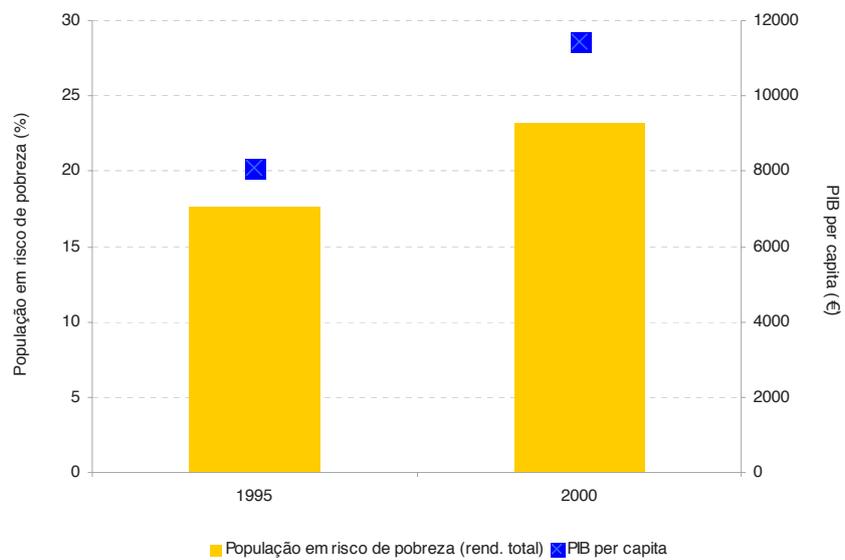


Figura 3 – População em risco de pobreza (considerando o rendimento total) e Produto Interno Bruto *per capita* (base 1995) no Algarve.
Fonte: GEP/MTSS, INE.

Mortalidade segundo a causa

		CÓDIGO	35
TEMA	Saúde	DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input checked="" type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Mortalidade segundo a causa	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input checked="" type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>O indicador apresenta o número de óbitos ou taxa de mortalidade registados no Algarve e relacionados com as causas de morte. É um indicador que permite monitorizar indirectamente o impacte de políticas e programas de saúde.</p>		
METAS	<p>As metas para 2010 constantes no Plano Nacional de Saúde (PNS) 2004-2010 dizem respeito à taxa de mortalidade padronizada antes dos 65 anos por 100 000 indivíduos, para as seguintes causas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Doença isquémica cardíaca (DIC): 11 - Acidente vascular cerebral (AVC): 12 - SIDA: 7 - Suicídio: 2,5 - Acidentes de viação: 8 <p>São também apresentadas as seguintes metas:</p> <p>Taxa de mortalidade 25-44 anos/ 100 000 indivíduos: 156</p> <p>Taxa de mortalidade 45-64 anos/ 100 000 indivíduos: 565</p> <p>Além destas, o PNS 2004-2010 aponta outras metas relevantes para o indicador, mas cuja informação disponível não é comparável.</p>		
METODOLOGIA	<p>Recorreu-se aos dados e à metodologia definida pela Direcção-Geral de Saúde (DGS) para a publicação anual das estatísticas de mortalidade ("Risco de Morrer em Portugal"). Nalguns casos utilizaram-se as taxas de mortalidade padronizadas pela idade, de forma a evitar erros na comparação entre regiões devidos a diferentes estruturas etárias da população. A DGS utiliza o método directo de padronização, que consiste na aplicação das taxas específicas de mortalidade por idades, de cada uma das regiões, a uma população padrão, cuja composição etária é fixa, distribuindo-se pelos mesmos grupos etários das taxas específicas. A taxa de mortalidade padronizada obtém-se pela fórmula:</p> $TAXP_{ds} = \frac{\sum_i CESP_{dsi}}{\sum_i PPI}$ <p>em que</p> <p>TAXP_{ds} é a taxa de mortalidade padronizada na região d, no sexo s, no grupo etário i</p> <p>Σ_iCESP_{dsi} é o somatório do número de óbitos esperados na região d, no sexo s, no grupo etário i</p> <p>Σ_iPPI é o efectivo da população-padrão (população-padrão europeia) no grupo etário i</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	n.º; n.º / 100 000 habitantes		
UNIDADE ESPACIAL	<input checked="" type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input type="checkbox"/> Relevante <input checked="" type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	DGS – Direcção-Geral de Saúde, INE – Instituto Nacional de Estatística		

OBJECTIVOS DA ENDS 2015	-
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	-
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	-
DOCUMENTOS RELEVANTES	Plano Nacional de Saúde 2004-2010
ANÁLISE SUMÁRIA	<p>As doenças do aparelho circulatório são desde 1996 até 2004 a principal causa de morte no Algarve, seguidas dos tumores malignos e dos sintomas, sinais e afecções mal definidos. Dentro do grupo de doenças do aparelho circulatório, assumem particular relevância as doenças cerebrovasculares e as doenças isquémicas do coração. Em relação às primeiras o Algarve regista uma convergência com a meta do PNS, em relação à segunda, apesar da ligeira tendência decrescente, registou-se em 2004 uma taxa de 44,4 óbitos por 100 000 indivíduos (a meta estabelecida é 8). Relativamente às causas externas de mortalidade, destaca-se o suicídio, com um crescimento médio anual de 17% e cuja proporção no total de óbitos por causas externas passou de 13% em 2000 para 31% em 2005, afastando-se da meta. As taxas de suicídio são largamente utilizadas como indicador da saúde mental. Os acidentes de transporte estão também aquém da meta estabelecida para 2010. Quanto à distribuição da taxa de mortalidade pelo sexo, verificam-se valores consideravelmente mais elevados nos homens comparativamente às mulheres, apesar de se observar uma ligeira tendência de diminuição na taxa de mortalidade masculina no período apresentado. No período de 1996 a 2004, as taxas de mortalidade do Algarve são sempre superiores às nacionais (excepção para 2001). No entanto, para os escalões etários 25-44 e 45-64 anos existe uma convergência com as metas.</p>

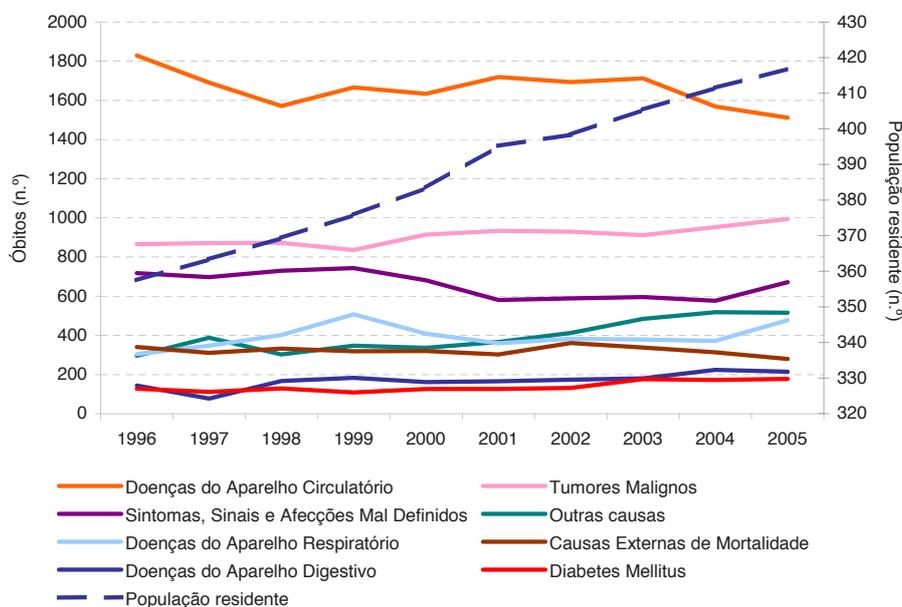


Figura 1 - Mortalidade segundo as principais causas, no Algarve.

Fonte: DGS; INE.

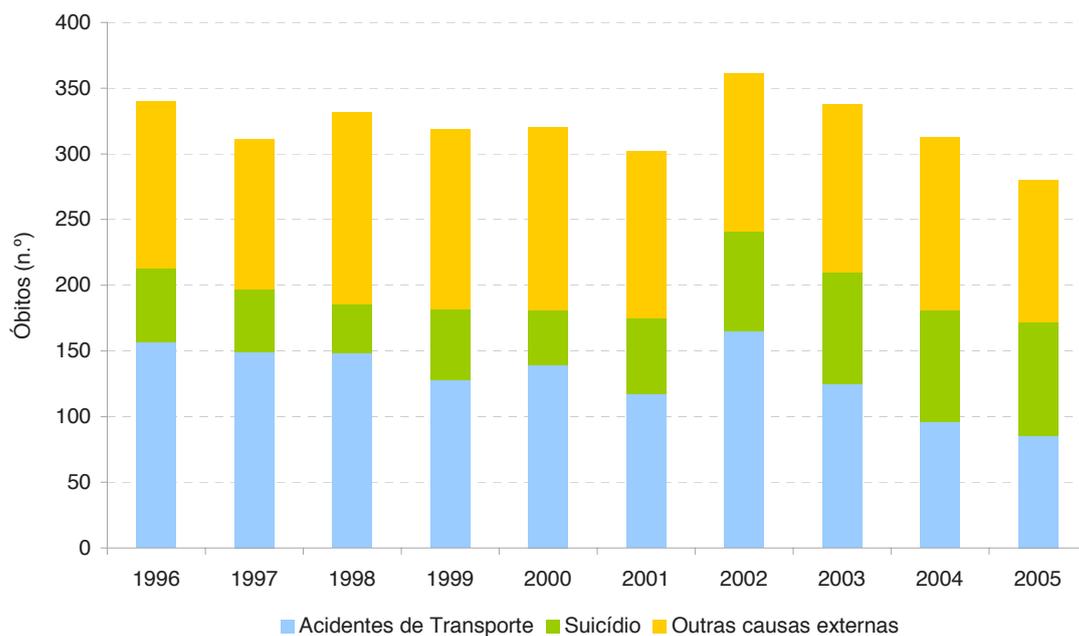


Figura 2 – Mortalidade no Algarve devida a causas externas.
Fonte: DGS

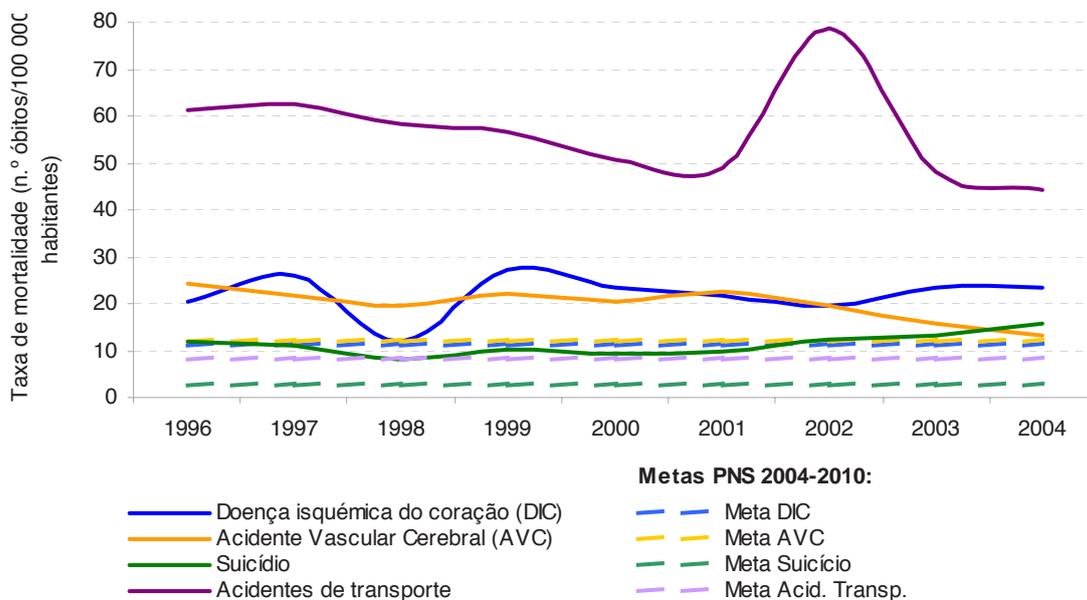


Figura 3 – Taxas de mortalidade para causas com metas definidas no PNS 2004-2010.
Fonte: DGS

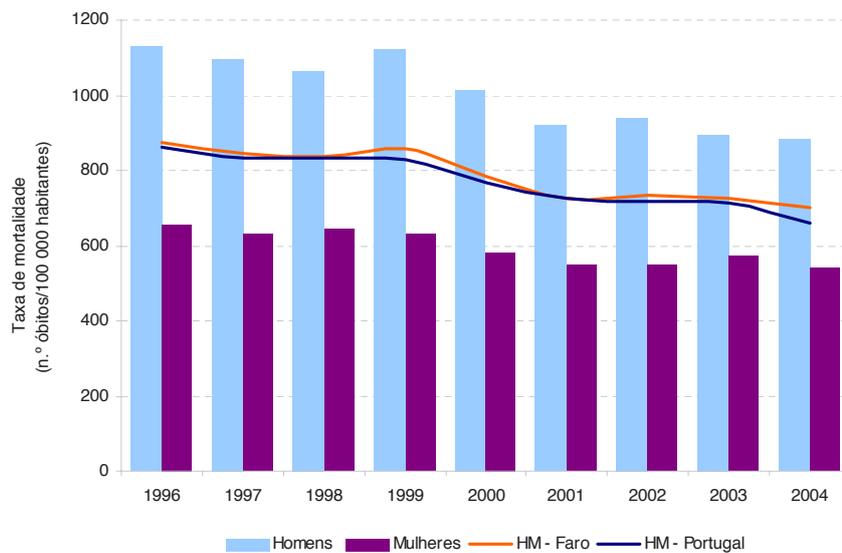


Figura 4 – Taxa de mortalidade (padronizada pela idade), por sexo no Algarve, e para ambos os sexos no Algarve e em Portugal.
Fonte: DGS

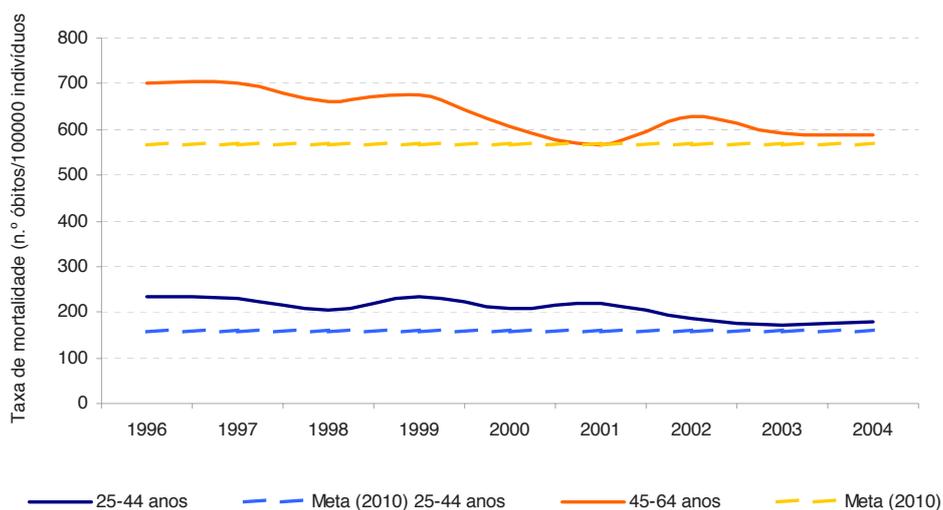


Figura 5 – Taxa de mortalidade por 100 000 indivíduos nos escalões etários 25-44 anos e 45-64 anos e respectivas metas do Plano Nacional de Saúde 2004-2010.
Fonte: DGS

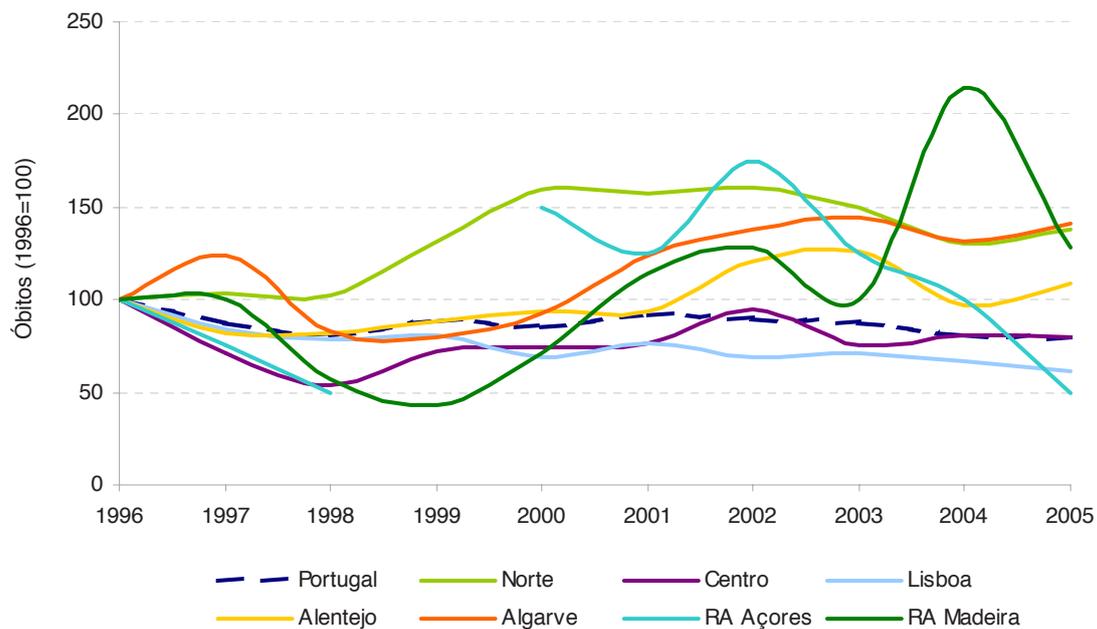


Figura 6 – Mortalidade tendo como causa doença pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV).
Fonte: INE.

Acesso aos cuidados de saúde

		CÓDIGO	39
TEMA	Saúde	DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input checked="" type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Acesso aos cuidados de saúde	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input checked="" type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>O acesso aos cuidados de saúde constitui um direito consagrado na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. A disponibilidade de pessoal de saúde, de equipamentos e infra-estruturas, bem como os tempos de espera para aceder aos serviços de saúde condicionam o chamado acesso aos cuidados de saúde. Este indicador tem por objectivo acompanhar algumas variáveis que condicionam esse acesso, nomeadamente os médicos e enfermeiros por 1000 habitantes, as camas disponíveis e o número de inscritos e respectivos tempos de espera na Lista de Inscritos para Cirurgia.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas a nível regional. No entanto, há metas nacionais que apresentam o seguinte:</p> <p>ENDS 2015: 350 médicos por 100 000 habitantes até 2010.</p> <p>Plano Nacional de Saúde 2004-2010 (PNS 2004-2010), até 2010:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 500 enfermeiros por 100 000 habitantes; - 60 médicos de Medicina Geral e Familiar por 100 000 habitantes; - 5 médicos de Saúde Pública por 100 000 habitantes. <p>Este plano aponta outras metas relevantes para as quais não foi possível obter informação comparável.</p>		
METODOLOGIA	<p>O indicador avalia o acesso aos cuidados de saúde analisando as seguintes variáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Médicos por 1000 habitantes: consideram-se os médicos inscritos na respectiva Ordem, por local de residência. - Enfermeiros por 1000 habitantes: consideram-se os enfermeiros inscritos na respectiva Ordem, por local de actividade. - Número de camas por 1000 habitantes: considera-se o número de camas (lotação praticada) de hospitais e de centros de saúde. A lotação oficial corresponde ao número de camas (incluindo berços de neonatologia e pediatria) oficialmente definido, para um estabelecimento de saúde com internamento. - Tempo médio de espera para cirurgia: corresponde ao número de dias entre o momento em que é proposta a intervenção cirúrgica e o momento em que é efectuada a cirurgia ou cancelado o episódio. - Inscritos na Lista de Inscritos para Cirurgia: conjunto de utentes que aguardam a realização ou realizaram intervenção cirúrgica, prescrita e validada por médicos especialistas num hospital, independentemente da necessidade de internamento ou do tipo de anestesia. 		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	n.º de médicos e enfermeiros/100 000 habitantes; n.º camas/1000 habitantes; n.º inscritos; mês		
UNIDADE ESPACIAL	<input type="checkbox"/> NUTS II <input checked="" type="checkbox"/> Distrito <input type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	INE – Instituto Nacional de Estatística, MS-SIGLIC – Sistema Integrado de Gestão da Lista de Inscritos para Cirurgia do Ministério da Saúde		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	4º Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	I. Diversificar e qualificar o cluster turismo/lazer		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	6. Estruturação das redes de equipamentos colectivos		
DOCUMENTOS RELEVANTES	Plano Nacional de Saúde 2004-2010		

ANÁLISE SUMÁRIA

No período de 10 anos analisado, o número de médicos por 100 000 habitantes no Algarve passou de 209 para 278, tendo a distância ao valor nacional encurtado nesse período. Em 2005, no Algarve, o número de enfermeiros por 100 000 habitantes era de 386, comparativamente ao valor nacional de 456. O número de médicos de medicina geral e familiar por 100 000 habitantes no Algarve foi sempre inferior ao nacional no período analisado, registando um valor de 35,7 em 2005 (valor de Portugal foi de 46,2). Ambos os valores ficam abaixo da meta nacional (60). Quanto ao número de médicos de saúde pública por 100 000 habitantes, desde 1996 até 2005 que o valor do Algarve é superior ao de Portugal e acima da média nacional (5). Entre 1998 e 2005, o número de camas por 1000 habitantes no Algarve foi, em média, 35% inferior ao valor nacional, sem tendência para aproximação ou distanciamento. Em 2005 existiam no Algarve 2,4 camas por mil habitantes com uma taxa de ocupação correspondente de 81,1%. No Algarve registou-se um decréscimo no número de inscritos para cirurgia, de Janeiro de 2006 para Dezembro desse ano. Em 2007 observou-se um aumento de 4% no número de inscritos, em comparação com 2006. O tempo médio de espera para cirurgia diminuiu de Janeiro de 2006 para Junho de 2007, passando de 8,1 meses para 4,3 meses. Nos períodos em análise o tempo médio de espera para cirurgia no Algarve foi sempre inferior à média nacional, que no último período se situava nos 5 meses. Na análise deste indicador realça-se que, tal como o PNS 2004-2010 refere, além do investimento em infra-estruturas e pessoal afecto à saúde, a melhoria deste sector passa também pelo sucesso dos modelos processuais e de gestão adoptados.

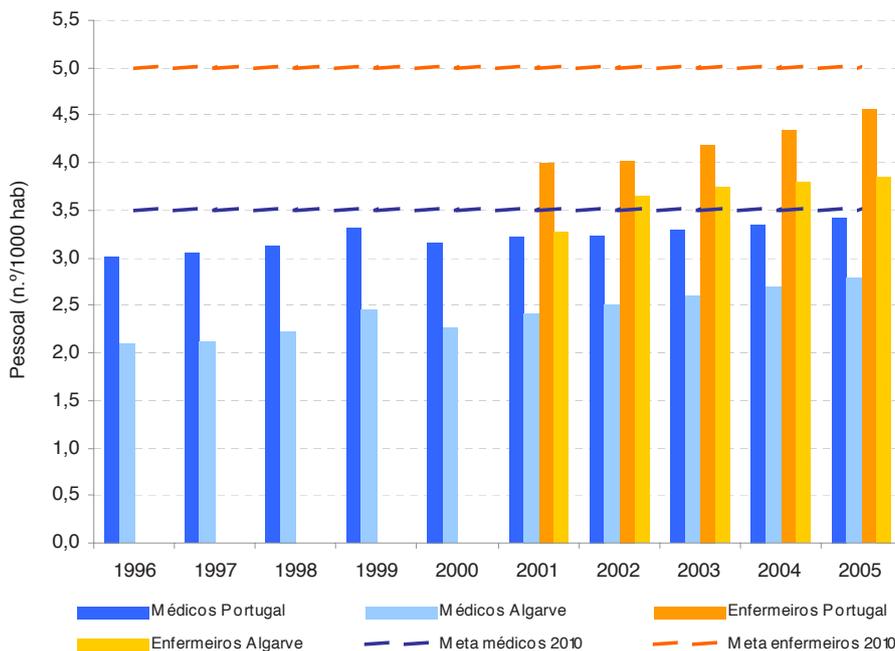


Figura 1 – Médicos e enfermeiros por 100 000 habitantes.

Fonte: INE.



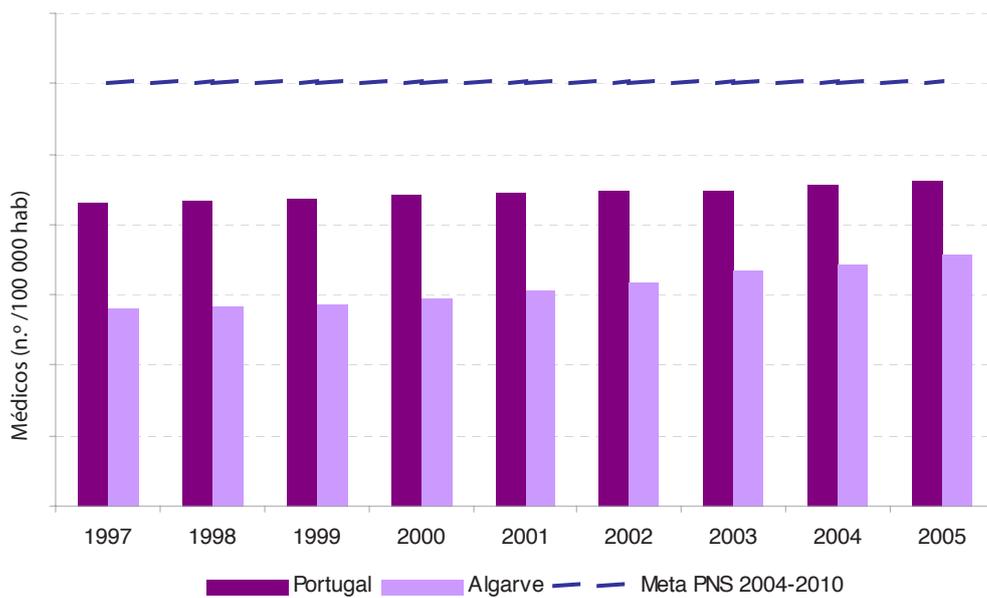


Figura 2 – Médicos de Medicina Geral e Familiar por 100 000 habitantes.

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde.

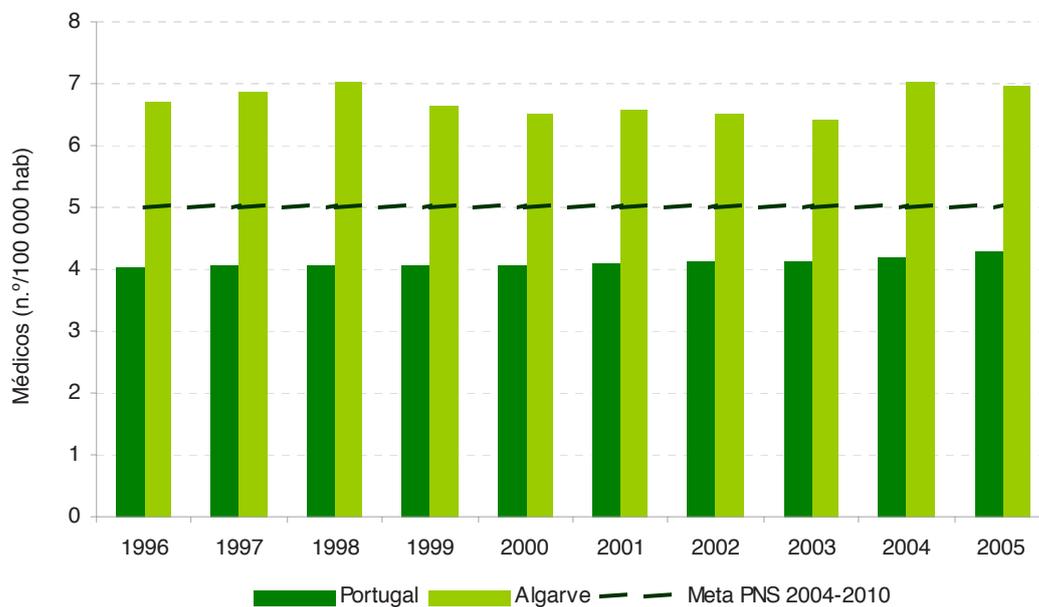


Figura 3 – Médicos de Saúde Pública por 100 000 habitantes.

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde.

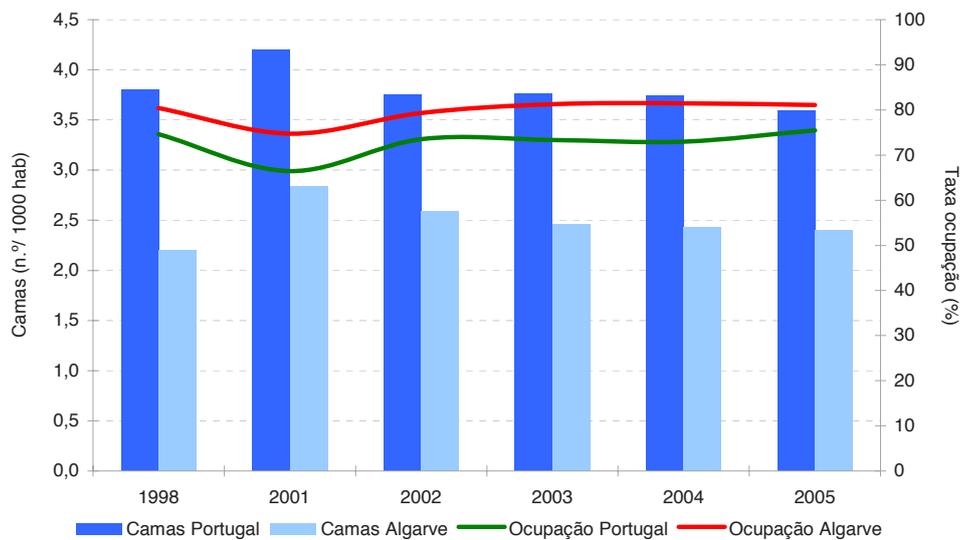


Figura 4 – Camas por 1000 habitantes e respectiva taxa de ocupação.
Fonte: INE.

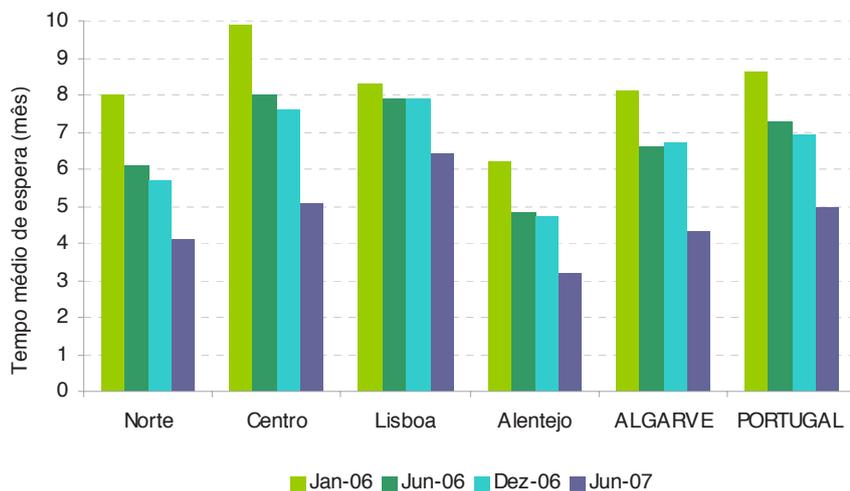


Figura 5 – Tempo médio de espera para cirurgia.
Fonte: MS-SIGLIC.

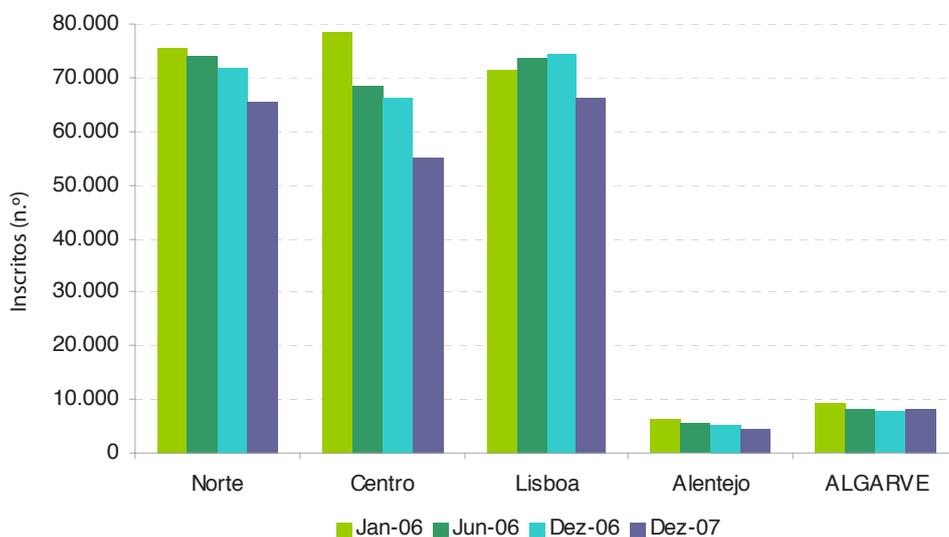


Figura 6 – Inscritos na Lista de Inscritos para Cirurgia.
Fonte: MS-SIGLIC.

Criminalidade

		CÓDIGO	42
TEMA	Segurança	DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input checked="" type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Criminalidade	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>A criminalidade, em sentido lato, é o fenómeno que engloba o conjunto de factos descritos e declarados, passíveis de penas criminais por lei anterior ao momento da sua prática.</p> <p>A segurança é uma necessidade inerente a todos os indivíduos. No aspecto económico, pode condicionar ou favorecer o investimento, nomeadamente o investimento estrangeiro, e é também um factor muito importante na decisão de escolha dos destinos turísticos. Embora seja grande a diversidade de situações e contextos em que ocorre a criminalidade, ela é muitas vezes resultante ou potenciada pela pobreza e exclusão social.</p>		
METAS	Não foram identificadas metas.		
METODOLOGIA	<p>Para a construção deste indicador utilizam-se dados não publicados referentes aos crimes registados pelas autoridades policiais (Pólicia Judiciária, Pólicia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana), bem como as estimativas relativas à população residente, calculadas pelo INE.</p> <p>Taxa de criminalidade: (número de crimes registados pelas autoridades policiais) / (população residente) x 1000</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	%, número de crimes; número de crimes por 1000 habitantes		
UNIDADE ESPACIAL	<input type="checkbox"/> NUTS II <input checked="" type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	Direcção Geral da Política da Justiça; Instituto Nacional de Estatística		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	4º Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	-		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	-		
DOCUMENTOS RELEVANTES	Lei-Quadro da Política Criminal Objectivos, Prioridades e Orientações de Política Criminal para 2007-2009 Programa específico “Prevenir e Combater a Criminalidade 2007-2013” (UE) Programa específico “Justiça Penal 2007-2013” (UE)		

ANÁLISE SUMÁRIA

Embora o Algarve seja a região do país com a taxa de criminalidade mais elevada (64,8 crimes por mil habitantes, em 2005), existe uma percepção de segurança muito positiva, nomeadamente por parte dos estrangeiros que nos visitam, segundo estudo recente realizado pela Universidade do Algarve.¹

Entre 2000 e 2005 o número total de crimes registados cresceu, em termos acumulados, 23%. Os crimes contra o património são os mais frequentes, representando 64,5% do total de crimes registados em 2005. Nesse mesmo ano a taxa de criminalidade correspondente era de 41,8 crimes por mil habitantes. Seguem-se os crimes contra as pessoas, significativamente menos numerosos, com uma taxa de 10 crimes por mil habitantes. Os crimes contra a vida em sociedade surgem na terceira posição, apresentando em 2005 uma taxa de 6,6 crimes por mil habitantes.

De referir que no período em análise os crimes contra as pessoas foram os que menos aumentaram (2,8%) e que em 2005 o total de crimes registados diminuiu (11%) face ao ano anterior

¹ Águas, P. & Brás, MF (2007) – Percepção de segurança pública pelos turistas da região do Algarve, III Jornadas de Segurança Pública no Algarve, Faro.

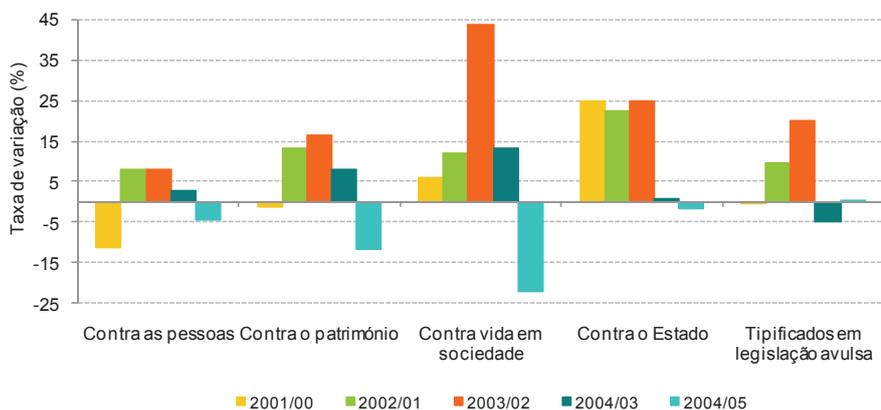


Figura 1 – Taxa de variação anual dos crimes registados pelas autoridades policiais, por categorias de crime, no Algarve.

Fonte: Direcção Geral da Política de Justiça, Ministério da Justiça

Participação eleitoral

		CÓDIGO	52
TEMA	Governança e Cidadania	DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input checked="" type="checkbox"/> Institucional
NOME	Participação eleitoral	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input checked="" type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>A consolidação da democracia reflecte-se no crescimento de uma sociedade civil, activa e dinâmica, com uma melhor relação com o Estado. Tal capital social é indispensável também à iniciativa empresarial e à capacidade institucional que constituem factores relevantes para o desenvolvimento e a qualidade da democracia. Este indicador pretende avaliar a cidadania activa através da participação política, a qual se define no direito dos cidadãos de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos, elegendo para o efeito representantes seus nos órgãos do poder político, exprimindo-se, associando-se livremente e contribuindo para a tomada de decisões e a resolução dos problemas sociais.</p>		
METAS	Não foram identificadas metas.		
METODOLOGIA	<p>O indicador é construído com base no grau de participação dos eleitores nos diferentes actos eleitorais nacionais e europeus, nomeadamente nas eleições para a presidência da república (presidenciais), a assembleia da república (legislativas), a autarquia local (autárquicas), o parlamento europeu (europeias) e ainda os referendos.</p> <p>- A taxa de participação é obtida através da razão entre o número total de votantes e o número total de eleitores inscritos num acto eleitoral, expresso em valores percentuais (%).</p> <p>- A taxa de abstenção é obtida como a razão entre o número de indivíduos que não exerceram o seu direito de voto e o número total de eleitores inscritos num acto eleitoral, expresso em percentagem (%). A taxa de abstenção é inversamente proporcional à de participação eleitoral.</p> <p>Os resultados eleitorais foram obtidos através dos apuramentos efectuados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), apresentados por freguesia, concelho e distrito/região autónoma, em valor absoluto e disponibilizados pelo Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), do Ministério da Administração Interna.</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	% de eleitores		
UNIDADE ESPACIAL	<input type="checkbox"/> NUTS II <input checked="" type="checkbox"/> Distrito <input checked="" type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input type="checkbox"/> Relevante <input checked="" type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	4 Anos		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE)/ Ministério da Administração Interna; Comissão Nacional de Eleições (CNE); INE - Instituto Nacional de Estatística.		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	<p>1º Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento";</p> <p>6º Um papel activo de Portugal na construção Europeia e na cooperação internacional</p>		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	-		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	-		
DOCUMENTOS RELEVANTES	-		

ANÁLISE SUMÁRIA

A participação política nos diferentes actos eleitorais analisados tem sofrido uma redução ao longo dos últimos trinta anos. Na análise efectuada, ressalva-se o facto do enquadramento político-social de cada eleição ser um factor que influencia significativamente o nível de afluência às urnas.

Tendencialmente, a taxa de participação política da região do Algarve acompanha a nacional. As eleições legislativas, as eleições autárquicas e as eleições para a Presidência da República são as que têm registado, em média, menores taxas de abstenção em oposição às eleições para o Parlamento Europeu e os referendos nacionais. A taxa de abstenção é inversamente proporcional à de participação eleitoral.

Nos actos eleitorais mais recentes, verificou-se que nos concelhos de Monchique e Vila do Bispo a proporção de eleitores a exercer o direito de voto se encontra acima da média regional. Quanto à participação nas últimas eleições para as autarquias locais, nas quais a participação política se tem revelado mais estável, a maioria dos municípios, com excepção de Albufeira, Faro, Lagoa, Olhão e Portimão (principalmente os do litoral), apresentam taxas superiores à média da região (57,6%).

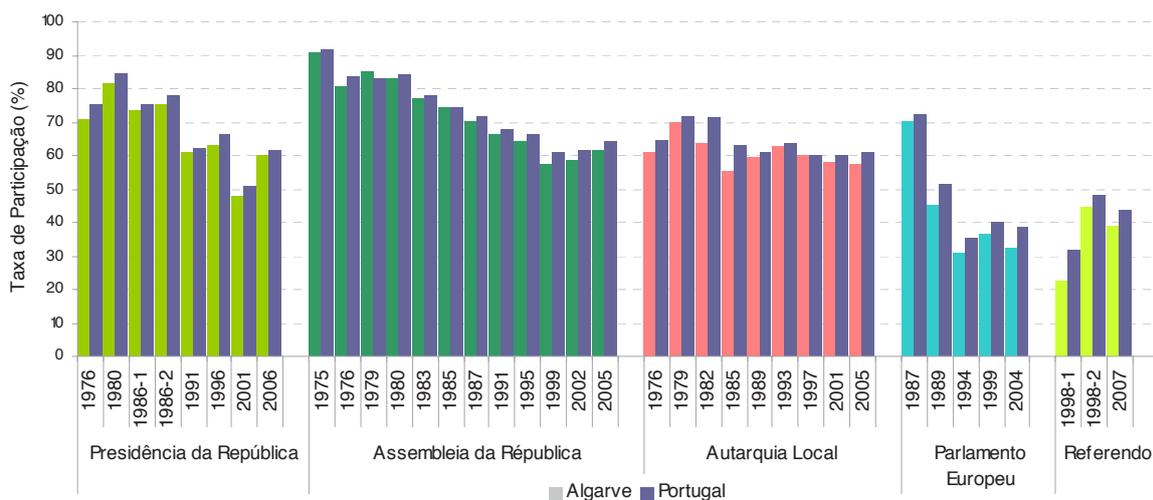


Figura 1 - Taxa de participação eleitoral (%), por tipo de acto eleitoral entre 1975-2007, no Algarve e em Portugal.

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região do Algarve; CNE/ STAPE

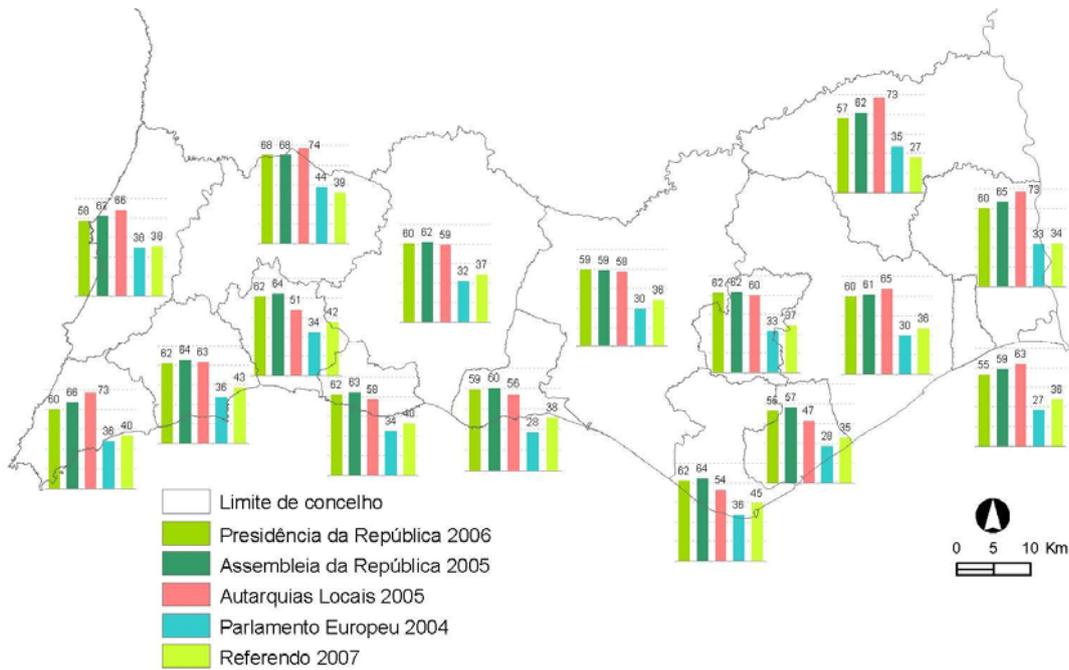


Figura 2 - Participação nos actos eleitorais mais recentes, por concelho.

Fonte: INE

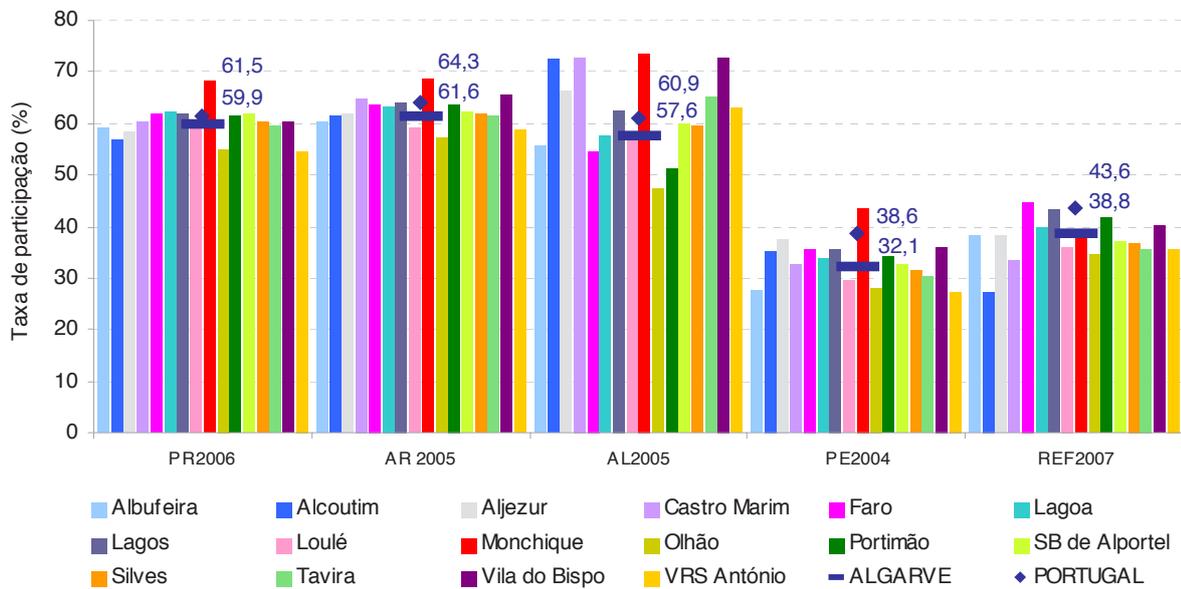


Figura 3 - Taxa de participação no último acto eleitoral, por concelho (%).

Fonte: INE, Anuários Estatístico da Região do Algarve.

Governo electrónico

		CÓDIGO	57
TEMA	Governança e Cidadania	DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input checked="" type="checkbox"/> Institucional
NOME	Governo electrónico	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input checked="" type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>A modernização tecnológica é particularmente relevante na Administração Pública, dado o papel que esta tem enquanto motor de desenvolvimento e exemplo de boas práticas para outros sectores, bem como a necessidade de melhoria contínua na oferta de serviços ao cidadão. O indicador pretende avaliar o grau de implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos serviços públicos, bem como a oferta de serviços públicos <i>on-line</i>, na administração local.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas a nível regional. No entanto, o Programa Ligar Portugal, prevê até 2010:</p> <ul style="list-style-type: none"> - pelo menos 40% de trabalhadores que utilizam computadores ligados à Internet no emprego (meta também presente na ENDS 2015) - 100% de serviços públicos básicos totalmente disponíveis <i>on-line</i> (meta igualmente enquadrada no Objectivo Estratégico 1.3 do Plano Tecnológico) 		
METODOLOGIA	<p>O indicador engloba os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - os serviços informáticos disponíveis nas 16 autarquias do Algarve (ligação à Internet, velocidade da ligação superior a 512 kbps, correio electrónico e presença na Internet), com base em dados fornecidos pela empresa Globalgarve – Cooperação e Desenvolvimento, S.A., responsável pelo projecto Algarve Digital; - os serviços disponibilizados nos sítios das autarquias, com base em dados recolhidos através de consulta directa dos sítios entre os dias 11 de Junho e 11 de Julho de 2007. Esses serviços são divididos entre aqueles que disponibilizam informação útil ao utilizador e aqueles que pressupõem uma interactividade entre o utilizador e o sítio de Internet. <p>Recorre-se também aos dados disponibilizados pela UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP no Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais 2003-2006.</p> <p>Pretende-se de futuro incluir no cálculo do indicador outros organismos públicos da região, além das autarquias.</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	n.º de autarquias; %		
UNIDADE ESPACIAL	<input type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input checked="" type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	Globalgarve, autarquias		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	7º Uma administração pública mais eficiente e modernizada		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	VIII. Modernizar e qualificar a Administração Pública da região		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	4. Qualificação e diversificação do turismo		
DOCUMENTOS RELEVANTES	MCTES (2005) - Ligar Portugal (programa de acção); Plano Tecnológico		

ANÁLISE SUMÁRIA

Em 2007 verifica-se que todas as Câmaras Municipais do Algarve possuem os serviços informáticos analisados (ligação à Internet, velocidade da ligação superior a 512 Kbps, correio electrónico e presença na Internet). Observa-se alguma discrepância no tipo de informação disponibilizada nos sítios das autarquias, no entanto os regulamentos municipais, os concursos de admissão e concursos públicos, as actas das reuniões de Câmara e os editais estão disponíveis na maioria dos sítios. No que diz respeito a serviços que envolvam uma interacção entre o utilizador e os sítios autárquicos, a disponibilização de formulários (respeitantes a vários serviços, incluindo as obras particulares) é o serviço mais frequente, sendo que nenhum dos sítios possibilita pagamentos *on-line*. O número de utilizadores registados nos serviços oferecidos pelos sítios camarários era de 2287 utilizadores, à data de 18 / 05 / 2007. Apurou-se que 13% das autarquias do Algarve realizam encomendas de bens e ou serviços através da Internet. Segundo dados da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP, em 2006, 16% das Câmaras Municipais de Portugal realizava encomendas *on-line*.

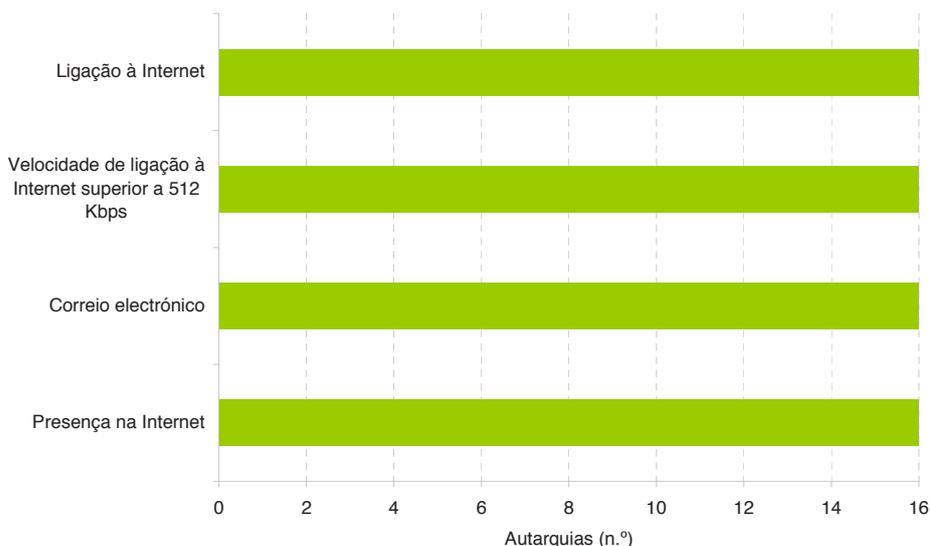


Figura 1 – Serviços informáticos disponíveis nas autarquias do Algarve, em 2007.

Fonte: Globalgarve.

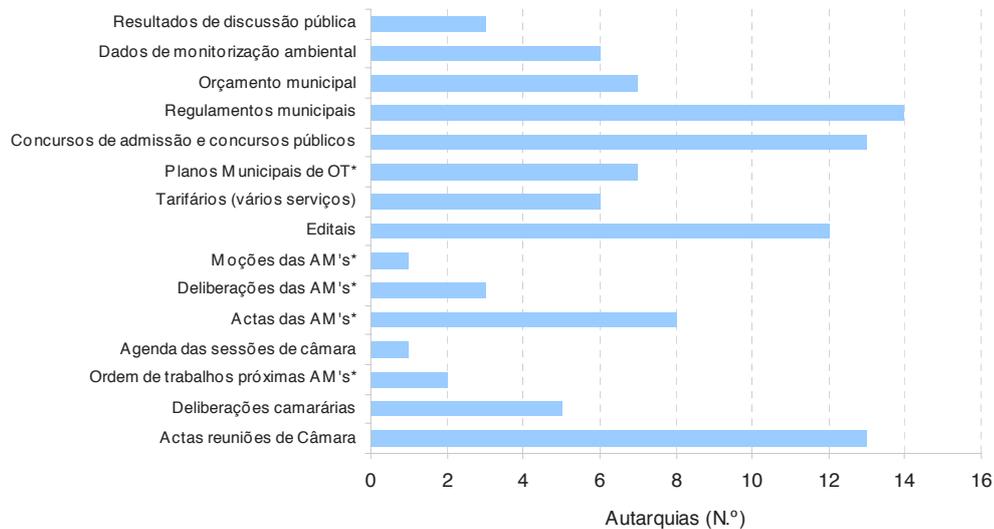


Figura 2 – Informação disponibilizada nos sítios das autarquias, em 2007.

Fonte: CCDR Algarve.

*AM – Assembleia Municipal; *OT – Ordenamento do Território (não inclui regulamentos do PDM)

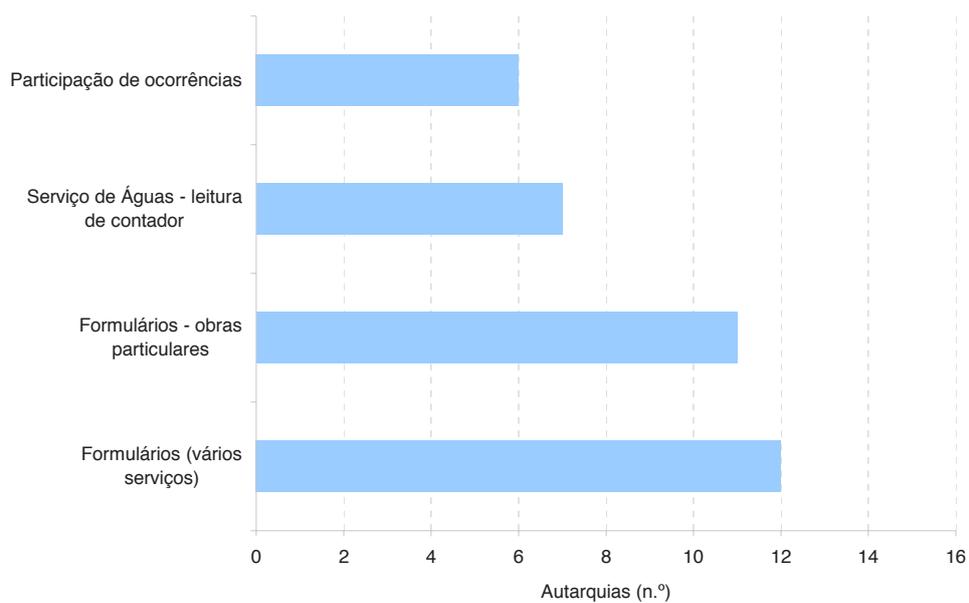


Figura 3 – Serviços interactivos disponibilizados nos sítios das autarquias, em 2007.

Fonte: CCDR Algarve.

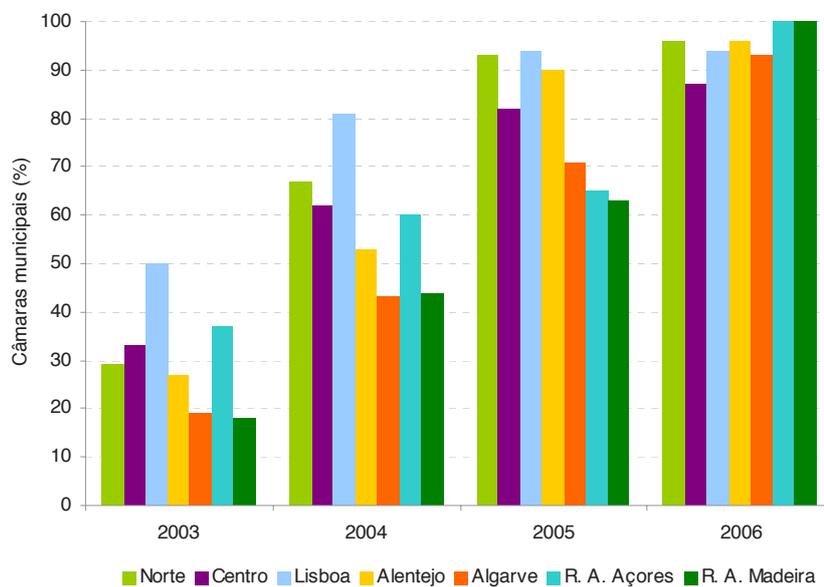


Figura 4 – Câmaras Municipais com velocidade de ligação à Internet superior a 512 Kbps.

Fonte: UMIC.

Instrumentos de gestão da sustentabilidade

		Código	61
TEMA	Governança e Cidadania	Dimensão	<input type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input checked="" type="checkbox"/> Institucional
NOME	Instrumentos de gestão da sustentabilidade	Indicador-Chave	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input checked="" type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>A implementação e certificação de sistemas de gestão, tradicionalmente utilizados pelo sector privado, na óptica de mercado e divulgação das boas práticas da organização, assume actualmente uma importância crescente no desempenho e melhoria das organizações nacionais, tanto públicas como privadas. Para além destes existem outros instrumentos voluntários que permitem ancorar os princípios de sustentabilidade nos processos de tomada de decisão, no desenvolvimento de políticas e na promoção de boas práticas.</p> <p>Assim pretende-se comunicar, no contexto regional, as organizações, públicas ou privadas, que têm implementado instrumentos de gestão da sustentabilidade, nomeadamente de acordo com os referenciais normativos existentes e com o regulamento EMAS, e ainda outros instrumentos voluntários, como por exemplo o Programa Eco-Escolas, a Agenda 21 local, e os signatários da Carta de Aalborg - Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade.</p>		
METAS	Não foram identificadas metas.		
METODOLOGIA	<p>Para elaboração do indicador efectuou-se o levantamento, a nível regional, das organizações públicas e ou privadas que possuem instrumentos que suportam a gestão sustentável das suas actividades, através da contabilização do número de organizações que:</p> <p>1 - voluntariamente implementaram e certificaram os seus sistemas de gestão (SG), conforme as normas internacionais/nacionais de referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) ISO 14001: 2004 (SG ambiental); (ii) ISO 9001:2000 (SG da qualidade); (iii) OHSAS 18001/NP 4397 (SG de Saúde e Segurança no Trabalho); (iv) SA 8000 (SG de responsabilidade social); (v) ISO 22000 (SG da segurança alimentar)/HACCP (Codex Alimentarius); (vi) NP 4427:2004 (SG de recursos humanos); (vii) NP 4406:2003 (SG florestal sustentável); (viii) UNE 170001-2:2001 (SG de Acessibilidades Global); (ix) NP 4457:2006 (SG da Investigação, Desenvolvimento e Inovação); (x) ISO 27001:2005 (SG da segurança da informação). <p>2 - registaram o seu sistema de gestão ambiental segundo o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS);</p> <p>3 - têm rótulo ecológico comunitário (REC) atribuído a um ou mais dos seus produtos ou serviços;</p> <p>4 - aderiram ao Programa Eco-Escolas e foram galardoadas com a "Bandeira Verde Eco-Escola";</p> <p>5 - encontram-se a implementar a Agenda 21 Local;</p> <p>6 - são signatárias da Carta de Aalborg - Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade.</p> <p>Os dados apresentados são cumulativos, tendo como referência a última data de recolha dos mesmos (Julho de 2007).</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	n.º; %.		
UNIDADE ESPACIAL	<input type="checkbox"/> NUTS II <input checked="" type="checkbox"/> Distrito <input checked="" type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	ABAE; Aalborgplus10.dk; APA; APCER; Bureau Veritas, DGAE (ex DGE); DNV, CERTICON; ECA CERT, EIC, EIC; EMAS (<i>European Commission</i>); IPAC; Lloyd's Register, QSCB, SGS-ICS; TUV Rheinland,		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	<p>2º Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética</p> <p>7º Uma administração pública mais eficiente e modernizada</p>		

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007 - 2013	-
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	4. Qualificação e diversificação do turismo
DOCUMENTOS RELEVANTES	Regulamento (CE) n.º 761/2001, de 19 de Março (EMAS); Regulamento (CE) n.º 1980/2000, de 17 de Julho (REC); Norma Portuguesa 4406 (NP 4406:2003) "Sistemas de Gestão Florestal Sustentável"; Norma Portuguesa 4397 (NP 4397:2000) "Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho"; SA8000 - Sistemas de Gestão de Responsabilidade Social; Carta de <i>Aalborg</i> – Carta das Cidades e Vilas Europeias para a Sustentabilidade.
ANÁLISE SUMÁRIA	<p>Em Portugal, a participação voluntária de todo o tipo de organizações interessadas em melhorar o seu desempenho global e a prestar informações sobre o resultado da gestão das suas actividades, tem vindo a evoluir favoravelmente. Segundo os dados recolhidos, até Julho de 2007, o número de organizações, a nível nacional, que voluntariamente certificaram os seus sistemas de gestão ambiental conforme a norma ISO 14001:2004 ascende as 368 organizações, das quais 10 estão sediadas na região do Algarve. No que diz respeito às organizações certificadas conforme a norma ISO 9001:2000, contabilizaram-se 85 organizações com sede no Algarve, face às 4410 existentes a nível nacional. Os distritos que apresentam maior número de organizações certificadas são: Lisboa, Porto, Aveiro e Braga. (Figura 1)</p> <p>De acordo com a tipologia dos sectores de actividade económica (EA), das organizações certificadas com a norma ISO 9001, predominam as organizações com actividades ligadas à "Construção" (EA 28) e "Comércio (grosso e retalho), reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico" (EA 29). Quanto às organizações certificadas com a norma ISO 14001, predominam as actividades em grande parte relacionadas com o turismo, nomeadamente os sectores de actividade "Hotéis e restaurantes" (EA 30), "Outros serviços" (EA 35) e "Outros serviços sociais" (EA 39) (actividades relacionadas com o turismo, eg. empreendimentos turísticos, marinas e golfe). (Figura 2)</p> <p>Das 62 organizações contabilizadas que registaram o seu sistema de gestão ambiental segundo o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS), apenas uma organização se encontra sediada no distrito de Faro e pertence ao sector de actividade EA 16 (Betão, cimento, cal e gesso). No contexto regional, até Julho de 2007, foram contabilizadas 6 organizações que se encontram certificadas de acordo com outros instrumentos, designadamente: HACCP; ISO 22000; OHSAS; EMAS e Eco-Hotel (APCER; SGS-ICS, TUV).(Figura 3)</p> <p>Relativamente a outras práticas de gestão da sustentabilidade, e no que diz respeito à administração local, dos 50 municípios portugueses que constam da lista de signatários da Carta e Compromissos de Aalborg, apenas um município algarvio (Aljezur) subscreveu a mesma. Actualmente, cinco dos dezasseis municípios algarvios encontram-se a desenvolver as respectivas agendas 21 local, permanecendo em diversas fases de implementação (Faro, Loulé, Portimão, Olhão e Tavira).</p> <p>Desde o ano lectivo de 1996/97, quando foi criado o Programa Eco-escolas, que um número crescente de escolas algarvias foram premiadas com a "Bandeira Verde Eco-Escola", com excepção do último ano lectivo (2006/07) em que diminuiu o número de escolas premiadas. Os concelhos de Albufeira (23), Silves (19), Portimão (16), Loulé (13) e S. B. Alportel (13) são, no período em análise, os que foram mais premiados, enquanto que os concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Lagoa, nunca foram galardoados. Das 15 escolas premiadas no ano lectivo 2006/07, 39 % são Escolas básicas do 2º e 3º ciclo (EB 2,3), 27 % são Jardins-de-infância (JI); 20 % do Ensino básico 1º ciclo (EB1). (Figuras 4 e 5).</p>

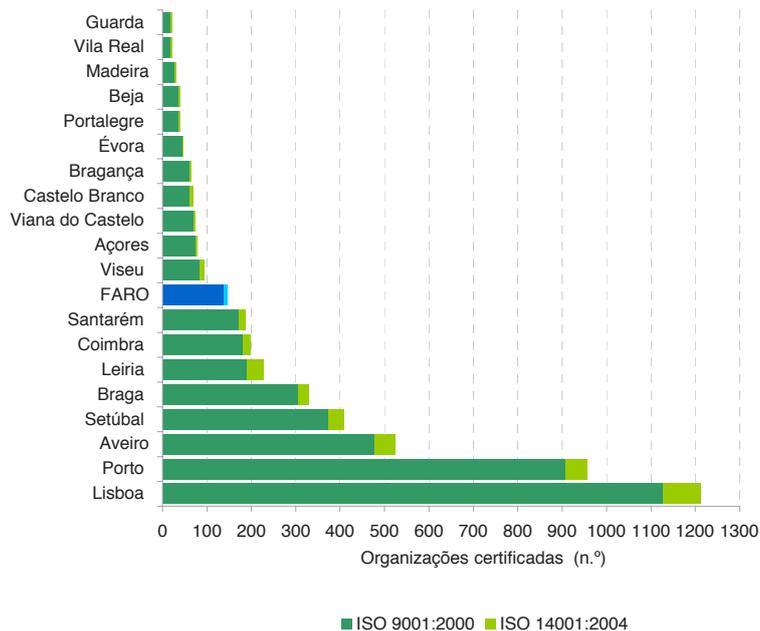


Figura 1 - Entidades certificadas segundo as normas internacionais de qualidade (ISO 9001:2000) e ambiente (ISO 14001:2004), por distrito/RA.

Fonte: IPAC, Julho de 2007.

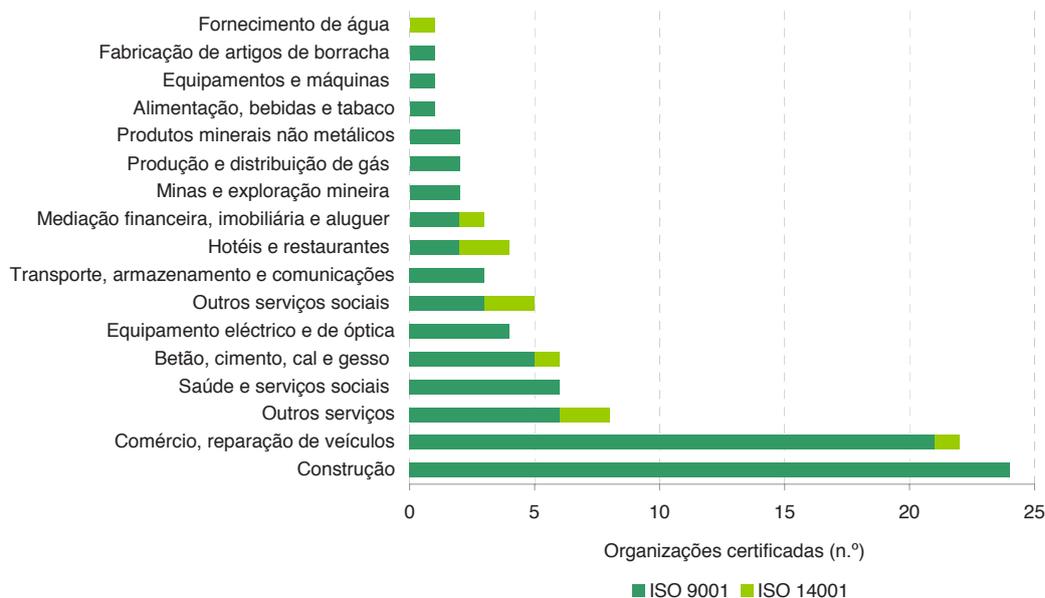


Figura 2 - Organizações certificadas segundo as normas ambientais e de qualidade, para o distrito de Faro e de acordo com o tipo de actividade económica (AE).

Fonte: IPAC, Julho de 2007.

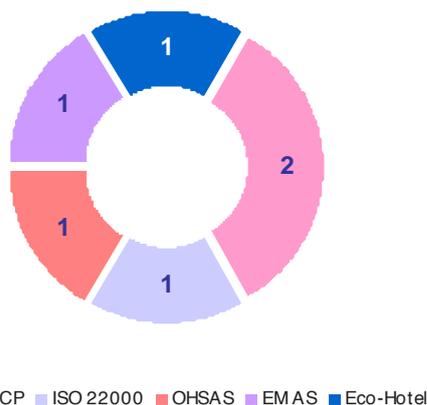


Figura 3 - Outras organizações certificadas, sediadas no distrito de Faro, em Julho de 2007.

Fonte: APCER; TUV; EIC; SGS-ICS.

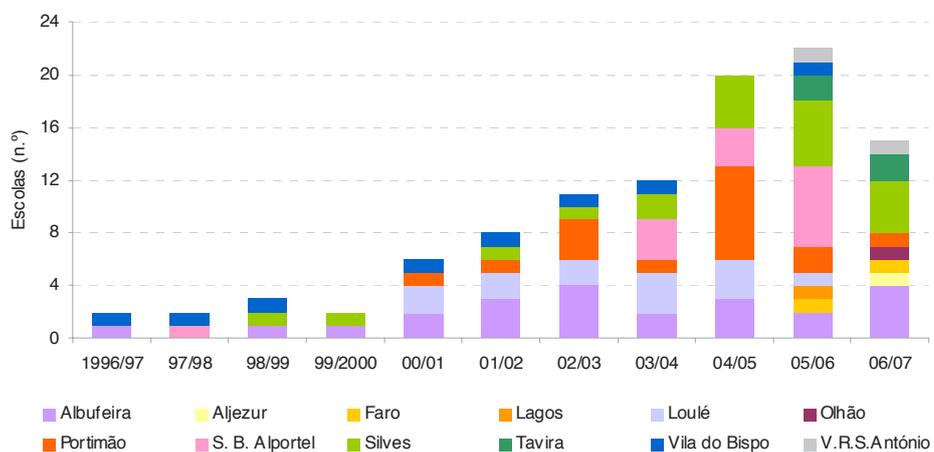


Figura 4 - Evolução do número de escolas galardoadas, entre 1996/2007, no distrito de Faro.

Fonte: ABAE.

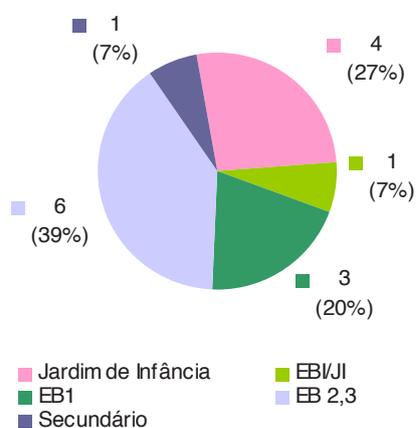


Figura 5 - Número de escolas galardoadas segundo o tipo de ensino, no ano lectivo 2006/07.

Fonte: ABAE.

Intensidade turística

		CÓDIGO	72
TEMA	Turismo	DIMENSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Intensidade Turística	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input checked="" type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>Avalia a relação entre a quantidade de turistas e população residente num determinado território, indicando a dimensão dos potenciais impactes resultantes. A actividade turística promove o desenvolvimento e crescimento económico das comunidades, mas um número excessivo de visitantes, induzirá impactes ambientais e sociais negativos, nomeadamente alteração dos padrões de consumo de recursos naturais, modificações da paisagem e perda de identidade cultural.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas a nível regional. No entanto, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve estabelece como objectivo estratégico “Diversificar e Qualificar o Cluster Turismo/Lazer”, que apresenta como objectivos operativos “Diversificar e diferenciar os produtos de oferta turística e de lazer, tanto no sentido de compensar a pressão da procura sobre a orla costeira (...)” e “Promover exclusivamente ofertas turísticas de excelência nas áreas da faixa costeira com capacidade de carga para esses usos, em consonância com as opções de sustentabilidade ambiental.”</p>		
METODOLOGIA	<p>O indicador foi calculado através da metodologia adoptada pelo Turismo de Portugal, sendo a fórmula de cálculo a razão entre o número de dormidas nos meios de alojamento recenseados ao longo do período de tempo de referência e a população residente multiplicada pelo número de dias do período de referência, multiplicado por 100. Nesta fórmula de cálculo da intensidade turística, o turismo pode considerar-se pouco sustentável quando ultrapassa os 50%.</p> <p>Para além da representação supracitada, calculou-se a razão hóspede por habitante, segundo a definição de hóspede do INE, “Indivíduo que efectua pelo menos uma dormida num estabelecimento hoteleiro. Ainda que se trate do mesmo estabelecimento, o mesmo indivíduo é contado, no período de referência, tantas vezes quantos os períodos que nele permanecer (novas inscrições)”.</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	%, N.º por habitante		
UNIDADE ESPACIAL	<input checked="" type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input checked="" type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	INE – Instituto Nacional de Estatística, Turismo de Portugal		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	2º Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética 3º Melhor ambiente e valorização do património		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	I. Diversificar e qualificar o cluster turismo/lazer		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	2. Diversificação e qualificação do turismo;		
DOCUMENTOS RELEVANTES	Plano Estratégico Nacional do Turismo		

ANÁLISE SUMÁRIA

O Algarve apresentou no período compreendido entre 1998 e 2005 uma intensidade turística da ordem dos 10%, superior à de Portugal, mas abaixo do limiar da insustentabilidade de um destino turístico, que segundo o Turismo de Portugal é o valor de 50%.

Na análise comparativa entre concelhos, verifica-se que Albufeira apresenta a maior intensidade turística da região, tendo até ao ano de 2001 registado valores superiores ao limiar da sustentabilidade. Para além de Albufeira, Lagoa, Portimão e Vila Real de Santo António registam valores superiores à média do Algarve, sendo de destacar que este último concelho, a partir de 2002, apresenta uma tendência divergente à media. Saliente-se também, a elevada relação hóspede/habitante do concelho de Albufeira, que é superior ao dobro do segundo concelho com maior relação hospede/habitante (Lagoa).

A análise mensal da intensidade turística em 2005 permite verificar que o pico da intensidade turística da região regista-se em Agosto, tendo os concelhos Albufeira, Lagoa, Portimão e Vila Real de Santo António valores superiores aos da região ao longo de todos os meses do ano.

É de destacar igualmente, a forte intensidade turística do concelho de Albufeira, que entre Maio e Setembro, apresenta valores superiores ao limiar da sustentabilidade.

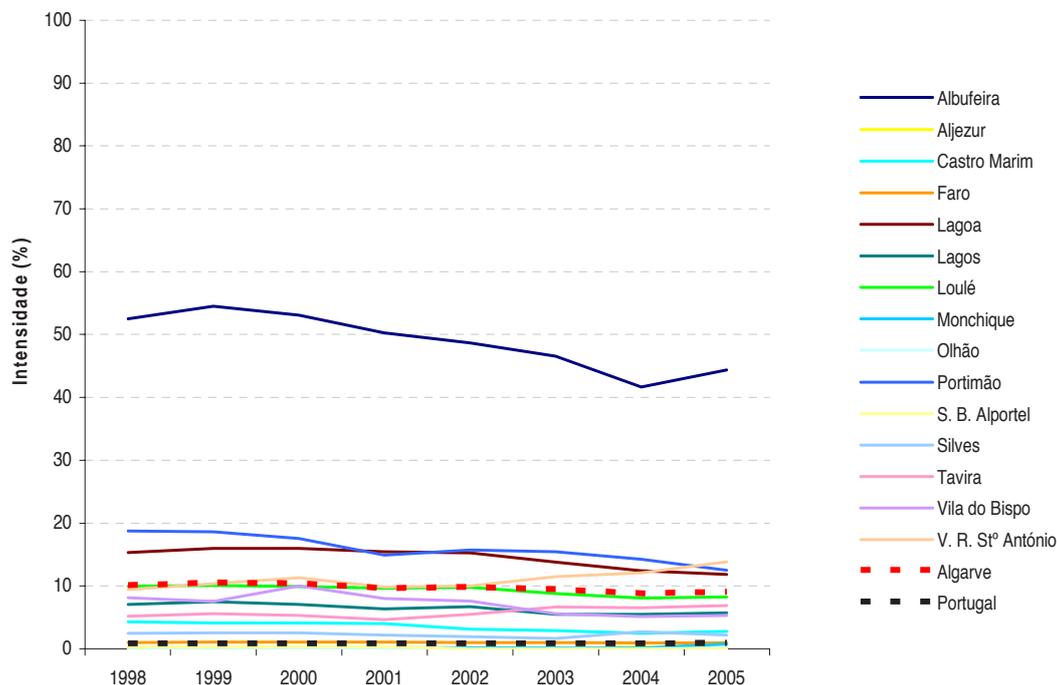


Figura 1 – Intensidade Turística nos concelhos do Algarve.

Fonte: INE

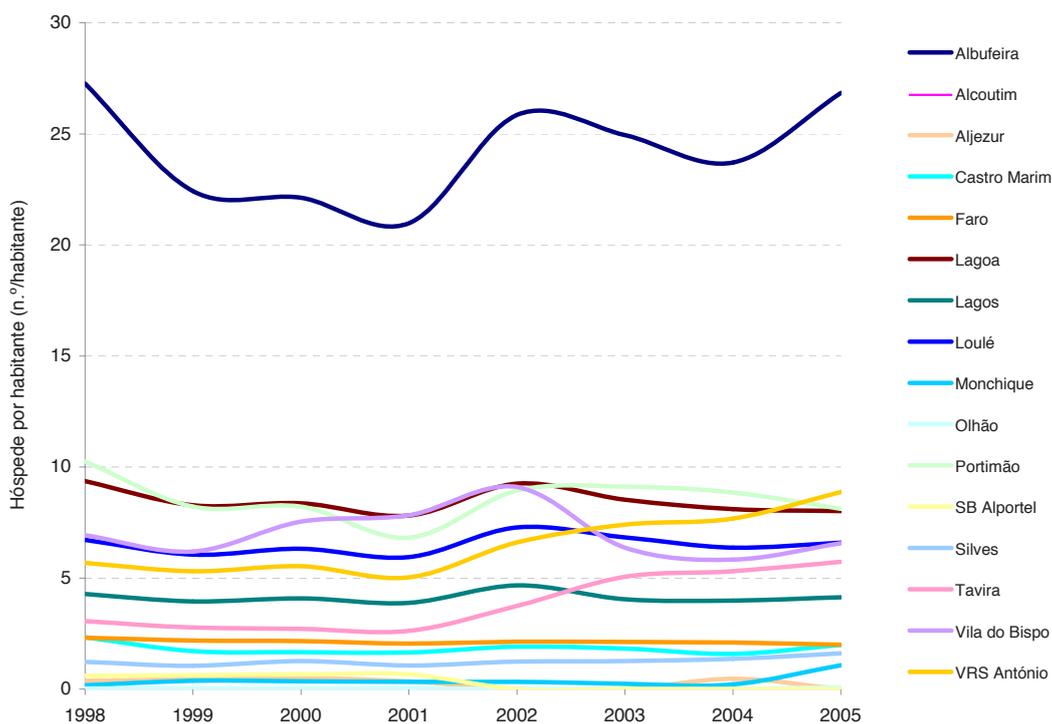


Figura 2 - Proporção de hóspedes por habitante.

Fonte: INE

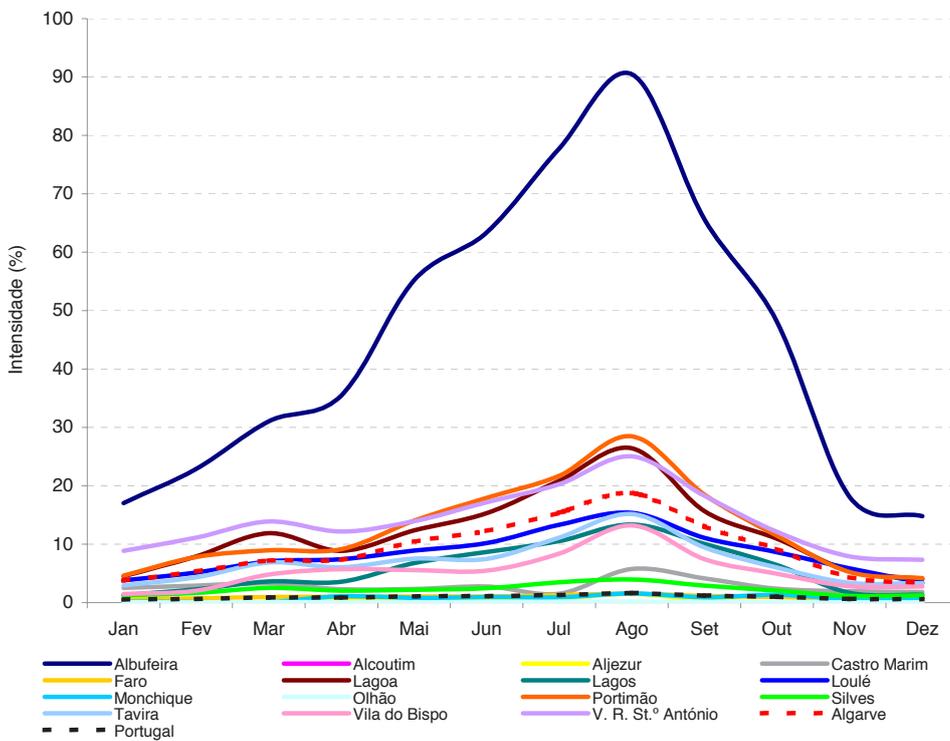


Figura 3 - Intensidade Turística em 2005.

Fonte: Turismo de Portugal

Transporte de passageiros

		CÓDIGO	76
TEMA	Mobilidade e Transportes	DIMENSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Transporte de passageiros	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input checked="" type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>O sector dos transportes é dos mais importantes contribuintes para as alterações climáticas, tendo também um papel relevante em termos de poluição atmosférica, ruído e fragmentação do território, quando associado aos transportes terrestres. O número de passageiros transportados e a forma como se deslocam, principalmente em áreas urbanas, é determinante para o desempenho deste sector, não obstante os avanços tecnológicos observados na redução de emissões. O indicador analisa os volumes de passageiros transportados e a sua distribuição modal (distribuição por modo de transporte).</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas a nível regional. No entanto, na Comunicação Europeia ao Conselho de Gotemburgo foi considerado que a proporção de transporte por automóvel ligeiro não deve ultrapassar o valor de 1998 (cerca de 84%, relativo à unidade passageiro.km).</p>		
METODOLOGIA	<p>O indicador analisa o modo de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (deslocações diárias entre residência e local de trabalho ou estudo), a proporção de utilização do automóvel nas deslocações (pendulares e não pendulares) e os volumes de passageiros transportados, por modo, na região. De futuro pretende-se que o indicador apresente o volume de passageiros transportados pelos vários modos de transporte na unidade passageiro.km.</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	%, n.º de passageiros, n.º veículos		
UNIDADE ESPACIAL	<input type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input checked="" type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	ANA – Aeroportos de Portugal, CP – Comboios de Portugal, EP – Estradas de Portugal, INE – Instituto Nacional de Estatística, IPTM – Instituto Português e dos Transporte Marítimos		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	3º Melhor ambiente e valorização do património 5º Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	X. Melhorar as acessibilidades e a mobilidade		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	2. Reequilíbrio territorial 7. Estruturação das redes de transporte e logística		
DOCUMENTOS RELEVANTES	Livro Branco: A política europeia de transportes no horizonte 2010: a hora das opções [COM(2001) 370 final]		

ANÁLISE SUMÁRIA

No Algarve, em 2001, o modo de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares era o automóvel privado (como condutor) – 39,6%, face ao valor nacional de 34,7%. Em contrapartida, a região registava uma maior percentagem de deslocações a pé (28,9% face ao valor nacional de 24,9%). O concelho onde se verificava maior utilização do automóvel privado como condutor foi São Brás de Alportel (48,6% das deslocações pendulares), sendo Alcoutim o concelho onde mais se andava a pé (41,5% das deslocações pendulares). Relativamente à utilização de transportes públicos, no Algarve o autocarro representava 7,8% (valor nacional 15,8%) e o comboio 0,7% (valor nacional 3,2%) das deslocações pendulares. Após a conclusão da ponte sobre o rio Guadiana observou-se um declínio no número de passageiros transportados por modo fluvial. Em 2005, segundo cálculos da Direcção Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, cerca de 430 milhões de passageiros foram transportados nos modos ferroviário, marítimo e aéreo, no âmbito interno e internacional, o que significa que, nesse ano, o Algarve contribuiu em 1,9% para esse valor. Em 1991 o Algarve era a região do país com maior percentagem de utilização do automóvel (26%) nas deslocações totais – pendulares e não pendulares – aumentando esse valor para 54% em 2001 (segundo maior valor regional, sendo o primeiro da região Centro). O concelho que mais aumentou, nessa década, o contributo do automóvel nas deslocações foi Castro Marim (36 p.p.), sendo a menor variação observada em Alcoutim (20 p.p.). São Brás de Alportel surgia novamente como o concelho com maior percentagem de utilização do automóvel nas deslocações, seguido de Portimão e Albufeira. Os maiores fluxos de tráfego rodoviário de passageiros, em 2005, registaram-se no eixo Faro-Loulé-Olhão, com relevância também para Lagos e Portimão. O volume de passageiros transportados no aeroporto internacional de Faro aumentou 39% na década 1997-2006.

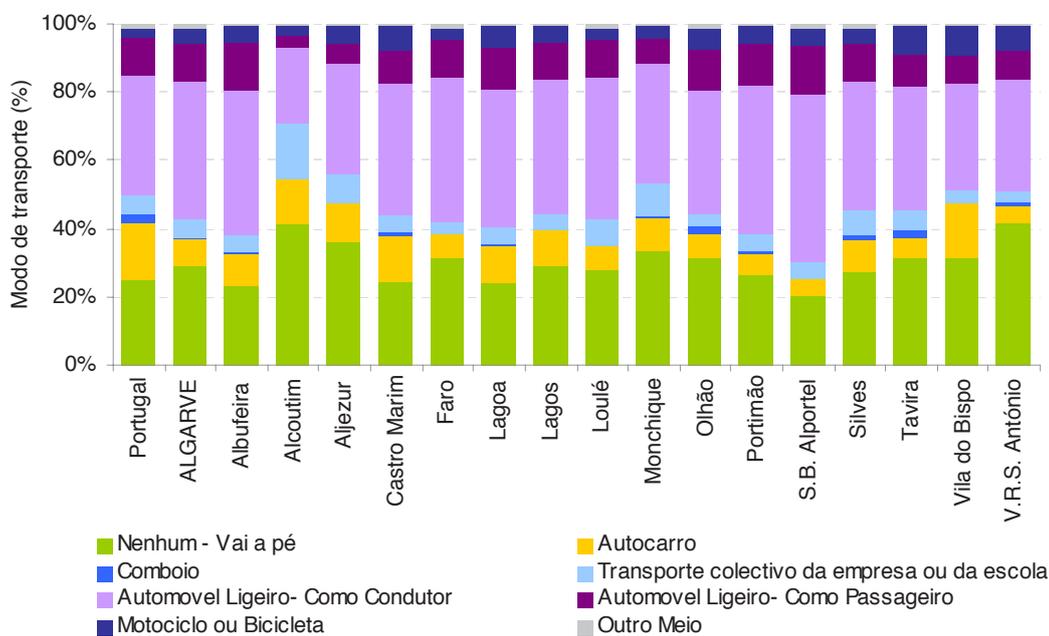


Figura 1 – Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares em 2001.

Fonte: INE.



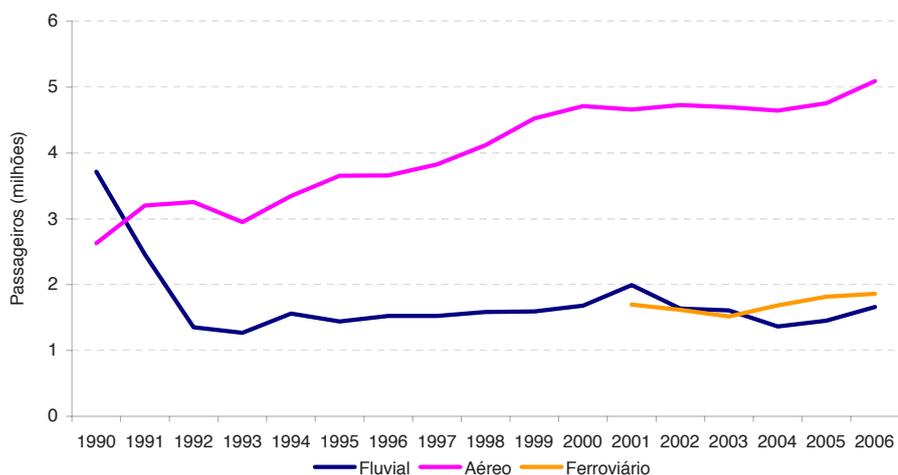


Figura 2 – Passageiros transportados por modo de transporte².

Fonte: ANA, CP, INE, IPTM.

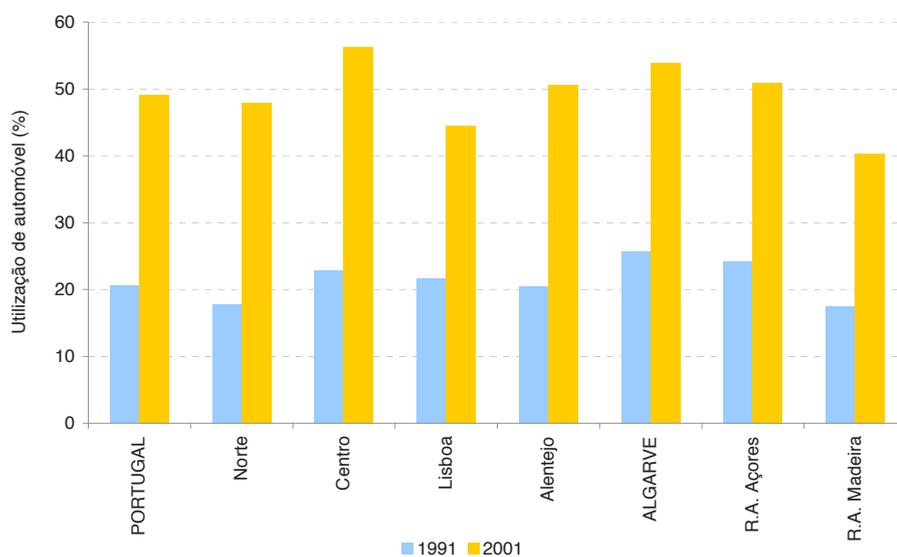


Figura 3 – Proporção de utilização do automóvel nas deslocações, por local de residência (NUTS II).

Fonte: INE.

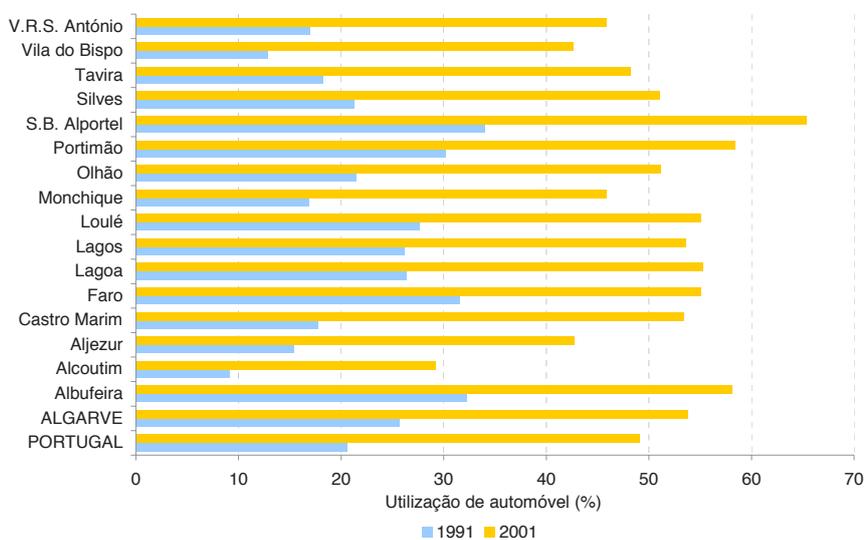


Figura 4 – Proporção de utilização do automóvel nas deslocações, por local de residência (concelho).

Fonte: INE.

² Não foi possível obter dados para o transporte público rodoviário.

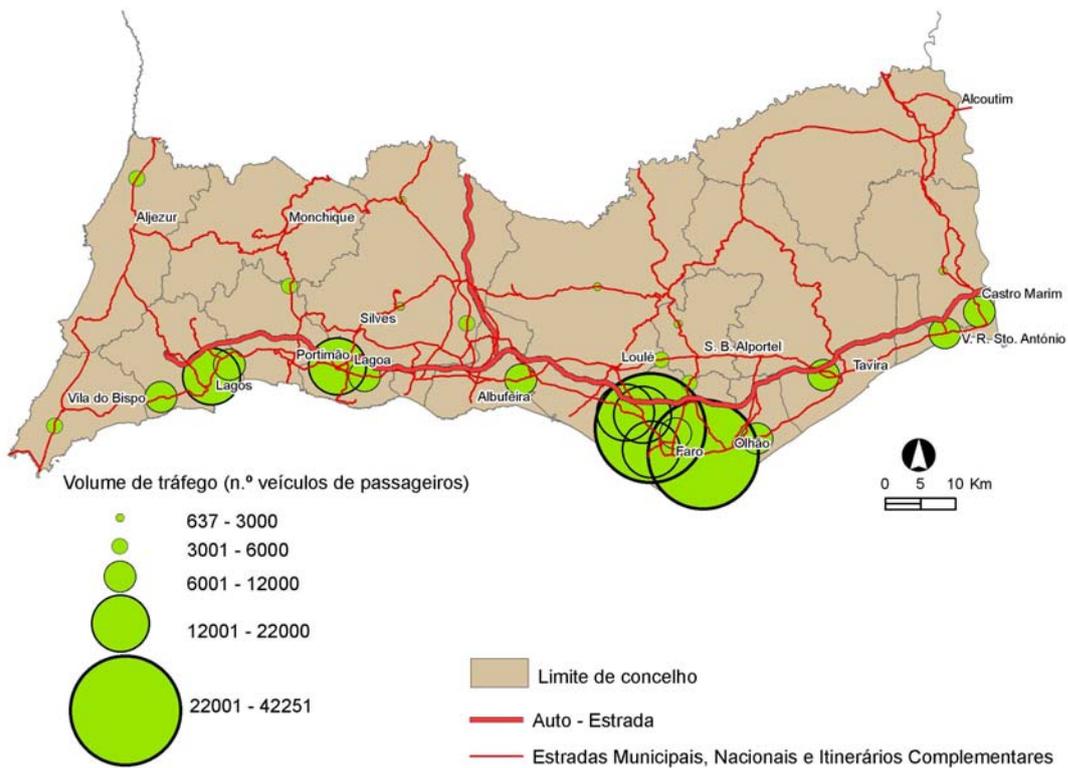


Figura 5 – Volume médio diário de tráfego de passageiros (n.º veículos de passageiros) nas estradas do Algarve em 2005.
Fonte: EP.

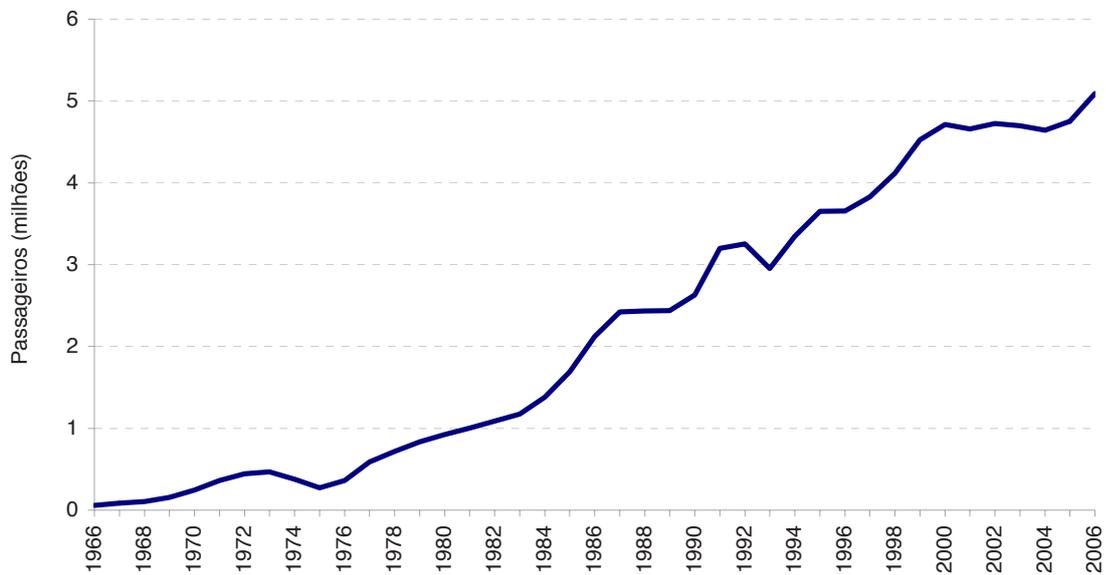


Figura 6 – Movimento de passageiros no aeroporto internacional de Faro.
Fonte: ANA.

Consumo de energia final

		CÓDIGO	79
TEMA	Energia	DIMENSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Consumo de Energia Final	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input checked="" type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>Entende-se consumo de energia final como a quantidade de energia adquirida pelos consumidores finais e actividades económicas, nas suas diversas formas tais como: carvão, petróleo, electricidade, gás natural, combustíveis líquidos diversos, biogás e hidrogénio.</p> <p>A energia é um recurso essencial para o desenvolvimento sócio – económico, todavia o seu consumo constitui um factor de pressão ambiental com impactes negativos. O uso eficiente da energia e a gestão racional da procura energética são elementos basilares de uma política de desenvolvimento sustentável, na medida em que o aumento da eficiência energética permitirá reduzir as emissões de gases com efeito estufa, as importações de hidrocarbonetos, o custo da energia, e promover o crescimento e o emprego.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas a nível regional. No entanto, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS – 2015) estabelece como meta a redução do consumo final de energia em 1%/ano, relativamente à média dos últimos 5 anos (2001-2005). O Novo conjunto de diplomas para combate às alterações climáticas (aprovado no Conselho de Ministros de 25 de Janeiro de 2007) refere que até 2015 serão implementadas medidas de eficiência energética equivalentes a 10% do consumo energético.</p>		
METODOLOGIA	<p>O consumo de energia final contabiliza as transformações de energia primária (inputs) em energia final (output). O consumo de energia final foi calculado através do somatório dos consumos energéticos realizados no Algarve com as seguintes variáveis: energia eléctrica, gás natural e petróleo (vendas de combustíveis no mercado interno e venda de combustíveis para bancas marítimas e aviação). Ambas as variáveis foram convertidas em toneladas equivalentes de petróleo através dos factores de conversão estabelecidos pela Direcção Geral de Energia e Geologia.</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	tep, tep/hab, kWh		
UNIDADE ESPACIAL	<input checked="" type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	DGGE		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	2º Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	II. Robustecer e modernizar a economia regional		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE			
DOCUMENTOS RELEVANTES	Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro - Estratégia Nacional para a Energia; Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto de 2007 - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS – 2015)		

A análise da energia final consumida no Algarve permite verificar que a taxa de crescimento no período 1998-2005 foi de 31%, contrastando com os 19% de Portugal em igual período. Para além desta elevada taxa de crescimento, a região apresenta um consumo de energia final por habitante superior ao de Portugal. Aproximadamente 75% da energia final consumida corresponde a petróleo, sendo que uma elevada percentagem desta forma de energia é consumida pelo sector dos transportes. A importância do consumo energético deste sector na região traduz-se nos 55% da energia final consumida em 2005, sendo que a nível nacional os transportes são igualmente os maiores consumidores mas apenas representam 35%. No entanto, as taxas de crescimento anuais do consumo de energia final têm diminuído no sector dos transportes e aumentado no sector dos serviços e habitação. No período 1998-2005 o consumo de energia final aumentou 42% no sector dos serviços e 49% no sector doméstico.

O Algarve apresenta um consumo de energia eléctrica *per capita* superior ao nacional, bem como, a sua taxa de crescimento, que entre 1998 e 2005 foi de 43,5%. Este crescimento dos consumos de energia eléctrica contraria a meta proposta pela Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, de redução do consumo final de energia em 1%/ano, relativamente à média dos últimos 5 anos (2001-2005). A nível local, o concelho de Loulé é aquele que apresenta maiores consumos de energia eléctrica.

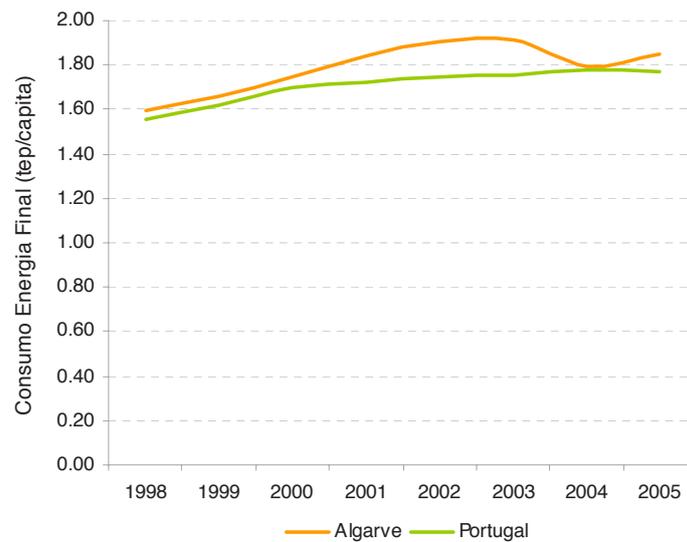


Figura 1 – Consumo de Energia Final.

Fonte: Adaptado DGGE

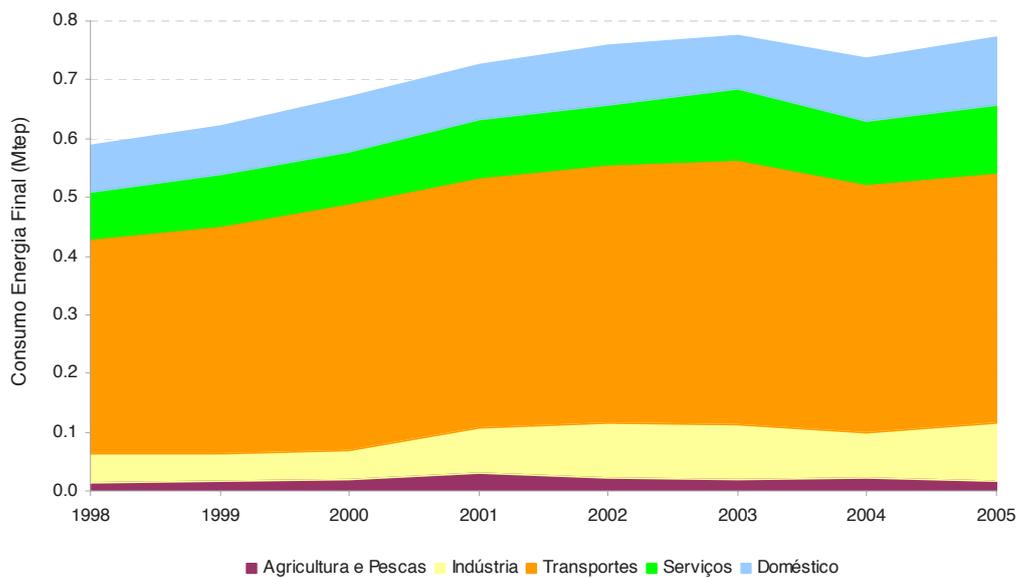


Figura 2 – Consumo de Energia Final por sector de actividade económica.
Fonte: Adaptado DGGE

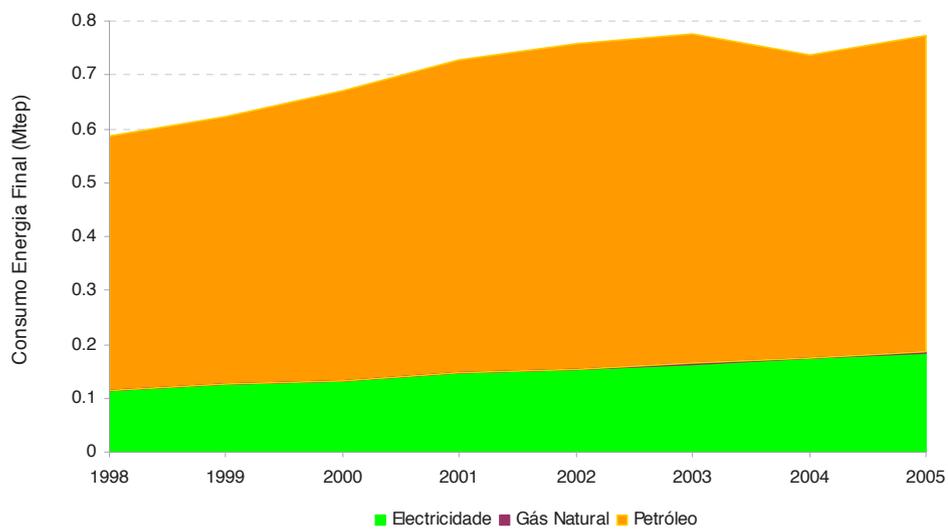


Figura 3 – Consumo de Energia Final por forma de energia.
Fonte: Adaptado DGGE

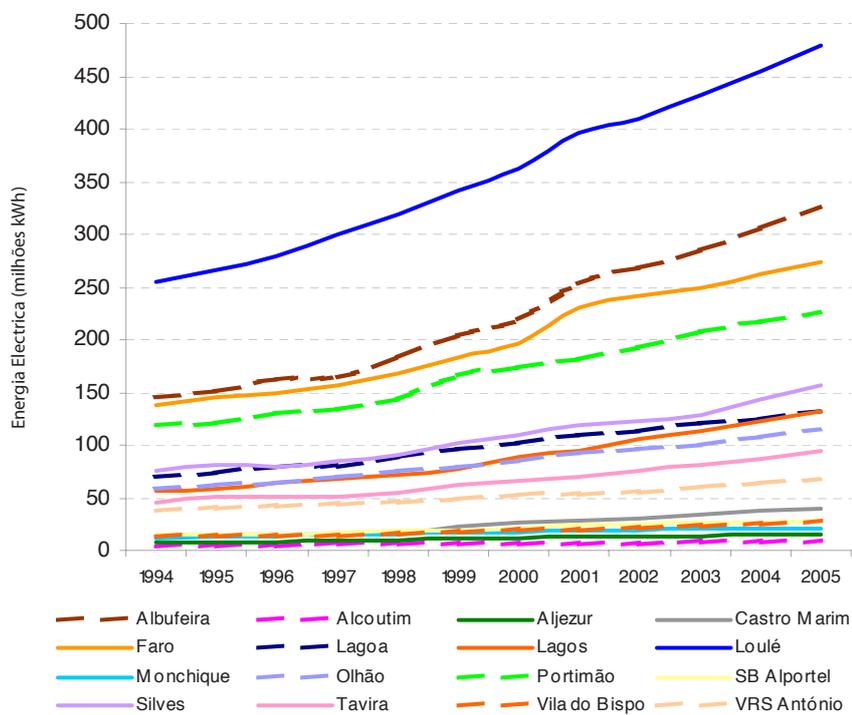


Figura 4 – Consumo de Energia Eléctrica.

Fonte: DGGE

Produção de energia a partir de fontes renováveis

		CÓDIGO	81
TEMA	Energia	DIMENSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Produção de energia a partir de fontes de energia renováveis	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input checked="" type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>As fontes de energia não fóssil e renováveis a partir dos ciclos naturais são a energia hídrica, eólica, solar, geotérmica, marés, ondas, biomassa e biocombustíveis. A promoção do uso de energias renováveis permite reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, a dependência energética externa, e aumentar a competitividade, a criação de emprego e o investimento em zonas desfavorecidas.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas a nível regional. Todavia o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve refere que a administração central e local devem incentivar fortemente a utilização da energia solar para o aquecimento de água no sector habitacional, na hotelaria e no alojamento turístico em geral.</p> <p>O novo conjunto de diplomas para combate às alterações climáticas (aprovado em Conselho de Ministros de 25 de Janeiro de 2007) estabelece a meta de aumentar a produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis em 45 % até 2010. A Estratégia Nacional de Energia (RCM 169/2005), com as alterações introduzidas pelos diplomas anteriormente referidos, apresenta como linha de orientação política o reforço das energias renováveis com especial enfoque na energia eólica, no potencial hídrico, na biomassa, no solar e nos biocombustíveis. Deste forma as principais metas são as seguintes:</p> <p>Energia eólica: Aumentar em 1 950 MW a meta de capacidade instalada em 2012 (novo total de 5 100 MW com acréscimo em 600 MW por upgrade do equipamento)</p> <p>Energia hídrica: Atingir a meta dos 5 575 MW de capacidade instalada hídrica em 2010;</p> <p>Biomassa: Ampliar em 100 MW o objectivo de capacidade instalada em 2010 (aumento de 67%);</p> <p>Ondas: Aumentar a capacidade instalada em 200 MW através da criação de uma Zona Piloto com potencial de exploração total até 250 MW de novos protótipos de desenvolvimento tecnológico industrial e pré-comercial emergentes;</p> <p>Energia solar: Aumentar o número de colectores solares instalados em Portugal em 150 000 m²/ano até 2010 e criar a capacidade em parques de colectores solares de 1 000 000 m² até 2010;</p> <p>Biocombustíveis: Atingir a meta de 10% dos combustíveis rodoviários a partir de biocombustíveis em 2010</p>		
METODOLOGIA	Inventariação da produção de energia a partir de fontes renováveis existente na região.		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	GWh		
UNIDADE ESPACIAL	<input checked="" type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	DGGE		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	2º Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	II. Robustecer e modernizar a economia regional XI. Completar as redes regionais de equipamentos XV. Promover a participação, as boas práticas e políticas de informação e de educação ambiental		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	2. Reequilíbrio territorial		

DOCUMENTOS
RELEVANTES

Resolução de Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro - Estratégia Nacional para a Energia;
Novo conjunto de diplomas para combate às Alterações Climáticas (Aprovado em Conselho de Ministros de 25 de Janeiro de 2007);
Resolução de Conselho de Ministros n.º 104/2006, de 23 de Agosto - Programa Nacional para as Alterações Climáticas - PNAC 2006;
Livro Verde Estratégia europeia para uma energia sustentável, competitiva e segura, (COM (2006) 105 final), 8 de Março de 2006
Directiva de promoção da produção de electricidade a partir de fontes renováveis de energia (2001/77/CE)
Uma política Energética para a Europa (COM(2007) 1 final, de 10 de Janeiro
Plano de Acção para a Energia (Conclusões do Conselho Europeu de 8 e 9 de Março de 2007)
Roteiro das Energias Renováveis Energias Renováveis no Século XXI: construir um futuro mais sustentável, COM(2006) 848 final, 10 de Janeiro de 2007;

ANÁLISE SUMÁRIA

A produção de energia eléctrica no Algarve registou um crescimento de 376% no período compreendido entre 1998 e 2006, colocando o distrito de Faro como o segundo distrito que mais cresceu em termos de produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis. Contudo esta produção apresenta-se como residual no contexto nacional, pois representa aproximadamente 0,3 % da energia eléctrica produzida por fontes renováveis a nível nacional.
A fonte de energia renovável com maior produção de energia eléctrica na região é a eólica (Figura 1). Para além da produção de energia eléctrica, existem outras fontes de energia que estão a adquirir alguma expressão na região, nomeadamente a solar térmica (todavia não existem dados disponíveis sobre o aproveitamento desta forma de energia).

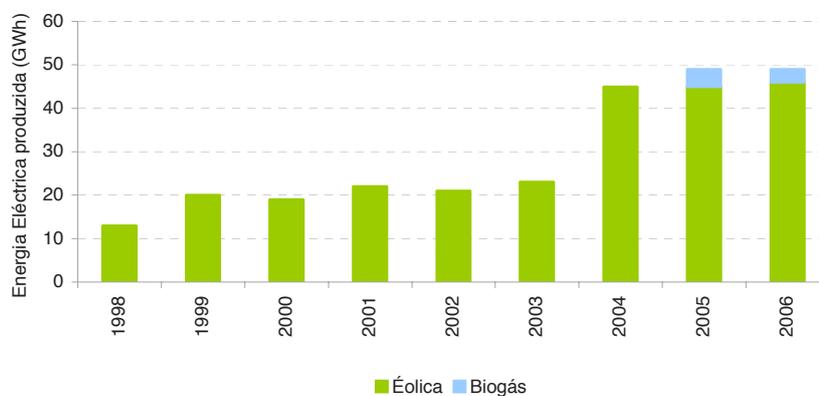


Figura 1 – Produção de Energia Eléctrica na região a partir de fontes renováveis.

Fonte: DGGE



Qualidade do ar

		CÓDIGO	95
TEMA	Ar e Clima	DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> Económica <input checked="" type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Qualidade do ar	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>Este indicador permite monitorizar a qualidade do ar de modo a proteger a saúde humana e os ecossistemas. A qualidade do ar é avaliada através do índice da qualidade do ar composto por diversos parâmetros indicativos: dióxido de azoto (NO₂), dióxido de enxofre (SO₂), ozono troposférico (O₃), monóxido de carbono (CO) e partículas em suspensão com diâmetro inferior a 10 <i>micra</i> (PM₁₀).</p>		
METAS	<p>Cumprir os limites legais estabelecidos: pelo Decreto-Lei n.º 111/2002 de 16 de Abril para os parâmetros: dióxido de enxofre, dióxido de azoto, partículas em suspensão com diâmetro inferior a 10 micra, chumbo, monóxido de carbono e benzeno; pelo Decreto-Lei n.º 320/2003 para o ozono no ar ambiente. Este último diploma estabelece também valores alvo para 2010 respeitantes ao ozono:</p> <p>i) valor alvo para protecção da saúde humana: 120 µg/m³ – valor a não exceder em mais de 25 dias por ano civil, calculados em média em relação a três anos. ii) Valor alvo para protecção da vegetação: 18 000 µg/m³.h – calculados em média em relação a cinco anos.</p>		
METODOLOGIA	<p>O índice de qualidade do ar para um aglomerado urbano é calculado a partir das médias horárias de dióxido de azoto (NO₂), dióxido de enxofre (SO₂), ozono troposférico (O₃), das médias diárias de partículas em suspensão com diâmetro inferior a 10 <i>micra</i> (PM₁₀) e das médias de 8 horas consecutivas de monóxido de carbono (CO). Considera-se também como método complementar o cálculo do número de dias por ano em que se verificaram excedências aos valores para protecção da saúde humana das concentrações médias diárias de PM₁₀ e das concentrações médias de 8 horas consecutivas de O₃, bem como as excedências à média anual da concentração de PM₁₀. Os dados provêm da Rede de Monitorização da Qualidade do Ar (RMQA) do Algarve, constituída por sete estações, seis urbanas, localizadas em 3 Aglomerações populacionais e 1 rural de fundo (de referência), que caracteriza a Zona do Algarve. Devido ao facto de os valores registados nas estações de monitorização da qualidade do ar, por vezes, serem superiores aos legislados, por contribuição de eventos naturais, os valores apresentados já contabilizam esse desconto, efectuado através de metodologia própria.</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	µg/m ³ ; n.º dias, n.º excedências		
UNIDADE ESPACIAL	<input type="checkbox"/> Distrito <input type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input checked="" type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	CCDR Algarve; APA – Agência Portuguesa do Ambiente		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	3º Melhor ambiente e valorização do património		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	-		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	-		
DOCUMENTOS RELEVANTES	Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde		

ANÁLISE SUMÁRIA

Em 2004 verifica-se que existem insuficientes dados de monitorização que permitam uma comparação fiável do índice de qualidade do ar desse ano com os anos seguintes. Tal deve-se ao facto de a maioria das estações que actualmente compõem a RMQA terem iniciado o seu funcionamento já depois do início do ano de 2004. Ainda assim observa-se um predomínio da classificação Bom para os três anos, com excepção da aglomeração Albufeira-Loulé em 2004. Observa-se também um ligeiro aumento da classificação Muito Bom em 2006 relativamente aos anos anteriores. Relativamente às PM10, apesar da principal fonte de emissão ser o tráfego rodoviário, verificou-se a influência de outras fontes nos valores registados, incluindo o transporte de material particulado de desertos do Norte de África e os incêndios florestais. Os valores apresentados na Figuras 2 e 3 já contemplam os descontos decorrentes dos fenómenos naturais e correspondem portanto a causas antrópicas. Observa-se que em 2005 e 2006 foi excedido o limite legal de 35 excedências diárias por ano. Em 2005, em duas estações, a concentração média anual estimada de partículas, após dedução da contribuição natural, excedeu, também, o limite legal anual - 40 µg/m³. No que diz respeito ao ozono troposférico (Figura 3), em 2004 não se registaram excedências ao limiar de informação (180 µg/m³), em 2005 registaram-se onze e em 2006 oito excedências ao limiar de informação. Nos anos apresentados não se verificaram excedências ao limiar de alerta (240 µg/m³).

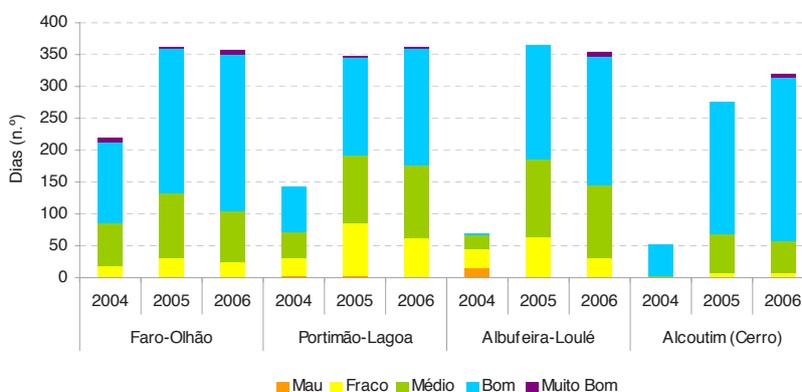


Figura 1 – Índice de qualidade do ar na RMQA do Algarve. O gráfico apresenta o número de dias num ano, em que o índice de qualidade do ar foi classificado como Mau, Fraco, Médio, Bom ou Muito Bom.

Fonte: APA.

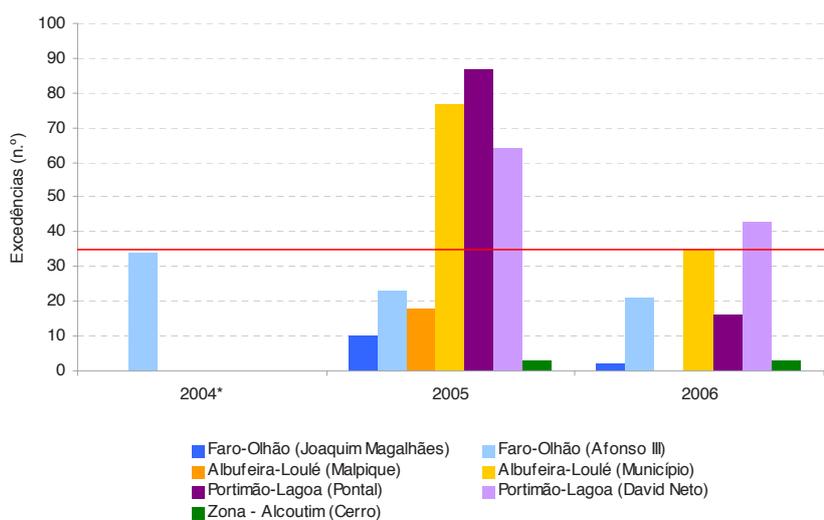


Figura 2 – Número anual de excedências diárias relativamente à concentração de PM10 nas estações da RMQA do Algarve. A linha a vermelho representa o limite legal de 35 excedências diárias por ano.

Fonte: CCDR Algarve.

*exceptuando a estação Afonso III (em funcionamento desde o final de 2001), as estações da RMQA do Algarve entraram em funcionamento em meados de 2004, não se tendo obtido número suficiente de medições que permitisse uma análise ao número de excedências.

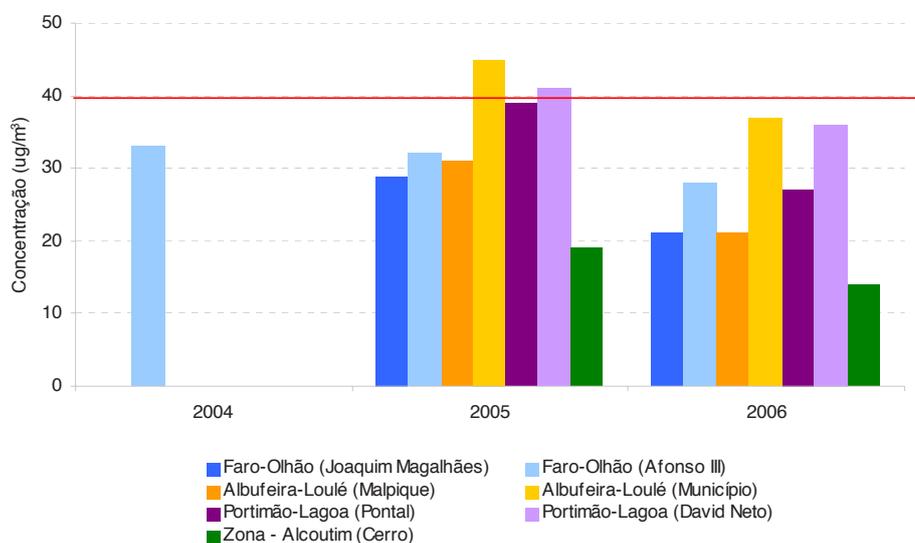


Figura 3 – Concentração média anual estimada de partículas (PM10) após dedução da contribuição natural (limite legal = 40 µg/m³).

Fonte: CCDR Algarve.

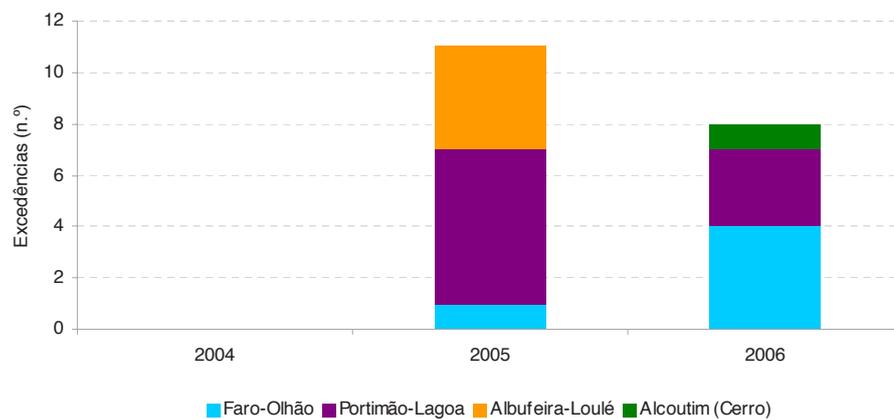


Figura 4 – Número anual de excedências ao limiar de informação (180 µg/m³), relativamente à média horária da concentração de ozono troposférico (O₃) nas estações da RMQA do Algarve. Em 2004 não se registaram excedências.

Fonte: CCDR Algarve.

Consumo de água

		CÓDIGO	98
TEMA	Água	DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> Económica <input checked="" type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Consumo de Água	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input checked="" type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>Volumes de água consumida pelos grandes tipos de usos, abastecimento às populações, agricultura, indústria e rega de campos de golfe. A água é um recurso vital para os ecossistemas e para o desenvolvimento humano, por isso a salvaguarda deste recurso em quantidade e qualidade adequadas para os diversos fins é essencial para garantir o desenvolvimento sustentável da região.</p>		
METAS	Não foram identificadas metas.		
METODOLOGIA	Com base nos registos dos consumos das entidades gestoras, foram determinados os volumes de água consumidos, nas redes públicas urbanas de abastecimento de água, e nos perímetros de rega.		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	m ³		
UNIDADE ESPACIAL	<input checked="" type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input checked="" type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FORNE(S)	Águas do Algarve, Autarquias, Associações de Regantes		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	3º Melhor ambiente e valorização do património		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	XIII. Completar e garantir infra-estruturas ambientais de qualidade		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	-		
DOCUMENTOS RELEVANTES	Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, 30 de Junho - Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água; Plano Nacional da Água; Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve; Plano de Bacia Hidrográfica do Guadiana.		
ANÁLISE SUMÁRIA	<p>O consumo de água associado ao abastecimento público da região apresentou uma tendência crescente até ao ano de 2004. Em 2005, na sequência da seca e das medidas de redução de consumo adoptadas, reduziu-se o consumo de água, todavia em 2006 o consumo voltou a aumentar, mas para valores inferiores a 2004. Os concelhos de Loulé, Albufeira e Portimão apresentam os consumos anuais mais elevados da região, registando inclusive, no mês de Agosto nos concelhos de Loulé e Albufeira, aproximadamente o dobro do consumo médio anual do respectivo concelho.</p> <p>O consumo anual de água superficial nos perímetros públicos de rega tem apresentado uma tendência crescente acompanhando o aumento de área de regada.</p>		

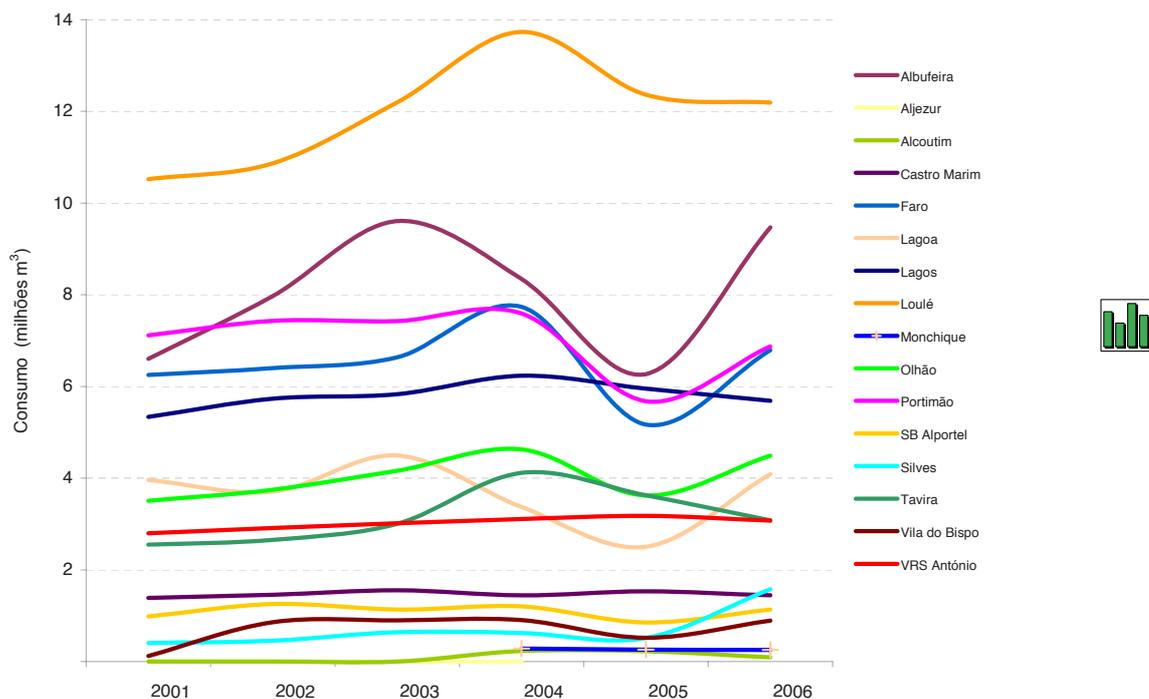


Figura 1 – Consumo anual de água dos municípios abastecidos pelo Sistema Multimunicipal das Águas do Algarve.

Fonte: Águas do Algarve, SA; Câmara Municipal de Alcoitim; Câmara Municipal de Monchique

Nota: Os consumos de 2005 encontram-se sub-estimados, pois não foram contabilizados os caudais das extracções de águas subterrâneas efectuadas pelas autarquias.

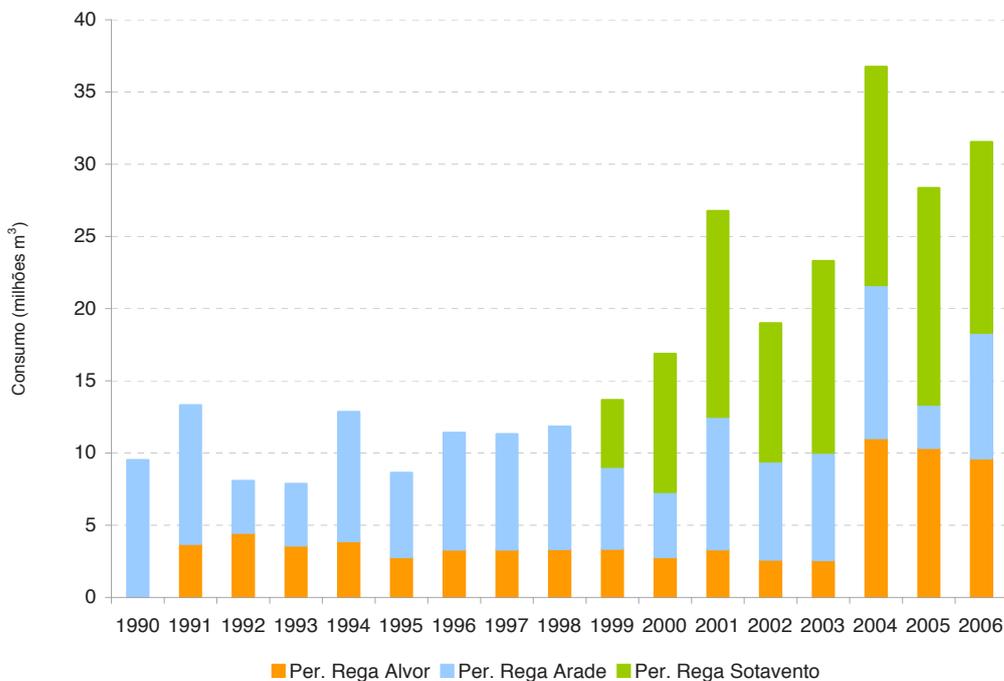


Figura 2 – Consumo anual de água superficial nos perímetros públicos de rega.

Fonte: Associações de Regantes e Beneficiários do Alvor; Associação de Regantes de Silves; Associações de Beneficiários do Sotavento.

Reutilização de água residual tratada

		CÓDIGO	104
TEMA	Água	DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> Económica <input checked="" type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Reutilização de água residual tratada	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input checked="" type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>Este indicador pretende avaliar o volume de águas residuais tratadas em estações de tratamento (ETAR), que são objecto de reutilização. A reutilização de água consiste no tratamento e na utilização de água residual com qualidade adequada para outros usos, entre os quais, rega de espaços verdes, campos de golfe, zonas agrícolas, zonas florestais e lavagem de pavimentos urbanos. Esta prática permite a redução dos caudais captados nos meios hídricos, a redução de descarga de efluentes de ETAR para meios hídricos sensíveis e a recirculação benéfica de nutrientes quando usada em irrigação.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas a nível regional. O Plano Nacional da Água aponta como objectivo específico a promoção da reutilização da água para fins qualitativamente menos exigentes, sempre que técnica e economicamente viável, nomeadamente, na rega de certas culturas agrícolas, campos de golfe e jardins públicos, e na lavagem de outros espaços públicos.</p>		
METODOLOGIA	<p>O indicador é calculado através da razão entre o volume de águas residuais tratadas em ETAR que são objecto de reutilização e o volume total das águas residuais descarregadas, por concelho, segundo o Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR).</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	m ³		
UNIDADE ESPACIAL	<input type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input checked="" type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	CCDR Algarve; INAG; entidades utilizadoras de água residual tratada		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	3º Melhor ambiente e valorização do património		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	XIII. Completar e garantir infra-estruturas ambientais de qualidade XIV. Criar níveis elevados de protecção ambiental		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	1. Sustentabilidade ambiental		
DOCUMENTOS RELEVANTES	Plano Nacional da Água; Programa Nacional para o uso eficiente da água		
ANÁLISE SUMÁRIA	<p>No Algarve, apenas 2% da água residual produzida na região é reutilizada, apesar de se ter verificado um aumento nesse volume de sensivelmente 142 500 m³ de 2003 para 2006 (a qualidade da informação associada a este indicador é baixa, sendo necessário o devido cuidado na análise). Esta prática verifica-se em seis concelhos do Algarve, destacando-se Loulé e Silves. Na região, os empreendimentos turísticos são o tipo de entidade que mais água residual tratada utiliza nas suas actividades.</p>		

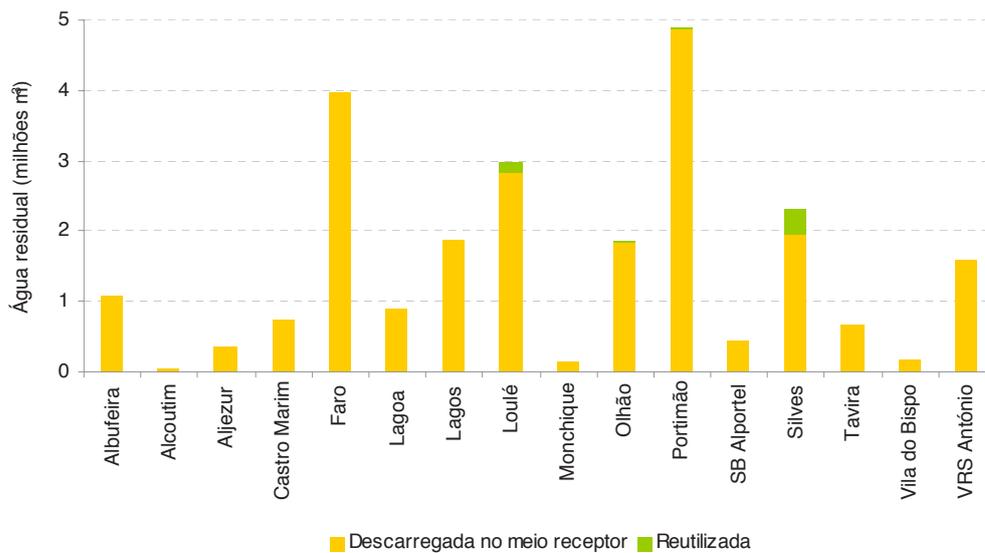


Figura 1 – Água residual descarregada no meio receptor e reutilizada após tratamento, em 2006.

Fonte: CCDR Algarve, INAG.

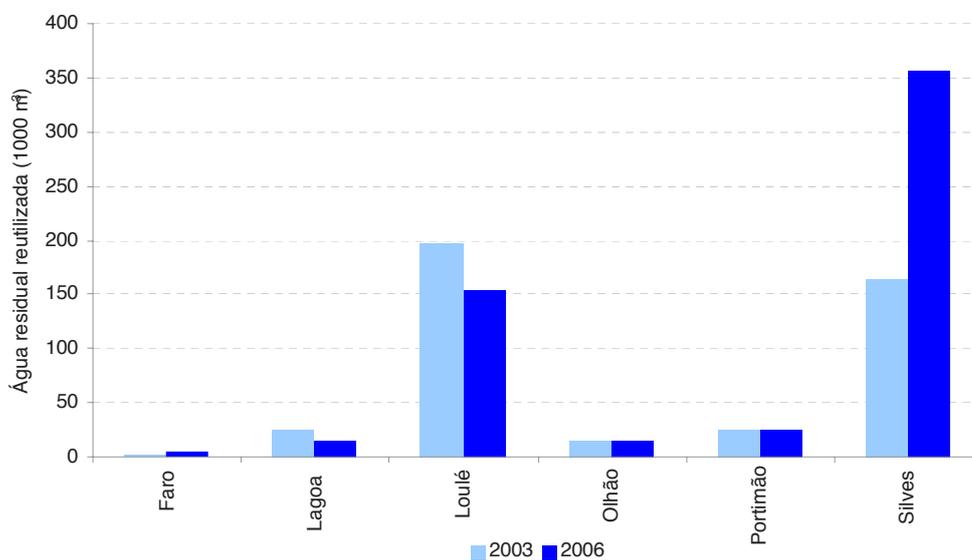


Figura 2 – Água residual reutilizada após tratamento.

Fonte: CCDR Algarve, INAG.

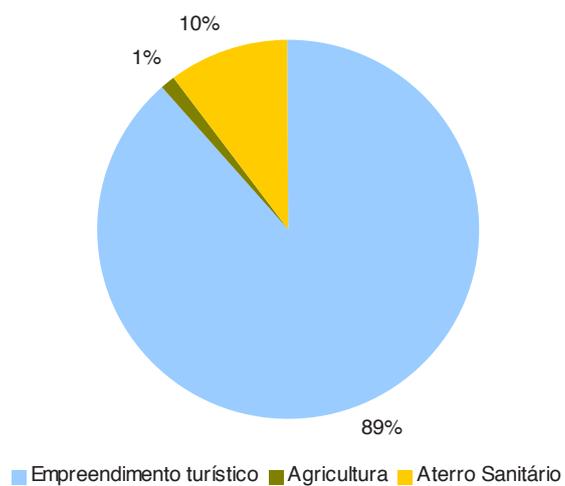


Figura 3 - Contributo de cada tipo de actividade utilizadora de água residual tratada para o total de reutilização.

Fonte: CCDR Algarve, INAG.

Área ardida

		CÓDIGO	111
TEMA	Natureza e biodiversidade	DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> Económica <input checked="" type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Área Ardida	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input checked="" type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>Número de fogos e área florestal afectada por incêndios florestais. Os incêndios fazem parte do ciclo natural das florestas e antes do homem ter uma participação activa nestes fenómenos, os fogos florestais ocorriam espontaneamente num intervalo médio de 100 a 200 anos. Actualmente estes acontecimentos são uma séria ameaça à floresta portuguesa, pois causam uma redução da produção florestal, perda significativa de biodiversidade e de bens materiais das populações rurais. A tendência crescente de área ardida é também resultado da ocorrência de condições propícias à deflagração de incêndios, nomeadamente condições meteorológicas extremas agravadas pelas mudanças climáticas (e.g. ondas de calor), períodos com temperaturas diurnas e nocturnas acima da média, humidade relativa baixa, ventos de forte intensidade e significativas quantidades de matéria combustível nas áreas florestais.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas a nível regional. No entanto, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS - 2015) e a Estratégia Nacional para as Florestas estabelece, entre outras, as seguintes metas nacionais para a redução da vulnerabilidade a incêndios florestais:</p> <p>i) área média anual ardida inferior a 100 000 ha até 2012;</p> <p>ii) eliminar incêndios com áreas superiores a 1000 ha até 2012;</p> <p>iii) reduzir a área média anual ardida para menos de 0,8% da superfície florestal até 2018.</p>		
METODOLOGIA	<p>Registo do número de fogos e contabilização da respectiva área ardida, por ano, segundo a metodologia estabelecida pela Direcção Geral dos Recursos Florestais.</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	ha, n.º		
UNIDADE ESPACIAL	<input checked="" type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	DGRF - Direcção Geral dos Recursos Florestais		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	3º Melhor ambiente e valorização do património		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	XIV. Criar níveis elevados de protecção ambiental XVI. Implementar uma política de prevenção de riscos		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	1. Sustentabilidade ambiental 2. Reequilíbrio territorial		
DOCUMENTOS RELEVANTES	Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de Setembro - Estratégia Nacional para as Florestas; Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 23 de Março - Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios; Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto - Lei de Bases da Política Florestal		

ANÁLISE SUMÁRIA

Os anos de 2003 e 2004 representam 57% da área ardida do período 1980 - 2006. A área ardida em 2003 foi a mais elevada dos últimos 26 anos, tendo ardido 57 178 ha no Algarve, com especial incidência nos concelhos de Monchique, Silves, Portimão, Lagos e Aljezur. No ano 2004, o segundo em área ardida no período em análise, os fogos florestais incidiram especialmente nos concelhos de Loulé, São Brás de Alportel, Tavira totalizando 30 672 ha de área ardida. O número de ocorrências de fogos florestais e a área ardida não apresentam uma correlação, o que indicia a necessidade de analisar outras variáveis para fundamentar a variação da área ardida.

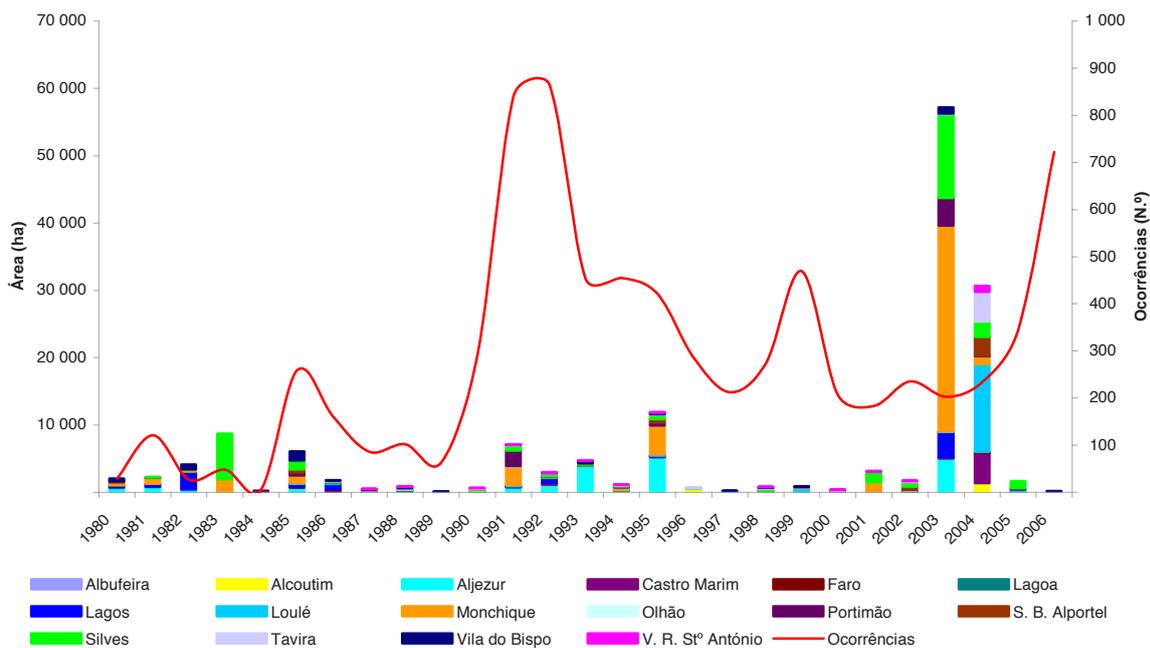


Figura 1 – Incêndios Florestais na região do Algarve no período 1980-2006.

Fonte: DGRF

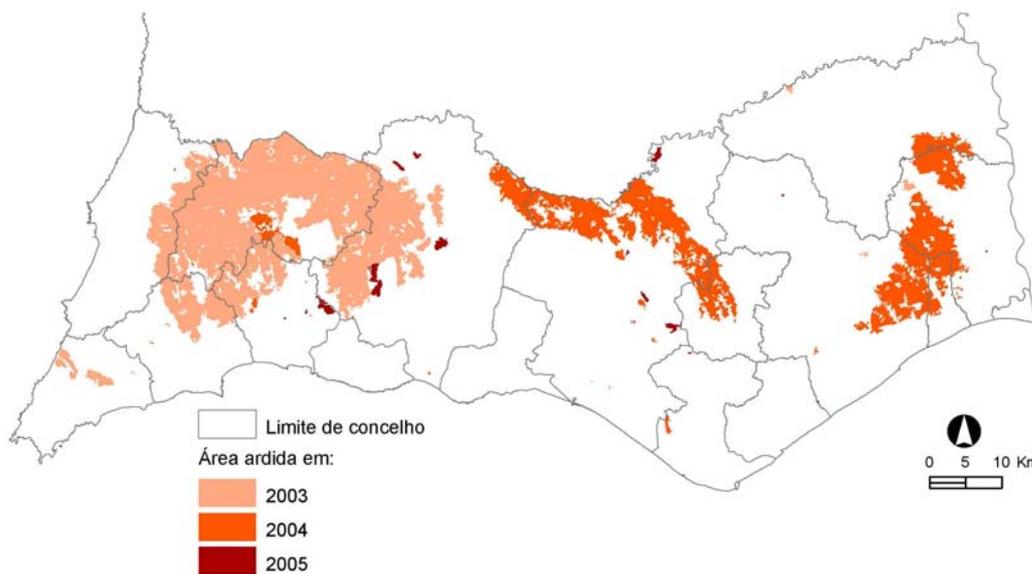


Figura 2 – Área ardida no Algarve em 2003, 2004 e 2005.

Fonte: DGRF

Qualidade da água em zonas balneares

		CÓDIGO	115
TEMA	Ambientes Marinhos e Costeiros	DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> Económica <input checked="" type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Qualidade da água em zonas balneares	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>Este indicador fornece informação sobre a qualidade das águas balneares costeiras (mar, lagunas costeiras e estuários) e interiores (rios e ribeiras) do Algarve, permitindo identificar situações que possam ter originado uma degradação da qualidade. Avalia o conjunto de valores dos parâmetros físicos, químicos, biológicos e microbiológicos da qualidade das águas para um dos usos mais restritivos, o banear. A qualidade das águas balneares é um tema que preocupa a comunidade em geral, quer pela sua importância ambiental, quer pela sua importância ao nível da saúde pública.</p>		
METAS	Não foram identificadas metas.		
METODOLOGIA	<p>O indicador é calculado de acordo com as normas de qualidade presentes na Directiva 76/160/CEE, de 8 de Dezembro de 1995. Cada zona balnear é classificada qualitativamente numa das 3 classes que compõem a classificação (boa, aceitável e má). A classificação Boa é atribuída quando pelo menos 80% das análises efectuadas são inferiores aos Valores Máximos Recomendáveis (VMR); a classificação aceitável quando pelo menos 95% das análises efectuadas são inferiores aos Valores Máximos Admissíveis (VMA); e a classificação Má quando mais de 5% das análises efectuadas são superiores ao VMA.</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	n.º de praias		
UNIDADE ESPACIAL	<input type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input checked="" type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input type="checkbox"/> Relevante <input checked="" type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual (época balnear)		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	CCDR Algarve		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	3º Melhor ambiente e valorização do património		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	XIV. Criar níveis elevados de protecção ambiental		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	1. Sustentabilidade ambiental		
DOCUMENTOS RELEVANTES	Estratégia Nacional para o Mar (R.C.M. n.º 163/2006) ; Plano Nacional da Água ; Directiva 76/160/CEE ; Directiva 2006/7/CE ; Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto .		
ANÁLISE SUMÁRIA	<p>Na época balnear de 2006, foram designadas 112 zonas balneares, tendo sido analisada a sua qualidade entre 15 de Maio e 30 de Setembro. Dessas, 105 obtiveram classificação Boa, 5 obtiveram classificação Aceitável e 2 obtiveram classificação Má (praia do Carvoeiro em Lagoa e praia dos Alemães em Albufeira). Apesar da maioria das praias analisadas entre 1993 e 2006 apresentar uma qualidade da água Boa, não é possível observar uma tendência consistente nesse período.</p>		

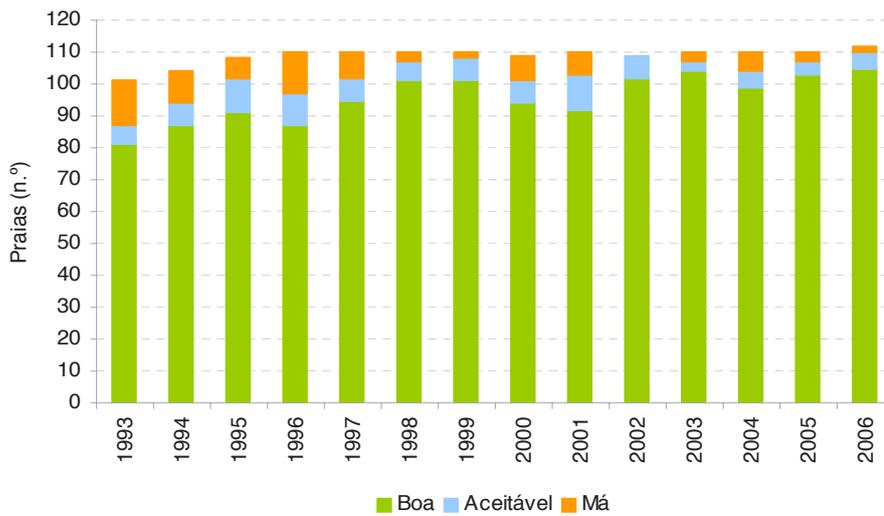


Figura 1 – Qualidade da água nas zonas balneares do Algarve.
Fonte: CCDR Algarve.

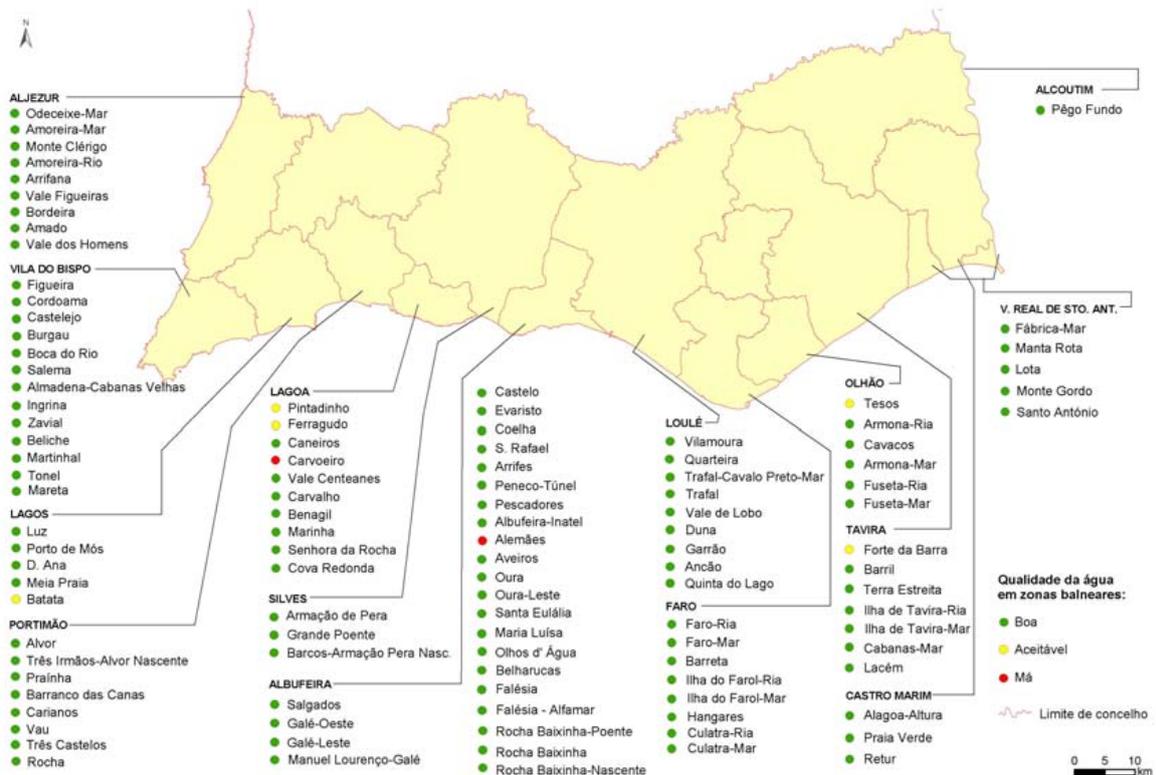


Figura 2 – Qualidade da água balnear na época balnear 2006.
Fonte: CCDR Algarve.

Espécies de fauna e flora ameaçadas e protegidas

		CÓDIGO	107
TEMA	Natureza e Biodiversidade	DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> Económica <input checked="" type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Espécies de fauna e flora ameaçadas e protegidas	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input checked="" type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>Em termos de património natural a região mediterrânica, onde o Algarve se insere, encontra-se entre as mais variadas e ricas da Europa, sendo importante avaliar as alterações na sua biodiversidade. O indicador avalia o número de espécies classificadas como ameaçadas e protegidas em Portugal Continental, que ocorrem no Algarve.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas a nível regional. A nível europeu e nacional foram definidas as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável: sustentar o declínio da biodiversidade na UE e contribuir para uma redução considerável da taxa de perda de biodiversidade a nível mundial até 2010. - ENDS 2015: sustentar, até 2010, o declínio da biodiversidade; assegurar a compensação das espécies e dos habitats afectados. 		
METODOLOGIA	<p>O cálculo do indicador assenta na inventariação das espécies classificadas como ameaçadas e protegidas em Portugal Continental, que tenham ocorrência no Algarve. No caso da fauna, consideram-se apenas os vertebrados – peixes dulciaquícolas e migradores, mamíferos, aves, répteis, anfíbios – cujos dados provêm do Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, elaborado pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB). Não foram contabilizados os mamíferos e répteis marinhos, uma vez que a delimitação da sua área de ocorrência é complexa e reveste-se de alguma incerteza. Os “Livros Vermelhos” avaliam periodicamente os estatutos de ameaça das espécies, segundo critérios estabelecidos a nível internacional pela International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN). Uma espécie considera-se ameaçada quando se inclui numa das seguintes categorias: “criticamente em perigo”, “em perigo”, “vulnerável”. Relativamente à flora, os dados foram fornecidos pelo ICN em 2004, estando actualmente em elaboração o Livro Vermelho da Flora de Portugal.</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	N.º, % espécies		
UNIDADE ESPACIAL	<input checked="" type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	10 anos		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	3º Melhor ambiente e valorização do património		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	-		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	-		
DOCUMENTOS RELEVANTES	Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal , Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade ; Convenção sobre a Diversidade Biológica		

ANÁLISE SUMÁRIA

O Algarve é significativamente representativo da biodiversidade observada em Portugal Continental. Do total de espécies de fauna classificadas como ameaçadas em Portugal Continental, cerca de 73% têm ocorrência na região. O grupo taxonómico com maior percentagem de espécies ameaçadas (47%), no Algarve, é o dos peixes dulciaquícolas e migradores. No entanto as aves são o grupo taxonómico que mais contabiliza espécies ameaçadas no conjunto de todos os grupos taxonómicos (cerca de 69% do total de espécies de fauna ameaçadas). Não se verifica a ocorrência no Algarve de espécies de anfíbios classificadas como ameaçadas. No caso da flora, sensivelmente 20% das espécies classificadas como ameaçadas em Portugal Continental ocorrem no Algarve. 73% das espécies de fauna ameaçadas com estatuto de protecção em Portugal Continental, tem ocorrência no Algarve, sendo esse valor de 52% no caso da flora.

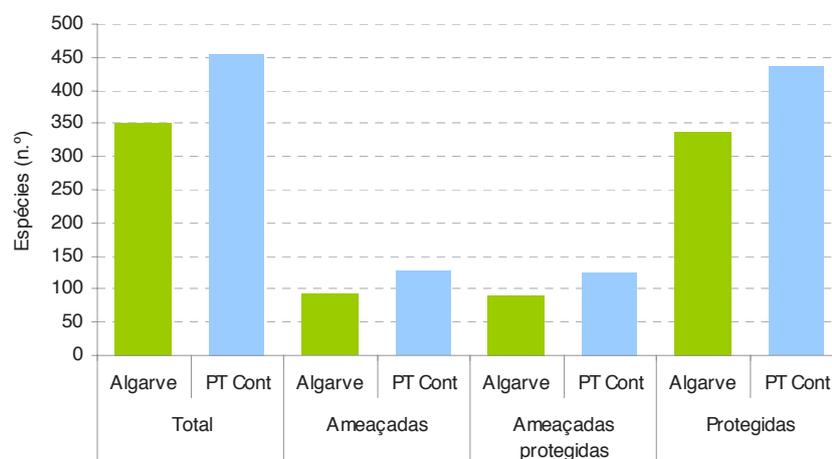


Figura 1 – Número total de espécies identificadas, espécies ameaçadas, espécies ameaçadas protegidas e espécies protegidas (independentemente do grau de ameaça), no Algarve e em Portugal Continental.

Fonte: ICNB

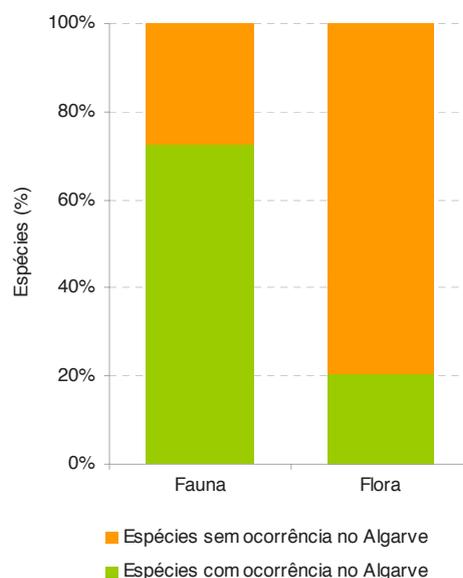


Figura 2 – Espécies de fauna (vertebrados) e flora ameaçadas em Portugal Continental com e sem ocorrência no Algarve.

Fonte: ICNB.

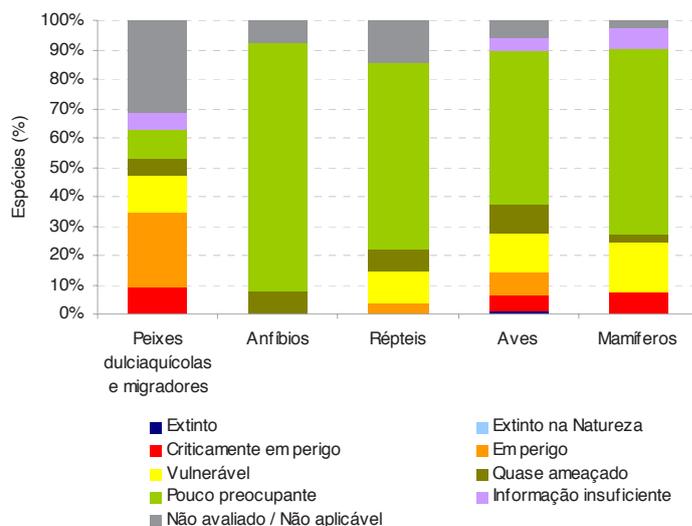


Figura 3 – Espécies de fauna classificadas no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal com ocorrência no Algarve, por categoria de classificação.

Fonte: ICNB.

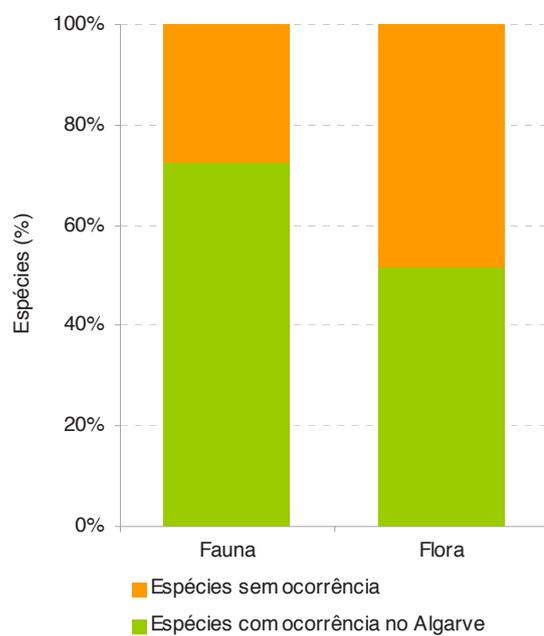


Figura 4 – Espécies de fauna (vertebrados) e flora ameaçadas, com estatuto de proteção, em Portugal Continental com e sem ocorrência no Algarve.

Fonte: ICNB.

Uso do solo

		CÓDIGO	121
TEMA	Solos e Ordenamento do Território	DIMENSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Económica <input checked="" type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Uso do solo	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input checked="" type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>O solo é um recurso finito, pelo que importa acautelar a sua utilização, através de um correcto ordenamento, de forma a garantir o equilíbrio das necessidades humanas “consumidoras” de espaço e a manutenção dos ecossistemas e da sua biodiversidade. A análise dos padrões de uso do solo permite avaliar as pressões a que o mesmo está sujeito, bem como acompanhar as medidas propostas nos diversos instrumentos de gestão territorial. Este indicador descreve a utilização do solo segundo quatro grandes classes: Territórios artificializados, Agricultura, Agricultura com áreas naturais, Floresta, Vegetação natural.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas a nível regional. Contudo, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve) estabelece as directrizes e orientações territoriais para a região, constituindo um quadro de referência estratégico para os Planos Directores Municipais (PDM).</p>		
METODOLOGIA	<p>Os dados apresentados são adaptados de Caetano <i>et al.</i> (2005) cuja metodologia se baseou nas orientações estabelecidas no Guia Técnico do Corine Land Cover 2000, tendo sido adaptada e aplicada à realidade portuguesa.</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	%		
UNIDADE ESPACIAL	<input checked="" type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input type="checkbox"/> Relevante <input checked="" type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	10 anos		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	APA – Agência Portuguesa do Ambiente		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	<p>3º Melhor ambiente e valorização do património 5º Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território</p>		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	<p>IX. Promover um modelo territorial articulado e potenciador dos seus diversos espaços XI. Completar as redes regionais de equipamentos XII. Qualificar o espaço público e a paisagem</p>		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	<p>1. Sustentabilidade ambiental 2. Reequilíbrio territorial 3. Estruturação urbana 4. Qualificação e diversificação do turismo 6. Estruturação das redes de equipamentos colectivos</p>		
DOCUMENTOS RELEVANTES	PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território ; PROT Algarve – Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve		
ANÁLISE SUMÁRIA	<p>Em 2000 o Algarve era a região de Portugal Continental com maior percentagem de ocupação do solo por vegetação natural (21%). Contudo, os tipos de ocupação mais abundantes eram as áreas agrícolas, que ocupavam cerca de 45% da região, seguidas da floresta, com mais de 30%. O território artificializado, que inclui as classes tecido urbano (contínuo e descontínuo), indústria, comércio e transportes, áreas em construção, de extracção, e de deposição de resíduos e zonas verdes ordenadas representava 3% da área regional. Analisando, no entanto, a variação da área de cada classe no Algarve, entre 1985 e 2000, observa-se uma relação quase inversa. A classe de ocupação que registou um maior aumento (54,8%) foi a de território artificializado, concentrado na faixa litoral sul da região. Esse foi o maior aumento registado no país (crescimento nacional 41,2%), sendo que a classe que sofreu um maior decréscimo foi a de vegetação natural (-18,8%) também o maior do país (decrécimo nacional -8,6%). No interior, principalmente em áreas de vegetação natural e nos concelhos de Alcoutim e Silves, destaca-se o crescimento das áreas florestais em cerca de 24,1%, também o maior valor registado a nível nacional (crescimento nacional 2,8%). O Algarve foi inclusivamente a região do país com maior percentagem de alteração total nesse período, cerca do dobro da percentagem de alteração nacional.</p>		

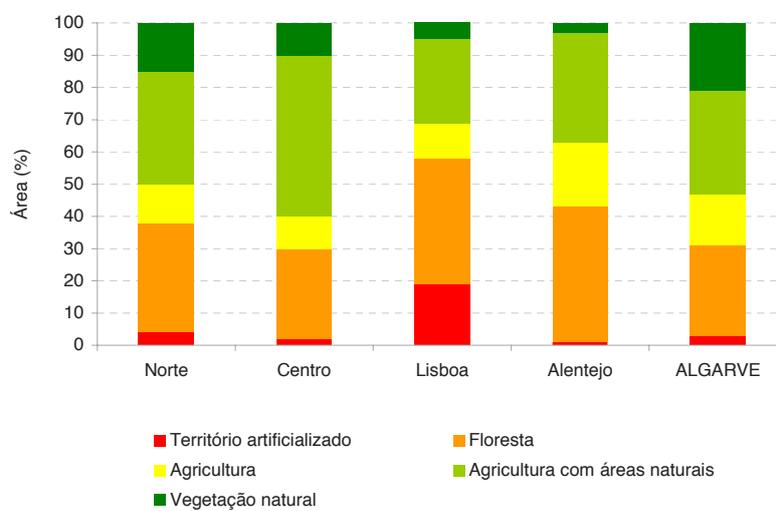


Figura 1 – Distribuição das classes de ocupação do solo por NUTS II, em 2000.

Fonte: APA.

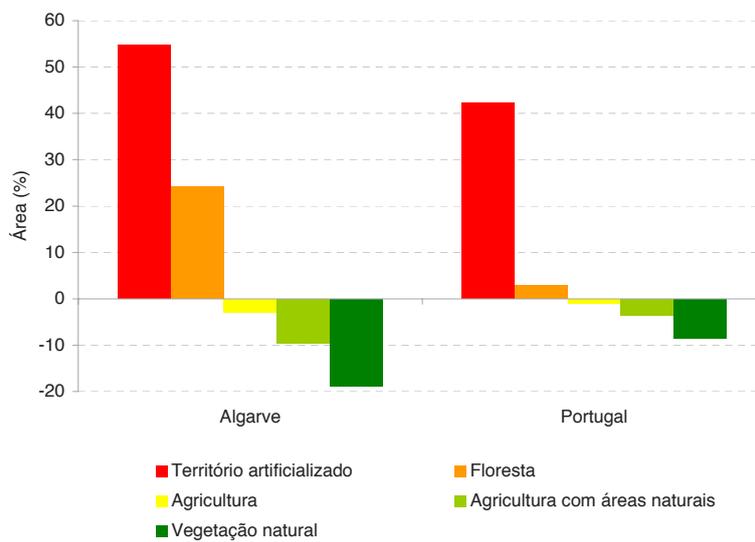


Figura 2 – Variação das classes de ocupação do solo entre 1985 e 2000, no Algarve e em Portugal.

Fonte: APA.

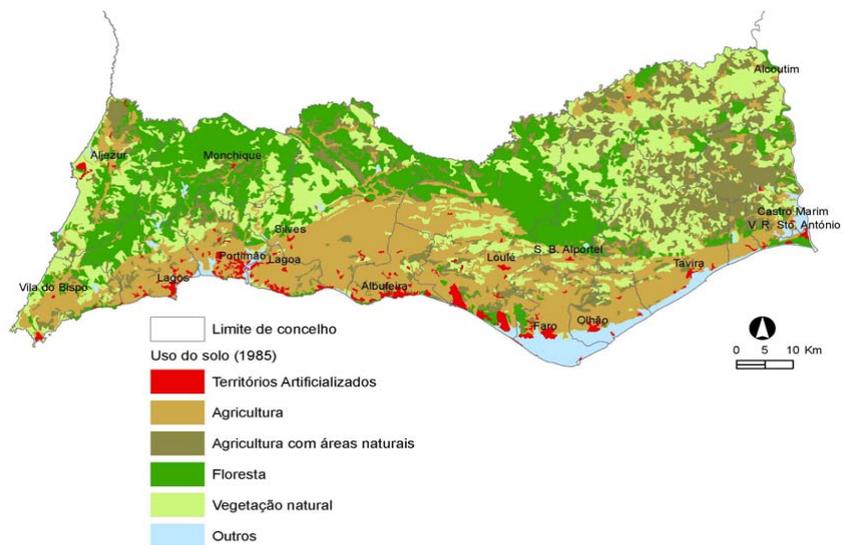


Figura 3 – Uso do solo em 1985.

Fonte: APA.

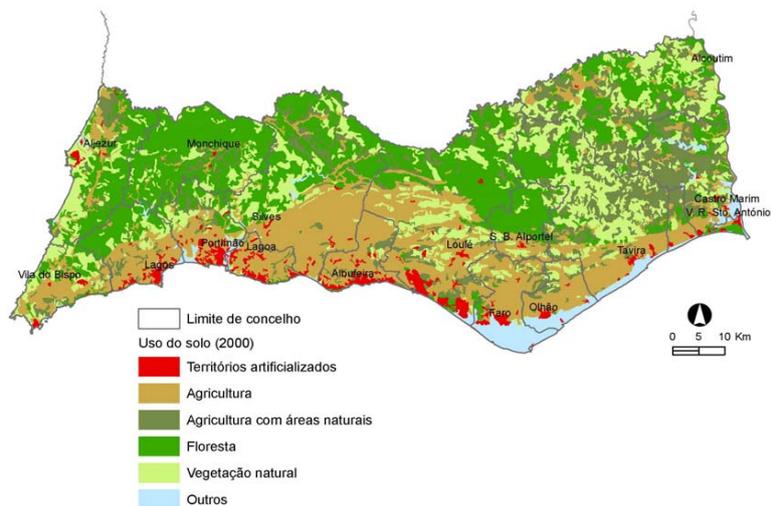


Figura 4 – Uso do solo em 2000.

Fonte: APA.

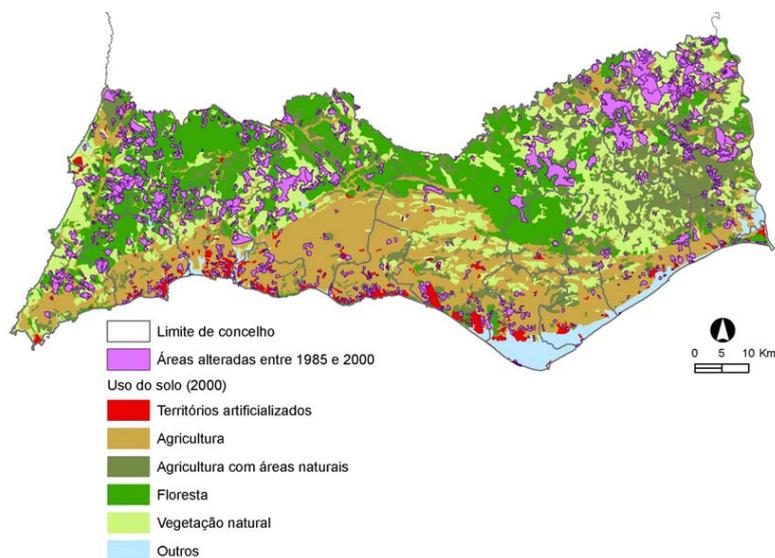


Figura 5 – Alterações do uso do solo entre 1985 e 2000.

Fonte: APA.

Espaços verdes de utilização pública

		CÓDIGO	124
TEMA	Solos e Ordenamento do Território	DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> Económica <input checked="" type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Espaços verdes de utilização pública	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input checked="" type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	O indicador pretende avaliar a área disponível de espaços verdes de utilização pública. A qualidade do ambiente urbano resulta da presença e do correcto inter-relacionamento de diversos elementos. A existência de espaços verdes, que podem constituir-se como áreas de fruição e lazer, nomeadamente no caso dos parques e jardins públicos, é fundamental para a qualidade de vida das populações e para o equilíbrio paisagístico, contribuindo também para a amenidade climática e para minimizar os efeitos decorrentes da poluição causada pelo tráfego automóvel.		
METAS	Não foram identificadas metas a nível regional. No entanto, o PROT Algarve prevê a delimitação de áreas vitais para a estrutura ecológica municipal, incluindo, entre outros, espaços verdes urbanos, como forma de promover a descompressão das áreas com ocupação urbanística no litoral. O plano aponta também para a garantia de que as novas áreas a urbanizar incluam áreas suficientes para espaços verdes de utilização colectiva, entre outros.		
METODOLOGIA	Os dados referem-se a espaços verdes cedidos pelos empreendimentos licenciados pelos Alvarás de Loteamento emitidos durante os 11 anos compreendidos entre 1991 e 2001. São considerados apenas os Alvarás de Loteamento cujo uso dominante é exclusivamente o uso habitacional (representam 94% do total de Alvarás). Esses valores são confrontados com os fixados pela Portaria n.º 1182/92, em vigor durante o período analisado e entretanto revogada pela Portaria n.º 1136/2001 de 25 de Setembro e mais recentemente pela Portaria n.º 216B/2008, de 3 de Março. A recolha dos dados foi efectuada através de levantamento junto das Câmaras Municipais no 1º semestre de 2002, no âmbito dos trabalhos preparatórios do PROT Algarve.		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	m ²		
UNIDADE ESPACIAL	<input type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input checked="" type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input checked="" type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	2 anos		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	CCDR Algarve, autarquias		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	5º Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	XII. Qualificar o espaço público e a paisagem		
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	3. Estruturação urbana 4. Qualificação e diversificação do turismo		
DOCUMENTOS RELEVANTES	-		

ANÁLISE SUMÁRIA

A área total de espaços verdes cedidos pelos empreendimentos licenciados pelos Alvarás de Loteamento emitidos entre 1991 e 2001 foi de 163,4 ha. Segundo a Portaria de referência, em função da área bruta de construção para habitação licenciada pela totalidade dos Alvarás (726,6 ha), os promotores teriam de ceder 158,9 ha (no caso de se considerar a área bruta de construção) ou 150,2 ha (no caso de se considerar a moradia unifamiliar como indicador). Ou seja, considerando o total regional observa-se um *superavit* de espaços verdes cedidos pelos promotores: mais 4,5 ha segundo o critério da área bruta de construção; mais 13,2 ha segundo o critério da moradia unifamiliar. No entanto apenas cinco concelhos – Loulé, Vila Real de Sto. António, Vila do Bispo, Castro Marim e Alcoutim – apresentam mais área cedida do que o legalmente estabelecido (no caso de Loulé, o golfe é a principal razão). Os restantes 11 concelhos apresentam um *déficé* de espaços verdes cedidos, sendo que os concelhos de Olhão, Portimão e Lagos necessitariam de ver a área cedida para espaços verdes aumentada em 139, 120 e 119%, respectivamente. Note-se que nalguns casos o *superavit* de espaços verdes se deve à inclusão de campos de golfe, apesar do acesso a esses campos ser condicionado.

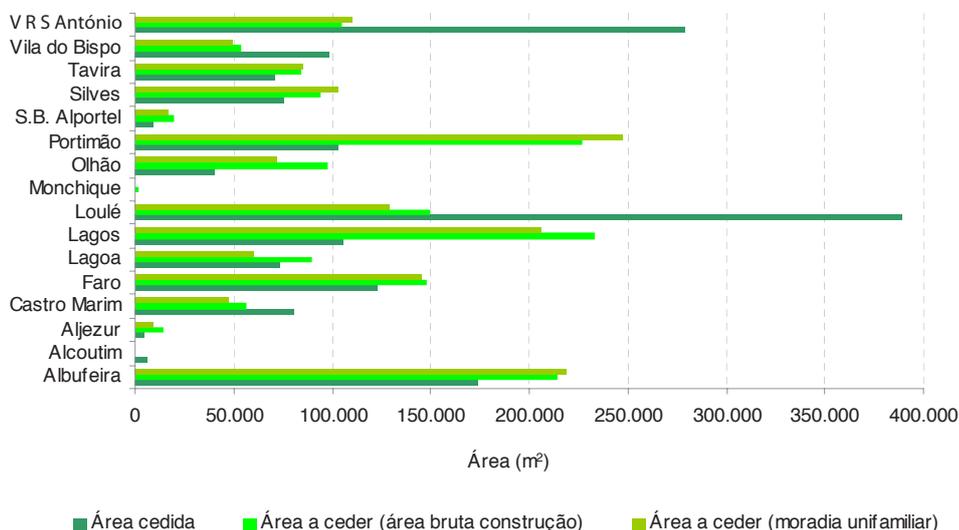


Figura 1 – Área cedida para espaços verdes e de utilização colectiva entre 1991 e 2001 e área a ceder, segundo a Portaria n.º 1182/92, por concelho. **Fonte:** CCDR Algarve.

Valorização e destino final de resíduos

		CÓDIGO	130
TEMA	Resíduos	DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> Económica <input checked="" type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
NOME	Valorização e destino final de resíduos	INDICADOR-CHAVE	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
DPSIR	<input type="checkbox"/> Actividades <input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Impacte <input checked="" type="checkbox"/> Resposta		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	<p>A gestão efectiva dos resíduos constitui uma necessidade ambiental, social e económica, e implica um esforço dos agentes envolvidos, e dos cidadãos em geral, para alcançar os objectivos da actual política de resíduos. Aí se incluem, designadamente, a diminuição da produção de resíduos, a maximização da reciclagem ou de outras formas de valorização, e a minimização da deposição em aterro. O presente indicador pretende quantificar os diferentes tipos de resíduos, com origem na região, sujeitos a tratamento e ou valorização, e ainda o destino final correspondente.</p>		
METAS	<p>Não foram identificadas metas a nível regional. No entanto o Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II 2007-2016) aponta as seguintes metas:</p> <p>Resíduos Urbanos biodegradáveis (RUB) destinados a aterro</p> <ul style="list-style-type: none"> - 2009 - redução em 50% da quantidade total, em peso, dos RUB produzidos em 1995; - 2016 - redução em 35% da quantidade total, em peso, dos RUB produzidos em 1995; <p>Resíduos de embalagem (RE):</p> <ul style="list-style-type: none"> - 2011 - valorização total de RE: > 60%; reciclagem total de RE: 55-80%; reciclagem de RE de vidro e papel/cartão > 60%; reciclagem de RE de plástico > 22,5%; reciclagem de RE de metais > 50%; reciclagem de RE de madeira > 15%. 		
METODOLOGIA	<p>O indicador foi calculado com base na quantificação do volume dos resíduos urbanos, por tipo de recolha (indiferenciada e selectiva), por fluxos específicos, e por tipo de destino, com base nos dados disponibilizados pelas entidades gestoras, responsáveis sobre esta matéria, em particular a Algar, a Sociedade Ponto Verde (SPV), a Valorpneu e a Ecopilhas.</p> <p>Além destes avaliou-se também a quantidade de resíduos industriais (perigosos e não perigosos) e resíduos hospitalares recolhidos, na região do Algarve, e encaminhados para valorização.</p> <p>FLUXOS - embalagens e resíduos de embalagens; pilhas e acumuladores; resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE); óleos usados; pneus usados; veículos em fim de vida (VfV); Lamas de ETAR urbanas e similares.</p> <p>DESTINO - aterro, valorização energética; valorização orgânica (compostagem) e reciclagem.</p> <p>GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - operações de recolha, transporte, tratamento, valorização e eliminação dos resíduos, incluindo o auto controlo destas operações e a vigilância dos locais de descarga depois de encerrados. Relativamente aos sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos, podem ser especificadas as seguintes fases: recolha, recolha selectiva, transportes, valorização e eliminação (INE) .</p> <p>RECOLHA SELECTIVA DE RESÍDUOS - recolha especial de resíduos que são objecto de deposição separada por parte do detentor, com a finalidade de serem reciclados (Ex.: os vidrões e os denominados "ecopontos") (INE) .</p>		
UNIDADE(S) DE MEDIDA	%; t		
UNIDADE ESPACIAL	<input checked="" type="checkbox"/> NUTS II <input type="checkbox"/> Distrito <input checked="" type="checkbox"/> Concelho <input type="checkbox"/> Freguesia <input type="checkbox"/> Aglomerado urbano <input type="checkbox"/> Bacia hidrográfica <input type="checkbox"/> Sistema aquífero <input type="checkbox"/> Litoral <input type="checkbox"/> Barrocal <input type="checkbox"/> Serra		
RELEVÂNCIA À ESCALA LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Não relevante		
PERIODICIDADE	Anual		
DISPONIBILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Disponível <input type="checkbox"/> Disponível a curto prazo <input type="checkbox"/> Indisponível mas relevante		
FONTE(S)	Agência Portuguesa do Ambiente (APA); Algar - Valorização e tratamento de resíduos sólidos, SA; Direcção Geral de Saúde (DGS); Ecopilhas, Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda; INE, Estatísticas do Ambiente (2004; 2005); SPV - Sociedade Ponto Verde; VALORPNEU - Sociedade de Gestão de Pneus, Lda.		
OBJECTIVOS DA ENDS 2015	3º Melhor ambiente e valorização do património		

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2007-2013	XIII. Completar e garantir infra-estruturas ambientais de qualidade XV. Promover a participação, as boas práticas e políticas de informação e de educação ambiental
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROT ALGARVE	-
DOCUMENTOS RELEVANTES	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) - Plano Estratégico Sectorial de Gestão dos Resíduos Industriais (PESGRI); - Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (PNAPRI); - Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Hospitalares (PERH); - Plano Estratégico dos Resíduos Agrícolas (PERAGRI) - Estratégia Nacional Para a Redução de Resíduos Urbanos Biodegradáveis Destinados a Aterros (ENRRUBDA) - Plano de Intervenção para Resíduos Sólidos Urbanos e Equiparados (PIERSU).
ANÁLISE SUMÁRIA	<p>Na UE, em 2005, 49% dos resíduos urbanos produzidos são objecto de deposição em aterros, 18% incinerados e 33% encaminhados para reciclagem e compostagem. Apesar dos progressos consideráveis, o volume de resíduos produzidos está a aumentar e a quantidade absoluta de resíduos enviada para aterros não está a diminuir. Em Portugal, no mesmo ano, foram encaminhados para aterro 63% dos RSU produzidos, a valorização orgânica abrangeu 7% dos RSU, a reciclagem apresentava valores inferiores a 25%, e a recolha selectiva atingiu os 9 % dos resíduos produzidos.</p> <p>No Algarve, em 2006, do total de resíduos urbanos e equiparados recolhidos (sensivelmente 474 t), 93% foram encaminhados para aterro e 7% sujeitos a valorização (orgânica e reciclagem). Do total de resíduos encaminhados para aterro 69,7% correspondem a RSU, 15,7% a resíduos de construção e demolição (RC&D), 9,8% a monstros, 3% a verdes, 1,7% a lamas e 0,2% a resíduos agrícolas. Do total sujeito a valorização, contabilizam-se 44,4% de resíduos de embalagens retomados, 39,8% de verdes, 7,2% de pneus, 6,7% de monstros, 1,8% de veículos em fim de vida (VfV) e 0,1% de pilhas.</p> <p>Relativamente aos resíduos provenientes da recolha selectiva, desde 2003 que se observa um aumento das quantidades recolhidas, sendo Lisboa e o Algarve as regiões que apresentam valores mais significativos no que respeita à retoma de resíduos de embalagens. Na região algarvia, a proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente aumentou de 3% para 7% entre 2002 e 2005, ano em que a média nacional se situou nos 6%.</p> <p>Em 2003, dos resíduos industriais banais (RIB) recolhidos no Algarve, 63% sofreram eliminação e 37% foram valorizados, enquanto que no caso dos resíduos industriais perigosos (RIP) 8% sofreram eliminação e 92% valorização.</p> <p>Quanto aos resíduos hospitalares (RH), do total produzido em Portugal no ano de 2005, cerca de 63% (544 t) pertenciam ao Grupo I+II (equiparados a urbanos e não perigosos), 33 % (273 t) ao Grupo III (RH de risco biológico) e 5% (39 t) ao Grupo IV (RH específicos).</p> <p>No que respeita à componente de RH dos Grupos I+II encaminhados para reciclagem, os hospitais e centros de saúde do Algarve declararam, nesse ano, a recolha de cerca de 54 t de resíduos, enquanto que os Centros de Alcoologia, Histocompatibilidade e Laboratórios de Saúde Pública e os serviços personalizados não quantificaram os seus resíduos, justificando este facto pela sua deposição nos ecopontos públicos. Quanto à eliminação dos resíduos do Grupo III e IV, observa-se que os primeiros são submetidos frequentemente a autoclavagem e, em menor proporção, à desinfecção química, permitindo posterior eliminação como resíduos urbanos, enquanto que para os segundos se recorre à incineração como método de eliminação.</p>

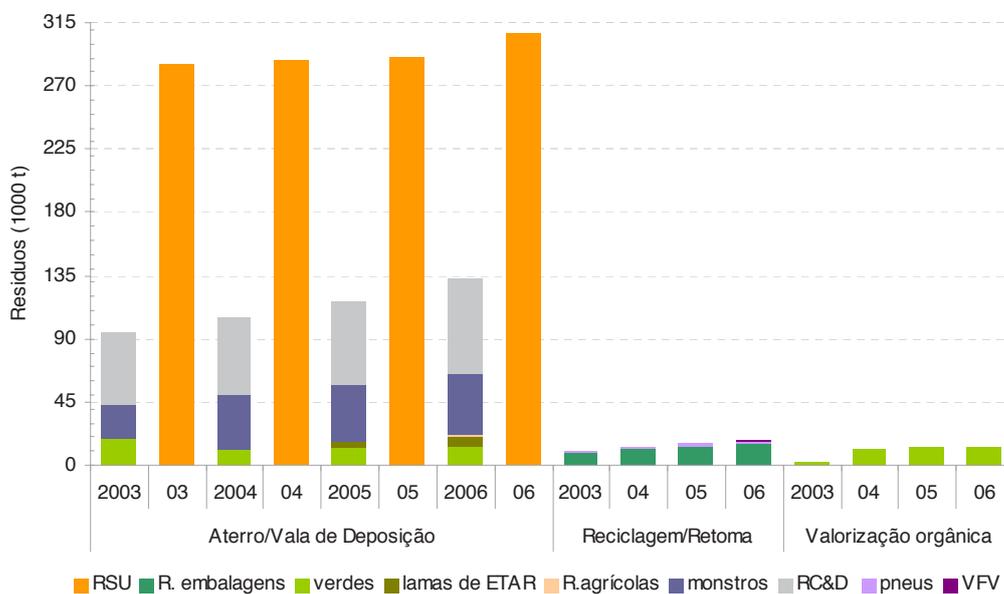


Figura 1 - Valorização e destino final dos diferentes resíduos produzidos no Algarve, entre 2003-2006.
Fonte: Algar – Ecopilhas -SPV - VALORPNEU.

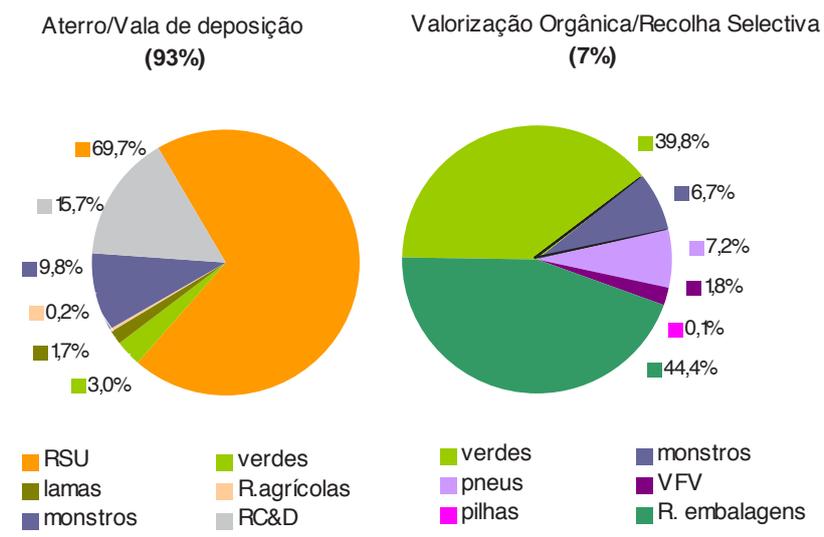


Figura 2 - Proporção dos diferentes resíduos produzidos no Algarve, segundo o destino final, em 2006.
Fonte: SPV - Algar - VALORPNEU – Ecopilhas.

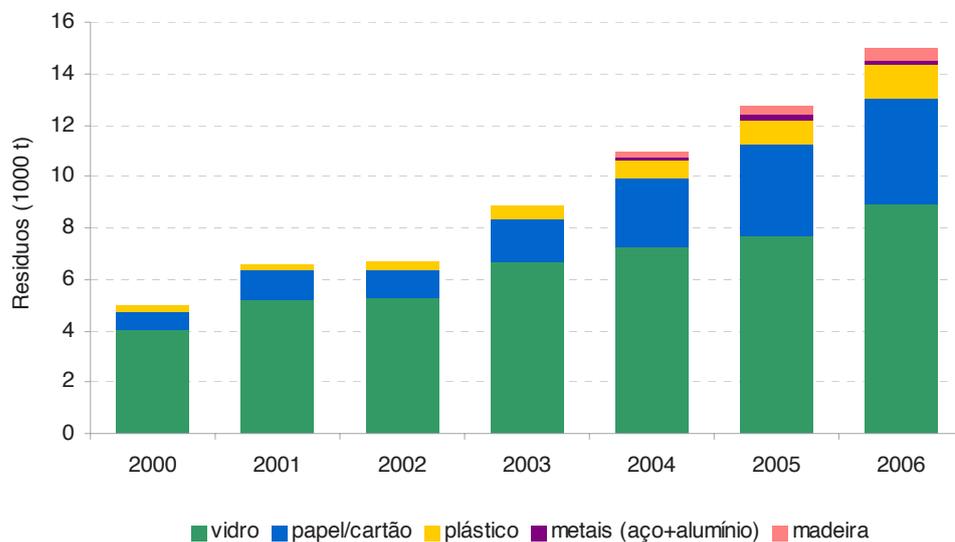


Figura 3 - Quantidade dos resíduos recolhidos selectivamente, por fileira, na região do Algarve, entre 2000-2006.

Fonte: Algar

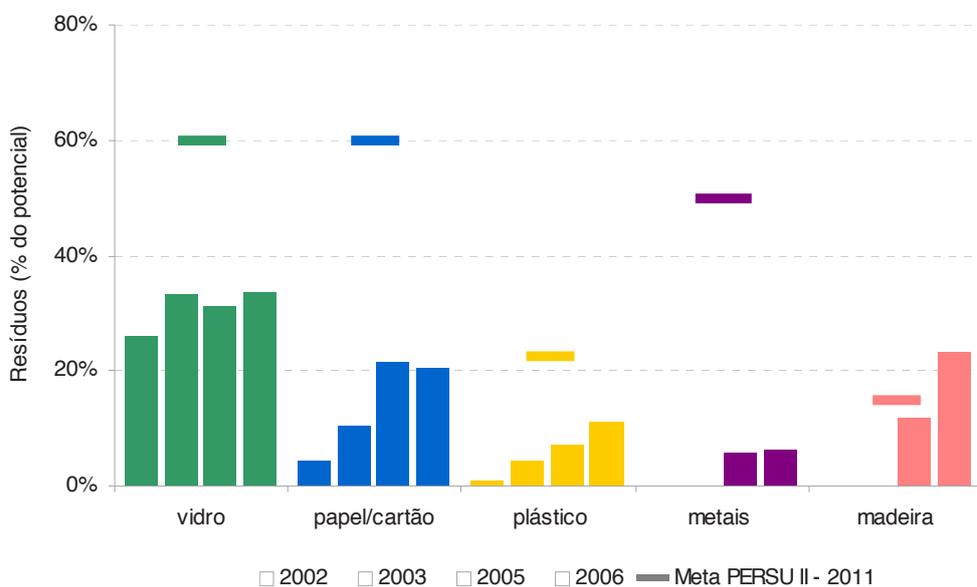


Figura 4 - Proporção dos resíduos de embalagens valorizados, por fileira, face ao potencial de retoma, no Algarve.

Fonte: SPV - Algar.

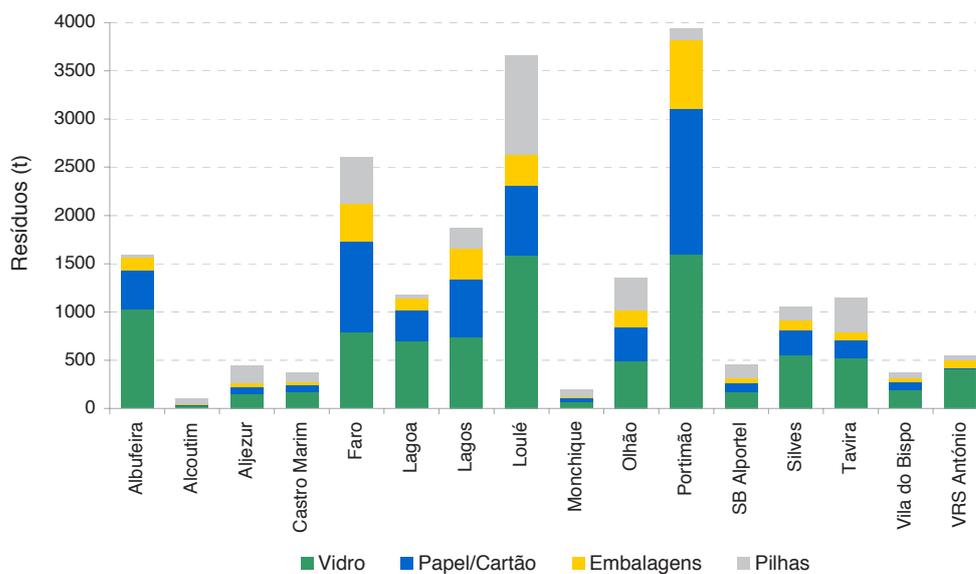


Figura 5 - Quantidade dos resíduos de embalagens recolhidos selectivamente, no Algarve, em 2005.

Fonte: Algar.

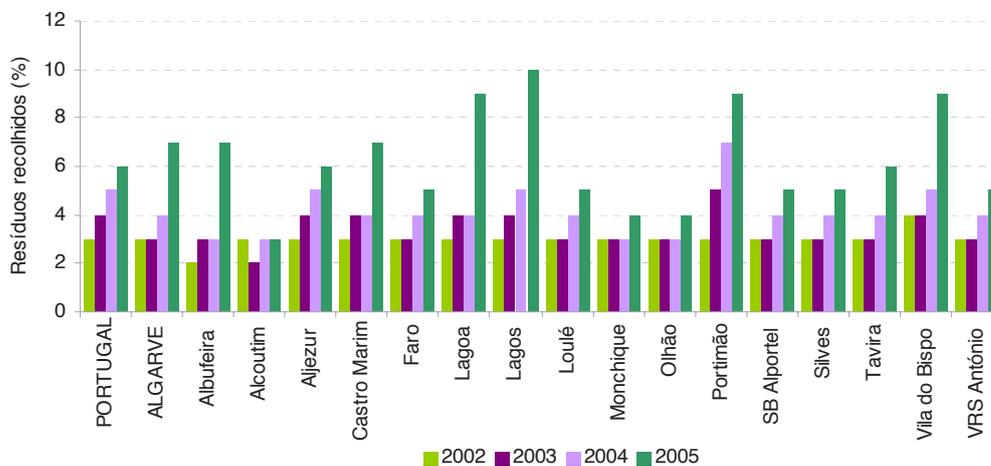


Figura 6 - Proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente, face ao total de RSU recolhidos.

Fonte: INE.

